

José Afonso Moura Nunes

CRISTIANISMO



*de seita judaica a
religião oficial do império*

Trilogia do Caminho

VOLUME II


aramallete

José Afonso Moura Nunes

Trilogia do Caminho



Jesus de Nazaré
Cristianismo
O resto é detalhe


amaLoteTe

Copyright © JOSÉ AFONSO MOURA NUNES, 2023.

Editor ÁLVARO GENTIL

Produção executiva PAULA PESSOA

Revisão original AMANDA DAMASCENO

Revisão 2ª edição PEDRO VIANNA

projeto gráfico | editoração original ANDREZZA LIBEL

Adaptação e-book ANDREZZA LIBEL

Catálogo na Publicação (CIP)

Nunes, José Afonso Moura
N972t Cristianismo : de seita judaica a religião oficial do império
[livro eletrônico] / José Afonso Moura Nunes. – 2. ed. – Belo
Horizonte : Ramalhete, 2023.

Recurso eletrônico : il. p&b. – (Trilogia do caminho ; v. 2)

Formato: ePUB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5084-088-9 (Obra completa)

ISBN 978-65-5084-081-5 (v. 2)

I. Cristianismo – História I. Título. II. Série.

CDD: 270

Bibliotecária responsável: Cleide A. Fernandes CRB6/2334

Todos os direitos desta edição reservados a

José Afonso Moura Nunes

Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

Introdução

Preâmbulo

Relevância

Fontes de informação

Gênese e crescimento do cristianismo

Patrística: afirmação de identidade e defesa da ortodoxia

O cristianismo e o império

Atualidade do tema

I - Fontes de Informação

1. Fontes primárias não cristãs

2. Fontes secundárias cristãs

3. Como ler as fontes cristãs

4. O Evangelho antes dos Evangelhos

5. O Novo Testamento – de sua origem aos nossos dias¹²

II - As comunidades cristãs primitivas

6. Época Apostólica (30-49).

6.1 Os primórdios: nazareus ou seguidores do caminho

6.2 Jerusalém e Antioquia da Síria

7. Época Apostólica (49-67).

7.1 Viagens apostólicas de Paulo³²

8. Época Subapostólica (67-97).

8.1 A Segunda geração de “Cristãos”

8.2 Perseguições, massacres, guerra judaico-romana

8.3 Os evangelhos sinópticos e suas comunidades de origem⁶⁰

8.3.1 Herança das comunidades de Pedro

8.3.2 Herança das igrejas fundadas por Paulo e sua equipe

8.3.3 Herança das comunidades de Tiago/Jerusalém

8.4 Para compreender os evangelhos

8.4.1 Um e mesmo personagem

8.4.2 Cada Evangelho reflete um conjunto de comunidades e suas tradições orais

8.4.3 Cada Evangelho tem função de feedback

8.4.4 Os três primeiros Evangelhos são muito semelhantes

8.4.5 A sobrevivência das testemunhas oculares até que os Evangelho foram escritos.⁶⁷

9. Época Pós-Apostólica (98-130)

9.1 Contexto e herança das comunidades paulinas

9.1.2 O contexto político e as comunidades cristãs

9.1.3 Herança das comunidades paulinas

9.2 Contexto e herança das comunidades do discípulo amado

III - As comunidades cristãs DO SÉCULO II

10. A segunda guerra judaico-romana e a pax romana

10.1 A segunda guerra judaico-romana

10.2 A pax romana

11. A expansão do cristianismo no período

12. O processo de institucionalização

12.1 Institucionalização

12.2 Monopolização

12.3 Profissionalização

12.4 Sacerdotização

12.5 Desfeminização

12.6 Hierarquização

12.7 Resistência canonicamente avalizada

13. O desafio intelectual e as principais heresias

13.1 Principais heresias

13.1.1 O gnosticismo

13.1.2 O montanismo

IV - PATRÍSTICA – Séculos II E III

14. Patrística

14.1 Tendências da Primeira Patrística / pré-agostiniana⁸⁵

14.2 Pastoral-catequético e tradicional-carismático

14.3 Apologético-testemunhal e teológico-institucional

14.4 Episcopal-eclesiológico e ortodoxo-exegético

15. Padres apostólicos

15.1 Outros Padres da Igreja

V - O “caminho” se fez caminhando...

16. A expansão: plural, unida, universal

17. As estratégias

18. Modo de vida e o cotidiano das comunidades cristãs

primitivas

19. Rituais nas comunidades primitivas

20. O século III na história do cristianismo

20.1 Renascimento filosófico

20.2 Expansão

20.3 Sacerdotização da função do bispo e do presbítero

20.4 Movimentos ascéticos

20.5 Perseguições sistemáticas

VI - O IMPÉRIO ROMANO, OS CRISTÃOS E A IGREJA

21. Discriminações, incriminações, discriminações e perseguições não sistemáticas

22. Perseguições sistemáticas: o pano de fundo

22.1 O papel da religião

22.2 O papel do imperador

22.3 Natureza da fé cristã

22.4 O modo de vida pagão versus modo de vida cristão

22.5 Crescimento do cristianismo e fortalecimento da Igreja

22.6 Decadência do império

22.7 Tentativas de restauração das tradições religiosas

23. Perseguições sistemáticas: fatos, reações e consequências

VII - O CRISTIANISMO NO SÉCULO IV

24. O fim das perseguições e o favorecimento estatal da religião cristã

24.1 O favorecimento estatal da religião cristã

25. Surgimento e desenvolvimento do monaquismo

26. As grandes mentes teológicas: o humanismo

ADENDO: Quem fundou o cristianismo?

A questão

Bibliografia

INTRODUÇÃO

Preâmbulo

Este livro tem origem imediata na terceira parte do livro ***O melhor de nós***, publicado em Belo Horizonte (Editora Asa de Papel, 2015, 1ª Edição) e em São Paulo (Fonte Editorial, 2016).

Com as duas edições, de 1.000 exemplares cada, esgotadas, resolvemos rever o livro, atualizá-lo e desmembrá-lo em dois:

- ***Jesus de Nazaré: o melhor de nós*** – uma compilação do que há de melhor e mais atual, publicado no Brasil e em Portugal, sobre a figura histórica de Jesus de Nazaré: vida, mensagem e circunstâncias. O livro contém um **Adendo**: “De Jesus de Nazaré ao Cristo da fé” – uma síntese da segunda parte do livro publicado anteriormente. Esse novo livro foi publicado pela Editora Ramalhete em janeiro de 2019.
- ***Cristianismo: de seita judaica a religião oficial do império***. As fontes de informação sobre Jesus e sua mensagem; os Evangelhos e Cartas como expressões da vida de comunidades distintas; os caminhos trilhados pelas comunidades cristãs até o século IV, quando o cristianismo se torna religião oficial do império; expansão, diversificação e percalços das comunidades.

O presente livro contém um curto **Adendo**: “Quem fundou o cristianismo?”.

Relevância

Conhecer os quatro primeiros séculos do movimento social, que veio a se chamar cristianismo, é essencial não apenas para se entender o desenvolvimento das práticas e das doutrinas cristãs de hoje, mas também a civilização ocidental como a conhecemos. Para o historiador marxista Karl Kautsky (1854-1938): *“Qualquer que seja a atitude diante do cristianismo, não se pode deixar de considerá-lo um dos fenômenos mais gigantescos da história da humanidade. O fato de que a Igreja cristã haja perdurado cerca de dois mil anos e ainda permaneça cheia de vigor, e, em muitos países, mais poderosa que o Estado, não pode deixar de provocar enorme admiração. Assim, tudo que se possa contribuir para a compreensão desse colossal fenômeno, e o estudo das origens dessa organização, têm extrema importância, atualidade e significação prática”.*

Fontes de informação

Quais são as fontes de informação cristãs e não-cristãs sobre Jesus? Como têm sido lidas as fontes cristãs, sob o ponto de vista técnico-científico? Sendo as Cartas e os Evangelhos as principais fontes de informação, quais narrativas orais e escritas as antecederam? O que sabemos do Evangelho – anúncio da Boa Nova – antes dos Evangelhos? Como chegaram até nós os 27 primeiros escritos cristãos preservados – quase todos do séc. I – e que vieram a compor o Novo Testamento? Como cada um dos Evangelhos reflete e pretende animar a vida e a fé de sua respectiva comunidade?

Gênese e crescimento do cristianismo

Jesus de Nazaré morreu provavelmente no dia 7 de abril do ano 30. Quatro a seis anos depois, um jovem judeu, helenista, morre, apedrejado, proclamando que Jesus é o Messias tão esperado por seu povo. Ele

pertence a grupos de judeus autodenominados **seguidores do Caminho** (At. 9, 2; 11, 26; 19, 23; 24, 14), designados, pejorativamente, de **nazareus** (“caipiras”) e de **cristãos** (“messianistas”). Vivem como uma nova seita judaica (At. 24, 5), à semelhança dos fariseus, escribas, essênios etc., mas são perseguidos pela elite local.

Como evoluem esses grupos/assembleias/igrejas? Como se dá a separação do judaísmo? Qual é o modo de vida e quais são os rituais das comunidades? Como se dá o processo de institucionalização – profissionalização, desfeminização, sacerdotização e hierarquização? *“No final do século II, o movimento alcança suficiente visibilidade para que as autoridades romanas o enxerguem como algo distinto do judaísmo”.* (HOORNAERT, 2016, p. 153)

Patrística: afirmação de identidade e defesa da ortodoxia

Ganhando visibilidade, os grupos cristãos se reúnem em torno de mestres. O cristianismo vai se tornando uma escola, um treinamento, uma catequese. Defende-se no plano teórico e no estilo de vida, sob a forma de serviço social, ou *“atuando em pequenos grupos, identificados pela barba crescida, a roupa simples e pobre, a vida de pobreza, o desprezo do luxo. Alguns deles vivem na rua e dormem no chão batido, em algum lugar público. Em determinados casos, constituem a consciência crítica da sociedade: dizem o que os outros não podem, não querem ou não ousam dizer”.* (HOORNAERT, 2016, p. 153)

O cristianismo e o império

Discriminações, incriminações e perseguições, esporádicas e sistemáticas – fatos, reações e consequências.

O fim das perseguições e o fortalecimento estatal da religião cristã, quando se cristianiza o império e o império imperializa o cristianismo.

Reações no interior do cristianismo: monarquismo e humanismo. *“Como resultado dos eventos do século IV, nos próximos mil anos e mais, se alguém quisesse ser um rei temporal, era necessário aceitar Cristo como Rei eterno”*. (BROWN, citado por RIEGER, 2009 p. 44)

Atualidade do tema

O mundo acadêmico, tanto o leigo quanto o confessional, desconhece Jesus de Nazaré, a origem e o desenvolvimento do movimento social que veio a se tornar uma religião, o Cristianismo¹, a qual, em três séculos, fortaleceu o monoteísmo judaico – a mais antiga religião monoteísta (séc. XVIII a.C.) – e suplantou a hegemonia, pelo menos no Ocidente, do paganismo/politeísmo, cujos primeiros registros pictográficos, segundo Reza Aslan, datam de 40 mil anos.²

O catolicismo, no Brasil, vem dando lugar a uma pluralidade de denominações evangélicas a uma taxa de crescimento impressionante: uma denominação por hora vem sendo registrada na Receita Federal nos últimos anos.³ Ainda assim, é notório o desconhecimento dos católicos e evangélicos, em geral, sobre a origem e a história de sua religião, cujo fundamento último, enquanto cristã, é Jesus de Nazaré.

Em sequência e complementação do livro ***Jesus de Nazaré: o melhor de nós***, este não é um livro “piedoso”, ou de teologia; muito menos confessional. Pretende ser um livro de história, escrito por e para não-especialistas.

Ciente de que não existe olhar único, unívoco, impessoal, imparcial ou neutro, espero estar proporcionando aos leitores, de forma simples, um conjunto de informações sistematizadas e plausíveis.

*José Afonso Moura Nunes (*1937)*

Professor aposentado de Metodologia e Técnica de Pesquisa – UFMG

I

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Fontes primárias não cristãs

Um dos leitores do projeto “O melhor de nós” (www.omelhordenos.com.br) certa vez perguntou: “Quais as fontes confiáveis que provam a existência de Jesus?”. A seguir, ele afirmou: “A **Bíblia** é cheia de contradições em suas páginas e seus fatos não batem com o tempo histórico da humanidade”.

Sobre a afirmação, a resposta é simples e curta: de fato a **Bíblia** é cheia de contradições – não apenas no Antigo Testamento, mas também no Novo Testamento – e sua contagem de tempo não tem qualquer pretensão científica. A **Bíblia** é um livro religioso, destinado a objetivos espirituais e religiosos, não um livro de história. Buscar comprovação científica de alguns fatos históricos narrados é ignorar o caráter narrativo e supor um conceito de história inexistente na época.

A Sagrada Escritura está repleta de contradições porque está repleta de vida. (LELOUP, 2002, p. 141)

A pergunta do leitor exige uma atenção especial. “Não há judeu mais conhecido de seu tempo que Jesus de Nazaré” – uma afirmação que qualquer historiador moderno assinaria. Contudo, é importante estar atento às observações de historiadores modernos. Mircea Eliade, romeno, especialista em história das religiões afirma:

“Não há dúvida de que a pregação de Jesus e talvez até seu nome se teriam perdido no esquecimento sem um episódio singular e incompreensível, exterior à

fé: a ressurreição do supliciado.” (ELIADE, 2011, p. 295)

“Quando as civilizações oriental e ocidental se regiam pelo truísmo segundo o qual sem força imperial o domínio sagrado pouco valia, uma inversão de pressupostos foi exposta, com luminosa insistência e clareza por um obscuro pregador de Nazaré e a doutrina do poder dos impotentes começou a atrair a fidelidade de milhões”. (SHAMA, 2015, p. 155-156)

Há bastante consenso entre os exegetas sobre as “repetidas afirmações nos evangelhos de que a fama de Jesus se disseminava por amplos territórios e entre muitíssimas pessoas, que carregavam um tanto de exagero”. As tradições cristãs primitivas podem ter edulcorado a fama de Jesus seguindo convenções vigentes para outras figuras carismáticas da época. (BRUTEAU, 2011, p. 22-23)

John P. Meier, cujas obras se destacam pelo rigor científico, adverte:

“Alguns escritores da época, ao menos, mantiveram contato direto ou indireto com os cristãos; nenhum estivera em contato com o Cristo adorado por esses cristãos. Isto apenas serve para nos lembrar de que Jesus era um judeu marginal, à frente de um movimento marginal, numa província marginal do vasto império romano. Seria de admirar que algum judeu ou pagão o tivesse conhecido ou mencionado no primeiro século ou no início do segundo.” (MEIER, 2003, p. 64)

A primeira e mais importante “testemunha” da vida e atuação de Jesus é o aristocrata, político, militar e historiador judeu José Ben Mathias (37-100 d.C.), conhecido como Flávio Josefo. Em suas obras **A guerra dos judeus** – iniciada nos anos imediatamente seguintes à queda de Jerusalém, em 70 d.C. – e **Antiguidades judaicas** – escrita em Roma por volta de 93/94, Flávio Josefo menciona Jesus.

É consenso entre os historiadores a autenticidade da referência de Flávio Josefo ao apedrejamento em Jerusalém, no ano 62, de Tiago “irmão

de Jesus, chamado Cristo”. Tiago, líder da comunidade de Jerusalém, estrito observador da Lei, *“foi executado pelo sumo sacerdote Ananus, provavelmente porque estava fazendo o que fazia de melhor: defendendo os pobres e oprimidos contra os ricos e poderosos”*. (ASLAN, 2013, p. 229). Sobre seu longo parágrafo sobre Jesus, chamado *“Testimonium Flavianum”*, há muitas controvérsias.

Segundo Pagola, o testemunho mais importante, depois de suprimidos os retoques acrescentados por copistas cristãos na Idade Média, diz assim:

“Naquele tempo apareceu Jesus, um homem sábio. Foi autor de feitos admiráveis, mestre de pessoas que recebem com gosto a verdade. E atraiu muitos judeus e muitos de origem grega. E, quando Pilatos, por causa de uma acusação feita pelos homens principais dentre nós, o condenou à cruz, os que antes o haviam amado não deixaram de fazê-lo. E até hoje a tribo dos cristãos, chamados assim por causa dele, não desapareceu”. (JOSEFO, citado por PAGOLA, 2011, p. 591)

Fílon de Alexandria, filósofo/historiador que morreu por volta de 40/45 e que escreveu sobre o período em que Jesus viveu, não o menciona.

Embora alguns dos manuscritos do Mar Morto, descobertos em 1947 e anos seguintes, sejam da época de Jesus, não o mencionam.

Cronologicamente, o primeiro pagão a mencionar os cristãos foi Plínio, no ano 111; em seguida, Tácito, em 115 e, então, Suetônio, depois de 122.

Plínio, o Jovem, legado imperial da Bitínia, envia uma carta-relatório ao Imperador Trajano. A resposta do Imperador, no ano 112, define pela primeira vez a posição jurídica do cristianismo no império⁴.

Tácito trata do incêndio de Roma em 64 d.C. e confirma que Cristo foi executado na época em que Pilatos ocupava o cargo de Governador da Judeia.

Suetônio, além da perseguição de Nero (64 d.C.), refere-se a um incidente em 49 d.C., que envolveu missionários cristãos, que ao pregar “Cristo”, causaram comoção, provavelmente no bairro judeu de Roma.⁵

Os três concordam que o cristianismo era superstição: “*depravada, desregrada e contagiosa*” (Plínio); “*perniciosa*” (Tácito); “*nova e maléfica*” (Suetônio).

“Desses três primeiros pagãos, estranhos aos ambientes cristãos, somente Tácito nos faz um relato sucinto, mas claro, sobre Cristo, seu movimento e sua execução e nos conta como, apesar daquela sentença, o movimento não só continuou, como se expandiu desde a Judeia até a própria Roma”. (CROSSAN, 2004, p. 50)

Segundo Pagola, as referências do historiador Tácito (50-120), do escritor Suetônio (por volta de 123) e de Plínio, o Moço, (61-120) têm um valor documental importante, pois eles são observadores neutros e inclusive hostis ao movimento cristão. Não duvidam, em nenhum momento, da existência de Jesus. Fornecem dele uma imagem esquemática: Jesus era oriundo da Judeia, foi executado, sob Tibério, pelo Governador Pôncio Pilatos e, no momento em que escreve, é venerado por seus seguidores “como um deus”. Os dados coadunam-se plenamente com o que dizem as fontes cristãs. (PAGOLA, 2011, p. 591)

“O silêncio quase total da literatura judaica a respeito de Jesus é muito mais espantoso. Das 15 mil páginas do Talmude, compilação monumental da erudição judaica, apenas 15 mencionam Jesus. O mais frequentemente, culminado em acusações de charlatanismo ou duvidando da ideia do nascimento virginal ao inventar a cópula de Maria com o soldado Pantera, que a teria violentado. A extrema raridade dessas informações denota um efeito de censura, todavia a censura é dupla: os judeus não quiseram citar seu concorrente triunfante e os cristãos não tolerariam que o Talmude mencionasse o nome de

seu Senhor.” (Daniel Marguerat, exegeta e historiador protestante, citado por BESSIERE, 1993, p. 14)

Os escritos de Flávio Josefo despertaram grande interesse entre os cristãos, que, desde cedo, começaram a citá-lo e utilizá-lo: Orígenes, Eusébio de Cesareia, Jerônimo e outros. Os cristãos viram em Flávio Josefo um complemento das escrituras e principalmente do Novo Testamento. Como os Evangelhos ou os Atos dos Apóstolos, Josefo fala de Herodes e seus descendentes, dos procuradores da Judeia, Pôncio Pilados, Félix [...]. Bem mais ainda, fala de João Batista, Jesus e Tiago. (FERREIRA, 1986, p. 6)

Flávio Josefo e os documentos descobertos em Qumran são as duas principais fontes de informação sobre o ambiente histórico em que nasceu o cristianismo.

“Antes das descobertas, em 1947, dos Manuscritos do Mar Morto, em Qumran – a maior descoberta de manuscritos do século XX – a maior parte do material comparativo do século I, para o estudo do cristianismo primitivo, vinha de fontes gregas e latinas.

Um dos exemplos mais patentes do esclarecimento que os textos de Qumran podem trazer para a literatura do Novo Testamento está nas fórmulas linguísticas e verbais. O novo Testamento foi escrito em grego: Jesus, porém, falava aramaico, e todos os primeiros discípulos foram judeus da Galileia ou da Judeia, que falavam alguma língua semita. Os textos de Qumran nos proporcionam, pela primeira vez, o original hebraico (e ocasionalmente aramaico) de uma série de palavras e frases do Novo Testamento”. (SHANKS, 1992, p. 195)

Circula pela internet um texto, cujo original estaria na Biblioteca do Vaticano, que comprovaria sua autenticidade. O texto seria uma carta do predecessor de Pilatos como Governador da Judeia, Púbios Leutulus, ao

César Augusto Tibério. A carta fala do porte distinto de Jesus, um homem que conhece todas as ciências [...]. E da beleza de sua mãe: “a mais bela das mulheres que vive neste país [...]”. Tudo muito bonito, mas totalmente falso.

“É duplo o valor das fontes extra-cristãs, independentes entre si, sobre Jesus. Primeiro devemos notar que tanto oponentes como observadores neutros ou simpáticos ao cristianismo não deixam espaço a dúvidas. Além disso, as referências não-cristãs permitem checar dados e fatos individuais da tradição de Jesus do cristianismo primitivo.” (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 105)

Boa parcela de pensadores e historiógrafos judeus endossa, sem qualquer receio, a tese de Salo W. Baron de que todas as tentativas de negação da historicidade real de Jesus são simplesmente anticientíficas.” (SCHLESINGER/PORTO, 1979, p. 37)

2. Fontes secundárias cristãs

O Novo Testamento, principal fonte de informação sobre Jesus e as primeiras comunidades cristãs⁶, é tradicionalmente apresentado em 27 livros considerados autênticos (canônicos), começando com quatro livros mais extensos, chamados Evangelhos⁷.

“Raramente se leva em consideração que os vinte e sete livros do NT refletem um nível extraordinário de alfabetização e habilidade retórica inerente ao círculo interno de líderes do incipiente movimento cristão [...] refletem um conhecimento significativo de grego, retórica e cultura geral greco-romana”. (WITHERINGTON, 2015, p. 19)

Contudo, bem antes dos Evangelhos, já existia um primeiro grupo de escritos cristãos, que são as cartas de Paulo, escritas entre o ano 50 e sua morte, por volta de 64 ou 67. Das 13 epístolas atribuídas a Paulo, sete são efetivamente dele (Romanos; 1 e 2 Coríntios; Gálatas; Filipenses; 1

Tessalonicenses; e Filêmon), três provavelmente são dele e três certamente não são (CHEVITARESE; CORNELLI, 2009, p. 91). Elas eram conhecidas e circulavam entre as primeiras comunidades cristãs, fato mencionado na Segunda Epístola de Pedro. O primeiro documento do Novo, ou Segundo Testamento, que chegou até nós, foi a *Primeira Carta de Paulo aos Tessalonicenses*, escrita em Corinto no inverno de 50-51.

“É curioso observar que o primeiro documento dos discípulos de Jesus, que chegou até nós, é uma carta escrita a três mãos. Ditada por Paulo, fariseu erudito de Tarso, para Silvano, o redator, homem de confiança da comunidade de Jerusalém, assinada também por Timóteo, nascido em Listra, ou Derbe, na Ásia Menor, de mãe hebraica e pai pagão. A carta é escrita em Corinto, cidade de cerca de trezentos mil habitantes, sendo a maioria de escravos, onde Paulo viveu um ano e meio” (ROSSI, 2017, p. 14).

“Os destinatários são pessoas empobrecidas e sofridas, vivendo na periferia, em “extrema pobreza” (2 Cor. 8, 2) em Tessalônica, cidade portuária e centro comercial mais importante da Macedônia, que teria então cerca de 40 mil habitantes, sendo cerca de dois terços de escravos, cuja expectativa de vida era de pouco mais de vinte anos”. (NACANOSE, 2017, p. 17-18)

*“Na carta, escrita com o coração, pede e encoraja a comunidade recém-fundada a viver uma vida de ação de graça e amor fraterno. Nela Jesus é designado 22 vezes **Kyrios** (Senhor), título específico do imperador, numa mensagem de resistência ao império.”* (CARVALHO, 2008, p. 17-19)

Conhecemos duas das quatro ou cinco cartas que Paulo escreveu à comunidade de Corinto, junto à qual viveu mais de 18 meses. A resposta da comunidade, mencionada na primeira carta de Paulo, e muitas outras cartas se perderam.

Os três primeiros Evangelhos são muito semelhantes, por isso têm sido chamados de sinópticos. Konings, em seu livro ***Sinopse dos Evangelhos***

de Mateus, Marcos e Lucas e da Fonte Q, apresenta uma explicação para o filologicamente comprovado parentesco literário dos três primeiros Evangelhos:

“Nos anos 30-60 d.C. ter-se-iam cristalizado, primeiro na pregação oral, depois por escrito, pequenas unidades e breves coleções de sentenças do Mestre Jesus e também de suas principais atividades, sobretudo os milagres que comprovavam a autoridade de sua palavra. Entre essas coleções, uma pôde ser identificada a partir de seu uso em Mateus e Lucas: a fonte que os eruditos alemães chamaram de Logienquelle, ou Quelle (= Q), a “Fonte dos Ditos” (de Jesus), contendo ditos de João Batista e de Jesus. Não continha o relato da paixão, morte e ressurreição, o qual, por outro lado, era devidamente conhecido pela pregação oral e pela celebração eucarística.

Por volta de 65-70 d.C., Marcos teria redigido por escrito a tradição narrativa a respeito de Jesus. Surgiu assim o primeiro evangelho escrito dentre os que foram conservados. Depois da destruição do Templo, por volta de 80, Mateus e Lucas teriam escrito os seus evangelhos, independente um do outro, porém usando as mesmas fontes literárias, a saber, as duas acima mencionadas: o Evangelho de Marcos e a Quelle (Q).

Além das duas fontes literárias (Mc e Q), Mateus e Lucas apresentam, cada qual, matérias particulares, que podem provir das tradições particulares ou da própria atividade redacional dos respectivos evangelistas.” (KONINGS, 2005)

A seguir, o mesmo autor apresenta uma síntese da cronologia de fatos e documentos dos cinquenta primeiros anos após a morte de Jesus no ano 30 (KONINGS, 2005, p. x.):

- 30 – 50: Evangelho (boa notícia) transmitido na pregação oral;
- 51 – 52: primeiras cartas de Paulo;
- 50 – 60: coleção escrita das palavras de Jesus (**Quelle**);

- 65 – 70: Evangelho de Marcos;
- 70: destruição de Jerusalém;
- 80 (+ ou -): Evangelhos de Mateus e Lucas.

*A fonte ou Evangelho **Quelle**, redigido em grego, foi composto certamente na Palestina, antes da destruição de Jerusalém. Contém apenas ditos e parábolas, não recolhe relatos de nenhum gênero, nem a narração da Paixão ou as aparições do ressuscitado. Estes ditos foram recolhidos provavelmente por missionários itinerantes dos primeiros anos, os quais continuaram o estilo de vida e pregação de Jesus e que tinham grande interesse em conhecer seu ensinamento. A fonte Q é hoje objeto de atenção preferencial de muitos autores e constitui um dos capítulos mais apaixonantes da investigação moderna sobre Jesus. (PAGOLA, 2011, p. 588)*

A rigor, segundo Crossan, “o Evangelho Q – datado dos anos 50 do século I – é um documento hipotético cuja existência é postulada de maneira persuasiva para explicar a quantidade de material não marcano (de Marcos) encontrado com ordem e conteúdo similares em Marcos e Lucas. Este postulado não tem o consenso maciço que a prioridade marcana tem, mas é, com certeza, importante conclusão dos estudiosos.” (CROSSAN, 2004, p.152)

O Evangelho de Lucas é parte de uma obra que abrange o Evangelho de Jesus e os Atos dos Apóstolos. No prólogo do Evangelho, Lucas fala que antes dele muitos já haviam escrito sobre Jesus.

O quarto e último Evangelho canônico é o de João, que apareceu no final do século I, provavelmente na região da Síria. É muito diferente dos sinóticos e traz uma reflexão filosófico-teológica sobre a pessoa e a missão de Jesus.

“É uma magnífica meditação poético-filosófica, rica em imagens, pondo na boca de Jesus uma complexa teologia que, podemos estar certos, ele não

articulou literalmente. Jesus não fez declarações como ‘Pai, chegou a hora: glorificai vosso Filho para que o Filho possa glorificar-vos, nem se espera que o leitor acredite que ele de fato as tenha feito. João emprega a modalidade de convenção literária de que se valiam historiadores antigos como Tácito [...]’ (EAGLETON, 2009, p. 35)

A opinião mais aceita é a de que João não utilizou, nem conhecia os Evangelhos anteriores.

Fora dos quatro Evangelhos, o Novo Testamento fornece muito pouco sobre Jesus. Simplesmente por seu volume, a mais provável fonte de informações é Paulo, o único redator de material do Novo Testamento que, como se sabe, pertence à primeira geração de cristãos. Como o núcleo de sua teologia é a morte e ressurreição de Jesus, os fatos e as palavras de Jesus terreno simplesmente não têm grande presença em suas epístolas.

Na pesquisa histórica atual, ganhou relevância o testemunho de outros evangelhos chamados apócrifos, que a descoberta de novos manuscritos colocou em primeiro plano: os Evangelhos de Tomé, de Pedro, de Egerton, o Evangelho Secreto de Marcos. *“Dos evangelhos judeus-cristãos dos Hebreus, dos Egípcios e dos Nazareus, todos perdidos, conservamos apenas citações nos Padres da Igreja”*.

Há evangelhos apócrifos que contêm milagres abundantes e gratuitos que muitas vezes chegam a se parecer com literatura fantástica, em nítido contraste com a sobriedade dos quatro Evangelhos canônicos. Jesus aparece como uma criança prodígio, às vezes caprichoso e vingativo. (HOORNAERT, 2016, p. 98). Entre os evangelhos apócrifos contam-se os gnósticos, que contêm revelações privadas e interpretações inéditas sobre o **“logos”** e transformam Jesus em um ser divino aprisionado em carne e osso, que precisa deixar este mundo a fim de alcançar salvação.

O Evangelho de Tomé – que veio à luz somente em 1945 – é considerado pelos especialistas, atualmente, como o escrito de maior interesse dentre os apócrifos. Trata-se de uma compilação de 114 ditos de Jesus: palavras sapienciais ou proféticas, parábolas ou diálogos breves. “Outros Evangelhos passaram a ser conhecidos muito recentemente: *Evangelho secreto de Marcos* (1973); *o Evangelho do Salvador* (1999); *Evangelho de Judas* (2006). Em sessenta anos, surgiram quatro novos evangelhos.” (AUGIAS, 2011, 270)

“Do *Evangelho de Pedro*, cuja existência era conhecida por textos patrísticos, foi descoberto em 1886-1887 um amplo fragmento com um relato da paixão de Jesus. Um fragmento menor foi descoberto em 1993 e contém um diálogo entre Pedro e Jesus. Sua datação é controversa: os especialistas preferem datá-lo na primeira metade do século II, enquanto Crossan remonta nosso texto a um primitivo “*Evangelho da cruz*”, ao qual determina uma data mais alta, por volta do século I.” (BARBAGLIO. 2011, p. 69)

Frei Jacir de Freitas Faria, especialista no assunto, referiu-se a 88 textos apócrifos do Segundo Testamento em mesa-redonda sobre Jesus de Nazaré em um programa da TV Minas. A datação dos apócrifos do ST, segundo ele, “vai do primeiro ao sexto século da Era Comum. A maioria deles, no entanto, foi escrita entre os séculos segundo e quarto”. (FARIA, 2003, p. 20; 124)

A seleção dos documentos autênticos e não autênticos foi complexa, conflitiva e demorada. No século III já havia um Cânone que incluía a maioria dos 27 livros. O cânone atual foi definido no Sínodo Africano do ano de 399 e por uma carta de Inocência I, do ano de 405. No Oriente, a Igreja hesitou por longo tempo em aceitar o livro do Apocalipse. Não existe um consenso entre os ramos da fé cristã, hoje, sobre o que deveria ser considerado canônico e o que deveria ser apócrifo.

É notável a quantidade e a qualidade de documentos fontes de informação sobre Jesus, sua vida, sua mensagem, bem como sobre as primeiras comunidades cristãs. Jesus é, de fato, o judeu mais conhecido, mais documentado de sua época. Pagola, em nota de rodapé de seu livro **Jesus, Aproximação Histórica**, diz: “De Buda, morto por volta de 480 a.C., só possuímos escritos legendários redigidos pelo menos meio milênio após sua morte. De Confúcio, contemporâneo de Buda na China, restam-nos duas fontes de escassa credibilidade, que distam quatrocentos e setecentos anos do tempo em que o Mestre viveu. (PAGOLA, 2011, p. 587)

Segundo Norman Geister, citado por Tim Lahale em obra de 2009, [...] *de toda literatura antiga, o Novo Testamento é o documento mais bem autenticado. Há mais manuscritos do Novo Testamento, mais cópias próximas e confiáveis dos manuscritos originais (autógrafos) do Novo Testamento, do que qualquer outra obra escrita nos tempos antigos.* (GEISTER, em LAHAYE, 2009, p. 31)

Algumas observações importantes sobre as fontes, sua compreensão e utilização. As observações que se seguem estão baseadas principalmente em WITHERINGTON (2005, p. 20; 60;183; 212 e DUNN (2009, p. 12; 19; 60).

1. São produtos de um longo e coletivo processo.

“Os quatro evangelhos representam o produto final de um longo processo de desenvolvimento que se deu ao longo de mais de 60 anos de pregação cristã, instrução catequética, ensino, culto e reflexão teológica sobre a vida, a morte e a ressurreição de Jesus... refletem também diferentes momentos na fé e na vida da Igreja primitiva.” (RAUSCH, 2006. p. 53,54)

“São quatro os estágios pelos quais passaram os Evangelhos canônicos: a vida e o ensinamento de Jesus em aramaico; o testemunho ocular aramaico

dessa vida e ensinamentos; a tradução desse testemunho para o grego; a escolha, o arranjo e a edição desses textos gregos em forma de Evangelhos.” (BAILEY, 2016, p.20)

2. Narram o “Jesus lembrado”.

“O que temos nos Evangelhos é o ‘Jesus lembrado’ por aqueles que tinham conhecido mais a fundo testemunhas oculares, ou quem havia mantido contato com as testemunhas. Foram escritos enquanto havia uma memória viva das testemunhas oculares que pudesse ser consultada sobre os eventos.”

O papel das comunidades foi o de validar a veracidade dessas tradições e ressignificá-las para o momento em que viviam.

3. São transmissões orais passadas para a escrita.

Os textos eram criados para serem lidos em voz alta, geralmente para um grupo de pessoas e, em sua maioria, trata-se apenas de meros substitutos da comunicação oral. Para que o público ouvisse o texto de forma correta – ESCRITOEMLETRASMAIUSCULASSEM PONTOEVIRGULASEMPARAGRAFO (“A única forma de decifrar um conjunto de letras assim era pronunciá-las em voz alta: escrito em letras maiúsculas sem ponto e vírgulas e parágrafo”) – era necessário um mensageiro especializado, familiarizado com a escrita grega, que conhecesse previamente o conteúdo do texto.

Os Evangelhos Sinópticos seriam um testemunho de modelo e técnica de transmissão oral.

4. Escritos para persuadir, animar, cativar, responder interesse e necessidades da comunidade.

Como o movimento cristão se expande para todos os tipos de pessoas e grupos étnicos, os textos tinham que ser **“oralmente cativantes e persuasivos, de modo a arrebatam ainda mais pessoas”**.

Há que estar atento, numa cultura oral, ao papel da retórica religiosa. Efésios, por exemplo, não é uma carta, mas uma homilia, para uma série de igrejas paulinas, destinada a *“envolver o público em amor, deslumbramento e louvor em homenagem ou algum assunto”*.

5. A dificuldade não reside na falta, mas na natureza das fontes:

A dificuldade não está no número de fontes cristãs – não poucas e também não tão distantes no tempo de Jesus – mas na sua natureza. “São testemunhos da fé dos crentes das primeiras gerações, interessados não em reconstruir minuciosamente o passado, mas em dar sentido ao presente, referindo-se, porém, sempre, àquele passado vivido como carregado de sentido”. (BARBAGLIO, 2001, p. 76)

Todos os escritos do Novo Testamento são releituras de fatos e ensinamentos de Jesus à luz da certeza de sua ressurreição.

6. Não se tem uma biografia de Jesus.

É necessário observar que a memória evangélica escrita nos remete simultaneamente a vários e diferentes contextos vitais: ao contexto de Jesus e de seu movimento, bem como o contexto das releituras e ressignificações comunitárias.

Encontramo-nos diante de diferentes narrativas que querem interpretar o passado, refigurando-o imaginariamente para dar sentido à existência pessoal-comunitária em determinado contexto e momento. Esse imaginário é

“representação que organiza os traços deixados pelo passado e se propõe como sendo a verdade do acontecido. Diante do dilema de fontes – narrativas que propõem verdades distintas sobre o mesmo evento, cabe uma análise que possibilite a construção de uma versão verossímil ou plausível daquilo que possa ter sido, considerando os diferentes contextos e realidades, bem como distintos objetivos dos textos. (REIMER. 2013, p. 58-59)

Nenhum dos Evangelhos é uma biografia de Jesus de Nazaré. Dos 34 a 36 anos de vida de Jesus, temos apenas episódios esparsos e desordenados do ponto de vista de um historiador, relativos a um, dois ou três anos. A narrativa da infância de Jesus, em Mateus e Lucas, é considerada altamente simbólica e teológica. Os exegetas consideram midrax, um gênero literário que consiste em “investigar” qual seria o “sentido pleno”, ou “de atualidade” de um texto ou tema bíblico. (KONINGS, 2005, p. xi)

Alguns escritos, autodenominadas ou chamadas cartas, são homilias, circulares, algumas anônimas (Hebreus, 2 e 3 João) compostas (2 Pedro) e várias atribuídas a Paulo, são pseudoepigráficas. “Há também glosas que os escribas introduziram nos textos para melhor responder à situação das igrejas que as liam e, por outro lado, os textos tardios, cuja pseudoepigrafia salta aos olhos; estes últimos, não conservados no cânone cristão, fazem parte dos apócrifos” (QUESNEL, 2004, p.125). O famoso texto de Paulo em que ele teria dito “estejam caladas as mulheres nas assembleias, pois não lhes é permitido tomar a palavra, devem ficar submissas” (1 Cor. 14, 33-35) é glosa de um escriba da época patrística. As fontes, por mais sagradas que sejam, têm que ser lidas com critério.

3. Como ler as fontes cristãs

John Dominic Crossan – pesquisador irlandês radicado nos Estados Unidos, conhecido pelo rigor técnico-científico – conta que durante uma

palestra em Nova Iorque, em 1995, ele afirmou: “a história de Barrabás foi criada pelo evangelista Marcos”. No debate um ouvinte lhe perguntou a respeito da citada afirmação: “Por que não chama pelo que é: uma mentira?”.

Na ocasião Crossan teria dado uma resposta defensiva, mas a pergunta ficou na cabeça dele até encontrar a chave da compreensão:

“[...]os amigos e inimigos de Jesus, bem como as palavras e os atos dele, foram atualizados pelos evangelistas para falar às novas situações e problemas, novas comunidades e crises. Foram adotados, foram adaptados, foram inventados, foram criados. Na década de 40, para o Evangelho da Cruz – narrativa da paixão e ressurreição preservada no Evangelho apócrifo de Pedro – os romanos eram completamente inocentes. Então, porque assim apareciam naquela ocasião.” (CROSSAN, 2004, p. 558)

Nenhum evangelho escrito após a guerra de 66-73/74 d.C. dispõe-se a deixar os romanos totalmente sem culpa, como fez o Evangelho da Cruz, no início da década de 40. Não importa o que Pilatos pense, ele fornece os soldados para a crucificação⁸. Marcos culpa toda a “multidão” de Jerusalém. Mateus culpa todo o povo e João culpa “os judeus”. No tempo de João, nos anos 90, esses inimigos são os judeus, exceto “nós, os poucos justos”. Conclui Crossan: *“[...]os Evangelhos não são história exata, biografia exata, jornalismo exato. Se entendêssemos os Evangelhos, entenderíamos e esperaríamos isso”*. (CROSSAN, 2004, p. 559)

Para Crossan, o texto tem que ser entendido no seu contexto e este “*é construído a partir da antropologia intercultural, por intermédio da história judaico-romana até a arqueologia romana primitiva na terra judaica*”. (CROSSAN, 2004, p. 572. 26 Mc. 6, 35-44)

É assim que lemos os Evangelhos?

Duas leituras de uma mesma narrativa do Evangelho de Marcos:

“Quando estava ficando tarde, os discípulos chegaram perto de Jesus e disseram: Este lugar é deserto e já é tarde. Despede o povo, para que possa ir aos campos e povoados vizinhos comprar alguma coisa para comer. Mas Jesus respondeu: Vocês é que têm de lhes dar de comer. Os discípulos perguntaram: Devemos gastar meio ano de salário e comprar pão para dar-lhes de comer? Jesus perguntou: Quantos pães vocês têm? Vão ver. Eles foram e responderam: cinco pães e dois peixes. Então Jesus mandou que todos se sentassem na grama verde, formando grupos. E todos se sentaram, formando grupos de cem e cinquenta pessoas. Depois Jesus pegou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos para o céu, pronunciou a bênção, partiu os pães e ia dando aos discípulos, para que distribuíssem. Dividiu entre todos também os dois peixes. Todos comeram, ficaram satisfeitos, e recolheram doze cestos cheios de pedaços de pão e também dos peixes. O número dos que comeram os pães era de cinco mil homens.” (Mc. 6, 35-44)

Numa leitura ao pé da letra, textual, o que diz o texto? Exatamente o que está escrito: cinco mil homens (havia mulheres e crianças?) foram alimentados por cinco pães e dois peixes: um dos milagres de Jesus; extraordinário, irretorquível.

Uma outra leitura possível, feita por teólogos e exegetas, respeitados na Academia: Jesus fez repartir o que cada um trouxe, fez os discípulos darem o exemplo. Repartindo o que cada um tinha trazido, todos comeram e ainda sobrou. Era muita gente. O texto talvez contenha alguns exageros: cinco mil homens, mais as mulheres e crianças, teríamos aí quantos? Sobraram doze cestos de pedaços de pão e peixe?

Para a segunda leitura os números pouco ou nada dizem; o doze é claramente simbólico, lembrando as doze tribos de Israel. A mensagem é outra; é aquela que as primeiras comunidades praticavam periodicamente: refeições coletivas, fraternas, compartilhadas por todos, recordando o que

fizera Jesus de Nazaré. Tudo mais simples, sutil e nada espetacular. O verdadeiro milagre operado por Jesus é ter feito todos repartirem o que cada um tinha, de modo a ninguém ficar com fome. Uma mensagem muito atual.

Prevaleceu por muito tempo uma leitura que presumia que os fatos descritos no Novo Testamento estavam narrados como de fato aconteceram. O que está escrito é real, é verdadeiro, é inquestionável. Tal leitura, ao pé da letra, textual, é inaceitável, indefensável e reforça uma visão mitológica, pré-científica.

“Aconselha-se ao leitor perguntar sempre: o que o evangelista pretendia com sua história com bastante probabilidade, os autores dos Evangelhos acreditaram pessoalmente no realismo histórico dos eventos que resolveram narrar.

Eram filhos de uma época em que se pensava em termos mitológicos, que acreditava em um Deus-nas-alturas que intervinha livremente no curso do mundo, para quem nada era impossível... Isso vale particularmente para os milagres sobre os elementos da natureza.

Acresce ainda que os evangelistas não foram testemunhas oculares dos eventos que narraram. Colocaram por escrito o que havia sido contado sobre Jesus dentro do círculo de seus seguidores, a partir da tradição inaugurada após sua morte.

O que de fato contava para eles, não era o narrado em si, mas o significado salvífico que o Jesus apresentado na estória possui para nós... Um evangelista é um propagador da Boa Notícia, não um historiador ou jornalista. (Nrp) (LENAERS, 2017, p. 62, 63, 77, 87)

O que interessa, ontem e hoje, é o que as palavras querem significar para o leitor ou para a comunidade, lembrando sempre que os textos das

fontes cristãs – o Novo Testamento – são textos religiosos, teológicos, catequéticos e às vezes apologéticos.

“Esta atitude de ver o que o texto significa para a atualidade desvirtuou-se e levou a uma dogmatização da leitura. Teólogos começaram a procurar nas palavras, tiradas fora de seu contexto, argumentos para condenar os adversários. Ao mesmo tempo, a crescente inclinação jurídica do pensamento cristão fazia com que a ética bíblica fosse interpretada no quadro de um legalismo semelhante àquele que Jesus de Nazaré combatera ao preço de sua vida.” (KONINGS, 2011, p. 210)

A reação a esta leitura fundamentalista foi a adoção e aperfeiçoamento da investigação crítica, textual ou documental, histórica e literária.

A crítica textual busca a reconstituição do texto ou documento no estado original do momento da publicação. A crítica histórica busca reconstituir, na medida do possível, os fatos, os ditos relatados conforme sua objetividade histórica. Procura-se saber o que aconteceu realmente em relação ao que os textos contam. A crítica literária objetiva descobrir o que o texto quis dizer para seus primeiros destinatários, levando em consideração as circunstâncias e modalidades da produção do texto, o estilo etc. Mais recentemente, a pesquisa tem procurado acompanhar o processo de releitura e reinterpretação que se deu no próprio surgimento dos textos bíblicos até sua redação final. Pode-se, assim, acompanhar a gestação e o nascimento do texto (a tradição anterior, a forma literária e a redação) e perceber melhor o sentido assumido pelo autor. “Quando se trata de cultural oral – característica da época – não se pode falar de uma versão original de uma história, mas somente das versões multiformes e, ainda, tipicamente, a substância da história permanece a mesma”. (DUNN, 2009, p. 33)

Este tipo de pesquisa permitiu descobrir que, na Bíblia, muitos textos são “compostos” (obra de diversos autores), produzidos em diversas fases, até com pensamentos inteiramente opostos etc. (KONINGS, 2011, p. 221). Sabe-se hoje que alguns textos não são dos supostos autores – como várias cartas de Paulo – que complementos piedosos ou apologéticos foram inseridos posteriormente, que há erros de tradução dos textos originais, etc.

“Os textos neotestamentários ficaram expostos à manipulação durante séculos antes do controle do texto impresso (século XVII) e sobretudo no período de cem anos que separa o tempo apostólico das primeiras preocupações com um “cânone” de livros do Novo Testamento, no final do segundo século”. (HOORNAERT, 1997, p. 29)

“Uma justa compreensão dos textos evangélicos requer a utilização do método histórico-crítico, sem atribuir-lhe a exclusividade”. (PAGOLA, 2011, 584). Muitas vezes os textos bíblicos são lidos num sentido que o autor não tinha consciente, mas que não deixa de ser legítimo, porque baseado na mesma compreensão da vida que o texto, em sua profundidade, carrega consigo. Pois ler é entender-se com o texto acerca da vida. Apliquemos isso à leitura política de determinados textos: Jesus não foi um ativista político, mas sua luta religiosa por libertar o homem para a justiça e o amor fraterno pode ser lida, por nós hoje, em pauta política, porque hoje não se pode encarnar o amor aos oprimidos e excluídos sem articulação política.

A hermenêutica amplia, por assim dizer, o sentido original do texto, remetendo a seu significado hoje, com o cuidado de permanecer na mesma lógica, no rastro que o texto abriu. E cuidar disso é tarefa da exegese, que procura identificar o sentido do texto, em seu contexto histórico. *“Antes de tudo a Bíblia é um texto. E se é difícil lê-la é porque é um texto. É preciso criar*

uma competência de leitura - para a Bíblia, para um romance, ou um livro de poemas". (MENDONÇA, 2015, p. 303);

Quando se fala de leitura popular da Bíblia, pensa-se antes no sentido hermenêutico, mais acessível a partir da vida do povo, do que no sentido exegético, que exige certa erudição.

"A mútua iluminação da vida à luz da Bíblia e da Bíblia à luz da vida é o que inspira a antiga tradição da leitura meditativa da Bíblia, feita individualmente, em comunidade, ou na liturgia. Essa prática tem suas raízes nas primeiras comunidades cristãs, e seus precedentes, na sinagoga judaica. Os primeiros seguidores de Jesus viram na escuta dos apóstolos e no acolhimento de seus escritos o meio genuíno de se encontrar com Jesus Cristo." (CROSSAN, 2004, p. 210)

Orígenes (185-253 d.C.) escreveu a um de seus discípulos: "que o ato de ler seja feito com acurada aplicação e especial atenção (leitura): que a intenção da leitura seja a fé em Deus e o discernimento de sua vontade (meditação); que, para ler e acolher é necessário, absolutamente, orar (oração) e que todo este caminho seja feito na plena confiança em Deus (contemplação).

Esta tradição vem sendo revigorada na América Latina sob a denominação de leitura orante em comunidade, que, a partir da consciência da realidade atual, busca estabelecer analogias com as primeiras comunidades cristãs e com os textos bíblicos. Vendo nestas realidades a face de Deus que se revela e apela hoje para a solidariedade e justiça, ora-se e compromete-se com a construção do reino de Deus.

Conclui-se este capítulo, basicamente calcado na obra citada de Konings, com seu feliz comentário:

"No sentido utilitarista do termo, a Bíblia não serve para nada. Ela é como um amigo: instrumentalizado, perde a graça. A utilidade não é critério. No caso

da Bíblia, exatamente como no caso do amigo, a graça consiste em descobrir a riqueza de sua personalidade, com suas contradições, com as marcas de sua história, suas aspirações e utopias – qual reflexo de Deus no rosto não só de uma, mas de inúmeras pessoas, durante os dois mil anos de tradição que a Bíblia representa. Quem tem experiência de verdadeira amizade ou amor sabe quanto tempo leva a penetrar no espírito de um amigo, e mais ainda o viver no seu espírito. Assim também a Bíblia. Um termo popular exprime muito bem o jeito certo de abordar a Bíblia: é preciso curti-la! Ou, melhor talvez, deixar-se curtir por ela. Deixar sua vida de molho na Bíblia, para que ela penetre, até o cerne, o nosso modo de ser e de agir, como indivíduos e como comunidade.” (KONINGS, 2011, p. 220-221)

4. O Evangelho antes dos Evangelhos

O Evangelho, como anúncio da Boa-Nova, o reino de Deus, foi para Jesus de Nazaré sua missão, razão de ser e motivo de sua morte. Não poucos acompanharam Jesus em seu caminhar pelas aldeias, principalmente da Galileia. Dos que o acompanharam, alguns, marginalizados pela sociedade, já não tinham raízes, outros se desenraizaram. A maior parte daqueles que aderiram ao que ouviram e viram permaneceu onde estava: no seu modo de vida simples de aldeões pobres trabalhadores e piedosos.

Tão rápida quanto a notícia da morte ignominiosa de Jesus, deve ter se espalhado a notícia de que ele estava vivo, que Deus o havia ressuscitado. Com a notícia de que Jesus não estava entre os mortos, se espalha o sentimento, a convicção e a fé de seu retorno iminente.

A primeira geração cristã viveu durante vários anos, talvez mesmo duas ou três décadas, na expectativa do retorno iminente de Cristo. São Paulo, ainda acreditando nesta vinda imediata, escreve aos Tessalonicenses, por

volta do ano 48 d.C., portanto menos de 20 anos após a morte de Jesus de Nazaré: “Eis que declaramos a vocês, baseando-nos na palavra do Senhor: nós, que ainda estaremos vivos por ocasião da vinda do Senhor...” (Ts. 4, 15-18. GIBERT, 1999, p.128)

Para Crossan, havia uma dialética de itinerantes e chefes de família que remonta ao tempo de Jesus histórico. O reino de Deus fazia-se presente não só nos itinerantes, mas na interação de itinerantes e chefes de família, em uma nova comunidade de cura e refeições, de recursos materiais e espirituais compartilhados.

“Carismáticos errantes eram um fenômeno comum no cristianismo primitivo. Quanto ao número, as comunidades locais eram, com certeza, bem maiores.” (THEISSEN, citado por CROSSAN, 2004, p. 393)

“[...]podemos distinguir pelo menos três tipos de missão: o primeiro e mais antigo é o dos pregadores itinerantes...os destinatários do anúncio foram , em primeiro lugar os judeus ; o segundo tipo toma forma na Antioquia da Síria e consiste no anúncio do Evangelho aos gentios ; o terceiro tipo , embora um pouco menos configurável, é fornecido pelos missionários judeu-cristão que se introduziram nas comunidades eclesiais – igrejas de Corinto, de Filipos e , talvez , de Roma – para “corrigir “ o que consideravam ser uma falsa interpretação do Evangelho”. (PENNA, 2020, p. 56-57)

As primeiras comunidades cristãs, já que Jesus não deixou nada por escrito – pois possivelmente, segundo Crossan, ele não sabia escrever – tinham que recorrer à memória individual e coletiva, que é tanto ou mais reconstrução criativa que recordação, das palavras e modo de vida de Jesus.

“Relembrar seus ditos e imitar sua vida é o principal modo de continuidade de Jesus histórico para os que andavam com ele e continuaram o caminho depois dele” (CROSSAN, 2004, p. 441). A tradição

da vida, a tradição de como Jesus viveu, predominava entre as aldeias e cidadezinhas da Galileia e da Síria. A tradição da morte é primordialmente associada a Jerusalém, cidade ligada desde cedo, até mesmo antes de Paulo, a outras cidades como Damasco e Antioquia.

“A pregação cristã não se limitava ao querigma, isto é, o primeiro anúncio da vida, morte e ressurreição de Jesus. Surgiram outras formas literárias, geralmente orais, em função de outras necessidades dos pregadores e de suas comunidades. Nos diversos escritos do Novo Testamento, encontramos traços dessas primeiras formas literárias da pregação cristã (...). A descoberta dessas formas primitivas de pregação subjacentes aos atuais escritos nos mostra a vida e a criatividade das primeiras comunidades cristãs, empenhadas em “cristalizar” a memória a respeito de Jesus de Nazaré, aquilo que as pessoas precisavam saber para se converter a Jesus e para viver em sua comunidade [...]. Nas cartas de Paulo descobrimos que, além de uma tradição narrativa da vida de Jesus, existia também uma tradição das sentenças que ele proferiu (1 Cor.7; 10 etc.) ao modo de outros mestres judaicos.” (KONINGS, 2011, p. 126-128)

As sentenças consistem em aforismos, parábolas e diálogos sucintos. Encontramos ainda, nas cartas, indícios de fórmulas de credo, associadas à catequese e hinos⁹ presentes nas refeições compartilhadas, expressão e fonte da convivência fraterna das comunidades primitivas. Um destes hinos encontra-se na Carta aos Filipenses, escrita por volta do ano 55 d.C.: “Foi por isso que Deus o exaltou e lhe deu o Nome que está acima de todo nome. Para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, de quantos há no céu, na terra, nos abismos, e toda língua proclame para a glória de Deus Pai, que Jesus Cristo é Senhor” (Fl. 2, 9-11).

Pelo que sabemos até hoje, os primeiros escritos cristãos aparecem 15 a 20 anos depois da morte de Jesus. Quase simultaneamente surgem as cartas de Paulo – a carta aos Tessalonicenses é o primeiro documento

cristão preservado (50/51) – e uma elaborada e ordenada coleção escrita de palavras de Jesus: Documento Q, ou *Quelle*, palavra alemã que significa “fonte”.

O Documento Q contém um dos testemunhos mais antigos sobre Jesus; é um verdadeiro arsenal de ensinamentos de Jesus. É muito provável que os compositores e destinatários do Documento Q tenham vivido numa situação muito próxima de Jesus, tanto do ponto de vista temporal, como cultural. (OPORTO, 2006, p. 73)

Com o decorrer do tempo, essas formas primitivas e dispersas de pregação não eram mais suficientes. Surgiu um modo mais completo de formular o anúncio: os Evangelhos escritos. “Eles não são na origem nem doutrina, nem filosofia, nem historiografia; são *querigma* – proclamação da trajetória de Jesus, profeta crucificado e ressuscitado, fonte de salvação”. (KONINGS, 2011, p.126)

Os Evangelhos, como os diversos *querigmas* anteriores, fazem releituras, atualizadas, dos fatos passados, iluminados pela luz da ressurreição e adaptados às necessidades presentes de cada tempo, o que, evidentemente, dificulta a reconstituição dos fatos históricos como os concebemos hoje.

Os Evangelhos começaram a aparecer 40 anos após a morte de Jesus de Nazaré, embora a tradição oral tenha começado a ser escrita durante a primeira geração de seus discípulos. Se Theissen tem razão, o *Documento Q* teria sido ordenado e compilado ditos de Jesus 10/15 anos após sua morte¹⁰. A data relativamente tardia da redação dos Evangelhos, para Pierre Gibert, se explica pelo “*estado de pensamento de toda a primeira geração da comunidade cristã: uma comunidade cujo futuro não era sobre a terra e que não teria, portanto, história a escrever em razão justamente da vinda iminente do Senhor*”. (GIBERT, 1999, p. 129)

Outras razões explicariam esse tardio aparecimento dos Evangelhos. Escritos são demandas de letrados e foi certamente necessária certa expansão de comunidades cristãs para criar uma massa significativa de letrados¹¹.

Há que se considerar que a taxa de alfabetização do Império Romano não chegava a 10%. Possivelmente até muito menos, uma vez que a alfabetização na Palestina, no tempo de Jesus, conforme fontes judaicas, não passava de 3%.

Nada a admirar caso se considerem os dados de analfabetismo colhidos por Men Bar-Ilan de diversas sociedades da primeira metade do século XX. Turquia em 1927: 91,8%; Egito em 1927: 85,7%; África do Sul em 1921: 90,3%; Índia em 1921: 90,5%; Afeganistão, Irã, Iraque, Arábia Saudita antes de 1950: acima de 90%. (CROSSAN, 2004, p. 274)

Os escritos dos anos 35/40 – fórmulas de credo, hinos litúrgicos, as sentenças, as cartas de 49 a 54 e os Evangelhos a partir de 65/70 – *“não deviam constituir aos olhos das primeiras gerações cristãs novas Escrituras, nem mesmo complementos para as Escrituras. Até o início do século II d.C. as Escrituras continuaram para os cristãos as que haviam sido para Jesus de Nazaré e para os primeiros discípulos e que se chamariam mais tarde Antigo Testamento”*. (GIBERT, 1999, p.134)

5. O Novo Testamento – de sua origem aos nossos dias¹²

São 27 os primeiros escritos cristãos que não se perderam e foram aceitos oficialmente como legítimos (canônicos) no Sínodo Africano de 399. Estes compõem o Novo Testamento, assim chamado em contraposição ao Antigo e que designa a Aliança com Deus, renovada na pessoa de Jesus. São eles: quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, o

Apocalipse e 21 cartas, sendo 14 atribuídas a Paulo e sete a outros apóstolos: João (2), Pedro (2), Tiago (1) e Judas (1)¹³.

“As cartas – bem mais extensas que as cartas similares da época – não são cartas puras, mas de fato discursos, homilias e documentos retóricos de vários tipos, cujos autores não podiam transmiti-los pessoalmente ao público-alvo, enviando um representante para proclamá-los em seu lugar”. (WITHERINGTON, 2015, p. 20)

Todos escritos do ano 50 ao início do século II, ou seja, 20 a 70 anos após a morte de Jesus de Nazaré. Ao longo do século II, os quatro Evangelhos – ou o “Evangelho quadriforme” como designou Irineu (130-200) – eram os únicos reconhecidos pela Igreja entre os não poucos em circulação.

De acordo com Bessiere, *“os Evangelhos, como os demais escritos do Novo Testamento, constituem “best-sellers” absolutos. Foram escritos em grego e hoje estão traduzidos para mais de 1.800 línguas. A grande maioria das pessoas pode lê-los em sua língua materna.”* (BESSIERE, 1993, p.130)

Mas como esses escritos do primeiro século de nossa era chegaram a nós?

Os originais, escritos pelos respectivos autores, estão perdidos para sempre, como todos os livros da Antiguidade. As testemunhas mais antigas são as cópias. O intervalo entre essas cópias e a época dos originais é pequeno se comparado ao tempo percorrido entre a época em que os grandes autores gregos e latinos escreveram suas obras e a data de seus exemplares mais antigos que possuímos. Para Virgílio, a distância é de quatro séculos; para César, de nove; para Platão, de 13; e para Eurípedes, de 16; enquanto em relação aos Evangelhos, dispomos de textos completos do século IV e de muitos fragmentos anteriores.

Segundo Bessiere, entre esses fragmentos de manuscritos mais antigos, pode-se citar o papiro Bodmer II, conservado em Genebra e datado aproximadamente do ano 200, contendo dois terços do Evangelho de João. Mais antigo ainda, o papiro Rylands número 457, em fragmentos de 8,9 cm de altura e 6 cm de largura, está conservado em Manchester, apresentando algumas linhas de narração da Paixão no Evangelho de João, datado do ano 130, distando aproximadamente 50 anos do original¹⁴.

Conforme Konings, “do Novo Testamento foram conservados mais de 5.000 manuscritos antigos. Até 1935 só se conheciam cópias em forma de códice de pergaminho, do século IV em diante. Em 1935, porém, foi descoberto um pequeno trecho de papiro contendo alguns versículos de Jo, 18. Depois descobriram-se mais papiros”. (KONINGS, 2011, p. 170) Os mais antigos são um do início do século II e vários do século III. (WILSON, 2006, p. 97)

Entre as várias centenas de manuscritos anteriores ao ano 1.000, dois são mais cultuados, do século IV, apresentando o Novo Testamento na íntegra: o Vaticanus, guardado na Biblioteca do Vaticano e o Sinaiticus, conservado no British Museum, de Londres, vindo de São Petersburgo e comprado do governo soviético em 1933, por 200 mil libras.

O pesquisador americano Bart D. Ehrman observa que “ao longo do século XX, arqueólogos desenterraram inúmeros papiros manuscritos mais de 150 anos anteriores ao Códice Sinaítico. Muitos deles são fragmentários, mas alguns são extensos. Até agora, cerca de 116 papiros se tornaram conhecidos e foram catalogados; eles contêm partes da maioria dos livros do Novo Testamento”. (WILSON, 2006, p. 97)

“As citações encontradas em obras de autores cristãos dos primeiros séculos permitem observar o texto evangélico tal qual era lido nos séculos II e III. As traduções antigas dos Evangelhos, em latim, siríaco ou copta, algumas do século

II, permitem ler os textos como eram lidos em lugares e situações diversas. Entre os séculos I e VIII, contam-se perto de 300 mil citações do Novo Testamento.” (BESSIERE, 1993, p. 130-132)

São chamadas versões “as diferentes formas que a *Bíblia* assumiu no decorrer dos séculos, tanto na língua original, como em traduções. As primeiras são a Septuaginta – a compilação e tradução para o grego, atribuída a 70 sábios judeus de Alexandria, iniciada no século III a.C. – e a Vulgata, tradução para o latim, então língua do povo, coordenada por São Jerônimo no século IV d.C. e outras versões antigas de importância restrita – siríaca, copta, armênia, etc.

A divisão dos livros bíblicos em capítulos foi introduzida por Stephan Langton (1150-1228) e em versículos por Robert Estienne (1503-1559). Essas divisões nem sempre correspondem à estrutura e ao sentido do texto. Além disso, foram modificadas no decorrer do tempo, de modo que as diversas edições da Bíblia exibem diferenças na numeração.

Quando surgiu o movimento da Reforma Protestante, no fim da Idade Média, os reformadores – Lutero, Calvino, Tyndale – retomaram o que tinha sido a proposta da Vulgata: oferecer a Bíblia na língua do povo. Só que então a língua do povo já não era o latim e sim o alemão, o francês, o inglês... O impacto maior veio de Martin Lutero, que traduziu a Bíblia para o alemão, com grande arte literária, privilegiando a clareza e a expressividade acima da literalidade.

Depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica publicou e tornou oficial a Nova Vulgata, que amiúde corrige o texto de Jerônimo, procurando, com base em pesquisas recentes, maior aproximação aos originais hebraico e grego.

Constata-se uma crescente diversificação de traduções na mesma língua. O fenômeno não é novo: já na Antiguidade houve no mínimo

quatro traduções para o grego, que Orígenes (185-250) publicou em colunas paralelas.

Com o surgimento de diferentes denominações evangélicas, cada comunidade tem adotado sua própria tradução da Bíblia: luterana, presbiteriana, batista, sem se dar conta de que essas são necessariamente traduções interpretadas, o que exclui a pretensão de ser a única cristã.

Entre as traduções ecumênicas recentes, destaca-se a Bíblia Tradução Ecumênica (TEB), São Paulo, Loyola, versão brasileira da canônica traduzida dos originais por um grupo interconfessional. Excelente bíblia de estudo.

Em 21/11/2018, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou uma nova tradução oficial da Bíblia para o português. A tradução é baseada nos textos originais hebraicos, aramaicos e gregos. Um trabalho de equipe que levou 11 anos para ser concluído.

II

AS COMUNIDADES CRISTÃS PRIMITIVAS¹⁵

6. Época Apostólica (30-49)

6.1 Os primórdios: nazareus ou seguidores do caminho

“**D**esignamos como movimento de Jesus os primórdios do cristianismo primitivo; um movimento intrajudaico de renovação desencadeado por Jesus – um carismático – no âmbito sírio-palestino, que floresceu entre 30 e 70 d.C.” (THEISSEN, 2008, p.14)

São consideradas comunidades cristãs primitivas aquelas existentes no período que se estende da morte e ressurreição de Jesus até a redação do último escrito do Novo Testamento (Segunda Carta de Pedro), em torno do ano 130. Esse período é dividido em três etapas:

- a. Época apostólica – período que vai da morte e ressurreição de Jesus, no ano 30, até o ano 67. Corresponde ao período de vida daqueles que conheceram Jesus ou a ele aderiram logo no início do Caminho – modo de viver – de seus seguidores; corresponde à primeira geração. A Assembleia ou Concílio de Jerusalém, no ano 49, constitui um marco na subdivisão do período. Dos vinte primeiros anos (30 a 49) não restou nenhum escrito bíblico; as poucas informações estão nos Atos dos Apóstolos ou são “garimpadas” em outros textos do Novo Testamento. De 49 a 67 é o tempo áureo da missão de Paulo e sua equipe pastoral a partir de Antioquia da Síria, a qual encontra-se bem documentada nos Atos dos Apóstolos e nas sete cartas autênticas de Paulo.¹⁶

- b. Época subapostólica – de 67, quando estoura a guerra dos judeus contra a ocupação romana, até por volta do ano 97. É o tempo da segunda geração de cristãos.
- c. Época pós-apostólica – de 97 a 130, época da terceira geração de cristãos.

O primeiro ciclo da difusão da Boa-Nova nas primeiras décadas é o da Palestina, abrangendo as comunidades da Galileia, da Samaria e, principalmente, de Jerusalém, na Judeia. Estas primeiras comunidades, menos documentadas – exceto a comunidade de Jerusalém – estão na origem do Evangelho de João e por trás do Evangelho de Marcos. O segundo ciclo (de 49 – 67) é a época da abertura da Boa-Nova de Jesus aos gentios, isto é, àqueles que não pertenciam à religião judaica.

Hoje é ponto pacífico que cada um dos Evangelhos, embora levem o nome de uma pessoa – Marcos, Lucas, Mateus e João – é um produto coletivo que tem por origem e fim um conjunto de comunidades seguidoras de Jesus e portadoras das tradições orais refletidas nos respectivos Evangelhos.

“Os Evangelhos teriam passado por quatro fases: o impacto inicial de Jesus sobre os discípulos; a tradição viva informal e controlada; as tradições escritas; a redação evangélica. Este percurso torna os evangelhos fontes confiáveis.” (SEGALLA, 2013, p. 141)

A partir desta premissa, há que se entender que os Atos dos Apóstolos não são a única fonte de informação sobre as primeiras comunidades dos seguidores de Jesus. Para alguns estudiosos, os Evangelhos de Marcos (ano 70) e o de João, bem como suas três cartas (ano 95), nos proporcionam muitas informações sobre outras comunidades cristãs primitivas não vinculadas a Jerusalém.

Uma leitura ao pé da letra dos Atos dos Apóstolos, como se eles fossem historiografia moderna¹⁷, nos leva a pensar que a primeira comunidade cristã nasceu em Jerusalém em torno dos apóstolos, de algumas mulheres, entre as quais, Maria, e dos irmãos de Jesus, e daí teriam originado todas as outras.

Como disse Gass:

“Os autores de Atos tinham fortes razões para ‘esquecer’ as comunidades joaninas. A obra de Lucas já é um espelho do processo de patriarcalização e hierarquização das comunidades na época da segunda geração cristã nos anos 80. Por isso, não interessa aos autores dos Atos dos Apóstolos discorrerem sobre as comunidades que se organizaram fora de Jerusalém, de forma igualitária, em grande parte em torno das discípulas de Jesus [...]. Não é exagero concluir que são elas e, de modo especial Maria Madalena, que organizaram as mais antigas comunidades de discípulas e discípulos de Jesus, na Galileia, na Samaria e no Sul da Síria”. (GASS, 2012, p. 42-43)

A primeira geração de seguidoras e seguidores de Jesus de Nazaré é constituída por aqueles que o conheceram ou aderiram a ele ainda nos primeiros anos do Caminho, cujos adeptos viriam a ser chamados cristãos – expressão então pejorativa, significando “messianistas”, “subversivos” – pela primeira vez em Antioquia, por volta de 39-40.

Embora tenha se difundido uma visão unitária e universal das primeiras igrejas, os estudos mais recentes têm mostrado a riqueza da diversidade dos primeiros grupos que tentaram pôr em prática a missão que Jesus lhes confiara.

É mais provável que a rearticulação do movimento de Jesus tenha ocorrido na Galileia, conforme testemunham os autores dos Evangelhos segundo Marcos e Mateus, bem como João, em seu acréscimo. Depois de um período de crise e desarticulação do movimento de Jesus por causa de

sua morte violenta, aos poucos foram novamente se reorganizando, sob o protagonismo de mulheres, a partir da Galileia, sua terra de origem, pois o livro de Atos testemunha que os primeiros discípulos de Jesus eram todos galileus (At. 2,7). Passaram a se reunir nas casas para, a partir da memória do que Jesus realizara, continuar vivendo novas relações de partilha e solidariedade. Seus olhos foram se abrindo. E foi crescendo o sentimento de que Jesus continuava vivo ali onde os grupos se reuniam em seu nome para viver seu projeto (Mt. 18,20). E, ao partilhar o pão, veio a certeza de sua presença (Lc. 24,28-32). Assim, já não era possível falar de morte para ele. Sua entrega na cruz era interpretada como revelação suprema do que é a vida.

A grande ênfase está na mesa do pão partilhado nas casas (At. 42, 46), na refeição solidária chamada ágape, que precedia ou era envolta pelo ritual do pão e do vinho. Uma memória disso ficou nas palavras da eucaristia até hoje (Mc. 14, 22-25). O centro do cristianismo nascente foi a prática da mesa da partilha, aberta às pessoas pobres, doentes, impuras e estrangeiras e a quem se solidarizava e partilhava com esta gente.

Fiéis à prática de Jesus, as primeiras comunidades, além de frequentarem as sinagogas, nas vilas, onde elas existiam, reuniam-se nas casas fazendo do cotidiano o espaço do sagrado e onde o papel das mulheres ganhava relevância.

“As comunidades se reuniam nas casas do povo, nas casas de Priscila e Áquila, tanto em Roma (Rm16,50), como em Éfeso (1Cor16,19), na casa de Filêmon e Ápia em Colossos (Fm2); na casa de Lídia em Filipos (At16,15); na casa de Ninfa em Laodicéia (Cl4,15), nas casas de Filólogo e Júlia, Nereu e sua irmã e de Olimpas (Rm16,15). A criação de “igrejas domésticas” possibilitou maior influência e participação da mulher. (CRB, 1996, p. 23)

Cada comunidade podia expressar sua fé de acordo com seu modo de vida. Especialmente as igrejas fora da Judeia não tiveram medo do diferente. Ao mesmo tempo, souberam encarnar a boa-nova de Jesus nas diversas culturas daquele tempo. Havia muita diversidade. A variedade era entendida como expressão do dom do Espírito através do batismo. Nesses vinte primeiros anos das jovens igrejas, ainda não havia a imposição de um modelo único de pensamento, de doutrina. Também havia visões diferentes sobre Jesus. Vivia-se a riqueza e as tensões da pluralidade. (Pd. 3, 1-10)

As primeiras comunidades dos discípulos e discipulas de Jesus foram fortemente influenciadas pela expectativa de sua volta gloriosa. Até mesmo Paulo, por algum tempo, pensou que iria presenciar a volta de Jesus, precedida por sinais bem reconhecíveis. Cada uma das comunidades teve seu tempo para reelaborar sua compreensão sobre a volta de Jesus. Algumas demoraram mais de duas gerações para compreender que a forma de Jesus continuar presente era aquela mesma que haviam experimentado com o forasteiro que acolhiam em casa, no pão que repartiam, na partilha da ceia do Senhor, na comunidade que se reunia, nos doentes e presos que visitavam, na força do Espírito. Assim compreenderam que Jesus estava no meio deles.” (GASS, 2011, p. 25-26)

Das inúmeras e variadas experiências cristãs primitivas, destacam-se: as comunidades do Discípulo Amado (João), as de Marcos, as de Jerusalém e as dos helenistas. São pelo menos quatro grupos que participaram na formação das igrejas joaninas: galileus, batistas, samaritanos e gregos.

- Os galileus: eram marginalizados pelos judeus da capital, que se consideravam puros. A partir da experiência da ressurreição, os galileus viram suas expectativas messiânicas realizadas em Jesus como o Mestre, o Messias, o Filho de Deus e o Rei de Israel. Por isso muitos galileus teriam aderido às comunidades lideradas por Marta e Maria Madalena.¹⁸

- Os batistas: com a morte de João Batista, muitos de seus discípulos passaram a seguir Jesus. Como os galileus, eles tinham uma postura muito crítica em relação ao santuário e a tudo o que ele representava. Também não tinham condições econômicas de observar regularmente os atos de culto e purificação exigidos pelo Templo de Jerusalém.
- Os samaritanos: também eram fortemente excluídos pelo judaísmo oficial do templo. Mas as igrejas joaninas os acolheram; principalmente as mulheres da Samaria. Segundo o livro de Atos, a evangelização das aldeias da Samaria foi feita por Felipe, um dos sete helenistas escolhidos, em Jerusalém, para o serviço das refeições compartilhadas (At. 6, 5; 8,4-25). Ele contou, naquele trabalho, com a colaboração de suas quatro filhas que eram profetisas. A adesão de samaritanos ao Evangelho, com sua esperança messiânica própria, e, de modo especial, com a liderança das mulheres, foi responsável pela compreensão de Jesus tão diferente das demais igrejas primitivas. Foram os samaritanos que deram um colorido tão especial ao quarto Evangelho.
- Os gregos: não judeus que provavelmente já simpatizavam com o monoteísmo judaico, mas que não o aceitaram através do cumprimento da Lei. Eram bem acolhidos nas comunidades joaninas, sem passar pela circuncisão e pelas prescrições culturais sobre alimentos e outras coisas.

As comunidades marcanas também organizaram sua missão nos moldes do movimento de Jesus. Em equipes missionárias, saíam pelas aldeias curando doentes e expulsando demônios, isto é, procurando libertar as pessoas das forças que eram contra o reino de Deus (Mc. 6,7;13).

Anunciavam a todos que se convertessem e cressem no Evangelho. Como Jesus, eram missionárias itinerantes que viviam com simplicidade e desapego. “O Caminho, mais do que um movimento urbano, continuava sendo uma experiência majoritariamente rural”. (GASS, 2011, p. 516)

“Os portadores daquilo que posteriormente se tornou autônomo como cristianismo eram carismáticos, homens e mulheres, itinerantes sem pátria.

Há, entre estes, pelo menos dois agrupamentos: um judeu-cristão decorrente da missão a Israel e outro tipo de carismáticos itinerantes ligados à missão entre os gentios. No território sírio-palestino podemos comprovar a existência de carismáticos itinerantes durante várias gerações.” (THEISSEN, 2008, p. 76;89-90)

6.2 Jerusalém e Antioquia da Síria

Um dos 27 livros do Novo Testamento (NT) é o Atos dos Apóstolos. Originariamente ele compunha uma mesma obra com o terceiro Evangelho. Desde o século II, a tradição identifica seu autor como o médico Lucas, que acompanhou Paulo em algumas viagens de difusão da Boa-Nova. O autor escreve “para excelentíssimo Teófilo”, destinatário que pode ser um mecenas ou um anônimo “amigo de Deus”. A pretensão de Lucas de produzir uma “narração bem ordenada, fruto de um estudo cuidadoso de tudo o que aconteceu desde o princípio”, para Teófilo verificar “a solidez dos ensinamentos que ele recebeu”, dá à obra um caráter teológico e catequético.

“Foram escritos, ao longo dos séculos, uma cinquentena de evangelhos que depois foram considerados apócrifos. A multiplicidade de narrativas e de escritos sobre Jesus é constatada bem cedo. Já nas últimas décadas do primeiro século, quando Lucas se pôs a escrever seu evangelho, deparou-se com muitos textos, certamente, confusos uns, ingênuos outros, de modo que teve que empreender

uma acurada investigação para fugir dessas narrativas ingênuas.”
(FRANGIOTTI, 2017, p. 62; 63)

O Evangelho de Lucas apresenta o Caminho de Jesus, que começa e acaba em Jerusalém. Os Atos dos Apóstolos apresentam o Caminho dos irmãos – “os apóstolos, algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus e os irmãos de Jesus” – de Jerusalém até Roma, centro do mundo na época. A segunda parte da obra, ao se separar da primeira, passou a se chamar Atos dos Apóstolos. O nome não é adequado no sentido de que o livro menciona os doze; dá algum destaque a Tiago, Pedro, João¹⁹ e fala, na verdade, de Pedro e Paulo. A grosso modo, pode-se dizer que a primeira parte dos Atos é dedicada à comunidade de Jerusalém, a segunda ao grupo dos helenistas e a terceira a Paulo. Os helenistas fazem a ligação das comunidades de Jerusalém e Antioquia.

Há que se ter em conta que a obra de Lucas foi escrita em grego, provavelmente entre os anos 80 e 90, e destina-se primordialmente aos helenistas, ou seja, aos judeus-cristãos de língua e cultura grega. Por essa época, a maioria dos cristãos já era de língua e cultura grega, judeus da diáspora, habitantes de cidades do Império Romano. O templo e a cidade de Jerusalém haviam sido arrasados. Tanto o Evangelho quanto os Atos refletem uma teologia da Igreja judeu-helenista, elaborada segundo critérios das comunidades do autor. Sua perspectiva teológica é mostrar como Jerusalém é o ponto de partida do evangelho que é levado por Paulo “até os confins do mundo, com a força do Espírito”. (At. 1.8)

A comunidade dos primeiros discípulos na cidade santa de Jerusalém, em torno dos Doze Apóstolos, representa o novo Israel, com as Doze Tribos; uma cena com forte conteúdo simbólico (THISSEN, 2008, p.97). Lucas quer mostrar que o cristianismo tem uma origem comum: a experiência do Espírito a partir de Jerusalém, cidade centro do povo de

Deus, onde culminaram a vida e o testemunho de Jesus e onde se inicia o testemunho de seus discípulos. Esta comunidade original é apresentada como exemplo de radical fraternidade, comunhão de corações e partilha de bens materiais e espirituais:

“Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações [...]. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos frequentavam o templo e nas casas repartiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação.” (At. 2, 42-47)

O ensinamento (“*didachê*”, em grego) abrangia duas vertentes: a lembrança dos atos e palavras de Jesus e a releitura de toda a Bíblia na perspectiva de Jesus.

Na comunidade de Jerusalém conviviam dois grupos: os judeus-hebreus, de língua aramaica e cultura tradicional hebraica; e os judeus-helenistas, de língua e cultura grega, originários da diáspora. Embora “a multidão dos fiéis fosse um só coração e uma só alma”, surgiram problemas entre os dois grupos exatamente por um comportamento inaceitável: a discriminação das viúvas helenistas no repartir do pão. Então os Doze convocaram uma assembleia geral dos discípulos (At. 6,2) e escolheram Estêvão e outros seis helenistas para cuidar do assunto. Não demorou muito para eles assumirem outras funções: curas, anúncio da Palavra e batismo. Estêvão, ao proclamar a Boa-Nova, se envolveu em discussão com alguns membros da sinagoga dos Libertos (judeus de língua grega). Acusado de heresia, Estêvão foi preso pelos doutores da Lei e levado ao Sinédrio, onde, com muita coragem, expressou sua fé e a justificou com passagens das

Escrituras. Acusado de heresia, como Jesus, Estêvão, “cheio de graça e poder entre o povo”, foi levado para fora da cidade e apedrejado.²⁰ Segundo Lucas, Saulo (nome judeu de Paulo) era um daqueles que testemunharam e aprovaram a morte de Estêvão.²¹

Nessa ocasião, em torno do ano 35, desencadeou-se uma grande perseguição contra os discípulos de Jesus, fazendo com que muitos abandonassem a cidade e fossem viver nas aldeias da Judeia e da Samaria. E “aqueles que se dispersaram iam de um lugar para outro, anunciando a Palavra”. Felipe, um dos sete helenistas, dirigiu-se à Samaria, onde muitos foram batizados. Outros helenistas dirigiram-se à Fenícia, Chipre, Damasco e Antioquia na Síria, onde pregavam a Palavra apenas aos judeus. A comunidade de Antioquia teria sido fundada no ano 38. Convertidos de Chipre e da cidade de Cirene foram para Antioquia e começaram a pregar aos gentios. “Foi grande o número dos que acreditaram e se converteram ao Senhor. A notícia chegou aos ouvidos da Igreja de Jerusalém e esta enviou Barnabé para Antioquia” (At. 11, 19-25).

Como “ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum, Barnabé, levita, nascido em Chipre, vendeu seu campo e colocou o dinheiro aos pés dos Apóstolos” (At. 4,36). Depois, a pedido de sua comunidade, ele deixou Jerusalém e foi para Antioquia, onde se destacou como profeta e mestre. Em 39 ou 40, segundo Justin Taylor, discípulos de Barnabé se envolveram em um distúrbio que os romanos caracterizaram como atividades subversivas e as atribuíram aos messianistas, em latim “*christiani*” de onde teria vindo o nome cristãos, registrado em Atos dos Apóstolos (TAYLOR, 2010, p. 109). Para Stambaugh “os discípulos foram chamados ‘gente de Cristo’ pelos pagãos porque foi em Antioquia que eles, pela primeira vez, se afastaram do judaísmo como seita distinta” (STAMBAUCH; BALCH, 1996). Quando se dirigia a Damasco para

perseguir os membros da Igreja local, entre 36 e 37, pouco depois da morte de Estêvão (primeiro mártir entre os Seguidores do Caminho), Saulo passa por uma experiência extática, impactante, que o faz consciente de que Jesus está presente, vivo, naqueles que ele perseguia. Alguns exegetas entendem que Saulo “caiu do cavalo”, como diríamos hoje, num sentido figurado. Saulo tinha 28 anos.

“Não poderia ser mais significativo que o mais eficaz criador do universo cristão, Paulo, tenha começado como um ativo instrumento do Estado – homem de confiança do governo, exator de impostos, burocrata – e depois se desligando do Estado ao cair das alturas de sua autoridade num relâmpago de iluminação, cegado pela cruz, derrubado pela verdade evangélica”. (SHAMA, 2015, p. 156)

Para José Bortolini, ainda que tenha havido algum acontecimento impactante de “conversão” no caminho de Paulo para Damasco, onde já havia seguidores do Caminho, ele foi batizado, ou seja, iniciado, não em uma nova religião, mas na verdadeira forma de seguir sua religião judaica.

*“A conversão de Paulo tem sabor de um processo lento, de amadurecimento constante. Teria sido uma **metanoia**, ou seja, uma mudança de mentalidade: quebra da espinha dorsal de sua rígida formação farisaica – apego escrupuloso à Lei escrita e também oral; a exclusividade de raça; a discriminação de pessoas e coisas, considerando-as puras e impuras; a arrogância de se sentir separado, puro – parece ser a grande conversão de Paulo.*

O contato de Paulo com outras raças e culturas derrotou seu ego arrogante de fariseu irrepreensível, autossuficiente, e abriu-o para a compreensão de que em Cristo foram abolidas as diferenças sociais. “Não há mais diferença entre judeus e gregos, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são como um só em Cristo” (Gal, 3,28). O carinho com que os gálatas, pagãos, cuidaram dele doente, mostrou-lhe a fraternidade universal do amor de

Deus que é gratuito e precede qualquer virtude humana. (BORTOLINI, 2003, p. 29-40)

Convertido, Saulo é catequisado e batizado por Ananias em Damasco, onde permanece por pouco tempo. Para ele “o batismo não somente assegura a vida nova do crente, mas realiza sua transformação em membro do corpo místico de Cristo. Tal concepção era inconcebível para o judaísmo tradicional”. (ELIADE, 2011, p. 303)

A seguir, Saulo se retira para o “deserto arábico”²² – não sabemos para onde – certamente para pensar e refazer suas convicções religiosas/espirituais. Três anos depois, 38 d.C., ele regressa a Damasco, de onde foi obrigado a fugir por perseguição dos hebreus. Dirigiu-se, então, a Jerusalém (distante 200 km), onde foi apresentado por Barnabé aos Apóstolos Pedro e Tiago, os dois únicos que ali estavam.²³ Novamente ameaçado de morte pelos hebreus, seus “irmãos” o levaram para a cidade de Cesareia e daí o embarcaram para Tarso, sua cidade natal²⁴. Até então, os convertidos denominavam-se a si mesmos: irmãos, santos, fiéis, seguidores do Caminho ou discípulos do Senhor. Pelos outros, eram chamados galileus, ou nazareus; tidos como uma seita judaica.

“Por volta de 42-43, Paulo teve uma experiência estranha, que deixou nele sua marca até o fim de sua vida. Ele conta algo dela em 2 Coríntios 12, 2-10. A experiência pertence à categoria que se costuma chamar de êxtase [...] no caso “uma forma de união direta com Cristo.” [...] “Já não sou eu que vivo, mas Cristo vive em mim” – escreve ele às igrejas da Galácia (Gal.2,20). A seqüela da experiência mística de Paulo foi um mal físico incômodo e humilhante, talvez epilepsia, que o colocaria na companhia de homens de ação como Júlio César e Napoleão.” (BRUCE, 2013, p. 129-130)

Em meados do ano 45 Barnabé foi a Tarso²⁵ buscar Saulo para trabalharem juntos em Antioquia (hoje Antákia, na Turquia), distante 460

km de Jerusalém, com 500 mil habitantes, então a terceira cidade do Império Romano, depois de Roma e Alexandria. Ela controlava as estradas que interligavam a Ásia Menor, o Eufrates e o Egito, gozava de invejável provisão de água, planície fértil para a agricultura e oferecia a segurança de alguma distância do mar (14 milhas), ficando somente a um dia de viagem de um dos melhores portos do Mediterrâneo.

A comunidade judia em Antioquia era tão antiga como a própria cidade. Segundo Flávio Josefo, “considerável número de ‘gregos’ sentia atração pela sinagoga, pela discussão da Torah e pelo modo de vida dos judeus”. Por muito tempo ela tinha sido próspera, pacífica e aberta.

“A diversidade étnica, a cultura, o poder, o comércio e a religião dessa cidade capacitaram os cristãos que nela viviam a contribuir singularmente para a evolução do cristianismo.” (STAMBAUGH; BALCH, 1996, p. 134;137)

“Saulo permanece um ano com Barnabé em Antioquia, onde organizam a primeira comunidade importante de origem pagã e ela se torna o ponto de onde a missão cristã se irradia para o mundo helenístico.”(ELIADE, 2011, p. 302)

O movimento cristão, que até então era visto pelos pagãos como uma mera variação do judaísmo, uma seita, torna-se um Caminho próprio, autônomo. Paulo, um intelectual culto e poliglota, traduz a Boa-Nova, anunciada por Jesus, para os marginalizados do meio rural, para o mundo grego, urbano, das grandes cidades.

Em sua primeira carta aos Tessalonicenses – o primeiro documento cristão preservado, escrito durante sua segunda viagem (50/51) – recomenda o que vem praticando há tempos em cada cidade que chega:

“Que seja para vocês uma questão de honra viver em paz, ocupando-se das suas próprias coisas e trabalhando com as próprias mãos, conforme recomendamos. Assim vocês levarão uma vida honrada aos olhos dos estranhos e não passarão mais necessidade de coisa alguma.” (1 Ts. 4,11-12)

Paulo nasceu em Gishala, na Galileia – segundo Jerônimo (347-420) –, de pais feitos escravos pelos romanos, que em Tarso conquistaram a liberdade e a cidadania romana.²⁶ Esta origem explicaria o quanto Paulo prezava “a liberdade dos filhos de Deus”, cuja plenitude ele veio a encontrar na superação da Lei e em sua conformação ao Cristo: “Eu vivo, mas não sou eu: é Cristo que vive em mim” (Gl. 2, 20); “Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém” (1 Cor. 6, 12).²⁷

Alain Badiou (*1937), filósofo, dramaturgista e romancista, conhecido por sua militância comunista, em seu livro “Paulo: a fundação do universalismo”, comenta:

“Paulo é um grande escritor, conciso, formulador, que sabe deixar para o momento oportuno raras e poderosas imagens. Como nos salientou o poeta Henry Bauchau, algumas passagens, que combinam uma espécie de abstração violenta e rupturas de tom na tentativa de convencer o leitor, de modo a não possibilitar nenhum descanso, são semelhantes a monólogos de Shakespeare. Mas o que importa nessa prosa é definitivamente a argumentação e a delimitação, a forte manifestação de um núcleo essencial de pensamento. Não há, então, parábolas, nem obscuridades complicadas, nem indecisão subjetiva, ou deformação da verdade. O paradoxo da fé deve ser produzido tal como é levado pela prosa à luz de sua novidade radical. Sem os textos de Paulo, a mensagem cristã permaneceria ambígua e mal desembaraçada da literatura profética e apocalíptica superabundante na época. Este é importante motivo de sua presença no corpus canônico.” (BADIOU, 2009, p. 44)

Jerome Murphy-O'Connor propõe a seguinte cronologia da vida/atividade de Paulo:

“Nascimento (6 a.C.); vocação de Paulo (32/34); viagem à Arábia e Damasco (35-37); primeira visita a Jerusalém (37); Antioquia (45-46); ministério na Galácia (setembro de 46 a maio de 48); ministério na Macedônia (setembro de

48 a abril de 50); assembleia em Jerusalém (outubro de 51); viagem a Éfeso (abril a julho de 52); ministério em Éfeso (agosto de 52 a outubro de 54); Macedônia (inverno de 54-55); Ilíria (verão de 55); Corinto (inverno de 55-56); viagem a Jerusalém (verão de 56).” (MURPHY-O’CONNOR, 2004, p. 43,46)

Isidoro Mazzarolo acrescenta outras datas: Prisão de Paulo em Jerusalém (58); cativo em Cesaréia (59-60); partida para Roma (60); libertação do cativo em Roma (62); visita à Espanha (62); quarta viagem (63-65).

“Estudos mais recentes acreditam que Paulo, depois de liberto em Roma, teria ficado na Espanha cerca de três meses, voltando outra vez para a Macedônia, Acaia e Ásia. Por fim, tomando conhecimento dos sofrimentos impostos por Nero aos cristãos, em solidariedade e apoio, volta a Roma, onde sofre o martírio (em 67).” (MAZZAROLO, 2005, p. 157)

Eusébio de Cesaréia (260-339 d.C.), cuja cultura impressionou o Imperador Constantino e o levou a ter papel preponderante no Concílio de Niceia, narra em sua História Eclesiástica:

“É, pois, tradição (escrita) que o Apóstolo, depois de haver pronunciado sua defesa, partiu novamente para exercer o ministério da pregação e que, tendo voltado segunda vez à mesma cidade (Roma), terminou sua vida com o martírio, nos tempos do mesmo imperador (Nero). (DE CESAREIA, 1999, Livro II, XXII, 2. p. 68)

“A morte de Paulo parece ter sido motivada por acusações feitas contra ele por judeus-cristãos ultraconservadores pertencentes à mesma comunidade romana”. (PENNA, 2020, p. 261).

7. Época Apostólica (49-67)

Os Atos dos Apóstolos registraram uma reunião realizada em Jerusalém, pelos anos 48 a 50 d.C., que se tornou conhecida como Concílio

de Jerusalém.²⁸ Participaram da reunião os apóstolos e anciãos, entre os quais Pedro, João e Tiago, Paulo e Barnabé, representando a comunidade de Antioquia da Síria. Toda a comunidade de Jerusalém deve ter participado também, uma vez que dois representantes foram ali escolhidos para levar uma carta à comunidade de Antioquia. A reunião foi pautada para responder à seguinte questão: “é preciso circuncidar os pagãos (convertidos) e mandar que eles observem a Lei de Moisés?”. Um grupo (aqueles que tinham pertencido ao partido dos fariseus e tinham abraçado a fé) defendia o SIM; outro grupo (as comunidades representadas por Barnabé e Paulo) defendia o NÃO.

Pela Carta aos Gálatas, sabemos que Paulo, prudentemente, não entrou na reunião para perder. Tomou, antes, algumas precauções: levou um companheiro grego, Tito, convertido, não circuncidado, “expôs suas posições reservadamente às pessoas mais notáveis” e procurou blindar suas comunidades dos “falsos irmãos e dos intrusos que se infiltraram para espionar a liberdade que temos em Jesus Cristo, a fim de nos tornar escravos”.

“Paulo, nas palavras de Cecil Roth, gradualmente convenceu-se ser impossível ao Cristianismo²⁹ abrir caminho enquanto estivesse ligado ao jugo da lei judaica, continuando os adeptos das novas ideias a respeitarem o costume da circuncisão e as variegadas restrições da dieta. Ele ‘tomou a decisão capital de dispensar os prosélitos cristãos dos mandamentos da Lei e da circuncisão – e, num só golpe, mudou o curso da história mundial’”. (NASCIMENTO; JEHA, 2017, p. 142)

Depois de longa discussão, Pedro falou de sua atuação junto aos pagãos e se posicionou pelo NÃO.

Barnabé e Paulo, defendendo o NÃO, contaram “todos os prodígios que Deus havia realizado por meio deles entre os pagãos”.

Não consta que os defensores de uma posição ou de outra tenham exposto as consequências do SIM e do NÃO. Buscaram ser fiéis à Boa-Nova, coerência comportamental e facilitar a convivência entre si.

Os fiéis da comunidade de Jerusalém, como narram os Atos, “diariamente e unânimes, frequentavam assiduamente o templo e eram fiéis às normas alimentares judaicas”. Eram vistos como um grupo ou partido dentro do judaísmo a exemplo dos fariseus e saduceus e assim gozavam da “**licita religio**”, a religião permitida pelo império.

A decisão final foi NÃO, tendo a assembleia acompanhado o parecer de Tiago, líder da comunidade de Jerusalém.³⁰ Decidiu-se também enviar uma carta “aos irmãos que vêm do paganismo e que estão em Antioquia e nas regiões da Síria e da Cilícia”: “Porque decidimos – o Espírito Santo e nós – não impor sobre vocês nenhum fardo, além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilícitas. Vocês farão bem se evitarem essas coisas. Saudações.” (At.15, 28-29)

“Trata-se de uma solução de compromisso, pois cada uma das partes cedeu em algum ponto: Pedro aceitou as quatro leis de pureza legal para permitir a convivência entre judeus e gentios convertidos; Tiago aceitou não impor a circuncisão aos gentios convertidos.” (RICHARD, 1999, p. 122)

Para Crossan, no Concílio de Jerusalém, [...] a questão imediata da circuncisão dos gentios do sexo masculino foi resolvida. Mas criou-se um problema muito maior, pois agora havia duas missões, uma para os judeus, liderada por Pedro; e uma para os pagãos, liderada por Barnabé e Paulo. Isso teria funcionado bem se judeus e pagãos vivessem em enclaves completamente isolados. E se só cristãos-judeus pregassem aos judeus; e cristãos-pagãos aos pagãos. Era excelente como idealismo [...]. Mas funcionaria como programa prático? Em uma grande metrópole como Antioquia, por exemplo, haveria duas

comunidades independentes, uma de cristãos-pagãos e outra de cristãos-judeus? (CROSSAN, 2004, p. 502)

Essas questões não resolvidas logo explodiram em Antioquia, onde, em uma comunidade unida, cristãos-judeus e cristãos-pagãos comiam juntos sem observar os mandamentos dietéticos da Lei de Deus. Escreve Paulo na Carta aos Gálatas:

“Mas quando Cefas (Pedro) veio a Antioquia, eu o enfrentei abertamente, porque ele se tinha tornado digno de censura. Com efeito, antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago, ele comia com os gentios, mas quando chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé deixou-se levar pela sua hipocrisia. Mas quando vi que não andavam retamente, segundo a verdade do evangelho, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?” (Gl. 2, 11-14)

Tiago, líder oficial da Igreja-mãe de Jerusalém, a Igreja da circuncisão,³¹ era um “judeu-cristão que acreditava que Jesus era o Messias, mas também seguia a Lei judaica completa. Isto explica negativamente porque, ao contrário de Estêvão no início dos anos 30, ou de Tiago, filho de Zebedeu, no início dos anos 40, Tiago, irmão de Jesus, líder oficial, só foi atacado, perseguido e executado em 62, como testemunham Negesipo e talvez Flávio Josefo”. (HOORNAERT, 1997, p. 106)

Após sua execução ele foi veementemente defendido, não apenas pelos judeus-cristãos, mas também pelos judeus não cristãos.

Depois do Concílio, Paulo e Barnabé voltaram para Antioquia “e junto com muitos outros ensinavam e anunciavam a Boa Notícia da Palavra do Senhor” (At. 15, 35). De acordo com Atos (13, 1), “havia profetas e mestres

na Igreja de Antioquia”. Não menciona a existência de presbíteros, como no caso da Igreja de Jerusalém (15, 2).

“Os cinco mencionados configuram uma direção eclesial bastante plural: Barnabé é um levita originário de Chipre; Simão possui um nome aramaico, com apelido latino de Níger, que o identifica como negro; Lúcio de nome latino é procedente do norte da África (Cirenaica); Manaém é irmão de criação de Herodes; Saulo, um fariseu convertido de Tarso. Trata-se de uma equipe multicultural e diversificada.” (RICHARD, 1999, p. 108)

Sobre a importância histórica da Assembleia de Jerusalém, o filósofo Alain Badiou (*1937) comenta:

“Ao deixar a ação de Paulo desenvolver-se ao mesmo tempo que a dos judeus-cristãos de estrita observância, a Assembleia de Jerusalém evitou que o cristianismo fosse, definitivamente, apenas uma seita como muitas outras. Mas, ao conter o zelo dos pagãos-cristãos hostis ao judaísmo fosse apenas um novo iluminismo, também muito precário, uma vez que não tinha enraizamento algum no judaísmo histórico. A Assembleia de Jerusalém é realmente fundadora pois dota o cristianismo de um duplo princípio de abertura e historicidade”. (BADIOU, 2009, p. 43)

7.1 Viagens apostólicas de Paulo³²

Por doze anos (de 46 a 58 d.C.), dos 41 aos 53 anos, Paulo assume a missão que lhe foi designada pela comunidade de Antioquia:³³ levar o Evangelho tanto aos judeus da diáspora quanto aos gentios “até os confins da terra”.³⁴ Paulo faz três grandes viagens a partir de Antioquia. “Nas três viagens, tais como descritas nos Atos, Paulo e seus companheiros percorreram cerca de 16.000 quilômetros”. (CRB, 1996, p. 20)

As três viagens missionárias de Paulo têm como ponto de partida Antioquia do Rio Orontes, na Síria, a mais romanizada cidade do Oriente,

com no mínimo 100.000 habitantes.

Em 45, Barnabé, natural de Chipre, missionário em Antioquia, fora buscar Paulo, em Tarso, para ajudá-lo na evangelização da comunidade local dos seguidores do Caminho, que já contava com cerca de 50 membros. São eles que credenciam, patrocinam e enviam em missão.

A **primeira viagem** (46-47), embora considerada de Paulo, foi provavelmente coordenada por Barnabé, que levou consigo também João Marcos. Passando por Chipre, evangelizam nas cidades de Salamina e Dafos, onde o procônsul Sérgio Paulo converte-se. Na Panfília, na cidade de Perge, João Marcos separa-se de Barnabé e Paulo. Na Antioquia da Pisídia, Barnabé e Paulo pregam até serem expulsos da cidade. De lá seguem para Licaônia, pregando nas cidades de Icônio, Listra e Derbe. Em Icônio, judeus e gentios tentam apedrejar os dois apóstolos (2 Cor. 11, 25), que fogem para Listra e Derbe. Regressando, passam por Listra, Icônio, Antioquia da Pisídia, Perge e Atália, na Panfília, de onde embarcam para Antioquia.

Em Antioquia, Paulo se separa de Barnabé, que embarca com João Marcos para Chipre.

Na **segunda viagem**, bem mais extensa (48-51), Paulo e Silas, integrando uma caravana para Corinto, passam por Derbe, Listra e Icônio, onde haviam fundado Igrejas. “Somente uma caravana bem organizada, bastante forte, poderia viajar com segurança num território de bandidos, ou de animais selvagens, embora nas estradas romanas da região, pacificadas, houvesse estalagens a cada 35 kms, distância percorrida mais ou menos em um dia.” (A utilização de caravanas para percorrer largas distâncias pode ter sido mais uma das estratégias de Paulo para difusão da Boa-Nova). Para percorrer os 824 quilômetros que separavam as duas Antioquias, a caravana tomaria cerca de 26 dias. Em Listra, o jovem Timóteo, convertido por Paulo, torna-se companheiro de viagem de Paulo,

que o assume como um filho, transforma-o em missionário e coautor de seis cartas.

Seguem até Trôade (40 quilômetros a sudoeste da antiga Troia), de lá navegam até Samotrácia e Neápolis. A pé, pela Via Egnácia, percorrem os 16 quilômetros que separam Neápolis de Filipos, capital da Macedônia. Em Filipos, Paulo hospeda-se na casa de Lídia, comerciante de púrpura, pagã, simpatizante do judaísmo (At. 16, 14). Na casa de uma das mulheres da comunidade nasce a primeira igreja doméstica da Europa. A mudança da sinagoga para a casa é decisiva para o papel da mulher. Na casa, ela é a dona, a anfitriã, aquela que coordena. Paulo e Silas são postos na prisão, talvez pela primeira vez. Na casa do carcereiro – pagão como Lígia (mulher de negócios, em Filipos)³⁵ – surge a segunda igreja doméstica europeia. Filipos foi uma das três cidades em que Paulo foi “batido com varas” (2 Cor. 11, 25) e onde foi “vergonhosamente tratado” (1 Ts. 2, 2). Convidado pelos magistrados a sair da cidade, Paulo e seus companheiros, atravessando Antípolis e Apolônia, chegaram a Tessalônica, capital da Província da Macedônia. Ali o cenário do ministério de Paulo era uma oficina, onde trabalhou como fabricante de tendas. O tempo de ministério em Filipos e Tessalônica foi do verão de 49 ao início da primavera de 50. Perseguidos ali também, Paulo e Silas partem para Beréia e daí para Atenas, onde Paulo prega na sinagoga e na Ágora, com apatia e rejeição dos ouvintes. Caminhando 80 quilômetros, Paulo, Timóteo e Silas chegam a **Corinto**, onde se hospedam na casa/oficina de Priscila e Áquila.

Paulo buscava uma base para seu trabalho de missionário que preenchesse duas condições: facilidade relativa para implantar e manter uma igreja e ter excelentes comunicações com a região circundante. Em meados do sec. I, Corinto preenchia essas condições de forma muito mais satisfatória que Atenas, já então uma velha cidade arruinada com um

passado muito mais glorioso que o presente. Como centro de cultura fora superada até mesmo por Tarso, cidade natal de Paulo.

Corinto, pelo contrário, era uma cidade liberal em grande progresso: o mais importante centro comercial da costa mediterrânea oriental. Paulo tinha a possibilidade de influenciar pessoas de uma grande variedade de regiões e os convertidos levarem o Evangelho para seus povos. Os viajantes que iam em todas as direções ofereciam alguma segurança para os mensageiros de Paulo.

Dedicam-se à comunidade um ano e meio (50-51), criando uma comunidade de 40 a 50 pessoas. Voltando, passam por Éfeso, onde ficam seus companheiros, inclusive o casal Priscila e Áquila. Navegando aportam em Cesaréia (cerca de 965 quilômetros) e de lá seguem a pé até Antioquia da Síria (600 quilômetros). Paulo e Barnabé chegam como viajantes experientes, tendo percorrido cerca de 3.200 quilômetros.

Em 51, Com Barnabé e Tito, Paulo é enviado, pela comunidade de Antioquia, para Jerusalém – 14 anos depois de seu encontro com Cefas – onde ocorre o Concílio dos Apóstolos (Gal. 2, 11-21), narrado, pela sua importância, nas páginas anteriores.

Terceira viagem: na primavera de 52, Paulo e Timóteo, desgostosos com a situação em Antioquia do Orontes, partem em direção a Éfeso, onde pretendem instalar nova base de suas atividades missionárias. Perfazem parte do caminho da viagem anterior, passando por Tarso, Derbe, Listra, Icônio e Antioquia da Pisídia. Depois de percorrer 816 quilômetros, chegam a Pessinunte, na Galácia, onde são recebidos de braços abertos e passam a maior parte do verão. Percorrendo mais 540 quilômetros, passam por Hierápolis (atual Pamukkale) e chegam a Éfeso, onde voltam a se encontrar, depois de um ano, com Priscila e Áquila, então líderes da comunidade.

A escolha de **Éfeso** (cerca de 200 mil habitantes) por Paulo para a sua segunda sede de longo prazo foi tão bem planejada quanto a primeira, Corinto. A centralidade desta cidade na costa ocidental da Ásia Menor em relação às Igrejas que ele fundara anteriormente é bem ilustrada por algumas estatísticas simples. Em linha reta, Éfeso é equidistante da Galácia, de Tessalônica (480 quilômetros), de Corinto (400 quilômetros), de Filipos (445 quilômetros) e de Antioquia da Pisídia (330 quilômetros). Soma-se a isto o trabalho missionário que vinha sendo desenvolvido pelo casal, colegas de profissão – fabricantes de tendas – Priscila e Áquila.

Em julho de 53, em consequência de seu sucesso, Paulo foi preso. “Pode ser que tenha sido algemado ou preso por grilhões, mas não estava impedido de receber visitas e escrever cartas. Pôde contar com secretários profissionais para escrever aos Filipenses, aos Colossenses e a Filêmon.” Na prisão, vendo de perto a morte, Paulo reflete sobre a morte horrível de Jesus, cuja morte crucificado “era escândalo para os judeus e loucura para os gentios” (1 Cor. 1, 23). Pensando nas condições de vida de Jesus, seu ministério e sua morte – sua historicidade – Paulo compreende melhor o significado das condições em que ele próprio exercia seu ministério³⁶. Libertado da prisão, provavelmente no fim do verão de 53, Paulo continuou morando em Éfeso por mais um ano ou mais.

Parece lógico atribuir à iniciativa missionária de Éfeso a criação de comunidades em Hierápolis, Laodicéia, Esmirna, Pérgamo, Sardes, Filadélfia, Magnésia e Trales, no vale do Meandro, todas num raio de 192 quilômetros de Éfeso, e também Colossos, ligadas entre si por excelentes estradas. Em Éfeso, a estratégia missionária de Paulo para evangelização do resto da província romana da Ásia era motivar os forasteiros lá convertidos a levarem o Evangelho a suas cidades e aldeias de origem.

Paulo retomou, depois de três anos, seus contatos com Corinto, no fim do verão de 53 ou bem no início da primavera de 54, quando Apolo voltou de lá para Éfeso. Nos 27 meses (At. 19, 8-10) em que permanecem em Corinto, Paulo e seus companheiros, certamente atendem às comunidades que haviam fundado nas redondezas. Ciente dos problemas sérios que a comunidade de Corinto estava vivendo, sua primeira providência foi enviar Timóteo de Éfeso para lá, o que demoraria, entre ida e volta, cerca de seis semanas, provavelmente do início de maio a meados de junho. Nesse período, uma delegação de Corinto trouxe a Paulo, em Éfeso, notícias sobre divisões mais profundas na comunidade, o que o fez escrever a carta que conhecemos como primeira aos Coríntios. Timóteo ainda estava em Corinto e pôde constatar o desastre que a carta de Paulo provocou, quando lida em público. Ciente do ocorrido, Paulo, profundamente deprimido, embarcou para Corinto, sem resolver de todo os problemas da comunidade, prometendo voltar, resolveu ir a Tessalônica, percorrendo a distância de 580 quilômetros. Exausto pela jornada sob sol escaldante, Paulo chegou a Tessalônica em meados de julho de 54. Timóteo tinha precedido Paulo nessa jornada e reanimado a comunidade local. “O contraste entre a fidelidade dos tessalonicenses e filipenses e a ridícula neutralidade dos coríntios aumentou a amargura de Paulo contra os coríntios”. Deixando Timóteo na Macedônia, Paulo escreveu outra carta aos coríntios (a qual se perdeu e a ela se refere em 2 Cor. 2, 4) e, sem passar por Corinto, retornou a Éfeso, tendo chegado ali no meio de agosto de 54.

No meio do caminho encontrou com Tito, que lhe trouxe notícias das comunidades da Macedônia e principalmente de Corinto. Em Troade, cidade por onde passara duas vezes antes e que Paulo queria como centro evangelizador da região tanto da Ásia quanto da Europa permaneceu por sete dias, talvez na casa de Carpo (2 Tm. 4,13) e obteve bons resultados. De Trôade,³⁷ Paulo embarcou com destino a Jerusalém, passando pelos portos

de Assos, Mitilene, Quios, Samos e Mileto. Ali ele se encontrou com presbíteros vindos de Éfeso e, para proteger Timóteo dos judeus de Jerusalém, enviou-o para Éfeso. Seguiram, então, para Cós, Mirra, Sidônia e Tiro – onde passaram uma semana de descanso – Ptolemaida e Cesaréia Marítima.

Tendo saído de Antioquia no inverno de 51-52, viajado de abril a julho para Éfeso e ali permanecido de agosto de 52 a outubro de 54, embarcou para a Macedônia, onde passou o inverno de 54-55 e o verão do mesmo ano em Ilíria. Seguiu para Corinto, onde passou o inverno de 55-56, chegando a Jerusalém antes de Pentecoste (At. 20, 16), que no ano de 56 cairia no dia 11 de junho. Sentiu-se cansado da longa viagem (51-56) e do peso da idade – cerca de 60 anos – que, pela expectativa de vida de seus contemporâneos, levava-o a pensar que lhe restava pouco tempo. (MURPHY-O’CONNOR, 2004)

Depois de permanecer preso por dois anos em Cesaréia, Paulo, ao ser julgado, apelou, como cidadão romano, a César. As peripécias da imprudente navegação para Roma são vivamente descritas por Lucas nos Atos dos Apóstolos. Chegando a Roma, Paulo foi autorizado a permanecer em moradia alugada, onde continuou a exercer seu ministério por dois anos. Dos anos seguintes, pouco sabemos com segurança.

Carlos Mesters resume a estratégia missionária de Paulo:

“Na primeira viagem não ficam muito tempo no mesmo lugar, mas vão seguindo, de cidade em cidade. No início, o método é este: chegar a algum lugar, anunciar o Evangelho, criar comunidade, e seguir em frente. Na segunda viagem, faz o mesmo, mas fica mais tempo num mesmo lugar: um ano e seis meses em Corinto. Na terceira viagem ele vai direto para Éfeso e lá se fixa por três anos. Em seguida fica mais três meses em Corinto. Assim, no fim, o método é outro: irradiar o Evangelho a partir de um lugar central (At. 19, 10, 26), enquanto as

viagens servem para visitar e confirmar as comunidades já existentes.” (MESTERS, 2008, p. 49)

E pelas palavras de Hoornaert, *“Paulo deu certo por ter seguido os caminhos abertos nas grandes e pequenas cidades pela rede de sinagogas, que se estendia por todo o mundo mediterrâneo, penetrava na Síria e na Mesopotâmia, alcançava a Capadócia e o Ponto. Foi aproveitando-se da experiência de quinhentos anos da diáspora judaica que o movimento se espalhou até além das fronteiras do império romano [...], atingiram regiões onde os soldados romanos nunca tinham pisado. Em ambientes de hostilidade ou pelo menos marginalização, o princípio da diáspora e da disseminação de núcleos não burocratizados provou ser eficiente”*. (THEISSEN, 2008, p. 60)

De acordo com Milani, além do cristianismo helenizante, centrado em Antioquia, *“outra vertente de expansão do cristianismo na Síria é a aramaica/siríaca ou oriental. A figura do apóstolo Tomé está para este cristianismo oriental-semítico como Paulo para o ocidental-helenizado. Formou-se em torno de Tomé um importante grupo de cristãos, assim como na Ásia Menor em torno de João, na Palestina em torno de Tiago e no mundo ocidental, em torno de Paulo”*. (MILANI, 2007, p. 43)

Hoornaert ainda completa: *“segundo a tradição oral, Tomé penetrou fundo nas regiões orientais da Síria, atravessou a Mesopotâmia e chegou até os confins do rio Indo”*. (HOORNAERT, 1997, p. 123)

Jesus de Nazaré foi crucificado provavelmente no dia 7 de abril do ano 30. Trinta anos após sua morte constatam-se fatos absolutamente inesperados:

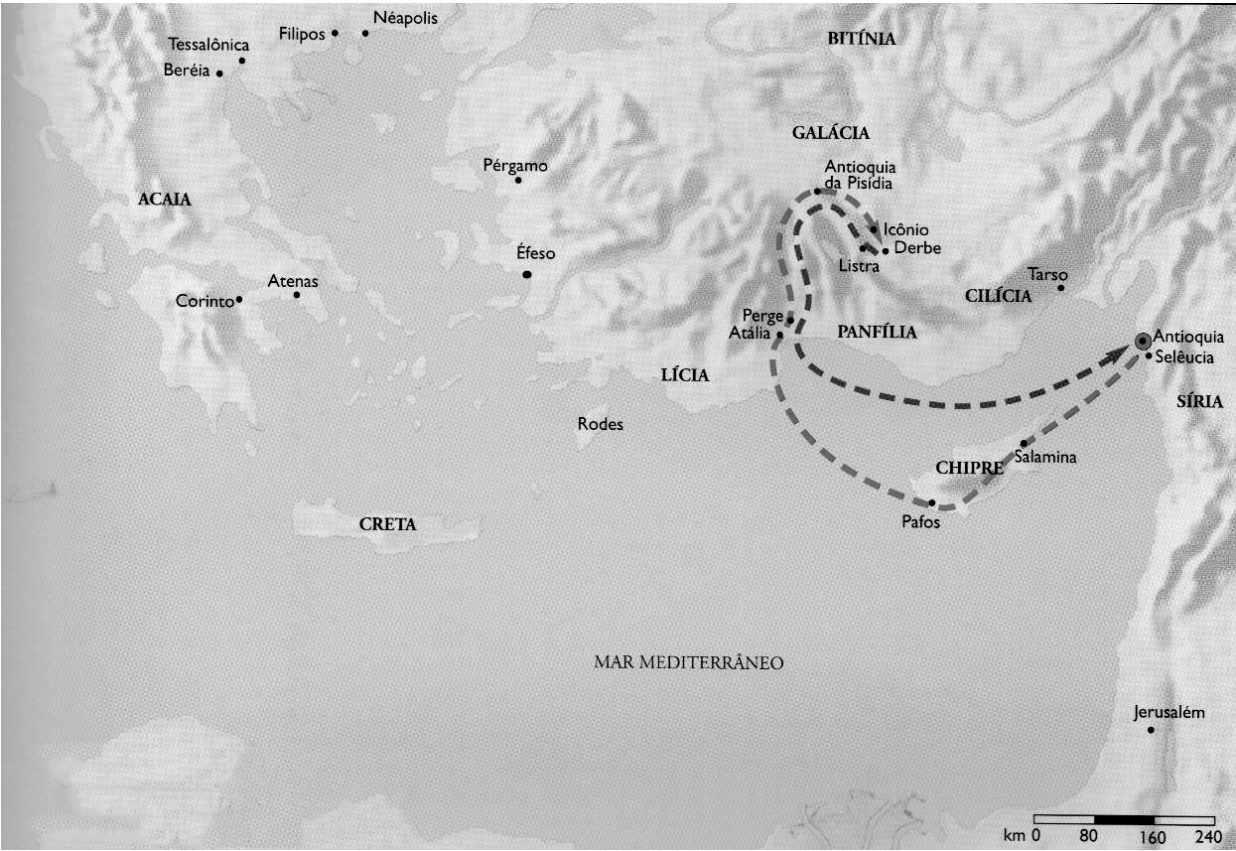
- A existência de pequenas comunidades de seguidores de Jesus em 14 regiões: Judeia, Samaria, Galileia, Síria, Cilícia, Chipre, Fenícia, Pisídia, Licaônia, Mísia, Macedônia, Grécia, Acaia e Ásia; e em mais de 30 cidades fora da Palestina: Cesareia, Pela,

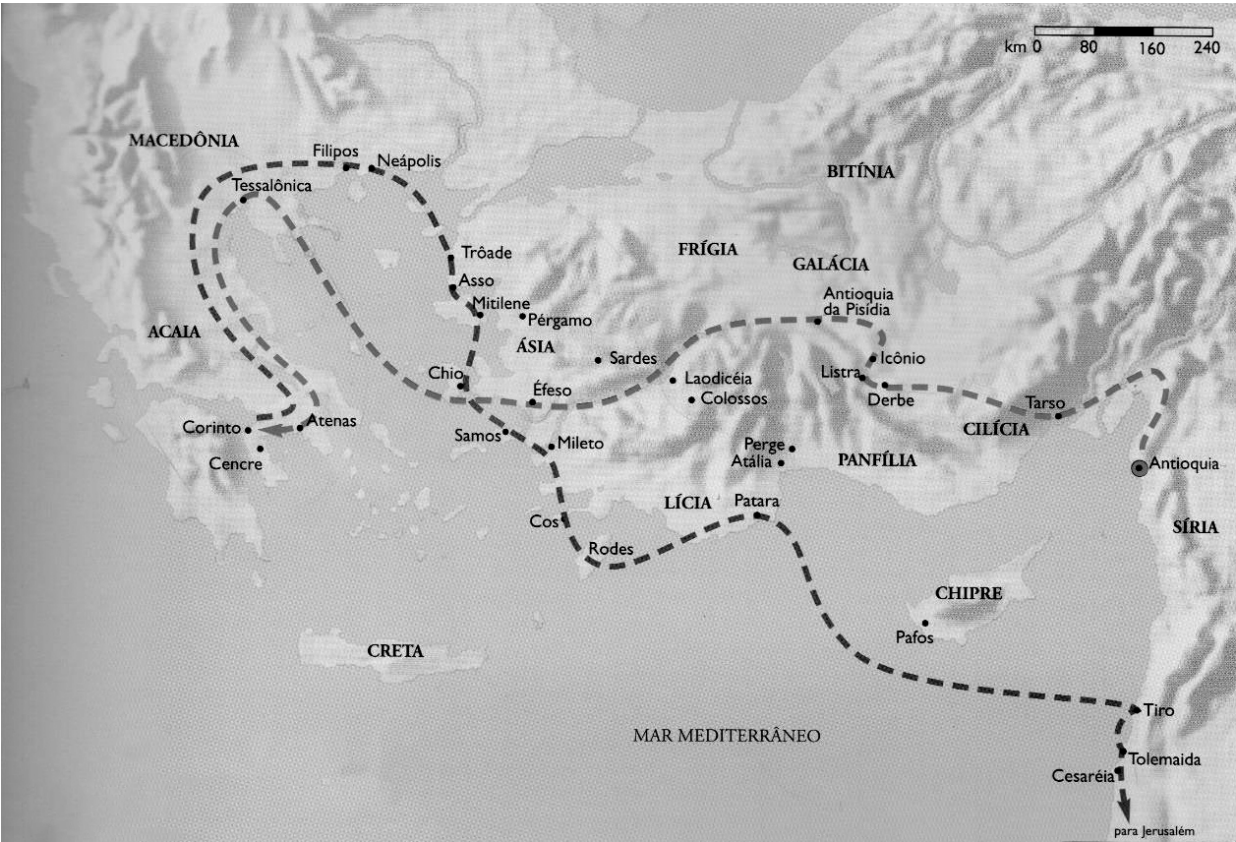
Tolemaida, Tiro, Damasco, Selêucia, Antioquia da Síria, Salamina, Pafos, Tarso, Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra, Derbe, Perge, Mileto, Éfeso, Laodiceia, Filadélfia, Esmirna, Sardes, Tiatira, Pérgamo, Filipos, Tessalônica, Bereia, Corinto, Atenas, Malta, Ilíria, Pozzuoli, Óstia e Roma;

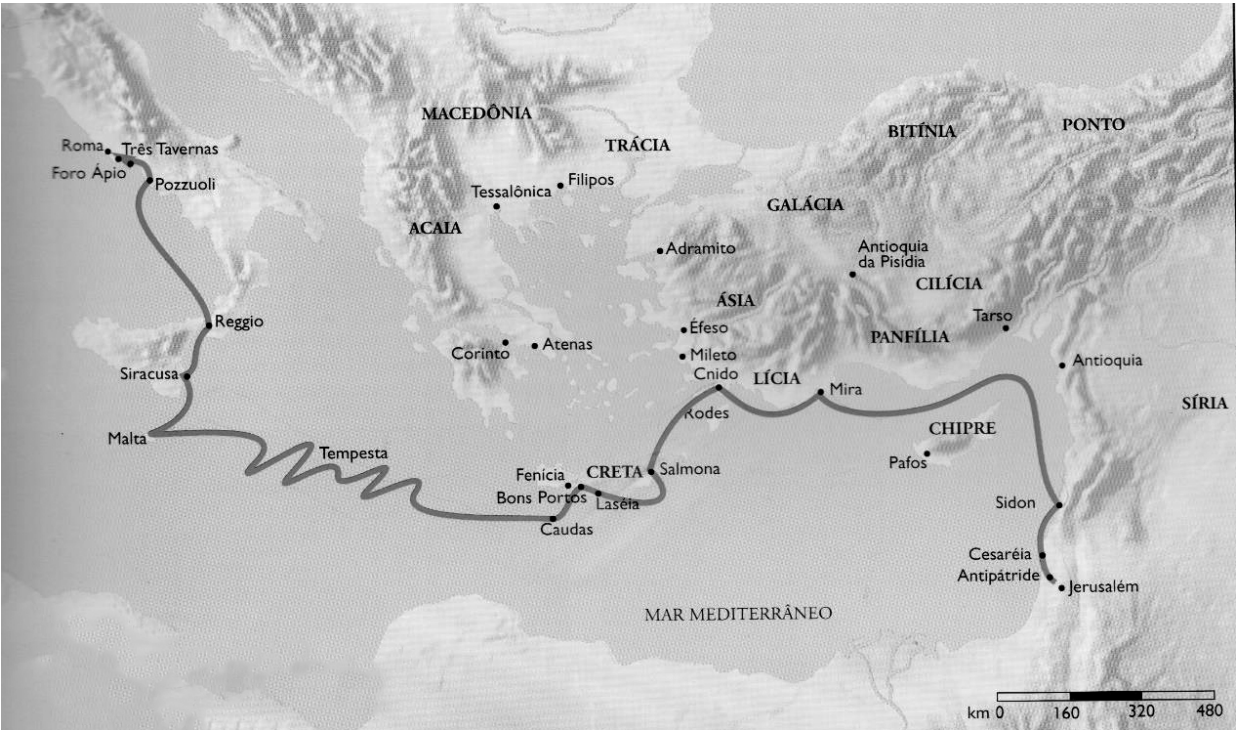
- “Jesus atrai para si todos os títulos de honra e glória humanos e divinos que existiam e se podiam imaginar dentro do império romano. Cada grupo cultural – palestinese, judeu-cristão da diáspora, cristão-helenista – utilizou os títulos mais nobres e o que de melhor possuíam em suas culturas para exprimir a profundidade que se escondia na autoridade, no bom senso, e na fantasia criadora de Jesus.” (BOFF, 2012, 117)

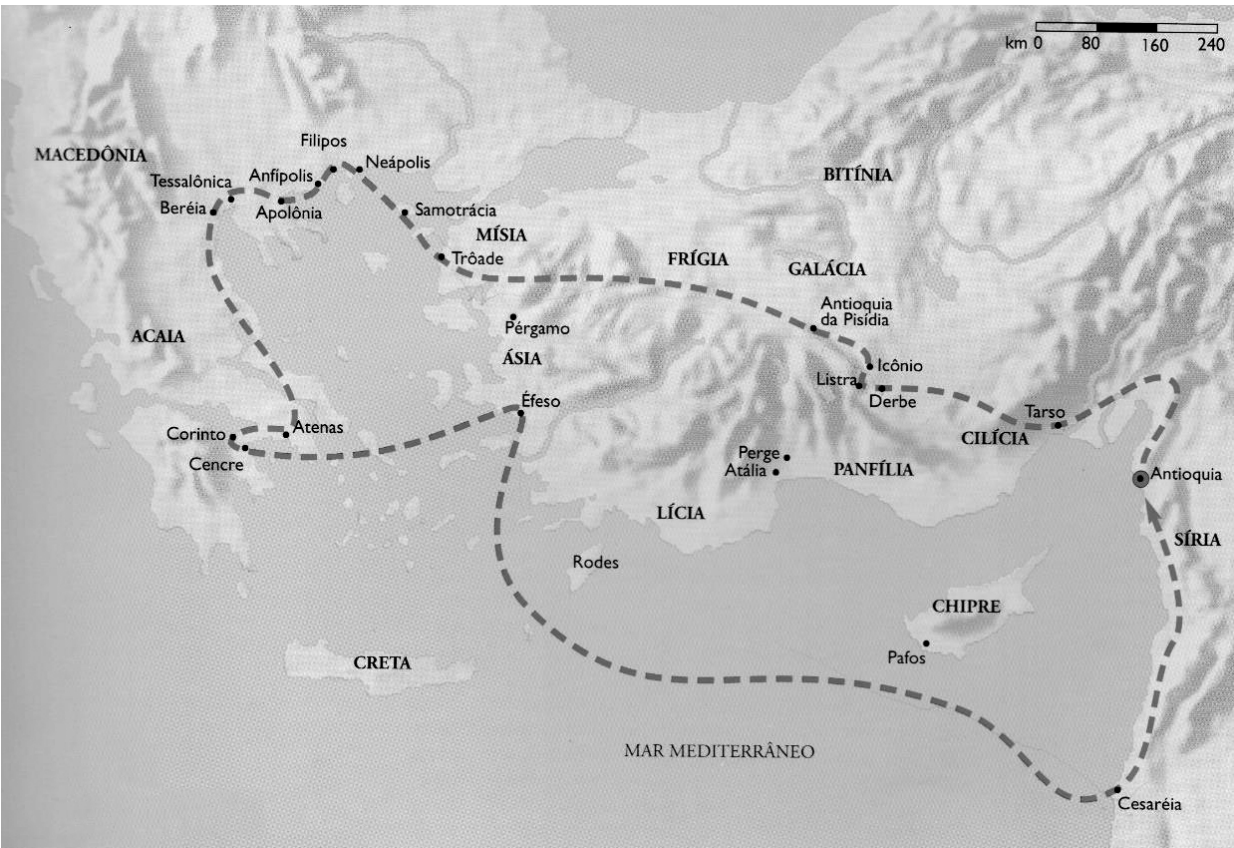
O parágrafo de abertura da epístola de Paulo aos romanos marca o momento na história da literatura cristã em que Jesus foi formalmente proclamado “Filho de Deus com poder [...] segundo o Espírito de santidade por causa de sua ressurreição dentre os mortos.” (VERMES, 2013, p.50)

- O centro de irradiação da Boa-Nova – já com feições de uma nova religião – começa a se deslocar de Jerusalém para Antioquia da Síria, capital regional do império e daí para Roma, capital do império romano.^{[38](#)}









8. Época Subapostólica (67-97)

8.1 A Segunda geração de “Cristãos”

Alguns fatos importantes influenciaram as comunidades cristãs primitivas no período da segunda geração de cristãos:

- a impossibilidade de não mais se poder contar com “aqueles que tinham estado com Jesus de Nazaré”;
- a necessidade de refazer o entendimento e os sentimentos com relação “à proximidade do fim do mundo” e “à vinda do reino de Deus”;

- a adaptação da Boa-Nova anunciada a um grupo homogêneo de camponeses pobres para grupos heterogêneos nas cidades;
- patriarcalização e hierarquização;
- perseguições e massacres;
- guerra judaico-romana;
- rompimento com o judaísmo;
- publicação dos Evangelhos Sinópticos e de várias cartas “apostólicas”.

A impossibilidade de não mais poder contar com “aqueles que tinham estado com Jesus de Nazaré”:

Os cristãos desta geração são filhos de famílias que se converteram ou neoconvertidos, fruto do anúncio e da catequese (*querigma*) feitas por pessoas que não conheceram pessoalmente Jesus de Nazaré. Para se orientarem tinham que contar com as cartas deixadas por Paulo – que passaram a desempenhar função apostólica – e com o trabalho missionário de seus colaboradores, entre os quais figuravam os nomes de 52 mulheres.³⁹ Certamente muitos dos colaboradores de Paulo e de outros apóstolos eram mais novos que eles e ainda estavam vivos nessa época. Sabemos que as cartas de Paulo, enquanto vivo, serviram de exortação a igrejas diferentes daquelas para as quais tinham sido originariamente endereçadas. Chegaram a ser compiladas e reproduzidas pela comunidade de Éfeso. Depois da morte de Paulo, a difusão deve ter sido muito maior. Cada vez mais a difusão da Boa-Nova dependia do exemplo, do modo de vida dos cristãos e da transmissão de pessoa a pessoa.⁴⁰

A necessidade de refazer o entendimento e os sentimentos com relação “à proximidade do fim do mundo” e “à vinda do reino de Deus” (1 Cor. 7, 26-33; Rm. 13, 11-12):

*“O conceito de estabelecimento do reino de Deus pode ser claramente dividido em três fases. A primeira, espera-se que o Reino se realize durante o ministério palestino de Jesus. Na segunda fase, a chegada do Reino deveria suceder à “Parousia”, esperada para logo depois da cruz. A terceira, a espera febril abrandava-se progressivamente e a data da Segunda Vinda sendo adiada **sine die** e a noção de Reino metamorfoseada na de Igreja.”* (VERMES, 2006, p. 434)

Desde cedo os seguidores do Caminho reuniam-se em pequenas comunidades, fazendo refeições compartilhadas por todos, como irmãos. Na convivência fraterna, na oração, na celebração – em espaços domésticos, até o final do século II – e na assistência aos mais necessitados, vivenciavam a presença de Jesus Cristo. A **parusia** (a segunda vinda de Jesus Cristo, o fim deste mundo e a instauração do reino de Deus) era esperada por eles em breve. Havia muito afirmavam com convicção: O Senhor vem! Em aramaico: **Maranata**.⁴¹ A disposição dos fiéis da comunidade de Jerusalém de vender suas propriedades e colocar o resultado a serviço de todos, como narra Lucas nos Atos dos Apóstolos, segundo alguns exegetas, reflete a expectativa da chegada imediata do Cristo e do fim do mundo.

“Sem dúvida, os membros de Qumran e os primeiros cristãos partilhavam um ponto de vista escatológico semelhante. Ambos devem ser considerados comunidades escatológicas, no sentido de que tinham uma intensa expectativa de que o fim dos tempos chegaria em breve...” (SHANKS, 1992, p. 205)

Como Ele não viera enquanto “aqueles que o conheceram” estavam vivos, os irmãos da segunda geração confusos e, talvez, até frustrados e decepcionados, procuravam entender melhor o significado de “eu estarei convosco”, “eu voltarei”, “eu enviarei o Espírito”. O tempo corria “sem sinal dos tempos”, ou o massacre dos judeus, a destruição de Jerusalém e a perseguição dos cristãos em Roma seriam sinais do fim do mundo? A

notícia da morte de Pedro e Paulo em Roma deve ter se espalhado entre os cristãos como sinal apocalíptico.

“Apocalipse poderia também ser traduzido por revolução. Por apocalipse entendiam os judeus o fim do mundo, de uma época, de um ciclo, e ao mesmo passo o advento doloroso de uma ordem, de um mundo, de uma época, de um ciclo inteiramente novos. Era a destruição violenta e guerreira do reino do demônio e a instalação do reino de Deus.” (BRUCKBERGER, 1969, p. 143)

As duas cartas de Paulo aos Tessalonicenses mostram como a comunidade esperava vivamente a **parusia** do Senhor.

“A Primeira Carta aos Tessalonicenses caracteriza-se pela espera iminente da vinda de Cristo; a Segunda Carta aos Tessalonicenses – deuteropaulina – reflete o problema do atraso da parusia. A efervescência escatológica da demora da parusia, na Segunda Carta aos Tessalonicenses, leva a situar a data da redação por volta do fim do séc. I, entre 80 e 90, sem excluir uma datação mais antiga – entre 70 e 80.” (MARGHERAT, 2015, p. 383; 386)

O próprio Paulo, o primeiro e maior teólogo, teve que refazer seu entendimento sobre a segunda vinda do Senhor. Ele havia escrito a respeito das “angústias presentes”, reconhecendo que “o tempo se fez curto” e “que passa a figura deste mundo”. Ainda escrevia aos Romanos: “nossa salvação está mais próxima agora do que quando abraçamos a fé. A noite avançou e o dia se aproxima”.

“A equivocada expectativa de um fim iminente por parte de Jesus e dos primeiros cristãos não desencadeou uma grande crise no cristianismo primitivo.” (THEISSEN; MERZ, 2005, p. 301)

De acordo com o sociólogo Rodney Stark, “foram os mártires dos anos 60 – Tiago, em Jerusalém, e Pedro e Paulo, em Roma – que mitigaram a crise desencadeada pelo não cumprimento da profecia – a **parusia**, ou segunda vinda – e pelo pequeno número de adeptos (cerca de três mil), ao

unirem seu sofrimento ao de Jesus como prova de expiação.” (STARK, 2006, p. 208)

Para os primeiros cristãos, o reino era um presente de Deus, e não trabalho da história. A história então, efetivamente, chegava ao fim, e os devotos do Senhor deveriam simplesmente render-se à fé no **Christós**, cuja aparição era iminente...

“Não havia lugar, nesta visão do primeiro século, para a ideia de homens e mulheres como agentes históricos capazes de forjar seu próprio destino, ou pelo menos contribuir para tal.” (EAGLETON, 2009, p. 25)

Paulo se enganou e Jesus, antes dele, da mesma forma como todos que anunciaram e anunciam esperanças, expectativas, proclamações ou profecias de consumação apocalíptica iminente ao longo da história humana – pelo menos até agora. (CROSSAN; REED, 2007, p. 165)

“[Não obstante], o reinado, ou a comunidade (a “basileia” de Deus) apelava à imaginação de oposição do povo vitimado pelo sistema imperial romano [...] e a um mundo alternativo livre da fome, da pobreza e da dominação. Esse mundo “concebido” já é antecipado na partilha do pão inclusiva, nas práticas de cura e de libertação, bem como na comunidade de irmãos e irmãs, liberta da dominação, do movimento de Jesus, que encontrou muitos seguidores entre os pobres, os desprezados, os doentes e possessos, os marginalizados, as prostitutas e os pecadores.” (FIORENZA, 2005, 159-160)

A adaptação da Boa-Nova anunciada a um grupo homogêneo de camponeses pobres para grupos heterogêneos nas cidades:

Não era muito fácil entender como viver como irmãos, discípulos fiéis de Jesus Cristo, num mundo helenista – elitista, escravocrata e patriarcal – com valores diferentes, às vezes contrários à sua crença. Nas grandes cidades, como Antioquia da Síria, Éfeso e Corinto, a maior parte da população era de escravos e trabalhadores braçais. As comunidades cristãs

provavelmente refletiam essa estratificação social, na qual os pobres eram a maioria.⁴² Para as comunidades se reunirem era necessário dispor de casas maiores. Algumas dessas casas eram casas/oficinas, como provavelmente era o caso da propriedade (própria ou alugada) de Priscila e Áquila em Corinto, Éfeso e Roma, ou as casas de Filólogo, de Júnias, de Nereu e sua irmã, de Filemon e Ápia, de Ninfa, de Lídia etc.

Em Filipos havia uma comunidade só de mulheres com a qual Paulo se reúne, contrariando sua cultura. Eram nessas casas, igrejas domésticas, que se vivenciavam e celebravam a fé, a esperança e a caridade e acontecia a reconciliação.⁴³ Todos compartilhando, em uma refeição, o que cada um havia trazido de casa, celebrando com alegria como Jesus de Nazaré havia feito com seus discípulos.

Nada disso era natural, respaldado socialmente, uma vez que a moral do mundo romano se baseava em relações patronais, absolutamente normais. “Nossa hipótese é que especialmente em Corinto e, talvez, só aí, a igualdade radical cristã horizontal conflitava com a hierarquia vertical da sociedade romana, considerada normal, assim como aceitamos hoje os processos democráticos e a propaganda comercial”. (CROSSAN; REED, 2007, p. 271)

“A Igreja em Corinto – com 40 a 50 pessoas, das quais conhecemos, pelo nome, dezesseis – se definia claramente como um grupo heterogêneo. Muitos tinham em comum apenas o cristianismo. Diferiam bastante em instrução, recursos financeiros, formação religiosa, habilidades políticas e, acima de tudo, em suas expectativas. Alguns foram atraídos à igreja porque ela parecia oferecer-lhes um novo campo de oportunidade, em que era possível utilizar plenamente os talentos frustrados pela sociedade. Eram pessoas ativas e ambiciosas e não havia concordância entre seus motivos inconfessos. Desde o começo, certo espírito competitivo fazia parte das características daquela Igreja.” (MURPHY-O’CONNOR, 2008, p. 279)

Apesar do escândalo de alguns, o modo de vida dos cristãos atraía outros, muitos outros. A grande adesão dos pobres, sem terras, sem tetos e sem cidadania acontecia exatamente porque havia uma nova prática nas comunidades, que contestava a estrutura social. A fé e o amor fraterno, concreto, palpável, rompiam barreiras culturais, de classe e de gênero.

“Os extraordinários níveis de desordem urbana e caos cultural, sordidez, doença, miséria, medo e caos social, [...] deram ao cristianismo a oportunidade de explorar todas as suas imensas vantagens competitivas em relação ao paganismo e outros movimentos religiosos da época como solução para esses problemas.” (STARK, 2006, p. 167)

Patriarcalização e hierarquização:

Segundo Carrez, por volta de 67 d.C. o número de judeus e prosélitos nos países do Novo Testamento era cerca de dois milhões e de cristãos, um quinquagésimo do judaísmo, ou seja, quarenta mil. (CARREZ, 1987, p. 326). Peter Oakes, estimando a proporção de romanos e gregos em Filipos, calculou que na composição da igreja local havia 36% de romanos e 64% de gregos. Segundo Crossan, em nenhuma outra cidade em que Paulo tenha fundado igrejas houve tão grande número de romanos. (CROSSAN; REED, 2007, p. 217)

Paulo e seus colaboradores foram os grandes responsáveis pela rápida expansão territorial do Evangelho. A estratégia de anúncio da Boa-Nova e da fundação de pequenas comunidades cristãs foi traçada por Paulo e Barnabé com aval e apoio da comunidade de Antioquia da Síria. O título de cidadão romano conferia a Paulo o direito de transitar livremente e com maior segurança em todo território sob domínio de Roma.

Coordenando uma equipe de colaboradores – itinerantes e locais, homens e mulheres, exercendo funções de episcopado, apostolado e diaconato –, (Fl. 1,1; Rm. 16, 1-7) Paulo empenhou-se nessa missão durante

12 anos, de 46 a 58 d.C. Deram prioridade à criação de pequenas comunidades em grandes cidades portuárias, onde havia colônias de judeus da diáspora. “**Pairokia**” era a condição da maioria dos judeus da diáspora.⁴⁴ Os **paroikoi** situavam-se social e juridicamente abaixo dos que eram cidadãos plenos, mas em geral mais bem considerados que os escravos e os libertos, em razão da importância concedida à sua condição de nascidos livres. (ARENS, 2008, p. 88)

Em torno das sinagogas dos judeus gravitavam gentios simpatizantes do judaísmo (tementes a Deus, adoradores e prosélitos)⁴⁵ naturalmente mais predispostos a receber a Boa-Nova de Jesus Cristo. Nessas cidades havia, principalmente entre os mais pobres – escravos, libertos e demais trabalhadores braçais – gente de todas as províncias do império romano⁴⁶. Muitas comunidades cristãs foram criadas exatamente junto a esse segmento social. Na carta aos Gálatas, Paulo escreve “já não há judeu, nem grego; nem escravo nem livre; nem homem nem mulher, já que todos sois um no Messias Jesus” (Gl. 3, 28) e na Carta aos Coríntios: “os plebeus e os desprezíveis são os escolhidos de Deus” (1 Cor. 1, 27-28).⁴⁷

A multiplicidade, a pluralidade e a diversidade de comunidades, com pouca formação teórica e inexistência de uma estrutura unificada, trazia à nova religião a riqueza da diversidade e a ameaça da perda de unidade.⁴⁸ Nos tempos de Paulo, segundo Richard, as comunidades não possuíam uma estrutura mais ampla, não existindo diferença entre clero e leigos, mas uma variedade orgânica de carismas como apóstolos(as), profetas, mestres, evangelistas, profetisas, etc. Os presbíteros ou episcopos eram simplesmente animadores de comunidades; em todo o Novo Testamento eles nunca são chamados de “sacerdotes”. (RICHARD, 1999, p. 184)

“Os sucessores de Paulo na liderança das assembleias, os que escreveram as cartas ‘deutero-paulinas’, como Colossenses e Efésios e as posteriores ‘Epístolas

Pastorais' (1-2 Timóteo e Tito), plasmaram então o que se tornou o cristianismo ortodoxo. Eles se adaptaram à instituição básica e à estrutura da sociedade imperial, à família patriarcal escravagista ('escravos, obedecei aos vossos senhores', 'mulheres obedecei aos vossos maridos') e atribuíram autoridade hierárquica a bispos monárquicos.” (Elizabeth Schüssler Fiorenza em HORSLEY, 2004, p. 138)

Provavelmente o movimento cristão em suas origens era tão plural e diversificado quanto o cristianismo hoje nos grandes centros urbanos do Brasil. Algo a se pensar e valorizar mais!

Assiste-se, na época subapostólica, um movimento de patriarcalização e hierarquização que se manifesta nos evangelhos e nas cartas escritas nesse período – algumas pseudopaulinas – e nos Atos dos Apóstolos. Nesses escritos, como veremos em outros capítulos, percebe-se a redução do papel da mulher na vida de Jesus de Nazaré e na história inicial dos discípulos. Inicia-se, igualmente, a organização das comunidades, definindo e hierarquizando as funções e os carismas.

8.2 Perseguições, massacres, guerra judaico-romana

A comunidade judaica em Roma era numerosa e poderosa.⁴⁹ Segundo Fílon, “o grande setor de Roma, no outro lado do Tibre, é ocupado e habitado por judeus, a maioria dos quais são cidadãos romanos emancipados”, ou seja, ex-escravos que tinham sido levados a Roma. Júlio César (49 a 44 a.C.) e Augusto (63 a.C. a 14 d.C.) foram particularmente benévolos com a comunidade judaica, outorgando-lhes privilégios muito significativos (ARENS, 2008, p. 165;179). Em 49 d.C., o imperador Cláudio (41 a 54) expulsou os judeus, aí incluídos os cristãos, ainda não diferenciados pelos romanos. Entre os cristãos de origem judaica que tiveram que deixar a capital do império encontravam-se Priscila e Áquila.

Foram evangelizar em Corinto, onde Paulo os encontrou mais tarde. Anos depois, Nero (54 a 68) revogou o decreto de Cláudio, possibilitando o retorno dos judeus. Assim, podemos encontrar Priscila e Áquila novamente em Roma quando Paulo escreve a Carta aos Romanos (Rm. 16, 3).

Em 58-59 Paulo é mantido prisioneiro em Jerusalém e Cesareia. Em 60, ele é levado para Roma e permanece em prisão domiciliar por dois anos. Em 62, Tiago, irmão do Senhor e chefe da Igreja de Jerusalém, é apedrejado a mando do sumo sacerdote Anã, da família de Anás.

Em 19 de julho de 64, Nero manda incendiar um bairro de Roma para construir no local um suntuoso palácio e coloca a culpa nos cristãos. Estes são perseguidos e Pedro e Paulo são mortos.⁵⁰ Em seus **Annales**, o historiador Tácito (56 a 117 d.C.) afirma:

“Para se ver livre do boato (de ter posto fogo), Nero prendeu os culpados e infligiu as mais requintadas torturas em uma classe odiada por suas abominações, chamada cristãos pelo populacho [...]. Uma grande multidão foi condenada, não apenas pelo crime de incêndio, mas por ódio contra a raça humana. E, em suas mortes, eles foram feitos em pedaços por cães, ou cravados em cruzes, ou incendiados e, ao fim do dia, eram queimados para servirem de luz noturna.”

Domiciano, filho de Vespasiano e irmão de Tito, reinou de 81 a 96. Foi um dos mais cruéis imperadores de Roma. Atribuiu a si mesmo títulos divinos, exigindo culto à sua pessoa. Seus documentos oficiais começavam com as palavras: “Nosso Senhor e Deus ordena que se faça o seguinte [...]”

As perseguições aos cristãos foram desencadeadas especialmente porque estes se negavam a prestar culto ao imperador. Tudo piorou quando Domiciano emitiu um decreto contra as comunidades cristãs, considerando sua religião ilícita. Isso aconteceu no momento em que os judeus-cristãos foram expulsos do judaísmo (Concílio de Jâmnia), na segunda metade dos

anos 80 (GASS, 2012, p. 25). As perseguições tornaram-se mais intensas na periferia do império, onde os administradores regionais queriam ostentar seu zelo pelo imperador como divindade. “O fim do século I coloca, assim, as comunidades cristãs no isolamento político e social”. (KONINGS, 2011, p. 137-138)

Segundo Blanchetiere, uma sétima parte dos cerca de sete milhões de judeus recenseados no tempo do imperador Claudio residiam na Ásia Menor. Pelo menos dois terços viviam na diáspora, porcentagem que cresceu consideravelmente a partir da década de 70 d.C. (ARENS, 2008, p.159). Esses dados são importantes para se compreender o impacto da Guerra Judaica, não apenas sobre os judeus da Palestina, mas também os da diáspora e sobre as comunidades cristãs, muitas das quais foram implantadas junto a elas.

Guerra judaico-romana:

“A resistência contra os romanos vinha crescendo na Palestina e em outros lugares do império, como em Alexandria, no Egito, onde foi violentamente reprimida.⁵¹ Os impostos, os tributos e as taxas continuavam a tirar quase a metade da produção dos agricultores. A incapacidade dos Procuradores Romanos de compreender a cultura e a religião do povo da Palestina, somada à violência da repressão por qualquer distúrbio da ordem, fustigava os brios e a paciência do povo.”

O ano 66 inaugura sete anos de acontecimentos “apocalípticos” para os judeus da Palestina. A guerra estourou em Jerusalém quando o procurador romano Géssio Floro (64-66) fez um saque de 17 talentos do tesouro do templo.⁵² Diante dos protestos, mandou crucificar alguns rebeldes inclusive de classe alta em Jerusalém.

Os zelotes iniciaram um movimento revolucionário nacionalista contra a opressão romana e as elites judaicas locais. No mesmo ano, 66,

estouraram revoltas em vários pontos da Palestina, estendendo-se à Galileia.⁵³

Motins e ações antijudaicas ocorreram também em Éfeso, Cirene e em Cesareia. Segundo relata Flávio Josefo, elas foram instigadas por cidadãos gregos e não romanos.

“Em Cesareia (Judeia) houve um massacre de judeus que provocou represálias sangrentas em várias cidades do norte (Tiro, Filadelfia, Gerasa, Pela, etc.). No ano seguinte, uma sublevação antijudaica, que se estendeu por numerosas cidades da Síria e causou inúmeras mortes, desencadeou um massacre de grandes proporções em Antioquia.” (ARENS, 2008, p. 179)

Em 68, uma das facções rebeldes da Galileia, de base social campesina, conquistou da facção oposta o domínio de Jerusalém e queimou o edifício dos arquivos públicos, onde estavam arquivados os controles das dívidas dos camponeses.⁵⁴ Muitos nobres foram mortos, inclusive o sumo sacerdote. A casta sacerdotal foi morta ou pelos zelotes ou pelos romanos.

Muitos judeus foram mortos. Outros, fugindo dos horrores da guerra, saíram de Jerusalém.⁵⁵ Os judeus-cristãos que não foram mortos abandonaram a capital e se refugiaram na cidade de Pela (Transjordânia), no Norte da Galileia e no sul da Síria. Assim, a Igreja de Jerusalém em menos de 40 anos se desfez e o cristianismo, tão cedo, perdeu uma importante referência. “É possível que, depois da guerra, algumas comunidades tenham se reorganizado, mas a Igreja de Jerusalém havia perdido totalmente sua importância no contexto das demais comunidades. Outras cidades do império passaram a adquirir maior relevância, como foi o caso de Antioquia, de Éfeso e de Roma.” (GASS, 2011, p. 12-13)

Em 69, aos generais Vespasiano e seu filho Tito coube a repressão à resistência. Com um exército de 60 mil homens, eles conseguiram retomar quase toda a Galileia, obrigando os guerrilheiros judeus a se refugiarem em

fortalezas. Nero suicidou-se em 68 e vários generais disputaram o poder: Galba (68), Otônio (69), Vitélio (69), tendo Vespasiano se firmado em 69.

Em 70, depois da Páscoa, Tito cercou Jerusalém com 20 mil soldados. Vários guerrilheiros judeus capturados foram crucificados. Durante o cerco de Jerusalém, pelo menos quinhentos judeus capturados eram crucificados, **todos os dias**, pelos romanos. (VERMES, 2007, p. 30)

Em setembro daquele ano os romanos conquistaram a cidade alta e incendiaram o templo, transformando-o em cinzas e ruínas (em 64 haviam sido concluídas as obras de ampliação do luxuoso templo, orgulho dos judeus, iniciado na época de Herodes Magno (37-4 a.C.)). “O candelabro de sete braços, bem como a mesa dos pães de oblação que estavam no Santo do Templo, foram levados para Roma e exibidos como troféus da vitória no ano seguinte. Quem não foi morto na guerra foi levado para os jogos do circo, ou foi condenado a trabalhar em obras públicas de interesse do império, muitos levados como escravos” (GALLAZZI, 2012, p. 251). Segundo Arens, “cerca de 100 mil judeus foram deportados e vendidos como escravos” (ARENS, 2008, p. 179). Na entrada do foro romano ainda hoje existe o Arco de Tito, o qual lembra a vitória sobre a resistência judaica e a destruição de Jerusalém. “A vitória de Roma representou o fim para vários grupos, como os zelotes, os saduceus, os sacerdotes, os essênios e muitos samaritanos.⁵⁶ Com o desaparecimento da elite sacerdotal, os fariseus saíram fortalecidos da catástrofe”. (GASS, 2011, p. 22)

Rompimento com o judaísmo:

No início da Guerra Judaica, os rabinos farisaicos, sob a liderança de Yohanan ben Zakkai e com a permissão dos romanos, saem de Jerusalém, levando consigo os rolos das Escrituras. Refugiam-se na região de Jâmnia (*Yavné*), a oeste de Jerusalém, onde os escribas constituem um centro de estudos bíblicos.

“Aí renasce o judaísmo na forma que atravessará a Idade Média e a Modernidade: o judaísmo sem templo, tendo como ponto de referência a Bíblia e a tradição oral rabínica que dará origem ao Talmude. Seu início é chamado de “o judaísmo formativo”. Se antes de 66 a comunidade judeu-cristã vivia em termos de boa vizinhança com as comunidades judaicas, depois de 73 o nacionalismo judaico e a observância farisaica tornaram-se o divisor das águas entre judeus e cristãos. Aos olhos dos rabinos, empenhados em restaurar o judaísmo, os cristãos já não eram verdadeiros judeus. A ruptura entre a Sinagoga e a Igreja é fato consumado. Costuma-se atribuir ao sínodo judaico de Jâmnia, por volta de 80-90 d.C., a excomunhão dos “hereges” cristãos assumida nas “dezoito preces” da oração cotidiana dos judeus.” (KONINGS, 2011, p. 151)

Na oração sinagoga, introduziram também uma prece pedindo a Deus que amaldiçoasse os judeus-cristãos. (GASS, 2011, p. 24)

A Escola de Jâmnia constituiu-se como sucessora do Sinédrio e referência, como autoridade moral e religiosa, para todos os judeus, inclusive da diáspora. O Evangelho de Mateus reflete o clima de animosidade entre as comunidades cristãs e os judeus, à época, como se vê nas expressões “fariseus hipócritas”, “sepulcros caiados”, postas na boca de Jesus.

“Em Antioquia da Síria, a comunidade matiana dos seguidores de Jesus – judeus e gentios – disputa e polemiza “intramuros” com o judaísmo pós-70 e é vítima de hostilidade de outra comunidade judaica presente naquele lugar. O evangelista reúne tradições referentes à querela entre Jesus e os fariseus e escribas e usa esse material no conflito com o judaísmo farisaico do tempo de sua comunidade.” (GOMES, 2009, p. 78)

O julgamento de Deus sobre Israel, mencionado em setenta passagens, é também uma advertência para a comunidade. Mateus mostra como Israel havia

perdido sua condição de “povo de Deus” porque havia rejeitado os profetas, João Batista e o próprio Jesus. (ESTRADA, 2005, p. 95; 97)

Os líderes da comunidade deviam preocupar-se com os mais fracos. Provavelmente essa preocupação era provocada pelas expulsões de judeus-cristãos das sinagogas judaicas, fato que afetava especialmente a comunidade de Mateus.⁵⁷ Daí a importância adquirida pelas palavras de Jesus sobre as perseguições e hostilidades contra os seus discípulos. Mateus sempre procura iluminar a situação de sua Igreja com palavras e ditos de Jesus, que ele aplica à situação em que vive.⁵⁸

O problema das relações entre Israel e o cristianismo, que é central para o Evangelho de Mateus, passa para o segundo plano em Lucas, sendo substituído pela questão da missão e da expansão do cristianismo entre os gentios no Império Romano.

“Depois da queda de Jerusalém, a marca mais forte da fase subapostólica é a trágica separação entre cristãos e judeus”. (GASS, 2011, p. 13)

“Além dos judeus da diáspora terem proporcionado as bases iniciais para o crescimento da Igreja durante o século I e o início do II, os judeus continuaram representando uma fonte significativa de cristãos convertidos pelo menos até o século IV.” (STARK, 2006, 63)

A partir de 70, a doutrina da fé judaica, anteriormente ainda pluralista, evoluiu até formar uma ortodoxia uniforme, vigiada por fariseus e rabinos. (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 307). As ortodoxias, de lado a lado, foram se consolidando e, assim, as divergências e conflitos entre cristãos e judeus se acentuando.⁵⁹

Trágica também (por suas consequências ao longo da história do cristianismo) foi a forma querigmática e apologética com que os evangelistas transpuseram para a vida de Jesus e, em especial para a

descrição de sua prisão, julgamento, condenação e execução, os conflitos vivenciados por suas comunidades com relação aos judeus.

“Sua circuncisão é a marca da infâmia com a qual a providência onisciente os marcou antecipadamente como os assassinos de Jesus e dos profetas.” S. Justino -séc II

“Foram os judeus que pregaram Jesus na cruz.” Origenes - Teólogo - séc III;

“Assim os judeus foram castigados como punição por seu crime e sua impiedade.” Eusébio, bispo de Cesaréia- historiador -séc. IV;

“...cães circuncidados.” - Santo Efrém - séc. IV;

“...cobras à imagem de Judas” e promete-lhes solenemente o ódio dos cristãos.” - São Jerônimo - séc IV;

“Como cristãos de fé não tem vergonha de manter contato com aqueles que derramaram o sangue de Jesus?” – S. João Crisóstomo- séc.IV;

“A hora já chegou para nosso Senhor Jesus! Eles o prenderam – os judeus. Eles o insultaram- os judeus. Eles o amarraram- os judeus. Eles o coroaram com espinhos, eles o sujaram com seu cuspe, eles o açoitaram, eles o cobriram de desprezo, eles o pregaram na cruz, eles enfiaram as lanças em sua carne.” Santo Agostinho –séc.V (Jules ISAAC in DREYER, 2012, p. 37-38)

Lamentavelmente, não se pode deixar de dar razão aos comentários de Haim Cohn (1911-2002), ex-Presidente da Suprema Corte de Justiça de Israel, e do brilhante escritor Amós Oz (1939-2018), citados a seguir:

“Por que então estranhar que os judeus tenham entrado para a “história”, clara, explícita e comprovadamente sem a menor dúvida, como um povo de assassinos que carrega a “culpa” da morte de Jesus? E isso não foi provocado nem pelo julgamento, nem pela crucificação, nem pelo que os judeus realmente fizeram ou deixaram de fazer, mas pela descrição intencional do procedimento legal e pela chancela religiosa que se atribuiu a essa descrição.” (COHN, 1990, p. 267)

“Dentro de cinquenta, ou cem, ou duzentos anos não restará lembrança do conflito entre judeus e árabes muçulmanos, enquanto o que existe entre nós (judeus) e os cristãos é um caso profundo e tenebroso e ainda pode durar cem gerações. Enquanto ensinarem a cada criança, junto com o leite materno, que ainda perambulam pelo mundo criaturas assassinas de Deus, ou os descendentes dos assassinos de Deus, não teremos descanso.” (OZ, 2014, p. 290)

8.3 Os evangelhos sinópticos e suas comunidades de origem⁶⁰

Publicação dos Evangelhos Sinópticos e de várias Cartas “Apostólicas”:

Se alguma comunidade cristã, no início da época subapostólica, tivesse, graças a um mecenas, todos os escritos cristãos, ela teria:

- a coleção de sentenças e milagres de Jesus, conhecida como Fonte dos Ditos, ou Q, do alemão *Quelle* (fonte), do ano 39, aproximadamente;
- as 10 cartas autênticas de Paulo (dos anos 50 a 60); 3 que se perderam e 7 que chegaram até nós; (QUESNEL, 2004, p. 40; HEYER, 2008, p. 8);
- talvez pequenos textos sobre o querigma (primeiro anúncio), celebrações, hinos, “a história de Jesus”, sentenças e parábolas, lembranças anedóticas, pessoais, “novelas” (narrações mais elaboradas). Essas formas primitivas de pregação estão subjacentes aos atuais escritos e não foram preservadas.

À época escrevia-se em pergaminho (couro fino de ovelha ou asno), originário de Pérgamo, guardado em rolo. O texto apresentava-se em forma de colunas paralelas, que se tornavam legíveis à medida que o livro era desenrolado (KONINGS, 2011, p. 168). O que estava escrito desgastava-se facilmente. Tanto a matéria-prima quanto à produção de livro ou carta

eram dispendiosas.⁶¹ Os escritos cristãos eram documentos complementares que pressupunham a pregação oral.

Algumas cartas de Paulo eram escritos ocasionais sobre pontos controvertidos e exortações concretas para a vida cristã. Dificilmente uma comunidade cristã teria condições de possuir todos esses textos, que talvez formassem uma bíblia (livros) de menos de 80 páginas de um livro atual. Provavelmente poucas comunidades possuíam algum documento ou mesmo necessitavam deles na época apostólica. Elas alimentavam sua fé basicamente do exemplo, do modo de vida, das narrativas daqueles que conheceram Jesus de Nazaré e seus discípulos e das Escrituras judaicas.

A época subapostólica começa para os cristãos – muitos dos quais judeus-cristãos – sob o impacto da guerra judaico-romana. Vendo a Palestina ser destruída – a terra doada por Deus a seu povo eleito – eles se perguntam: “é o sinal dos tempos? O final do mundo? A *parusia* esperada pelos cristãos? A destruição que precederia a segunda vinda gloriosa de Jesus, tão esperada pela primeira geração? É a resposta de Deus à prece tradicional dos cristãos ‘Vem, Senhor!’ (*Maranata*)?”. Como os gentios – gregos e romanos – convertidos viam e conviviam com o conflito ideológico gerado pela guerra judaico-romana?

Se a estimativa de M. Carrez for correta (CARREZ, 1987, p. 326), o número de cristãos no início da época subapostólica era de cerca de 40 mil. Considerando a taxa de alfabetização da época, haveria cerca de 2 a 4 mil cristãos alfabetizados, o que criava uma demanda de leitura sobre Jesus de Nazaré, origem desse ramo judaico, o cristianismo, que ganhava sua total autonomia. O Evangelho oral já não era suficiente. Fazia-se necessário compilar as narrativas orais, organizá-las, redigi-las e publicá-las.

8.3.1 Herança das comunidades de Pedro

As comunidades em torno de Pedro foram as primeiras a se articular para realizar o trabalho coletivo, anônimo, que gerou um “novo gênero literário na Bíblia: o Evangelho, isto é, uma narrativa da prática e da mensagem de Jesus, incluindo sua paixão, morte e ressurreição, organizada como uma biografia”. A redação final do primeiro Evangelho é, desde o século II, atribuída a Marcos, ou João Marcos, filho de Maria, em cuja casa se reunia uma igreja doméstica, em Jerusalém, a qual acolheu Pedro quando este fugiu da prisão.⁶² Primo de Barnabé, que o acompanhou a Antioquia da Síria e participou com Paulo da primeira viagem missionária, João, chamado Marcos, teria sido o motivo de desavença entre Paulo e Barnabé, quando cada um organizou sua própria equipe missionária.

Certamente, este Evangelho foi elaborado nos últimos anos da década de 60. Segundo Konings, “por volta de 60-65, e as tentativas de datar Marcos mais cedo não convencem”. Para Gass, “a redação final deve ter sido feita imediatamente depois da destruição de Jerusalém, em 70” (GASS, 2012, p. 14). O capítulo 13 do Evangelho de Marcos é como se Jesus estivesse descrevendo o que acontecia com as comunidades cristãs de origem palestina a quem o Evangelho se destinava: a guerra judaico-romana, a destruição do templo e a perseguição aos cristãos por parte das sinagogas. Ele pretende mostrar:

- quem é Jesus de Nazaré para as comunidades;
- o que é ser discípulo de Jesus de Nazaré naquele momento em que o Evangelho estava sendo escrito e publicado.

À medida que as divergências e conflitos entre os cristãos e os judeus aumentaram (décadas de 80 e 90), o acesso às sinagogas e, conseqüentemente, às Escrituras judaicas, tornou-se difícil, senão impossível. É nesse período, fim da época subapostólica, que surge a maior

parte dos escritos cristãos. São dois conjuntos de escritos que se inserem nas heranças das igrejas fundadas:

- por Paulo e sua equipe. São eles: a Segunda Carta aos Tessalonicenses; o Evangelho de São Lucas; o livro dos Atos dos Apóstolos; a Carta aos Colossenses; a Carta aos Efésios; a Primeira Carta de Pedro;
- pelos Apóstolos, em Jerusalém e arredores, presidida por Tiago, até sua morte em 62 e a seguir por seu irmão Judas. São escritos dessa comunidade: o Evangelho de Mateus; a Carta de Tiago; a Carta de Judas.

8.3.2 Herança das igrejas fundadas por Paulo e sua equipe

A Segunda Carta aos Tessalonicenses, considerada por muitos exegetas pseudoepigráfica, ou seja, escrita em nome de Paulo por alguém, anônimo, da comunidade à qual se destina, retoma a temática da *parusia*, louva “a firmeza e a fé que vocês mostram em meio a todas as perseguições e tribulações que suportam”, exorta, “não se deixem perturbar tão facilmente, nem se assustem como se o Dia do Senhor estivesse para chegar logo” e ordena, “em nome do Senhor Jesus Cristo, fiquem longe de qualquer irmão que vive sem fazer nada e não segue a tradição que recebeu de nós”.

As Cartas aos Colossenses e aos Efésios não são propriamente epístolas, mas tratados teológico-pastorais; no primeiro caso, cristológico e no segundo, eclesiológico. São circulares destinadas às Igrejas da Ásia Menor: Ponto-Bitínia, Capadócia e Galácia-Ásia, cuja capital era Éfeso. Revelam um alto grau de enculturação na mentalidade grega, tratando Cristo como um mistério de conciliação de todos os povos com Deus e entre si, através da cruz e ressurreição.

A Carta aos Efésios é uma releitura da Carta aos Colossenses e deve ter sido escrita logo depois desta, por outro discípulo de Paulo. São muito diferentes no estilo. “A Carta aos Efésios aprofunda Colossenses e a amplia, fazendo uma reflexão teológica sobre o mistério que é a Igreja, vendo as comunidades como um corpo, cuja cabeça é Cristo. Outro ponto em comum nas duas cartas é a lista de obrigações dos membros da família: pais, esposas, filhos e de escravos e seus senhores. Percebe-se como as igrejas, em um ambiente hostil, vão retomando, aos poucos, a forma de vida das famílias patriarcais, tanto da cultura dos gregos e dos romanos como dos judeus. O mesmo se passa com a forma de exercer a liderança nas igrejas, que passam por um processo de hierarquização e controle. O fundador da comunidade de Colossos (de maioria não judaica), que Paulo nunca visitou, foi seu discípulo Epafras. O autor da carta-circular foi outro discípulo de Paulo, talvez Timóteo. Provavelmente foi escrita em Éfeso, pelo ano 95, antes da Epístola aos Efésios.

A Primeira Carta de Pedro leva o nome de Pedro, mas foi escrita em 95-96, nos últimos anos de dominação de Domiciano, mais de 30 anos depois da morte do apóstolo. A carta é escrita em grego culto e é dirigida a convertidos de várias religiões não judaicas.⁶³ Pretende encorajar os destinatários, perseguidos pelos romanos, a suportar o sofrimento e as perseguições injustas. Eram desempregados e sem-teto, emigrantes do norte e oeste da Ásia Menor (hoje Turquia) que, como forasteiros, não tinham direitos de cidadania: não podiam votar, realizar casamentos, ter propriedades e receber heranças. Os autores da Carta, do círculo petrino em Roma, escrevem desde “Babilônia”, pejorativo usado pelos cristãos para designar a cruel e devassa capital do império.

“O cristianismo na sua qualidade de seita não constituía somente fenômeno religioso, mas também social. Para os membros, representava lugar onde se

sentiam em casa os muitos deslocados e sem casa e sem pátria. Tratava-se de sociedade alternativa e auto-suficiente, onde as pessoas podiam cultivar em comum valores e ideais divergentes dos da sociedade mais vasta. Como seita, o cristianismo exercia atração sobre as pessoas que já se achavam em tensão com o mundo. Do ponto de vista da população em geral, de fato eram os cristãos que estavam fora, eram eles mesmos que se punham na condição de estranhos social e religiosamente. E sob esse prisma, constituíam perigo potencial para a ordem pública e o bem-estar social. O cristianismo, segundo a epístola, estava oferecendo aos seus convertidos, uma espécie singular e única de honra e status, no meio de uma sociedade obcecada por philotimia, amor pelo prestígio. Privados dos três ou quatro padrões decisivos de prestígio (nobreza de origem, riqueza, proximidade com Roma e o poder romano, cultura) a seita cristã prometia elevação e posição de igualdade com todos os membros da comunidade. Para convertidos do judaísmo, aí estava a experiência plena da realização da esperança messiânica e, para os pagãos, a posição de elite aos olhos de Deus, a que antes não podiam absolutamente ascender.” (ELLIOT, 1985, p. 78-79;112)

8.3.3 Herança das comunidades de Tiago/Jerusalém

A Carta de Tiago, – escrita em grego corretíssimo, até mesmo elegante – por um anônimo judeu-cristão, por volta do ano 95, em algum lugar da Palestina, ou mais provavelmente na Síria, quer homenagear Tiago, designado irmão do Senhor, chefe da Igreja de Jerusalém, que foi morto pelo sumo-sacerdote Anã em 62.

“Oitenta fariseus protestaram contra a condenação de Tiago, o Tzaddik, (o justo) “por infringir a lei” e acabaram morrendo com ele. A direção da Igreja ierosolimita cabia agora a Simeão, primo de Jesus que conduziu a comunidade até Pela, na Transjordânia”. (ARMSTRONG, 2000, p. 183)

“Durante os três ou quatro decênios que se seguiram à morte de Cristo, a grande maioria dos cristãos era de fato judeu-cristãos.” (BERHEIM, 2003, p. 16)

Não é propriamente uma carta, mas uma coletânea de sentenças de sabedoria, à semelhança dos livros sapienciais, da Fonte “Q” e do apócrifo Evangelho de Tomé. Para Konings, “talvez seja o documento mais importante para nos mostrar como os judeus-cristãos interpretavam o evento Jesus” (KONINGS, 2011, p. 148). Os destinatários já estão espalhados pela Palestina e Síria em comunidades com grandes desigualdades sociais, das quais participam ricos comerciantes e latifundiários. “Suas exigências são a prática da palavra, a superação de uma espiritualidade individualista, a igualdade, o respeito pelos pobres, a solidariedade, a fé ativa e a exclusão da exploração, numa forte admoestação aos ricos” (GASS, 2011, p. 76). A frase mais célebre da Carta de Tiago é: “A fé sem obras é morta”.

“A Epístola de Tiago é provavelmente o escrito neotestamentário em que os pobres são mais exaltados e os ricos mais severamente condenados.” (BERNHEIM, 2003, p. 242)

Um dos textos mais impactantes do Novo Testamento por sua insistência na dimensão social da mensagem de Jesus.” (HOORNAERT, 2016, p. 41)

“A escolha existencial e real da pobreza é, para Tiago, uma atitude existencial que tem valor de confissão de fé e se exprime na prática cotidiana. Tiago combina, a seu modo, três ideias da pobreza. A primeira é da tradição espiritual veterotestamentária e judaica dos “pobres de Deus”, que vivem da mão do Criador. A segunda é da doutrina dos filósofos cínicos e estoicos, segundo a qual aquele que abandonou tudo e não tem mais nada a perder está livre de tudo. A terceira é da tradição do ensino de Jesus que convida a multidão e os discípulos a segui-lo, abandonando suas posses para entrar na liberdade convival do Reino. A

injustiça econômica é, de fato, para Tiago, uma consequência da desgraça existencial a que a riqueza condena (Tg 5, 1-6)... ao mesmo tempo que lhes dá a ilusão da segurança e do conforto, ela os consome e os embota por dentro.”(MARGHERAT, 2015, p. 529)

Os seguidores de Tiago na radicalidade da comunhão de bens foram chamados por Irineu de “ebionitas”. Não se sabe ao certo o sentido do termo, provavelmente se refere à radicalidade da opção pelos pobres. (HOORNAERT 1997 (100-130, p. 108)

A Carta de Judas, como a anterior, foi escrita por um judeu-cristão, à mesma época, em algum lugar da Síria, ou da Ásia Menor. É atribuída a Judas, sucessor de Tiago. Ambos aparecem na lista de familiares de Jesus, cujo clã dirigiu as comunidades de Jerusalém até o ano de 135, quando os romanos acabaram de arrasar a cidade e quebrar a resistência dos judeus. Não se trata propriamente de uma carta, mas de um bilhete de 25 versículos destinados a alertar as comunidades contra os falsos doutores que estão aparecendo. “Não conseguimos imaginar suas doutrinas; a carta em vez de expô-las e argui-las com clareza, supõe conhecidas, limitando-se a xingar violentamente os falsos mestres e a exortar os fiéis”. (KONINGS; KRULL, 1995, p. 87)

8.4 Para compreender os evangelhos

Publicação dos Evangelhos Sinópticos e de Atos dos Apóstolos

Este é o oitavo e último dos fatos relacionados no capítulo anterior como importantes pela influência que exerceram na segunda geração de cristãos. Talvez tenha sido o mais importante para todas as gerações de cristãos que se seguiram: a publicação dos três livros sobre a “Boa Notícia de Jesus, o Messias, o Filho de Deus” – como inicia o primeiro deles, o Evangelho de Marcos – bem como os Atos dos Apóstolos.

“Os evangelhos nos falam como cada evangelista concebia Jesus e o apresentava a uma comunidade cristã no último quartel do primeiro século, apresentação essa que nos dá indiretamente a) uma visão da vida dessa comunidade no tempo em que o evangelho foi escrito; b) algo sobre a história pré-evangélica dos pontos de vista cristológicos do evangelista; c) algo sobre a história da comunidade antes, no começo do século; d) meios limitados para reconstruir o ministério e a mensagem do Jesus histórico.” (BROWN, 1983, p. 15).

Os três Evangelhos – de Marcos, Mateus e Lucas – publicados no período da segunda geração de cristãos são, entre si, muito semelhantes, por isso são chamados Sinópticos. Serão apontadas algumas semelhanças e discrepâncias, à guisa de introdução à leitura dos mesmos, que se recomenda nessa ordem cronológica e não como é apresentado na Bíblia. Pretende-se salientar quatro aspectos sobre este gênero literário tão especial que são os quatro Evangelhos:

- todos estão focados em um e mesmo personagem: Jesus. Qual Jesus?
- cada Evangelho é produto de um coletivo específico: um conjunto de comunidades e tradições orais – quais? Com que características?
- cada Evangelho tem função de *“feedback”*: fala às comunidades que o geraram e as retrata esclarecendo, ensinando, confortando e animando.
- os três primeiros Evangelhos são muito semelhantes – por quê? Quanto se assemelham?

8.4.1 Um e mesmo personagem

A primeira parte do projeto e do livro **O melhor de nós** (NUNES, 2016, p. 21-23) teve como personagem exclusivamente Jesus de Nazaré, objeto de estudo científico. O personagem das narrações dos Evangelhos não é apenas, nem é prioritariamente Jesus de Nazaré. A pessoa é a mesma: o homem Jesus; contudo o foco, o olhar e a compreensão lhe conferem um novo significado. Esse olhar exerce o papel e efeito do “quadro teórico”, que permite ver e compreender os fatos de uma determinada maneira.

Tanto os evangelistas, como os redatores finais dos Evangelhos, quanto as comunidades que lhes trouxeram os fatos, os valores, as atitudes, através de transmissões orais, ao longo de 40 anos para o primeiro Evangelho, partiam da certeza, convicção e fé de que Jesus ressuscitou. Ele está vivo entre nós. Ele é o Messias! Ele é o Senhor! Ele é o Filho de Deus! Aquele que se dizia “filho do homem”, que viveu entre os nossos pais e por eles foi testemunhado – Ele é o Filho de Deus.

A ressurreição de Jesus fez todos aqueles que “viram”, “sentiram” e “testemunharam” a ressurreição relerem, reinterpretarem e ressignificarem tudo que viram e ouviram de Jesus de Nazaré. Daí que o personagem dos Evangelhos é “Jesus, o Cristo, o Messias, o Filho de Deus e sua Boa Notícia”. Para uma melhor compreensão do personagem Jesus, entendemos que, metodologicamente, é importante separar Jesus de Nazaré – personagem histórico construído através de um árduo trabalho intelectual – e Jesus Cristo, ou Jesus da fé, objeto de todos os Evangelhos. O prólogo do Evangelho de João deixa patente a distinção: Jesus, o homem de Nazaré e o mistério desse Jesus “verbo que se fez carne”. A partir dessa distinção, sabendo que os Evangelhos não são biografias, nem livros de História, no sentido que se dá à expressão hoje, pode-se ler com mais objetividade e proveito cada um deles.

A disposição dos episódios, efeitos dramáticos, desenvolvimento de um enredo caracterizam o trabalho dos evangelistas, cujo escrito constitui uma cristologia em forma de narração. Como as “Vidas dos Filósofos”, o evangelho liga a transmissão de uma mensagem a um enredo de vida historicamente situado. Conforme sua educação, os ouvintes/leitores do primeiro século o aproximavam, alternativamente, deste ou daquele tipo de escrito: biografia ideal do enviado de Deus, escrito de intenção aretológica, romance, biografia greco-romana. O Evangelho de Marcos pode ser qualificado como um subgênero da biografia greco-romana (David E. Aune), mas tendo em conta o fato de constituir uma literatura popular que contrasta com a elevação cultural do padrão da biografia. (MARGHERAT, 2015, p. 39; 40; 41)

8.4.2 Cada Evangelho reflete um conjunto de comunidades e suas tradições orais

A situação histórica de cada comunidade influenciou intensamente a forma e o conteúdo de cada Evangelho.

“Cada um dos evangelistas viveu num contexto diferente, e as circunstâncias históricas exercem influência em suas representações da vida e da morte de Jesus. A estas mesmas circunstâncias pertencia a hostilidade dos principais círculos judaicos diante da ‘Igreja Apostólica’, bem como a suspeita romana de que o cristianismo era um movimento judaico subversivo de tendências apocalípticas.” (WINTER, 1998, p. 228)

“Desde o mais remoto começo, o movimento de Jesus foi marcado por diferenças, divisões e conflitos, como o indicam as articulações variegadas se não contraditórias, dos Evangelhos existentes.” (FIORENZA, 2015, p. 160)

O *Evangelho segundo Marcos*: como se viu nos capítulos anteriores, pertence à herança do Apóstolo Pedro, às comunidades que deram origem ao Evangelho de Marcos. O primeiro Evangelho foi, provavelmente,

redigido no contexto da guerra na Palestina, da perseguição de Nero e da morte de Pedro, entre 65 e 70. Foi publicado, segundo alguns exegetas, logo após a destruição de Jerusalém, no ano 70.

“As comunidades organizaram sua missão nos mesmos moldes do movimento de Jesus. Em equipes missionárias, saíam pelas aldeias curando doentes e expulsando demônios, isto é, procurando libertar de todas as forças que eram contra o reino de Deus. Como Jesus, eram missionários itinerantes que viviam com simplicidade e desapego. Continuava sendo uma experiência majoritariamente rural, onde conviviam missionários itinerantes e comunidades nas casas das aldeias.” (GASS, 2012, p. 51)

Fiéis à prática de Jesus, as comunidades da Galileia se reuniam nas casas, fazendo do cotidiano o espaço do sagrado. (A partir do início do quarto século, quando os imperadores romanos oficializaram a religião cristã, o espaço sagrado foi cada vez mais sendo transferido para templos). Marcos destaca o ministério de Jesus na Galileia, ao qual dedica metade de seu Evangelho. Apresenta organicamente as tradições anteriores e tem como centro o mistério do “caminho” de Jesus e a cruz reveladora do “segredo messiânico”.

Como diz Marconcini, *“o material é composto de aproximadamente 95 narrativas, 11.240 palavras e 1.345 vocábulos. Escrito em grego popular, com semitismos, alguns latinismos, com estilo vivaz, próprio da língua falada. Como se falasse para você, de modo simples e espontâneo, sem maiores cuidados gramaticais ou sintáticos”*. (MARCONCINI, 2012, p. 90)

Para Hoonert,

“Em diversos aspectos, Marcos é o primeiro que nos fornece informações sobre: 1) a língua falada por Jesus, 2) seus familiares e os vizinhos de sua aldeia natal, 3) a aldeia onde passou a infância, 4) a cultura do povo galileu, 5) o temperamento de Jesus e 6) a maneira dele lidar com o povo aldeão da Galileia.

Nunca estamos tão perto da figura histórica de Jesus de Nazaré como quando lemos o Evangelho de Marcos.” (HOORNAERT, 2016, p. 61)

Para Comblin:

“Marcos escreveu seu Evangelho para protestar contra tendências de desumanização, ou seja, de fazer de Jesus um objeto de culto”, em detrimento do seguimento de Jesus”. (BARROS, 2014, p. 181)

O *Evangelho segundo Mateus*: foi escrito provavelmente por escribas judeus-cristãos no final dos anos 80, em Antioquia, na Síria. As comunidades que lhe deram origem viviam anteriormente na Palestina, talvez na Galileia, numa região em que predominavam igrejas formadas por pessoas de origem judaica que viveram inicialmente na Judeia. Elas se veem como herdeiras dos apóstolos, em especial de Pedro e dos familiares de Jesus.

O Evangelho de Mateus, como retrata Konings, situa-se na proximidade do novo judaísmo (o “judaísmo formativo”, de inspiração farisaica), que surgiu depois da destruição do templo em 70 d.C. Mateus é quem mais usa o termo “fariseu” na Bíblia; ao compará-lo com Marcos, vemos que Mateus especifica sistematicamente os opositores de Jesus como sendo “os fariseus”, mesmo onde Marcos escreve “os escribas”. Isso indica que Mateus se dirige a uma comunidade que toma distância do novo judaísmo formativo, dominado pelos rabinos farisaicos.⁶⁴ Mas nem por isso ele despreza a herança de Israel! Pelo contrário, parece ensinar à sua comunidade judeu-cristã, que ela – e não a nova sinagoga – é “o verdadeiro Israel”. O Jesus de Mateus é como um novo Moisés, que vem do Egito, que pronuncia cinco discursos em assembleia, como os cinco livros de Moisés. O primeiro discurso se situa solenemente na montanha, lembrando a proclamação da Lei no monte Sinai. Como novo Moisés, Jesus “aperfeiçoa” a Lei, em oposição expressa àquilo que fazem os fariseus e os escribas, Jesus

é “o único Mestre”. O acento do Evangelho de Mateus recai na boa formação dos discípulos. É o Evangelho da “sinagoga cristã”, expressão usada para reunião de cristãos na Carta de Tiago.

“O Evangelho de Mateus constitui “uma literatura de formação comunitária” (uma “irmandade”), mais evidente nos caps. 5 - 7. Discípulo é a designação para um cristão em sua comunidade, modelo para todos. A forma do Pai-nosso (Mt.6,5-15) em Mateus é litúrgica e provavelmente usada na comunidade em seus cultos e reuniões.” (OVERMAN, 1997, p. 99; 109; 186)

O *Evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos*: formam uma só obra, escrita por discípulos de Paulo no final dos anos 80, em Antioquia, Éfeso ou Grécia. Segundo Konings, “Lucas escreve para as Igrejas do mundo grego que ele mesmo, ao lado de seu mestre Paulo, ajudou a evangelizar. Recorre a indicações de cronologia mundial, diálogos, cenas de simpósio, de viagens etc., como se faz também em obras literárias helenistas.”⁶⁵

No prefácio de seu Evangelho, Lucas diz visar a averiguação da fé em que seu leitor, Teófilo, foi instruído. Tal objetivo corresponde à cultura helênica que Lucas assimilou e à investigação metódica (em termos daquele tempo) que diz ter efetuado. Ele não se limita a evocar a atividade só de Jesus. A Palavra que gerou a fé de Teófilo passou também pela Igreja. Por isso, a história de Jesus (o Evangelho) e a história da comunidade (os Atos dos Apóstolos) são as duas partes de uma mesma grande história da Palavra.

Lucas se preocupa em ensinar a viver “a longo prazo”. Se Marcos tinha mostrado que a *parusia* não era para já, Lucas acentua isso ainda mais. Em vez da oposição bipolar entre “este mundo” e o reino anunciado por Cristo (como “o mundo vindouro”, tempo do Fim), ele periodiza o tempo de modo diferente, como uma “história da salvação” (KONINGS, 2005, p. XII-XIII):

- o tempo da promessa (o Antigo Testamento);

- o tempo do cumprimento da promessa (a atuação de Jesus);
- o tempo da vida dos cristãos no mundo, reunidos na Igreja e animados pelo Espírito Santo. “Ora, viver no mundo significa, concretamente, viver no Império Romano (que Lucas trata com respeito diplomático), mas também viver na comunidade dos irmãos, descrita em seu projeto ideal e nas suas dificuldades reais.” (KONINGS, 2005, p. XIII-XIV)

Para Romano Penna *“a comunidade lucana é caracterizada por uma sensibilidade particular pela dignidade e pelo ministério feminino na Igreja”*. (PENNA, 2020, p. 201)

8.4.3 Cada Evangelho tem função de feedback

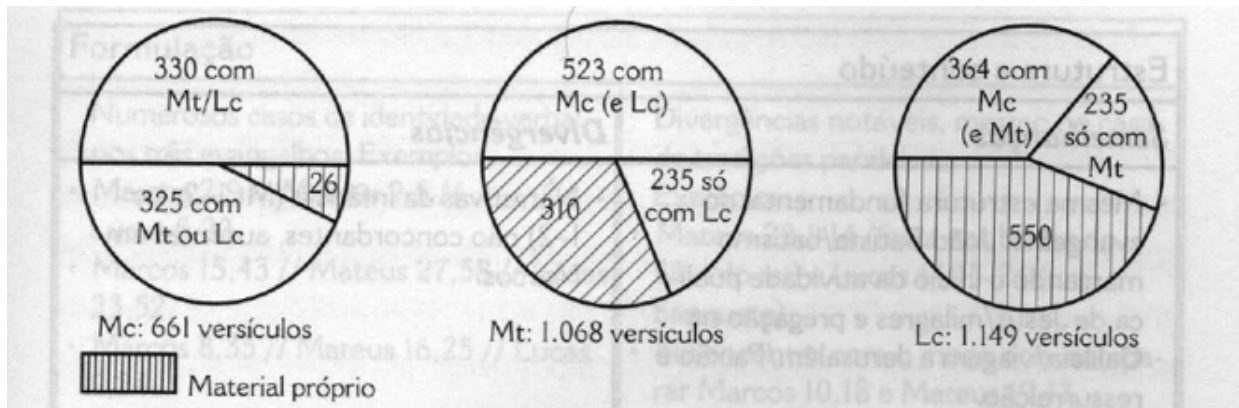
Para Crossan, cada Evangelho atualiza para sua comunidade as palavras, as atitudes e os ensinamentos de Jesus. O que importa para elas é saber o que Jesus tem para lhes dizer naquele momento, naquelas circunstâncias. É também se ver na vida de Jesus. Daí a importância de se compreender a origem e os problemas das comunidades às quais os Evangelhos se dirigem, atualizando as palavras de Jesus. Provavelmente Ele nunca disse “ai de vós, fariseus hipócritas”, “sepulcros caiados”, mas é o que as comunidades de Mateus gostariam de ouvir de Jesus naquele momento em que as disputas com os fariseus eram acirradas.

8.4.4 Os três primeiros Evangelhos são muito semelhantes

Quando os autores redigiram o Evangelho segundo Marcos, entre 65 e 70, tinham em suas mãos coletâneas de parábolas, curas e narrações da paixão, morte e ressurreição, além da tradição oral das comunidades a que pertenciam. Quinze anos mais tarde, quando os evangelhos que homenageiam Mateus e Lucas foram escritos, as comunidades e seus

autores tinham em mãos não apenas o Evangelho de Marcos, mas também um segundo texto, do qual copiaram muita coisa.⁶⁶ Esse texto é designado em alemão *Quelle* (fonte), ou “Q”. Um texto que teria existido e não chegou até nós. Ele ajuda a entender as semelhanças entre os três primeiros evangelhos. “Além de copiar boa parte de Marcos e da fonte ‘Q’, os Evangelhos de Lucas e Mateus ainda contêm material que lhes é exclusivo, isto é, narrativas que somente se encontram em Mateus ou em Lucas, a exemplo da infância de Jesus”. No material exclusivo (ME) de cada evangelho, além das modificações introduzidas naquilo que copiaram de Marcos e da fonte “Q”, podemos perceber as características próprias das comunidades que estão por trás dos evangelhos de Mateus e Lucas.

Daniel Marguerat ilustra, com o gráfico a seguir, a repartição qualificada, por fonte, de versículos na composição de cada um dos evangelhos apócrifos:

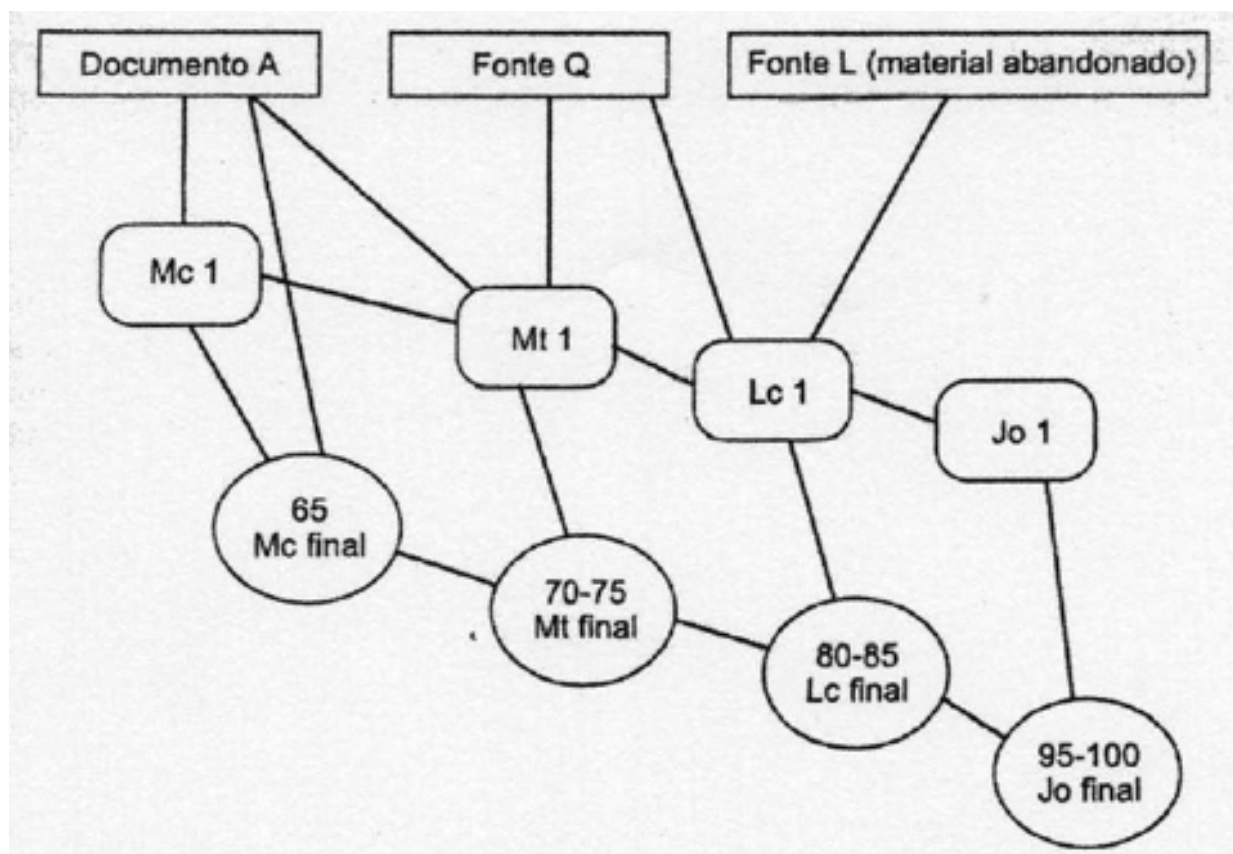


“Percebe-se que Marcos e Lucas apresentam traços inversos: Marcos contém apenas uma pequena quantidade de material próprio (26 versículos em um total de 661), ao passo que a parte específica de Lucas atinge quase a metade do texto (550 versículos em 1.149); a repartição proporcional de Mateus situa-o entre esses dois evangelhos. Por outro lado, identificamos 80% do material de Marcos

em Mateus e 55% em Lucas. O texto comum a Mateus, Marcos e Lucas (tradição tríplice) sobre 330 versículos, enquanto o texto de tradição dupla (Mateus e Lucas) comporta cerca de 235. As coincidências narrativas entre os sinópticos são, portanto, ao mesmo tempo grandes e múltiplas.” (MARGHERAT, 2015, p. 17)

“P. Boismard apresenta a redação dos Evangelhos a partir de documentos mais primitivos. A redação intermediária de Marcos é de 60-65 – destina-se a cristãos vindos do paganismo – a redação final entre 70 e 71. A redação intermediária de Mateus é de antes de 70 – emana de ambientes judeus-cristãos – e a redação final é de cerca do ano 85. O Protolucas conhece e utiliza, direta ou indiretamente, todos os documentos primitivos. Sua redação final é de cerca do ano 85. A redação do Evangelho de João, segundo Boismard e Lamouille, passou pelo menos por quatro etapas. A primeira, provavelmente em aramaico, teria sido redigida cerca do ano 50 e saída de ambientes samaritanos convertidos ao cristianismo. A segunda, por volta de 60 a 65, tem outro redator. Cerca do ano 95, o mesmo autor, provavelmente estabelecido em Éfeso e em confronto com a hostilidade dos judeu-cristãos, retocou profundamente seu primeiro trabalho. Nos primeiros anos do século II, um último redator fez a fusão das três redações anteriores por ele conhecidas e é responsável pela ordem atual do quarto Evangelho.” (MORIN, 1988, p. 41-44)

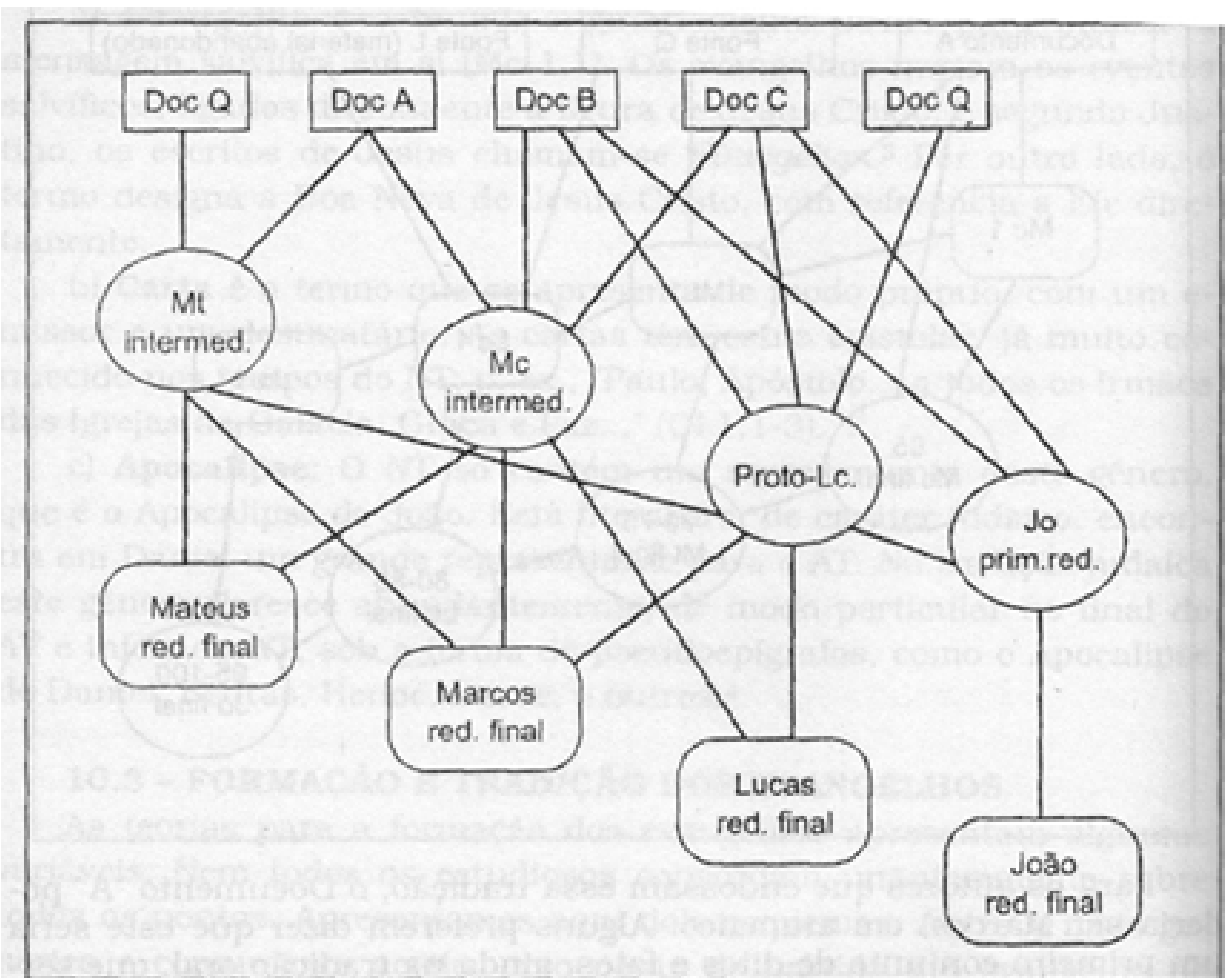
Alertando que “nem todos os estudiosos concordam unanimemente sobre o processo de formação e tradição dos evangelhos”, Izidoro Mazzarolo apresenta os seguintes esquemas representativos de fontes, interligações e datas dos quatro evangelhos:



Para os autores que endossam essa tradição, o Documento “A” poderia ser Marcos, em aramaico. Alguns preferem dizer que esse seria um primeiro conjunto de ditos e fatos, ainda na tradição oral, que serviram de base para a primeira redação de Mc. Marcos não teria conhecido um conjunto maior de relatos sobre os discursos de Jesus, chamado “Q” (Quelle = fonte), nem a fonte “L”. Mateus e Lucas, por sua vez, conhecem e utilizam Mc e também a fonte “Q”. João teria conhecido os Sinóticos na sua versão intermediária, primeiro, e depois na sua versão final, e também teria tido acesso a outro material, conhecido apenas por Lucas, conhecido como fonte “L” (*Lagen* = coisas abandonadas; ou por outro nome, *Leien* = fonte legal). Um certo conjunto de Palavras e Sinais deixados de lado pelas comunidades dos Sinóticos são contemplados pela comunidade de João. Esse aproveitamento

por João, que outros não fizeram, denomina este material de “coisas deixadas”.

O gráfico a seguir é mais recente e mais complexo, mas de muita importância, pois contempla as últimas pesquisas, sobretudo os estudos das descobertas de Qumran. O ponto de partida deste esquema é de que o documento “A” é a base para Mateus e Marcos (MAZZAROLLO, 2005, p. 105; 106):



A= Documento de origem palestinese, de procedência judeu-cristã.
 B= É uma releitura de "A", feita por uma comunidade heleno-cristã.
 C= É uma Tradição independente, um documento muito arcaico.
 Q= É uma fonte das palavras (*logia*) ou ditos de Jesus, não conhecidos por Marcos.

“Duas das mais evidentes discrepâncias entre os evangelhos sinópticos e o de João são a duração do ministério de Jesus – um ano, nos sinópticos, com uma única Páscoa e dois ou três anos no Quarto Evangelho – e a data da crucifixão, que, de acordo com os sinópticos, seguiu-se à noite da ceia de Páscoa, mas, segundo João, a precedeu.” (VERMES, 1996, p. 26)

8.4.5 A sobrevivência das testemunhas oculares até que os Evangelho foram escritos. ⁶⁷

“O Novo Testamento enfatiza em vários lugares a importância das testemunhas oculares como garantidoras das tradições cristãs (Lucas 1:2; Atos 1:8,22; 2:32; 3:15; 5:32; 10: 39); 1 Pedro 5:1; 2 Pedro 1:16).

A presença de testemunhas oculares na época em que os Evangelhos foram escritos atuou como um estabilizador das tradições incluídas neles.

Há muita pouca evidência concreta que permita uma datação precisa da redação de qualquer dos Evangelhos. A evidência que existe leva a maioria dos estudiosos a postular um intervalo entre trinta e sessenta anos entre o tempo da morte de Jesus e o registros pelos evangelistas.

Como pode ser visto na Tabela 1, estimativas conservadoras revelam que das aproximadamente 60 mil testemunhas oculares do ministério, da morte ou da ressurreição de Jesus com 15 anos ou mais, pelo menos 20 mil provavelmente teriam vivido trinta anos depois, e mais de mil até sessenta anos depois. Assim, pode ser razoável concluir que testemunhas oculares vivas podem ter contribuído para as tradições que formaram a base dos Evangelhos e que sua presença contínua nas comunidades das quais os Evangelhos surgiram teria servido para garantir o que foi dito sobre Jesus correspondia às memórias reais a respeito dele - memórias que correspondiam ao que ele realmente havia feito e dito.”

TABELA 1: Testemunhas oculares de Jesus sobreviventes em períodos posteriores

de acordo com o Modelo ocidental Coale-Demeny, nível 3, para mulheres

	Cafarnaum	grandes multidões	Jerusalém	subtotais
Ano 0	1.005	10.000	51.750	62.755
Ano +5	847	8.636	44.692	54.175
Ano +10	701	7.356	38.069	46.126
Ano + 15	573	6.174	31.952	38.700
Ano + 20	466	5.094	26.360	31.919
Ano + 25	374	4.117	21.307	25.799
Ano + 30	294	3.244	16.787	20.326
Ano + 35	224	2.469	12.775	15.467
Ano + 40	162	1.786	9.243	11.191
Ano + 45	110	1.208	6.250	7.568
Ano + 50	67	740	3.830	4.637
Ano + 55	36	399	2.067	2.502
Ano + 60	16	177	918	1.111

9. Época Pós-Apostólica (98-130)

9.1 Contexto e herança das comunidades paulinas⁶⁸

Convencionou-se designar como época pós-apostólica o período que vai do final do reinado do imperador Domiciano, em 96, até o ano 130, quando teria sido escrito o último livro do Novo Testamento – a Segunda Carta de Pedro. Uma ressalva: alguns exegetas, mais recentemente, creem que o Evangelho de Lucas poderia ter sido publicado por discípulos da terceira geração, por volta dos anos 115 a 120. O livro dos Atos teria sido publicado cerca de dez anos depois.

9.1.2 O contexto político e as comunidades cristãs

O imperador Domiciano (81-96), para manter o império unido, impôs a religião imperial, oficializada por Vespasiano (69-79 d.C.), a todos os povos dominados, exigindo inclusive o culto ao imperador. Ele perseguiu violentamente os cristãos que se negaram a lhe prestar culto. Com sua morte, o Senado, aliviado das ameaças contínuas, retomou seu poder e elegeu Nereu, com 70 anos, filho de família senatorial, para restabelecer a paz. Nereu governou apenas dois anos (96-98), mas preparou para sucedê-lo Trajano, um chefe militar respeitado. O imperador Trajano governou de 98 a 117, respeitou o Senado e assistiu aos mais pobres de Roma com um programa alimentar, mandou construir grandes obras públicas, aumentando a oferta de trabalho. Ele também renovou o decreto de ilegalidade do cristianismo pelo ano 112, mudando de tática em relação aos cristãos: pelo estatuto legal não se perseguia os cristãos, mas as autoridades romanas eram obrigadas a acolher as acusações contra os cristãos e julgá-los. Se estes se negavam a prestar culto ao imperador e às divindades do império, eram considerados traidores e condenados ao exílio, a trabalhos forçados em minas, em embarcações como remadores, à morte por decapitação, cremação ou luta contra feras em espetáculos públicos. Trajano manteve a *pax romana* tradicional que garantia a ordem pública à custa da exploração das colônias e consequente enriquecimento e luxo para as elites. Estendeu, em 114-116, as fronteiras em direção à Mesopotâmia (Iraque), dando ao império sua máxima extensão geográfica.

“No tempo de Trajano, o centro de difusão do cristianismo na Ásia não é Jerusalém, mas Antioquia [...]. Cidade fervilhante, animada, dia e noite [...]. Magnífica, uma das mais belas do império, com suas ruas pavimentadas, seus templos, seus pórticos. A comunidade cristã, aumentada com os fugitivos de Jerusalém, compõe-se principalmente de fiéis de origem pagã, dentre os quais

sairá o bispo Inácio (35-110), uma das mais nobres figuras de seu tempo.” (HAMMAN, 1997, (97-197), p. 14)

Durante o período de domínio romano, Antioquia atraiu um fluxo de gauleses, germanos e outros “bárbaros”, alguns trazidos como escravos, outros como legionários. Segundo as estimativas de Smith, “*os cidadãos dividiam-se em dezoito tribos, localmente distribuídas, ou seja, dezoito bairros étnicos identificáveis dentro da cidade [...] repleta de mazelas, de perigos, medo, desespero e ódio. Uma cidade na qual a família mediana levava uma vida miserável em cômodos sujos e apertados,*⁶⁹ *onde pelo menos metade das crianças morria por ocasião do nascimento ou durante a infância e onde a maioria das crianças que viviam perdia pelo menos um dos pais antes de atingir a maturidade. Uma cidade cheia de ódio e de medo, radicados em um crônico antagonismo étnico e exacerbados por um ininterrupto fluxo de estrangeiros. Uma cidade tão desprovida de redes de relacionamento estáveis que quaisquer incidentes sem maior importância podiam acirrar a violência das massas. Uma cidade onde a criminalidade proliferava e cujas ruas eram perigosas à noite.*⁷⁰ *E, talvez acima de tudo, uma cidade constantemente dizimada por catástrofes cataclísmicas: onde um residente podia ter a expectativa de literalmente tornar-se um sem-teto de tempos em tempos, isso se ele ou ela estivesse entre os sobreviventes. Pessoas que viviam em tais circunstâncias frequentemente deviam entrar em desespero. Decerto não seria estranho se chegassem à conclusão de que o fim dos tempos era iminente, também com muita frequência devem ter ansiado por libertação, por esperança, até mesmo por salvação.”* (STARK, 2006, p. 176;179)

Foi no governo de Trajano que Simeão, bispo de Jerusalém, foi martirizado (107). Também Inácio, bispo das igrejas de Antioquia, foi preso, pelo ano 110, por sua liderança cristã. Conduzido a Roma foi ali julgado e martirizado no Coliseu. (GASS, 2011, p. 89)

Às vésperas de sua execução, referindo-se à morte que o esperava, disse em sua Carta aos Romanos: “Deixai-me ser comida para as feras, pelas quais me será possível encontrar Deus. Sou trigo de Deus e sou moído pelos dentes das feras, para encontrar-me como pão puro de Cristo” (tradução de Dom Paulo Evaristo Arns).

“É nas cartas de Inácio de Antioquia que aparece, pela primeira vez, a expressão ‘Igreja Católica’ para referir-se ao conjunto das comunidades cristãs espalhadas por todo o mundo conhecido”. Impressiona a ênfase dada por Inácio à hierarquia na Igreja: “Segui o Bispo, como Jesus Cristo o Pai. Segui ao presbítero como aos Apóstolos. Respeitai os diáconos como ao preceito de Deus. Ninguém ouse fazer sem o Bispo coisa alguma concernente à Igreja”. A frase, dita menos de 80 anos depois da morte de Jesus de Nazaré, surpreende e contrasta com a igualdade praticada pelas comunidades de João.

“Na virada do século I, a Igreja toma seu segundo fôlego. Penetra no interior das terras da Síria e na Ásia Menor. Plínio, o Jovem, encontra muitos cristãos até nas margens do Mar Negro, a 1.000 km de Jerusalém e a 2.400 km de Roma”. Uma carta de Plínio, de autenticidade incontestável, descreve a progressão cristã, em 112: os cristãos formam “multidão considerável” [...], “vilas e campos estão invadidos”. Plínio – “legado para a Província do Ponto e da Bitínia, com poder consular” – preocupado com o estilo e o rigor jurídico, não usa nenhuma hipérbole quando compara a um “contágio” a nova religião que já infestou a Província do Ponto”. (HAMMAN, 1997, (97-197), p. 13)

Neste período surgem os últimos documentos que irão compor o Novo Testamento. São documentos atribuídos às:

- comunidades de Paulo: Cartas aos Hebreus; Cartas Pastorais (duas a Timóteo e uma a Tito); e a Segunda Carta de Pedro;

- comunidades do Discípulo Amado: as três Cartas atribuídas a João, o Evangelho de João e o Apocalipse.

9.1.3 Herança das comunidades paulinas

A chamada Carta de Paulo aos Hebreus é curiosa: não é de Paulo, não é carta e não foi dirigida aos hebreus. Escrita por volta do ano 100, provavelmente em Roma ou Éfeso, por discípulos ou admiradores de Paulo que dominam a cultura judaica e grega, é considerada herança de Paulo pela radicalidade de sua tese central: a salvação pela fé. É uma reflexão teológico-pastoral destinada a encorajar, confortar e animar as comunidades que vivem perseguidas e atemorizadas. Pretende ser uma resposta à tentação de voltar às antigas religiões, inclusive ao judaísmo, como abrigo às perseguições.

Como se vê, é uma releitura, atualizada, da Boa-Nova, para um público específico, vivendo uma situação especial. Mostra, mais uma vez, que a Boa-Nova, para ser boa e nova, tem que ser relida a cada nova situação social. A carta aos hebreus apresenta Jesus como único sumo sacerdote, rei da justiça e da paz, o que é estranho, porque é o único documento do Novo Testamento que atribui a Jesus o título de sumo sacerdote e porque Jesus de Nazaré era leigo e não sacerdote ou levita.

O historiador e biblista Eduardo Hoornaert sustenta que a Carta aos Hebreus “foi escrita em torno do ano 65 e é o único texto do Novo Testamento escrito em grego ‘elevado’, linguagem usada por sacerdotes e outros grupos da elite judaica” (HOORNAERT, 2016, p. 19;44;79). Seu autor, juntamente com Paulo e Marcos, é um dos três primeiros escritores que esboçam, cada um, uma imagem complementar de Jesus. Para Paulo, na década de 50, Jesus é o Ungido de Deus. Para o autor de Hebreus – provavelmente um presbítero dos quadros das sinagogas dissidentes –

Jesus é Sacerdote como Melquisedec (a tradução “segundo a ordem de” seria incorreta).

Marcos, escrevendo provavelmente em Roma, 40 anos após a morte de Jesus, cria um novo gênero literário, o Evangelho, “um tratado teológico que assume a forma de biografia histórica” (Elaine Pagels em HOORNAERT, 2016, p. 126). Nele, Jesus é apresentado como “um herói divino, um profeta popular, como Elias”.

As cartas pastorais são dois documentos dirigidos a Timóteo e um a Tito, os quais eram representantes das comunidades destinatárias. Foram escritas por volta de 115, por lideranças das comunidades de Paulo da terceira geração, que, segundo costume da época, atribuem a Paulo a autoria das cartas e homenageiam dois de seus colaboradores mais próximos. São consideradas, hoje, pseudopaulinas. Desde o século XVIII são chamadas Cartas Pastorais. Não se trata propriamente de cartas, mas de circulares de exortação a viúvas, escravos, diáconos, episcopos e presbíteros de várias igrejas. As exortações aos servos de submissão aos senhores e o convite às mulheres para que sejam submissas a seus maridos mostram a preocupação das lideranças pelo não enfrentamento dos costumes escravocratas e patriarcais. Num ambiente hostil, em que cristãos podiam ser acusados, julgados, condenados e mortos, os autores recomendam prudência para que não sejam vistos como subversivos da ordem estabelecida. O que está em jogo é a sobrevivência das igrejas domésticas.

O cristianismo sempre tratou de demonstrar duas coisas: que não conspirava contra o poder imperial e a legalidade das instituições e que tinha origens nobres e antigas. Para tanto, era preciso provar que substituía o Judaísmo, herdando seu legado espiritual e sua condição jurídica (de religio licita). (NASCIMENTO; JEHA, 2017, p. 146)

Talvez a contribuição maior das Cartas Pastorais esteja em seu testemunho histórico sobre a organização da Igreja no início do segundo século. A estrutura de cargos administrativos já está mais definida, há presbíteros, episcopos e diáconos. Em muitas comunidades os cargos administrativos eram eletivos e recebiam salários. Somente a partir do quarto século tornaram-se em hierarquia sacralizada. (GASS, 2012, p. 148;153)

A Segunda Carta de Pedro foi escrita em grego culto, por volta do ano 130, provavelmente em Éfeso, por membros das comunidades de herança paulina. O autor se apresenta como sendo o apóstolo Pedro, quando este já havia sido morto há quase 70 anos. A carta tem a forma de testamento de um velho apóstolo, antes de sua morte – gênero literário em voga na época – dando instruções a seus discípulos. Exorta seus leitores:

“Façam esforço para pôr mais virtude na fé, mais conhecimento na virtude, mais autodomínio no conhecimento, mais perseverança no autodomínio, mais piedade na perseverança, mais fraternidade na piedade e mais amor na fraternidade.” (2 Pd. 1, 5-7)



A Ásia Menor no tempo de Paulo

Fonte: Tubinger Atlas des Vorderen Orients, BV7, 1983.

9.2 Contexto e herança das comunidades do discípulo amado

No fim do século I, ou talvez nos primeiros anos do século II, a “comunidade do discípulo amado” dá a última redação de seu anúncio, o chamado Evangelho de João. Sua introdução é fruto da absorção de reflexões judaicas sobre a sabedoria e de elaborações da filosofia grega sobre a Palavra. O prólogo do anúncio é magistral: *“No princípio era a Palavra e a Palavra estava junto de Deus e a palavra era Deus” [...] e mais adiante: “e a Palavra se fez carne e veio habitar entre nós”*. Setenta a oitenta anos após a morte de Jesus de Nazaré, seus discípulos amados o veem como a Palavra de Deus, encarnada, que ilumina todos os homens, os quais, iluminados, se transformam em filhos de Deus.

“Segundo Chris de Wet, ‘para os gregos o **logos** (palavra) também funciona como princípio racional pelo qual o universo é governado’. ‘João, provavelmente, dá ao **logos** o significado que os gregos lhe atribuíam: a força primitiva da criação através da qual todas as coisas vieram a ser.’” (ASLAN, 2018, p. 204; 123)

As comunidades do discípulo amado nasceram plurais, compostas de judeus tradicionais, enraizados nos ensinamentos da Torá e da sinagoga; judeus marginais – galileus, samaritanos, batistas, essênios e helenistas; e evoluiu para uma composição ainda mais eclética de gentios gregos e romanos. No início, na Galileia, as mulheres tiveram um papel destacado, especialmente Maria Madalena. No final, alguns membros de nível intelectual elevado são incorporados à comunidade. ‘Um texto tão especulativo como o prólogo do Evangelho atesta a proximidade com círculos intelectuais como os que floresciam no judaísmo de Alexandria’ (BLANCHARD, 2004, p. 35). A comunidade foi forçada pela Guerra Judaica a deslocamentos geográficos e culturais. Ela desloca-se primeiramente dentro da Palestina e, depois, da Palestina para Éfeso: de um mundo cultural judaico, rural, para um mundo helenístico, urbano.

O Evangelho de João reflete o grande esforço das comunidades do discípulo amado de responder aos problemas colocados por diferentes situações sociais e manter-se fiel às suas tradições de liberdade e autenticidade. “As comunidades têm, como centro de vivência, a prática radical do amor, da hospitalidade e da solidariedade” (GASS, 2011, p. 120). Em meio a deslocamentos geográficos e culturais, as comunidades passam por conflitos muito impactantes:

- a. relação com o judaísmo, que passa por três estágios: convivência pacífica entre irmãos, com algumas divergências; conflitos doutrinários radicais com os judeus e com a sinagoga e, por fim,

expulsão dos cristãos da sinagoga o do meio étnico-religioso judaico. O trauma foi tamanho que a palavra “judeu” assume um significado geralmente negativo. Os judeus haviam conquistado, junto ao Império Romano, um status de autonomia religiosa e cultural muito significativa; pelo peso econômico, pela participação demográfica (cerca de 8 a 10% da população do império) e pela habilidade política. As primeiras comunidades cristãs surfaram nessa onda até a Guerra Judaica, quando os judeus perdem o privilégio da “religião legítima” e, em consequência, os cristãos tornam-se sem religião, uma superstição “depravada, desregrada e contagiosa” (Plínio: 23-79 d.C.), “perniciosa” (Tácito: 55-120 d.C.), “nova e maléfica” (Suetônio: 70-130 d.C.);

- b. relação com outras comunidades cristãs: “As comunidades das igrejas apostólicas eram hierarquizadas, ao passo que a do Discípulo Amado tinha como único valor o amor que iguala todas as pessoas. Para o Evangelho de João, as comunidades apostólicas irão se encontrar com Jesus e poderão segui-lo somente quando abrirem mão de privilégios e posição social para se tornarem um ramo na videira que é Jesus”. (BORTOLINI, 2003, p. 11)

“...não emerge dos escritos joaninos nenhuma estrutura institucional “hierárquica” como as que encontramos nas cartas pastorais escritas sob o nome de Paulo, ou nas cartas de Inácio”. (PENNA, 2020, p. 209)

“O Discípulo Amado, não tem nome porque ele é mais que uma pessoa individual. Ele é o portador da fé que sustenta a mensagem que o texto nos transmite.” (KONINGS, 2016, p. 59)

c. relação com o mundo pagão, urbano, culturalmente muito diferente e plural, de estratificação social mais rígida, pouco permeável à convivência igualitária e fraterna. Um desafio novo e difícil! [71](#)

O processo de redação do Evangelho reflete o pluralismo da origem da comunidade, seus deslocamentos espaciais e culturais, bem como a composição eclética de influência grega. “Sua história redacional é mais complexa do que a representação ingênua de uma redação contínua e homogênea” (BLANCHARD, 2004, p. 25). Sua escrita demorou cerca de 60 anos. “Há também uma tendência no Evangelho de ‘multiplicar’ visões a respeito de um mesmo acontecimento, sem se preocupar em compatibilizá-las. São leituras indubitavelmente prolongadas no tempo, mas reunidas na superfície do livro” (BLANCHARD, 2004, p. 31). Isto sugere a existência de vários redatores, sucessivos, como uma verdadeira “escola joanina”. O exegeta americano Raymond E. Brown sugere “duas redações sucessivas trabalhando a partir de uma tradição antiga comum e finalmente conjugadas na redação definitiva.” [72](#)

À guisa de cronologia, a Guerra Judaica de 70 constituiria a articulação entre as duas redações, ao passo que a edição definitiva não seria anterior aos últimos anos do século I (95-100)” (BLANCHARD, 2004, p. 36). “De qualquer modo há que se reconhecer a importância decisiva de uma personalidade teológica e literária com forte ascendência sobre a comunidade joanina; em outras palavras, aquele que o livro chama ‘o Discípulo que Jesus amava’ e em quem reconhece uma autoridade incontestável” (BLANCHARD, 2004, p. 40).

“A identificação do Discípulo Amado com Lázaro não somente esclarece uma série de enigmas sobre esta história (última ceia na casa do anfitrião Lázaro), como também outras incógnitas na narrativa da Paixão joanina. Lázaro,

Discípulo Amado, teria acolhido a mãe de Jesus em sua própria casa e exercido papel importante na fundação de igrejas em Éfeso e seus arredores. Uma das atribuições de João de Pátmos teria sido editar e promulgar o quarto Evangelho em nome do Discípulo Amado. (WITHERINGTON, 2015, p. 128)

A originalidade do quarto Evangelho – seu caráter especificamente cristão, portanto – dever-se-á à identificação do Verbo divino com o ser humano de Jesus de Nazaré: um ser que depende da história, como sugerem tanto a palavra “carne”, como a referência ao testemunho, humano e datado, de João Batista.” (BLANCHARD, 2004, p. 94)

A palavra “cosmos”, com o sentido de humanidade, aparece mais de 70 vezes no quarto Evangelho, cuja provável inserção no mundo grego (em Éfeso) torna a comunidade joanina particularmente sensível à universalidade do dom de Deus.

“O Jesus joanino, em vez de falar do reino de Deus – o termo “reino de Deus” só podia provocar mal-entendido nos ouvidos dos cidadãos greco-romanos –, fala de vida eterna, ou melhor da “vida da era eterna”. Com a destruição do Templo, em 70 d.C., a ideia de um reino de Deus em moldes judaicos tinha soçobrado e, por aquele mesmo tempo, o reino do Império Romano estava começando a martirizar os cristãos.” (KONINGS, 2016, p. 15)

Jesus é o Salvador do mundo! “João é, nitidamente, um evangelho mais reflexivo que os outros. Sem deixar de registrar os fatos particulares, aponta melhor que os outros o sentido profundo daquilo que a atuação de Jesus revelou: a radical união entre Jesus e Deus e o amor-caridade como critério de nosso agir”. (KONINGS, 2016, p. 15)

“Com Jesus o divino (Palavra) se faz humano (carne) e chega ao fim a distinção entre sagrado e profano, o espaço preservado a Deus e aquele separado dele: a plenitude de Deus brilha em Jesus, um homem mortal.” (MAGGI, 2013, p. 18)

O Evangelho de João é o único que atribui a Jesus o termo *Deus*: “Meu Senhor e meu Deus!” – confissão de fé de Tomé, “o gêmeo” (em grego *didymo*) –, definido nos textos apócrifos “irmão gêmeo de Cristo” (Atos de Tomé). “Para João, Jesus não é igual a Deus, mas Deus é igual a Jesus” (MAGGI, 2013, p. 18). “Se vós me conhecêsseis, também o Pai conheceríeis: desde agora o conheceis e o vistes. (Jo. 20, 28; Jo. 14,7)

Os estudos acadêmicos sobre os Evangelhos chegaram a um nível de sofisticação, profundidade e rigor científico inimaginável para o leigo no assunto. Como em todo estudo científico, as análises e conclusões são sempre prováveis, plausíveis e provisórias.⁷³ A título de exemplo, vejamos a seguir uma leitura atualizada da estrutura do Evangelho de João.

“Até hoje se encontram as mais diversas teorias acerca da estrutura do Quarto Evangelho. Um ciclo anual das festas de romarias judaicas pode ter constituído a estrutura básica da parte narrativa do Evangelho segundo João entre 2,13 a 11,55 [...]. Acertadamente os comentadores veem no início uma “semana de abertura” da vida pública de Jesus (1,11 a 2,12), com um esquema de sete dias, enquanto no fim temos uma semana para a volta ao Pai, iniciando-se com a unção em 12,1 (“seis dias antes da páscoa”). Junto a isso cabem, em João 11, os seis dias da história de Lázaro.” (BEUTLER, 2015, p. 19; 20; 21)

As cartas joaninas: na época da publicação do Evangelho de João o contexto é de perseguição por parte dos judeus e dos romanos e o risco consiste na institucionalização de suas comunidades, ameaçadas pela hierarquização das igrejas de herança petrina e paulina. À época da publicação das cartas, em torno de 110,⁷⁴ o contexto é outro: os adversários estão dentro das próprias comunidades, ameaçadas por divisões. Os companheiros que desencaminham seus irmãos são chamados de anticristos, falsos profetas, mentirosos, sedutores, filhos do demônio. Os

cristãos são exortados a permanecerem unidos no amor de Cristo e na comunhão com os irmãos.

O autor das três cartas atribuídas a João, escritas por volta do ano 110, em Éfeso, parece ser aquele que se apresenta como “o Ancião”, “o Presbítero”, na segunda e na terceira cartas,⁷⁵ que são pequenos bilhetes. A primeira carta é uma espécie de Carta Pastoral dirigida a várias igrejas, em forma de instrução, de homilia. Na segunda, o autor escreve em nome de uma comunidade para uma igreja irmã. Na terceira, ela é dirigida “à Senhora eleita e a seus filhos”, provavelmente uma das igrejas sobre as quais o Presbítero é responsável.

O Apocalipse

“Atribuindo o livro ao profeta João, é provável que os redatores dessa obra quisessem homenagear o apóstolo João. Há uma tradição antiga do historiador eclesiástico Eusébio de Cesareia, falecido em 339, que afirma serem pessoas distintas o João Presbítero e o João Evangelista. Certo é que o redator final dessa obra, escrita em diferentes épocas e contextos, encontrava-se entre os exilados. Era um prisioneiro político por se rebelar contra a dominação romana, por testemunhar a Boa-Nova de Jesus Cristo. Por isso encontrava-se em Patmos, transformada pelos romanos em um grande presídio para todas as lideranças que resistiam ao culto imperial e à opressão.” (GASS, 2012, p. 102)

O texto passou por um longo período de redação; a primeira (1-2, 3) e a quarta parte (22, 6-21) correspondem à redação final, datada do início do século II. A segunda parte é a mais antiga, corresponde à perseguição dos cristãos depois do incêndio de Roma, em 19 de julho de 64. Já a terceira parte corresponde à violenta perseguição imposta por Domiciano (81-96).

Como gênero literário, o livro insere-se na tradição dos escritos apocalípticos do Antigo Testamento, muito comum no judaísmo desde a resistência dos Macabeus contra o império Grego, por volta de 200 a.C. e

que se prolongou até em torno de 200 d.C. A maior parte dos símbolos encontrados no Apocalipse foi tirada de Daniel, de Isaías e do Êxodo. A palavra **apocalipse** quer dizer “revelar”, “tirar o véu” e foi interpretada por muitos como previsão de acontecimentos catastróficos, ligados ao fim do mundo. Hoje o Apocalipse é visto como “profético”, não no sentido de prever, mas de denunciar, de “revelar”, em uma linguagem criptografada, o que não pode ser mostrado às claras, em qualquer ambiente de opressão e repressão. É um livro destinado não a amedrontar, mas a estimular a resistência e a perseverança na fé e na esperança: o amanhã há de ser!

Dois capítulos do Apocalipse são dedicados a sete igrejas situadas, hoje, na Turquia: Éfeso (centro urbano anterior a 1.000 a.C., quinta maior cidade do Império Romano, com 450.000 habitantes, célebre pelo Templo de Artêmis e pelo teatro com capacidade para 25.000 espectadores); Esmirna (cidade que remonta a 3.000 a.C., onde nasceram Homero e Irineu de Lião, discípulo de Policarpo, que disse ter conhecido o Apóstolo João); Pérgamo (berço da Átalo, martirizado em Lião, era uma espécie de “Lourdes” da Antiguidade pagã); Tiatira (conhecida por sua tintura de lã, cidade natal de Lídia, negociante de púrpura, que, batizada por Paulo, hospedou-o em Filipos); Sardes (rica em rebanhos e mercado de tecidos); Filadélfia (cidade industrial e mercado de lã); e Laodiceia (conhecida pelas águas mornas – hoje Pamukkale – pela produção de lã preta e um tipo de colírio para os olhos).

Uma curiosidade sobre o significado simbólico dos números frequentemente utilizados no Apocalipse: 666 – o número da besta.

“Em grego e em hebraico cada letra tinha um valor numérico. O número de um nome era o total do valor numérico de suas letras. O número 666 é do nome Nero-Neron, conforme o valor das letras hebraicas, ou César-Deus, conforme o valor das letras gregas. É também o número de maior imperfeição: seis não

alcança sete, é só a metade de doze, e isto por três vezes! O número 666 é o cúmulo da imperfeição.” (GASS, 2012, p. 102)

III

AS COMUNIDADES CRISTÃS DO SÉCULO II⁷⁶

10. A segunda guerra judaico-romana e a *pax romana*

O século II é marcante na história do Ocidente. Neste período, o Império Romano, o maior, mais sólido e duradouro da história universal, chega a seu apogeu em extensão territorial e vive seu período áureo em termos materiais e culturais. No ano 135, com o fim da segunda guerra judaico-romana, a Judeia é varrida do mapa. Jerusalém mais uma vez é arrasada e os judeus proibidos de voltarem a morar ali. No ano 180, com a morte do imperador Marco Aurélio, homem correto e culto, encerra-se o período da *pax romana*, iniciado por Augusto César, no ano 29 a.C. A Boa-Nova desprende-se do judaísmo étnico-religioso e afirma-se como nova religião,⁷⁷ aculturando-se no mundo greco-romano.

“O historiador escocês Frennd identifica o movimento de Jesus entre 70 e 135, como “sinagoga dissidente”, o que me parece uma expressão sugestiva. Melhor falar em “tradição de Jesus”, ou em “movimento de Jesus”, sem usar o termo “cristianismo”, pelo menos quando se fala dos primeiros 150 anos após sua morte.” (HOORNAERT, 2016, p. 22-23)

A nova religião se estende por todas as províncias do império; sofre perseguições e martírios; consolida sua estrutura hierárquica e seu poder central; enfrenta o gnosticismo e outras heresias; começa a fundamentar sua mensagem em termos filosóficos e a participar de debates intelectuais com a elite pensante, em pé de igualdade. Vive-se a primeira etapa da Patrística (dos Pais, ou Padres da Igreja) que pretende mostrar o Evangelho como “a expressão acabada da verdade que a filosofia grega havia buscado”.

As fundamentações teóricas dos Pais da Igreja progressivamente irão permear, popularizar e até vulgarizar, no sentido pejorativo, a catequese cristã.

No final do século II, como disse o arqueólogo e historiador Paul Veyne, o perfil social de uma comunidade cristã era perfeitamente compatível ao perfil da sociedade em torno dela e os cristãos, ainda assim, se destacavam.

10.1 A segunda guerra judaico-romana

Adriano, que sucedeu ao seu primo Trajano, governou o Império Romano de 117 a 138. Buscou consolidar as conquistas territoriais de seu antecessor, visitando todas as províncias e mantendo contato com as elites locais. Passou 12 anos de seu governo fora de Roma. Como grande admirador da cultura grega, foi um dos responsáveis pela propagação do helenismo, mandou construir em Atenas o Templo de Zeus (*Olympeon*). Procurou consolidar o império através de investimentos em estradas, melhorias urbanas e difusão da simbiose cultural greco-romana.

Adriano não tinha nenhuma simpatia pela cultura judaica, vivida como enclave em muitas cidades em que a cultura greco-romana predominava. Através de decreto, proibiu a circuncisão em todo o império, sob pena de morte. No ano 130 mandou construir uma cidade romana sobre as ruínas de Jerusalém, cujo projeto previa a construção de um templo ao Deus Júpiter no lugar do Templo de Javé. As obras de construção da nova cidade começaram em 131. No ano seguinte, uma insurreição comandada por Simeão explode e espalha-se por todo o país, pegando os romanos desprevenidos. Os colonizadores foram expulsos e o país declarou-se independente.

Simeão, que passou a ser chamado Bar Kochba (Filho da Estrela), restabeleceu a Lei Judaica, o serviço do culto de sacrifícios no lugar do

antigo templo, mandou cunhar moeda e iniciou uma reforma agrária, o que lhe angariou mais apoio popular. “As comunidades cristãs do país não aceitaram a pretensão messiânica de Bar Kochba, acreditando ser Jesus o Messias. Tampouco apoiaram a luta contra o império e, pelos dois motivos, foram violentamente perseguidos pelos seguidores do líder da resistência judaica” (GASS, 2012, p. 92-93). Em meados de 135, o general Júlio Severo, Governador da Bretanha, nomeado para sufocar a rebelião, aprisionou e matou seu líder, Bar Kochba, perto de Jerusalém. Foi o fim da rebelião, cuja repressão devastou o país.

A sorte dos vencidos foi pior que em 70: milhares de judeus foram mortos nas batalhas; muitos morreram pela fome, sede e doenças. Estima-se que, em quatro anos de levante de Simão Bar Kochba – o Filho da Estrela –, morreram cerca de 600 mil judeus. Inúmeras pessoas foram vendidas como escravas. A Judeia, que vinha sendo chamada Palestina, ganhou este nome oficialmente e o nome anterior foi banido. A construção de uma nova cidade, *Aelia Capitolina*, de estilo helenístico, sobre as ruínas de Jerusalém e seu povoamento com pessoas exclusivamente não judias, sepultava a esperança dos judeus remanescentes de reconstruir o templo, a cidade e a nação. Ou, pelo menos, adiava o sonho dos judeus para um horizonte imprevisível, assim como os cristãos em relação à *parusia*. Eliade, historiador romeno, afirma: “A ruína da cidade santa e a destruição do templo transformaram brutalmente a orientação religiosa dos judeus e o mesmo acontecendo com os cristãos. Privados do santuário, o único espaço santo, onde o culto podia efetuar-se, os judeus viram-se reduzidos às orações e à instrução religiosa” (ELIADE, 2011, p. 312). “O Sinédrio passou de Jâmnia para Usha, na Galileia, que assumiu a condução espiritual do judaísmo no lugar da Judeia, agora despovoada”. (GALLAZZI, 2012, p. 172)

O impacto desses acontecimentos sobre os cristãos de origem judia só não foi maior porque, a essa altura, já fazia 40 anos que eles haviam sido expulsos da sinagoga e da convivência com seu grupo étnico-religioso.

10.2 A *pax romana*

“Warren Carter sugere três ideias teológicas que expressavam e legitimavam o poder do Império Romano: a) os deuses escolheram Roma; b) Roma e seu imperador são agentes do governo, vontade e presença de Deus entre os seres humanos; c) Roma manifesta as bênçãos dos deuses – segurança, paz, justiça fidelidade, fertilidade – entre aqueles que se submetem ao governo de Roma.

A força militar e o poder divino apresentavam-se, portanto, como dois lados da mesma moeda.” (SCARDELAI, 2021, p. 101 ,103)

Segurança, ordem e progresso! – este era o significado imediato da expressão *pax romana*, na época. Os exércitos romanos “pacificavam” os opositores do império. A guerra e a vitória eram pré-condições à *pax romana*, vista como um benefício pelas elites das colônias. O general e historiador Plínio, o Velho (23 a 76 d.C.), com entusiasmo afirma: “a imensa majestade da paz romana, essa dádiva dos deuses que parece ter trazido os Romanos ao mundo para o iluminar”. Na definição de Israel Serique: “a *pax romana* foi um período de tempo e um conceito ideológico, que o império romano massificou em vistas a justificar muitas de suas práticas violentas, discriminatórias e injustas no estabelecimento e fortalecimento da estrutura imperial”.

A romanização, segundo Crossan, “obedecia a três estágios sucessivos de construção: estradas e portos, templos e estátuas, aquedutos e balneários. As cidades eram usadas como centros administrativos para supervisionar a produção e distribuição de recursos locais e regionais”

(CROSSAN; REED, 2007, p. 172). Com isso, geravam impostos pagos a Roma.

Nas comunidades urbanas estabeleciam-se formas comuns de vida cívica, com edifícios administrativos, e difundia-se a cultura romana. Essas iniciativas tinham a intenção de despertar a lealdade do povo para com o poder central. Os aristocratas locais assumiam as principais responsabilidades pelas estruturas da vida urbana. Brigavam uns com os outros para patrocinar projetos cívicos e alguns dentre os mais ricos até mesmo gastavam os próprios recursos em obras públicas. Por outro lado, naturalmente, acabavam sendo os principais beneficiários das bênçãos da urbanização romana e recebiam os primeiros frutos da *pax romana*. Os mais influentes patrocinadores eram chamados para ocupar postos importantes nos corpos legislativos, nos escritórios cívicos, ou nos ofícios sacerdotais; tais posições geravam novos serviços de interesse do império e, em troca, seus ocupantes obtinham terras, redução de impostos e alvarás comerciais.

“Em todo império, por exemplo, as moedas, com imagens divinas de Augusto, Tibério, Calígula e Cláudio, eram cunhadas e utilizadas para favorecer e garantir o comércio, o lucro e amplo aparato administrativo imperial. Em uma moeda descoberta na cidade de Salônica (nome atual de Tessalônica), Calígula aparece, com véu de sacerdote, sacrificando um touro no templo do divino Augusto, considerado a divindade da dinastia dos imperadores. É a sacralização da imagem do imperador César para dominação e fins criativos.” (Shigeyuki Nakanose in SCARDELAI, 2021, p. 104)

Assim o império tornava efetivo o domínio político, administrativo, fiscal e judicial. As classes urbanas mais baixas recebiam sua parte dos benefícios da urbanização na forma de amenidades públicas. “Os aristocratas ofereciam-lhes entretenimento como jogos e shows em espaços que construía para esse fim, distribuía alimentos, dinheiro ou loterias.”

Entre as amenidades urbanas estavam os banhos, que eram baratos e serviam à higiene do povo. Com suas piscinas quentes, mornas e frias, bibliotecas, salas de leitura, quartos para massagem e exercícios, barbeiros e depiladores, logo eles se tornaram espaços atraentes e bem frequentados nas áreas urbanas. Os homens reuniam-se diariamente, de tarde, e alguns permaneciam até o início da noite; as mulheres aguardavam ansiosamente seus horários, embora em alguns lugares fossem permitidos banhos mistos. O culto imperial era mais visível do que os banhos, mas esses tornavam mais sedutora a romanização por causa do culto ao luxo.

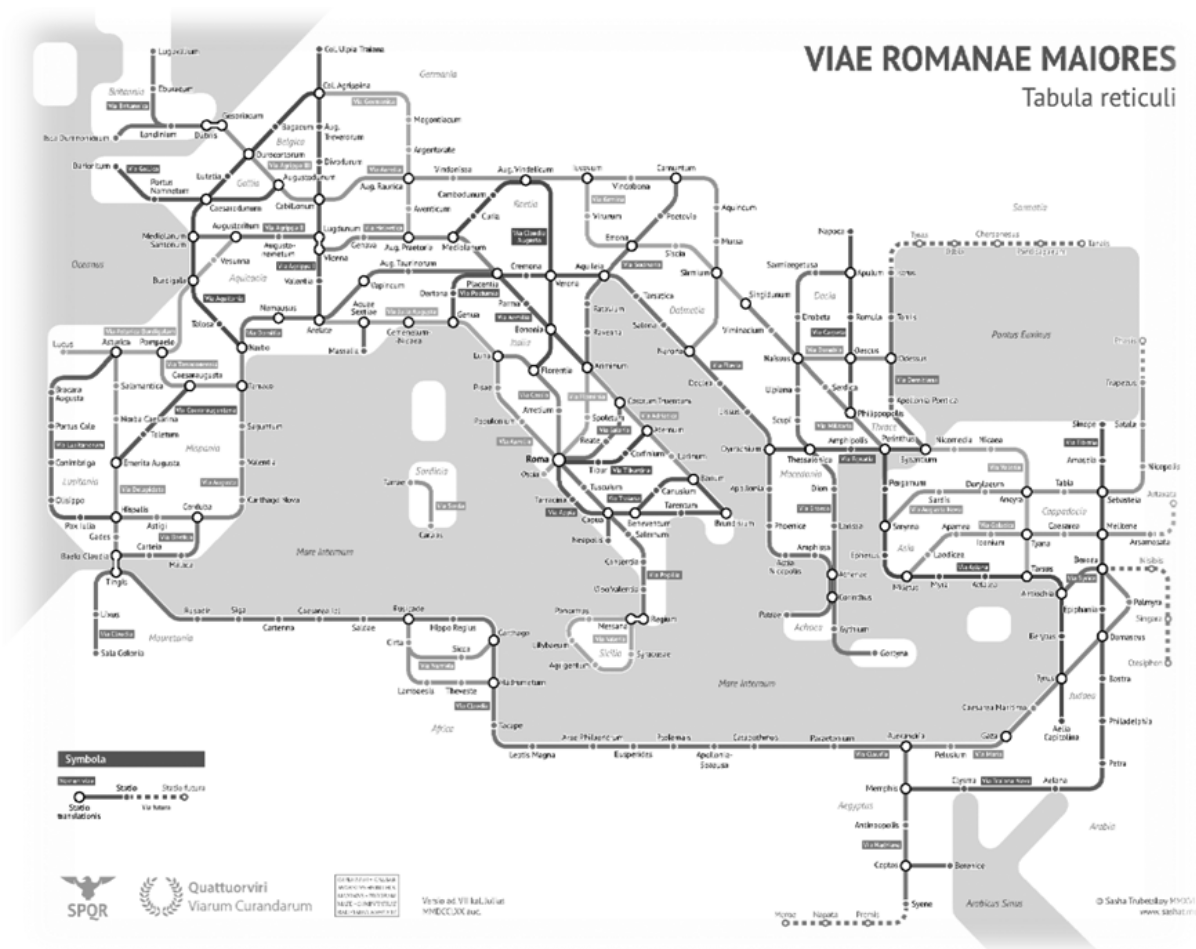
As estradas romanas serviam ao comércio e à comunicação entre as cidades do império e a capital.⁷⁸

“Como Paulo pediu a Timóteo que passasse por Troas e pegasse seu manto, os livros e suas notas que deixou lá (2Tm 4,13), obviamente esperava que viajasse a Roma por terra. Devia atravessar a Macedônia pela Via Egnácia e seguir depois pela Via Appia até Roma. Eram aproximadamente 1.920 quilômetros. O carteiro de Paulo devia fazer esse trajeto ao contrário. Isso quer dizer que a carta levaria uns dois meses até chegar a Timóteo na Ásia.” (MURPHY-O’CONNOR, 2007, p. 246)

O sistema rodoviário ligava-se aos portos, muitos deles construídos ou renovados com técnica que começava a utilizar o concreto hidráulico, inventado na época.

“A rede de estradas romanas ainda hoje goza de fama; mesmo em áreas tão remotas como as que constituem a Bretanha, foram rasgados cerca de 8.000 quilômetros de estradas, e através de todo o império uma verdadeira rede de vias permitia a existência de um eficiente sistema de comunicação. A virtual, embora não total, supressão de assaltantes e piratas facilitava o movimento de homens e ideias.” (DAVIES, 1967, p. 55)

O mapa do traçado das Maiores Vias Romanas (*Viae Romanae Miores – Tabula reticuli*), criado em junho de 2017 pelo estudante Sasha Trubetsky, em forma de linhas de metrô, ilustra, de maneira simples, o alcance das rotas romanas.⁷⁹



A onda de urbanização romana, talvez a mais abrangente até agora descoberta nos anais arqueológicos, expressava física e visivelmente a gratidão local pelas bênçãos da *pax romana* ou, alternativamente, a exigência de fidelidade ao imperador. Era repetitiva e abundante, mas, afinal, aceita por todos. (CROSSAN; REED, 2007, p. 173; 174; 176)

Todo esse conjunto de obras representava a visão de mundo de Roma e tinha um impacto “ideológico” enorme. A proliferação de estátuas e templos era parte integrante da teologia imperial romana a partir da qual há que se

entender a abrangência do termo “culto ao imperador”. A pessoa do imperador e a religião, dois contundentes símbolos imperiais, reforçavam a estabilidade, como o bem maior que se poderia almejar.

“Cristãos e pagãos da época elogiavam a era de paz que, de Augusto a Marco Aurélio, favorecia a organização e o cultivo das terras conquistadas, o surto da indústria e da agricultura, os negócios e a riqueza, mas também os intercâmbios culturais e religiosos pelos quais o Oriente se vingou de seu vencedor, levando-lhe sua língua, sua arte e sua religião.” (HAMMAN, 1997(97-197), p. 26)

Essa era a perspectiva pelo menos daqueles que se beneficiavam da paz romana, utilizada como meio ideológico também para justificar as arbitrariedades praticadas. Todas as ações tornavam-se legítimas em nome da boa ordem e funcionalidade do império.

Muitas autoridades romanas, sinceras e retas, não conseguiam entender por que bons cidadãos cristãos se negavam a prestar “culto ao imperador” e dispunham-se a morrer por uma fé que negava este direito ao imperador. Para as autoridades e para o povo, o culto ao imperador era parte integrante e essencial do sistema romano, em outras palavras, da teologia imperial.

11. A expansão do cristianismo no período

Paulo, como disse Crossan, “foi às sinagogas da diáspora para converter não os judeus, mas sim os ‘adoradores de Deus’, ou seja, não-judeus simpatizantes da espiritualidade monoteísta judaica. Essa estratégia fez com que o número de adeptos do ‘Caminho’ crescesse entre os povos onde os judeus tinham colônias” (CROSSAN; REED, 2007, p. 155). Durante quase todo o século I, a origem judaica da Boa-Nova – inicialmente vista como uma seita judaica – e a acolhida e hospedagem dos viajantes nas comunidades judaicas da diáspora favoreceram sua expansão. “O cristianismo surgiu como uma “sinagoga dissidente”, no seio de um

judaísmo muito diversificado que, por sua vez, já é dissidente em relação ao judaísmo tradicional.” (HOORNAERT, 2016, p. 137) No século II, já não é a diáspora o elemento facilitador da expansão do cristianismo, mas a globalização e a “*pax romana*”.

Pelo Apocalipse conhecemos algumas das cidades da Ásia Menor onde havia comunidades cristãs implantadas por Paulo na década de 50 e nas décadas seguintes por João e pelos discípulos de ambos. Paulo havia feito de Éfeso, capital da província, um centro difusor do Evangelho.⁸⁰ Terá Paulo procurado a região por conhecimento anterior de fornecedores de matéria-prima para seu ofício de fabricante de tendas, já que ali se encontravam criadores de ovelhas, fabricantes de tecidos e de tinturas? Terá sido igualmente por afinidade intelectual e espírito aventureiro, já que a população local era conhecida pela excepcional aptidão para o comércio e as disciplinas do espírito? Uma feliz escolha! De lá saíam missionários cristãos para várias partes do império, inclusive para Lyon, na Gália (hoje França), onde o bispo Irineu (130-202) de Esmirna (hoje Izmir, terceira maior cidade da Turquia) tornou-se um dos luminares do cristianismo do século II. “Com Irineu, por volta de 170, se percebem os primeiros sinais de uma consciência especificamente cristã.” (HOORNAERT, 2016, p. 22)

No reinado do imperador filósofo Marco Aurélio (161-180), a Igreja entra em nova etapa de surpreendente expansão. A respeito de Marco Aurélio, disse Peguy: “não teve a religião que merecia. É pena que tenha chegado perto dela (religião cristã) sem conhecê-la e que a tenha condenado sem entendê-la”. Quando a varíola se espalhou, entre os anos 165 e 180,⁸¹ e a baixa imunidade às infecções causou numerosas mortes, os cristãos foram valorizados pelo auxílio que prestavam. Enquanto as religiões pagãs raramente ofereciam algum tipo de ajuda quando os fiéis adoeciam, muitos

cristãos – mulheres em especial – se dispunham a cuidar dos enfermos e alimentá-los (STARK, 2006, p. 80; 90; 91).

Em uma geração, no século II, o cristianismo se fez presente em quase todas as províncias do império. A expansão cristã se dá principalmente na costa africana do Mediterrâneo, com destaque para Alexandria e Cartago. É provável que Apolo, mencionado na Primeira Carta de Paulo aos Coríntios, tenha se convertido ao cristianismo no Egito. Alexandria era a segunda cidade do império com cerca de 400 mil habitantes. (BLAINEY, 2012, p. 63) A população de Alexandria era tão mesclada, tão colorida como hoje: gregos, sírios e árabes andavam lado a lado com comerciantes, turistas, provincianos, vindos para negócios ou para seguir cursos de filosofia ou de medicina. “O estrangeiro que entrava na cidade pela porta do Sol ficava deslumbrado com o esplendor das avenidas, ladeadas de colunas até a porta da Lua.” (STARK, 2006, p. 80; 90; 91)

“Na cidade de Alexandria, onde a cultura e a filosofia floresciam, o cristianismo assumiu rapidamente aspecto intelectual, tornando-se orgulho da cidade. Ali se revelaram grandes nomes: Clemente, Orígenes, Dionísio, Atanásio, Ário, Cirilo. Desde o século II, pode-se falar de uma ‘escola’ de Alexandria. Pelo ano 180, Panteno, vindo da Sicília, fixou-se em Alexandria, depois de longo périplo que, segundo Eusébio de Cesareia (265-339), levava-o até a Índia. Ele unia o fervor do evangelista à reflexão do doutor. Dirigiu a escola dos catecúmenos, espécie de universidade cristã, na qual Clemente (150-215) encontrou o mestre e a luz que o levaram à fé. A comunidade cristã, já organizada, era governada por Demétrio, bispo de grande estatura, que compreendeu e favoreceu a exigência intelectual da evangelização. Desde então, Alexandria era o farol que se irradiava para o Oriente e para o Ocidente, particularmente para Roma”. (HAMMAN, 1997(97-197), p. 23)

“Quando o cristianismo chegou a Cartago – voltada para o mar, símbolo de acolhida – a cidade era o centro geográfico, administrativo, cultural e comercial de uma Itália transmarina, rival de Alexandria. As duas eram celeiro de Roma. “Nela tudo respira opulência”, diz o africano Apuleto. Era época da grande prosperidade econômica, alimentada pelo trigo e pela oliveira. Tertuliano (160 a 220 d.C.), nascido em Cartago, jurista, notável apologista e polemista contra a heresia, foi o primeiro autor cristão a produzir uma obra literária em latim. Desde o fim do século II, as igrejas de Cartago e Alexandria produzem seus bispos e seus gênios.” (HAMMAN, 1997 (97-197), p. 20)

O Evangelho difundiu-se rapidamente, de lugar a lugar, de cidade a cidade, entre populações romanizadas do interior. A maioria era formada por pobres e humildes de sangue misturado. O espírito de tolerância, próprio da África, explica, sem dúvida, essa progressão rápida que atingiu todas as camadas da sociedade. No século II, o cristianismo já havia penetrado no interior do país quatrocentos quilômetros Nilo abaixo, o que explicaria a lenda segundo a qual a Sagrada Família teria ido para lá durante a perseguição de Herodes. Em 180, uma perseguição põe à prova a jovem Igreja. Doze aldeões cristãos – cinco mulheres e sete homens, de uma aldeia insignificante – são denunciados, presos e depois decapitados em Cartago. Tertuliano fala com certa ênfase da conversão “de milhares de pessoas dos dois sexos, de todas as idades e de todas as condições”. Em cada cidade, diz com certo exagero, “mais da metade dos habitantes são cristãos”, e acrescenta com orgulho que se os cristãos se retirassem, “as cidades ficariam vazias”. No ano 197, escreve: “Somos de ontem e já enchemos a terra e tudo que é vosso: as cidades, o comércio, os lugares fortificados, os municípios, os povoados, os campos, as tribos, as escuderias, os palácios, o senado, o fórum. Deixamos para vós só os templos”. (HAMMAN, 1997(97-197), p. 21)

Em Marselha encontravam-se a estrada do Norte e a via marítima pela qual chegavam as mercadorias como também os missionários da Itália e do Oriente. Da costa podia-se ir a Lyon e a Viena por via fluvial ou terrestre. Toda a nata intelectual da Grécia emigrara para Marselha. Os romanos frequentavam sua escola de filosofia, sua “faculdade” de medicina era famosa e mantinha relações com Alexandria. A prosperidade de Lyon atraía numerosa colônia de orientais e da Frígia. Os primeiros cristãos vieram, como seus compatriotas, por razões profissionais. Em 150, as comunidades já eram suficientes para se constituir em “igreja”, tendo as comunidades-mães enviado para Lyon o bispo Potino. Irineu, seu sucessor, governou as comunidades disseminadas da foz do Ródano às margens do Reno. O Evangelho já havia chegado a Trier e Colônia. Em 177, a Igreja de Lyon, associada à comunidade de Viena, já era suficientemente importante para suscitar a atenção e motivar a perseguição.

Pelo lado oriental, a penetração cristã na Ásia chegou até o país do Eufrates e do Tigre (hoje Iraque). Duas personagens atestam a vitalidade da nova religião na Mesopotâmia: Taciano e Bardesanes. A importância literária de um e outro mostra que o Evangelho já havia sido pregado eficazmente aos sábios e aos filósofos até as margens do Tigre. Taciano, depois de ir à Grécia, dirigiu-se para Roma, onde foi discípulo do filósofo cristão Justino (100-65). Depois da morte de seu mestre, ele voltou para sua terra e ali escreveu “Harmonia dos quatro evangelhos”, o “*Diatessaron*”, que ficou por muito tempo em voga na Igreja Siríaca e do qual foi encontrado um fragmento em 1933 às margens do Eufrates. Bardesanes, nascido em 156, em Edessa, foi um dos primeiros poetas a compor hinos litúrgicos em siríaco. Desde o fim do século II, Edessa aparece como foco de intensa vitalidade literária e intelectual, na qual foi forjada a língua siríaca cristã.

Em meados do século II, a Igreja de Roma já representava uma das comunidades de maior importância, para onde convergiam alguns dos cristãos intelectualmente mais significativos da época. Apesar de toda sua diversidade, ela continuou sendo, até a metade do século II d.C., uma comunidade helenística, falando grego e mantendo estreito contato com as igrejas cristãs do Oriente. “Só pelos meados do século II podemos documentar algumas conversões significativas entre os romanos de classe mais baixa, que não falavam grego e precisariam da tradução do Novo Testamento em latim” (STAMBAUGH; BALC, 1996, p. 150). A primeira Igreja de Roma era tão pouco latina quanto possível. Os cristãos falavam grego. Nela, sírios, asiáticos e gregos apátridas acolheram com fervor o Evangelho. O primeiro núcleo é formado por eles. Seguem-se autóctones e africanos.

“O mundo em que a igreja fez um progresso triunfal, embora às vezes doloroso, estava ávido de religião. Dois fenômenos chamam atenção: a extraordinária popularidade das supostas religiões de mistério; e a atração, cada vez maior, que uma interpretação monoteísta do panteísmo convencional exercia em pessoas, tanto cultas como incultas. Apesar de tentativas periódicas (e.g. de Augusto) de reavivar a piedade antiga, os deuses da Grécia e de Roma tinham perdido todo e qualquer poder de transmitir a inspiração do passado. A adoração do imperador ou seu genius, estimulada por Augusto e seus sucessores, tornou-se cada vez mais proeminente e contava com apoio oficial. Contudo, na melhor das hipóteses, isso proporcionava um canal para expressão da lealdade corporativa e o sentimento de que a Providência velava pelo império.” (KELLY, 1994, p. 9-10)

O cristianismo funcionou como movimento de revitalização que surgiu em resposta à miséria, ao caos, ao medo e à brutalidade da vida no mundo urbano greco-romano [...] ao proporcionar novas normas e novas modalidades de relacionamentos capazes de fazer frente a graves problemas

urbanos, a cidades repletas por sem-teto e por pobres, o cristianismo veio trazer caridade e esperança. A cidades povoadas de forasteiros e estrangeiros, o cristianismo proporcionou uma base para o estabelecimento de vínculos. A cidades cheias de órfãos e viúvas, o cristianismo ofereceu um novo e ampliado senso de família. A cidades dilaceradas pelo virulento antagonismo étnico, o cristianismo lançou novas bases para a solidariedade social. Por fim, a cidades que viviam a braços com epidemias, incêndios e terremotos, o cristianismo proporcionou um efetivo serviço social. Não surpreende que os primeiros missionários tenham sido tão calorosamente recebidos em Antioquia: é que não eram portadores de um simples movimento urbano, e sim de uma nova cultura, capaz de tornar a vida mais suportável nas cidades greco-romanas. (STARK, 2006, p. 180)

Stark desenvolve três teses sobre as consequências das grandes epidemias dos séculos II (165-180) e III (251) sobre o cristianismo:

1. As epidemias fizeram soçobrar a capacidade de explicação e de consolação do paganismo e das filosofias helenistas;
2. Os valores cristãos de amor e caridade haviam sido traduzidos em normas de serviço social e de solidariedade comunitária; *“quando as catástrofes se desencadearam, os cristãos estavam em melhores condições para enfrentá-las, o que resultou em taxas substancialmente mais altas de sobrevivência. Isso quer dizer que, na esteira de cada epidemia, os cristãos compunham um percentual maior da população, mesmo sem acréscimo de novos adeptos. Além disso, sua taxa de sobrevivência notavelmente melhor [efeito imunização] teria sido vista como ‘milagre’ tanto pelos cristãos como pelos pagãos, fenômeno que deve ter influenciado a conversão.*

3. *Grandes contingentes de pessoas, especialmente os pagãos, teriam perdido os vínculos [efeito redes sociais] que antes haviam impedido de tornar-se cristãs*". (STARK, 2006, p. 88-89)

12. O processo de institucionalização

Sabe-se que cada um dos Evangelhos reflete as tradições orais de uma comunidade, bem como os problemas que ela viveu durante o período de redação do respectivo Evangelho. Todas elas enfrentaram, à sua maneira, os desafios comuns à estruturação de qualquer grupo social: definir funções internas e externas, aproveitando os dons e carismas dos membros da comunidade, e fixar o papel de cada um.

Alguns elementos da formação das diferentes comunidades parecem ter sido comuns: os primeiros cristãos de uma nova localidade eram convertidos por seus hóspedes ou por missionários itinerantes, indivíduos, casais ou duplas de homens. Estes convertidos, quando se reuniam, constituíam-se em "*assembleia*". O termo (*ekklesia*) designava não apenas a reunião eventual, mas o próprio grupo. Embora tomado do ambiente cultural greco-romano, diferenciava-se deste por não excluir mulheres e escravos. Da Igreja cristã participavam, como irmãos, homens e mulheres, senhores e escravos, todos os convertidos, em pé de igualdade. A reunião dos membros de várias comunidades de uma mesma cidade era a *ekklesia* daquele lugar. Paulo escreve: "à Igreja de Deus que está em Corinto" [...]; "às igrejas da Galácia". Ser membro da Igreja significava ser recebido, como irmão ou irmã, em qualquer outra comunidade. As raízes desse uso, segundo Meeks, estão certamente na expressão bíblica "*assembleia do Senhor*". (MEEKS, 2011, p. 216)

Na virada do primeiro século, as comunidades cristãs começam a mudar: o termo *igreja* passa a designar a "casa", o espaço doméstico onde a

comunidade se reúne. Aparentemente uma sutil diferença de terminologia ou ênfase, mas de enormes consequências. Na casa, o papel de cada um corresponde rigorosamente aos costumes romanos da época. “A casa greco-romana era uma unidade econômica, patriarcalmente dirigida com rigidez, tendo no topo o *‘pater familias’*, membro masculino mais idoso. Para a mulher ele era o marido, para os filhos, pai e mestre, para os escravos, senhor” (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 33). A mudança de enfoque – “comunidade” para “casa” – significou, na prática, a assimilação da concepção greco-romana de casa/família. O modelo hierárquico da família estava profundamente entranhado na Lei e nos costumes. Pode-se visualizar os caminhos que foram percorridos no século II e nos seguintes:

1. assembleia/comunidade => casa => *pater familias* => presbítero + conselho => bispo monárquico;
2. casa ocasional => casa/sala maior permanente => templo.

Por volta do ano 115, as Epístolas Pastorais, atribuídas a Paulo, mostram claramente as comunidades cristãs bastante integradas às estruturas da sociedade romana. Martin Ebner, professor da Faculdade Católica de Teologia da Universidade de Münster e coautor do livro ***História ecumênica da Igreja***, destaca sete “tendências paradigmáticas na evolução dos ministérios”. Elas mostram como se deu objetivamente o processo de institucionalização da igreja cristã no século II.

12.1 Institucionalização

Segundo Bonneau, “a situação carismática do cristianismo nascente não se opõe a uma forma embrionária de institucionalização, vale dizer, a uma cristalização das atividades frequentemente repetidas” (BONNEAU, 2003, p. 79). Mas o que se passa no século II é diferente: as funções que vinham

sendo exercidas tornam-se cargos. Os papéis passam a ser atribuídos e a legitimação institucional vem de cima.

“O episkopos (inspetor de várias comunidades) é ordenado para toda a vida mediante a imposição das mãos por parte dos presbíteros (anciãos). Por este ato se lhe confere o carisma ministerial, bem como certa imunidade. Ele deve comprometer-se publicamente com uma determinada tradição, isto é, ‘com a doutrina certa’ e o ‘depósito confiado a ele’.” (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 37)

“O influente ancião da Igreja, Inácio de Antioquia (35-108 d.C.), enquadrou essa posição – a divinização da política terrena – em um slogan sucinto: ‘Um Deus, um bispo’.” (ASLAN, 2018, p. 131-132)

12.2 Monopolização

Os conflitos entre pregadores itinerantes e lideranças de comunidades locais eram patentes desde o tempo de Paulo. São discordâncias doutrinárias, de estilo, de prioridades e até disputas de poder, como não poderia deixar de ser. Os conflitos se agravam e vencem as lideranças locais.⁸² Os pregadores itinerantes vão perdendo relevância ao longo do século II.

A *Didaqué* – conhecida como Doutrina dos Doze Apóstolos, é uma espécie de Catecismo, elaborado com documentos anteriores, provavelmente na Síria. Publicado na virada do primeiro século, antes de alguns escritos joaninos, teve muita influência na catequese. Tinha se perdido e foi encontrada em 1873, em Constantinopla. A *Didaqué*, com toda sua autoridade, limita a atuação do pregador itinerante e estabelece que o conteúdo de sua doutrina seja aceito se estiver em conformidade com a autoridade local.

12.3 Profissionalização

Paulo e vários de seus colaboradores eram trabalhadores autônomos que, levando consigo de cidade em cidade as ferramentas de trabalho, viviam de seu trabalho manual. Nem por isso rejeitavam que outros missionários fossem sustentados pelas comunidades. O trabalho manual, para Paulo e Barnabé, era um meio de sustento e de evangelização. Vários apóstolos, os irmãos do Senhor e outros pregadores itinerantes levavam suas mulheres e eram mantidos pelas comunidades hospedeiras. Prevalece o princípio: “que o homem da igreja viva a expensas da comunidade” e alguns cargos passam a ser remunerados.

12.4 Sacerdotização

Quando foram excluídas do judaísmo, as comunidades cristãs perderam juridicamente sua condição de “religião legítima”. De acordo com a mentalidade da época, os cristãos não tinham religião por falta-lhes os elementos constituintes: templo, sacrifício e sacerdote. Segundo Meeks, “os cristãos do século I não tinham santuários, templos, culto a estátuas e sacrifícios; eles não promoviam festas públicas, danças, apresentações musicais, peregrinações e, pelo que sabemos, não usavam inscrições” (MEEKS, 2011, p. 293). Os não cristãos não podiam entender que o grande diferencial dos cristãos, herdado da vida e pregação de Jesus, era exatamente este: compreender a comunidade dos irmãos e o compartilhamento de bens materiais e espirituais como sagrado, sem necessidade de templo, sacrifício e sacerdote. Contra a acusação aos cristãos de não serem religiosos, segundo Ebner, *“o teólogo da epístola aos Hebreus foi o primeiro a tomar a ofensiva, permanecendo ao mesmo tempo fiel ao distanciamento do culto do templo de qualquer matiz: ele descreve Jesus como sumo sacerdote que atua no Templo celeste. Ele é simultaneamente vítima e sacrificador. Por sua mediação, apenas pela audição da Palavra, todos os cristãos*

têm acesso imediato a Deus – clara superação de todas as tentativas do culto do Templo terreno em Jerusalém”. (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 39)

Ebner arremata: “Uma jogada de mestre, mas que não foi mantida na história da teologia do cristianismo primitivo. Também nesse caso impôs-se o padrão normal” (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 39). *A primeira epístola de Clemente (35-97), bispo de Roma, terceiro sucessor de Pedro (88-97), pretendendo resolver conflitos de autoridade em Corinto, assenta as bases doutrinárias de uma grande reviravolta no processo de formatação da Igreja: “Cristo primeiro instituiu apóstolos, que por sua vez instituíram episcopos e diáconos com a tarefa de, por sua vez, levar adiante essa linha sucessória”.*

Comenta Martin Ebner: “Estão assim lançados os trilhos para uma mudança na compreensão de ministério: (1) a ideia de sucessão torna-se o critério decisivo para a legitimação dos detentores de ministérios; (2) os servidores do culto são terminologicamente contrapostos a “leigos”, pela primeira vez em 1 Clemente 40, 5; (3) a função dos episcopos na celebração da eucaristia – de maneira análoga ao culto vetero-testamentário – é entendida a partir da realização de um sacrifício, com a consequência de que a própria celebração da eucaristia possa ser compreendida como sacrifício (ver Justino, Apol. 1, 65). O que, por sua vez, se torna base para que, a partir do século III d.C., também ministros cristãos sejam tranquilamente chamados “sacerdotes”. Essa linha histórico-institucional termina no fato de, sob Constantino, o clero cristão ser equiparado às corporações sacerdotais pagãs, isto é, participantes dos mesmos privilégios – por exemplo, a isenção de impostos”. (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 40)

12.5 Desfeminização

Algo que chama a atenção no trabalho missionário de Paulo é a presença feminina: 62 mulheres são citadas nos Atos dos Apóstolos e nas cartas autênticas de Paulo. Muito mais que o número de homens. Também nas comunidades joaninas as mulheres tiveram papel ativo e diretivo.⁸³ As Epístolas Pastorais, atribuídas a Paulo, mas escritas cinquenta anos após sua morte, fecham as portas às mulheres: são proibidas de ensinar e é vedada às diaconisas a ascensão ao já bem propagado episcopado. “Os estudiosos afirmam unanimemente que o cristianismo, no período entre 80 a 325 d.C., abandonou o feminismo de Jesus e reafirmou o patriarcalismo do Antigo Testamento”. (HINSON; SIEPIERSKI, 2010, p. 121)

Deus, como pai, é uma metáfora empregada por Jesus, que aparece 170 vezes no Novo Testamento. Comenta Wanda Deifelt, doutora em teologia:

“O número de vezes que esta metáfora aparece em cada evangelho mostra a influência do contexto social e como essa metáfora foi se absolutizando. Deus é chamado Pai somente 4 vezes no evangelho mais antigo, o de Marcos. Em Lucas aparece 15 vezes. Em Mateus 42 vezes. No Evangelho mais recente, o de João, aparece 109 vezes. O que está em jogo não é a legitimidade dessa metáfora, como uma das múltiplas maneiras de falar de Deus. O questionável é, em primeiro lugar, sua absolutização. Em segundo lugar suspeita-se do uso da metáfora para perpetuar o patriarcalismo”. (SUSIN, 2006, p. 266)

12.6 Hierarquização

Entre as funções existentes nas comunidades paulinas há certa hierarquia que caracteriza subordinação funcional, mas não institucional. É o caso da primazia da profecia sobre a glossolalia. Não há menção a cargos formais nos Atos e nas epístolas paulinas.

“Uma estrutura de cargos emprestada das associações gentílicas, formada de episcopos e diaconos (1 Tm. 3, 1ss), foi combinada com a constituição presbiteral

judaica (1 Tm. 5, 17ss). Disso surgiu a estrutura de três cargos: bispo, presbíteros e diáconos.” (THEISSEN, 2008, p.172)

Na *Didaqué* aparece uma estrutura hierárquica de itinerantes – apóstolos, profetas e doutores (mestres) – ao lado de uma hierarquia sedentária de episcopos e diáconos. Essas duas estruturas se fundem no século II, e o carisma itinerante inquieto dos primeiros dias passou para o segundo plano.

“A solução mais elegante para passar da autoridade colegial para a instituição monárquica consistia em escolher o bispo no corpo presbiteral. Os termos presbítero e bispo foram sinônimos durante algum tempo. Irineu parece empregá-los indiferentemente.” (HAMMAN, 1997(97-197), p. 14)

“O degrau fundamental para a formação do episcopado monárquico como tal é apresentado pela tríplice graduação (diácono, presbítero, com um bispo no vértice) que ainda se caracteriza pelo fato de o bispo não só – de acordo com seu título – assumir as tarefas de inspeção, mas também monopolizar em si as demais funções. Essa evolução provavelmente provocou mais controvérsias do que se pode reconhecer em nossos testemunhos escritos.” (KAUFMANN, 2012, p. 42)

“As cartas de Inácio de Antioquia são o primeiro testemunho da conjunção e consolidação da tripla hierarquia: episcopado monárquico, presbiterato e diaconato. Especialistas em patrística têm considerado em geral que no início do século II o episcopado monárquico era já um fato consolidado admitido na Síria e na Ásia Menor Ocidental.” (CAVALCANTE, 2007, p. 142)

Outros autores consideram que o episcopado monárquico era, na ocasião (ano 107), mais um postulado de Inácio que uma realidade geral. Em outros lugares, parece que essa mudança foi algo mais lenta e dolorosa. “No tempo de Clemente, a Igreja romana ainda era dirigida por um

conselho presbiteral, com um presidente à sua frente”. (HAMMAN, 1997 (97-197), 115)

Segundo Hamann, “o século II foi a idade de ouro dos diáconos, os ministros jovens e empreendedores da comunidade e os mais populares. Sua juventude contrabalançava-se com a idade do bispo. Eram o braço direito do bispo e os principais agentes da Igreja. Em constante relação com os fiéis, conheciam-nos e conheciam sua situação material e espiritual. Visitavam os pobres e os doentes a fim de socorrê-los. Velavam particularmente pelas viúvas, pelos velhos e pelos órfãos. Sofreadas na Grande Igreja, as mulheres se recuperavam nas seitas, nas quais profetizavam e batizavam.” (HAMMAN, 1997 (97-197), 118-119)

12.7 Resistência canonicamente avalizada

A prática radical do amor, da solidariedade e da igualdade nas comunidades joaninas, sob a inspiração do Espírito, certamente as colocava em antagonismo com as tendências descritas de institucionalização da Igreja. “Vocês receberam de Jesus a unção que permanece em vocês e já não têm necessidade que alguém os ensine; pelo contrário, como a unção dele, que é verdadeira e não mentirosa, lhes ensina tudo aquilo que Jesus lhes tinha ensinado, permaneçam com ele” (1 Jo. 1,27). Ebner chama a atenção para o paradoxo: o grupo joanino conseguiu salvar sua própria concepção incólume dentro do cânon, colocando-a, ao mesmo tempo, sob a “proteção” da estrutura ministerial da Igreja Universal. (EBNER, em KAUFMANN, 2012, p. 43)

As comunidades cristãs primitivas vivenciaram um período de forte influência do profetismo da época, tanto judaico quanto helenista. “A comunidade joanina, à semelhança do conjunto do cristianismo, conheceu inícios carismáticos, deixando um grande espaço ao Espírito” (BONNEAU, 2003, p. 269. A informalidade e a espontaneidade, às vezes com pretensões

de “novas revelações”, reforçavam as tendências escatológicas e punham em perigo a disciplina e a unidade doutrinária.

O cristianismo de característica itinerante, espontâneo, carismático, profético, apocalíptico, de radicalismo ético, foi dando lugar à estabilidade, à doutrina, à instituição, à hierarquia, sem, contudo, negar a liberdade tão cara às comunidades joaninas guiadas pelo Espírito, “que sopra para onde quer”.

13. O desafio intelectual e as principais heresias

As fontes externas de que se dispõe sobre as comunidades cristãs primitivas são, evidentemente, das elites, cujas opiniões não são nada favoráveis. A primeira vez que as autoridades romanas se referiram oficialmente aos seguidores de Jesus foi em Antioquia da Síria. Chamaram os participantes de um tumulto na cidade de “*christiani*”, ou seja, de “messianistas”, com sentido pejorativo de baderneiros. Nero, para abafar o boato de que havia incendiado boa parte de Roma – incêndio que perdurou do dia 19 ao dia 25 de julho de 64 –, pôs a culpa nos cristãos, certamente um grupo humano não muito simpático “aos formadores de opinião” da época. As primeiras gerações de cristãos não tinham boa fama entre seus conterrâneos letrados.

“A consciência de ser um grupo minoritário, marginal e clandestino gerou não apenas uma certeza salutar de remanescente fiel (consciência de eleição), mas também um sentimento de inferioridade intelectual que, durante um bom tempo, bloqueou o potencial latente de novas conversões gentílicas.” (CAVALCANTE, 2007, p. 119)

A expansão de comunidades cristãs em grandes centros urbanos e em todas as camadas sociais, inclusive nos segmentos médios e altos, trouxe para suas fileiras mais intelectuais e mais exigências de estudo. Com os

intelectuais, vivendo numa cultura de grande efervescência filosófica, vieram também as divergências doutrinárias.

No século II, os filósofos gozavam de grande prestígio nas cidades e junto à elite, inclusive junto ao imperador Marco Aurélio (121-180), ele próprio um intelectual.

“A filosofia era a religião mais profunda da maioria das pessoas de inteligência; o mais importante é que seus conceitos proporcionaram aos pensadores, tanto cristãos quanto não cristãos, uma estrutura intelectual para expressarem suas ideias. Os dois tipos de pensamento mais importante neste período têm origem no platonismo e no estoicismo.” (KELLY, 1994, 11)

O filósofo Celso, discípulo de Platão e de Fílon de Alexandria, com bom conhecimento do gnosticismo, escreveu um livro, por volta de 175 d.C., contra as crenças dos cristãos. Este livro, chamado *Discurso Verdadeiro*, teria sido encaminhado a Orígenes, no ano de 245, e mereceu deste brilhante intelectual cristão a refutação de cada acusação. Através do livro de Orígenes – *Contra Celsum* – conhecemos um pouco mais sobre a visão externa do cristianismo no século II.⁸⁴

Há também uma defesa do cristianismo que passou a ser conhecida como *Carta a Diogneto* – uma joia da literatura cristã primitiva – obra que teria sido encaminhada por Quadrato ao imperador Adriano (76-138).

*“A efervescência dos gnósticos e a pululação das seitas ensinaram à Igreja o difícil diálogo da fé com o pensamento. A conversão dos filósofos e dos juristas pôs à Igreja o problema da cultura e do estudo da fé e da filosofia, da linguagem e da comunicação. As letras pagãs não estavam tão infiltradas de idolatria como a cidade? Mas como desprezar a mais nobre das heranças humanas? Como rejeitar, diz Tertuliano (160-220) em seu tratado *Da Idolatria*, os estudos profanos, uma vez que sem eles não existem estudos religiosos? E como não se instruir na ciência*

humana, como não aprender a pensar e agir, se a educação é a chave da vida.”
(HAMMAN, 1997 (97-197), p. 52)

Homens de letras que se converteram ao cristianismo tornaram-se convictos de que haviam descoberto a verdadeira filosofia, acessado a “sabedoria última”. Tentavam elucidar ensinamentos teológicos com o auxílio da terminologia filosófica de então. O que neles encontramos, por conseguinte, é a primeira tentativa de definir, de maneira lógica, o conteúdo da fé cristã, bem como a primeira conexão entre Teologia e Ciência, entre Cristianismo e Filosofia Grega. Dessa forma, toda a apologia cristã desse primeiro momento de confrontação intelectual com o paganismo buscava pelo menos três objetivos:

- a. procurava responder à acusação de que a Igreja seria um perigo para o Estado. Chamava a atenção sobre a maneira de viver séria, austera, casta e honrada de seus adeptos;
- b. expunha o absurdo e a imoralidade do paganismo e dos mitos de suas divindades. A apologia demonstrava, também, que somente o cristão tem uma ideia correta de Deus e do universo. Neste aspecto, a Carta a Diogneto é exemplar;
- c. apresentava o cristianismo como a verdadeira filosofia ensinada pelo próprio Logos divino. Dizia que o cristianismo possui a verdade absoluta, porque o Logos, que é a própria razão divina, veio ao mundo por Cristo. Disso se conclui que o cristianismo é incomensuravelmente superior à filosofia grega; mais ainda, que é uma filosofia divina. (CAVALCANTE, 2007, p. 119-122)

“A forte insistência gnóstica em fundamentar-se na teologia da revelação e na redenção de pecado e culpa contribuiu para formulações da teologia da igreja

majoritária.” (MARKSCHIES em KAUFMANN, 2012, p. 90)

Duas principais heresias – o gnosticismo e o montanismo – nascidas (ou renascidas) no próprio meio cristão, exigiram dos Pais da Igreja (Patrística) tanto o combate e a contestação (apologética), quanto a formulação teórica da doutrina certa, ortodoxa (teologia). Porque rejeitavam as doutrinas explicitamente definidas pela Igreja e deterioravam o conteúdo específico da fé cristã, as heresias foram combatidas com ardor e brilho pelos Padres da Igreja.

13.1 Principais heresias

13.1.1 O gnosticismo

Não existem textos “gnósticos” anteriores ao cristianismo. O termo *gnóstico* em textos gregos clássicos designa “intelectual”:

“– aquele que tem conhecimento – em contraposição a “prático”. Com sentido de heresia – ensino falsamente chamado “conhecimento” – aparece pela primeira vez em textos de Irineu, bispo de Lyon. O termo gnosticismo não aparece em fontes antigas; foi cunhado pelo filósofo inglês Henry More (1614-1687) para descrever a heresia na Igreja de Tiatira, mencionada em Apocalipse 2, 18-29”.

Nunca existiu um movimento gnóstico, por falta de organização, nem uma filosofia gnóstica, por falta de sistematização. Foram muitos os mestres gnósticos, cada um com seu séquito de seguidores. Pelas características que se pode apreender das várias gnoses, elas são antigas, anteriores ao cristianismo, e aparecem associadas a conhecimentos ocultos, esotéricos, reservados para uma elite privilegiada. Esses conhecimentos especiais, espirituais, sublimes, seriam adquiridos por intenso esforço pessoal ou aprendidos na iniciação proporcionada por mestres, portadores de tais conhecimentos, fossem eles pagãos, vetero-testamentários ou cristãos.

Não demorou a aparecer na igreja primitiva pretenciosos portadores de ensinamentos esotéricos, secretos, recebidos de Jesus Cristo e prontos para retransmiti-los aos “iniciantes”, “àqueles que progridem” e àqueles que serão “perfeitos”. Algo que se poderia esperar, já que havia ocorrido em todas as religiões e crenças.

O surgimento de mestres portadores de conhecimentos secretos, transmitidos por Jesus Cristo, ou conhecimentos filosóficos reservados a uma elite intelectual, na igreja primitiva, na passagem do hebraísmo para o helenismo, num contexto filosófico efervescente, excitou as mentes cristãs mais brilhantes, dispostas a defender, com todas as garras, a nova religião e sua tradição apostólica (ortodoxia) contra a heresia.

Desmascarar “falsos profetas”, portadores de pseudoconhecimentos especiais, era algo mais fácil de se fazer, mas refutar elaborações intelectuais, com pretensões filosóficas, era um desafio maior. Essas elaborações filosóficas pretendiam explicar, de outra forma, questões colocadas pelo cristianismo nascente: as relações entre Deus, a criação, o mundo e Jesus Cristo, o Filho de Deus e o Espírito Santo.

Explicações filosóficas contrárias, opostas ao cristianismo, que, em seu sincretismo, alimentavam-se de fontes judaicas, cristãs e pagãs, agrediam princípios básicos da fé cristã: não foi Deus que criou o mundo, mas um “demiurgo”; a matéria, o corpo, é desprezível, o que importa é o espírito, que, através do conhecimento (**gnose**), tem que se elevar à perfeição, reservada a poucos. Para os gnósticos *“existem três classes de homens: os carnisais, ou materiais; os psíquicos; e os pneumáticos. Aqueles que são carnisais jamais podem ser salvos, enquanto, para alcançar a redenção, os pneumáticos só precisam apreender o ensino de Jesus. A classe psíquica pode ser salva, ainda que com dificuldade, por meio do conhecimento e da imitação de Jesus.”* (KELLY, 1994, p. 17)

O gnosticismo judeu-cristão difundiu-se na Ásia, na Síria e no Egito. Alguns intelectuais de grande destaque: Basíledes de Antioquia, entre os anos 120 e 145; Marcião, atuante na comunidade romana entre os anos 139-144, até ser expulso. O mais importante dos gnósticos foi Valentino, um dos maiores teólogos e místicos de seu tempo. Ensinou em Alexandria e em Roma entre 135 e 160.

“A gnose e o esoterismo tornaram-se suspeitos aos olhos da hierarquia eclesiástica. Invocando o testemunho de uma tradição apostólica oral e secreta, certos gnósticos podiam introduzir no cristianismo doutrinas e práticas radicalmente opostas ao ethos do Evangelho. Não era o “esoterismo” e a “gnose” como tais que se revelaram perigosos, mas as “heresias” que se infiltravam sob o manto do “segredo iniciatório”.” (ELIADE, 2011, p. 322)

A reação da Igreja primitiva, através principalmente dos Pais da Igreja, contra as heresias (apologética) e a construção de explicações teóricas de sua doutrina, em termos filosóficos (teologia sistemática) amadureceu a nova religião para a catequese e para o embate intelectual.

13.1.2 O montanismo

O montanismo foi um movimento cristão fundado por Montano no ano 156 na Frígia, Ásia Menor, hoje Turquia. Caracterizou-se como uma volta ao profetismo e um reforço da esperança escatológica. Montano afirmava possuir o dom da profecia e que havia sido enviado por Jesus Cristo para inaugurar a época do Paráclito. Duas mulheres que o acompanhavam – Priscila e Maximila – afirmavam que o Espírito Santo falava através delas. Durante os seus êxtases anunciavam o fim iminente do mundo, conclamando os cristãos a reunirem-se na cidade de Pepusa, onde surgiria a Jerusalém celeste, uma vez que uma nova era cristã se iniciava com esta nova revelação divina. Propunham um rigoroso ascetismo, visando à

preparação para o momento final. Recomendavam a castidade durante o casamento; proibiram segundas núpcias; instituíram o jejum duas semanas por ano; proibiram comer carne; obrigaram as mulheres a usarem véus nas funções sagradas e recomendavam aos cristãos não fugirem das perseguições e se entregarem para serem martirizados.

Em 172, na Frígia, Montano foi tomado por crises extáticas. A região inteira ficou abalada e os bispos já não sabiam o que fazer. Os “santos da Frígia” oravam com afetação e com a ponta do indicador encostada no nariz, o que lhes valeu o apelido de “narizes cavilhados”. As localidades de Pepusa e Tímion, berços da seita, foram consideradas cidades santas; a elas as pessoas afluíam em peregrinação e perscrutavam os céus para ver se a nova Jerusalém estava descendo das nuvens. Os prosélitos acumulavam profetas e profetisas de ouro, prata e vestes brilhantes. Nas margens do mar Negro, um bispo teve uma visão, depois duas, depois três e pôs-se a realizar predições como se fosse um profeta e chegou à loucura ao ponto de dizer: “Sabei, meus irmãos, que dentro de um ano virá o julgamento”. Os irmãos ficaram tão aterrados que abandonaram sua cidade, sua terra, e a maioria deles vendeu seus bens.

“Os próprios Justino e Irineu, espíritos moderados, imaginaram um reino de Cristo na terra, com os justos, o qual duraria mil anos. Esse milenarismo perseguiria o espírito do Oriente e do Ocidente no século seguinte” (HAMMAN, 1997 (97-197), p. 123). A doutrina de Montano se espalhou do Oriente à África, de Lyon ao Danúbio, chegando a conquistar, pelo rigorismo, pessoas como o grande Tertuliano. Algumas cidades foram quase completamente convertidas ao montanismo.

Não se pode deixar de ver no montanismo uma reação contra a estruturação, a hierarquização e a redução do profetismo e do papel das mulheres na Igreja.

“Nos oráculos de seus profetas, os montanistas viam uma revelação do Espírito Santo que podia ser considerada um suplemento das ‘antigas escrituras’. Por essa razão, a partir daí tornou-se uma questão de imenso interesse para a igreja que ao Novo Testamento, conforme ele começava a ser chamado, fosse atribuído o número correto de livros e os livros certos”. (KELLY, 1994, p. 43)

IV

PATRÍSTICA – SÉCULOS II E III

14. Patrística

Embora os apóstolos, desde o início do anúncio da Boa-Nova, tenham se preocupado com a catequese, isto é, com o anúncio e o bom entendimento da mensagem, constata-se no cristianismo primitivo uma pluralidade de leituras e releituras dos “fatos e dos ditos” de Jesus de Nazaré. No processo de redação dos evangelhos, como já se viu, as comunidades cristãs que estão por trás deles releem e refazem suas tradições orais para adaptá-las a seu tempo, de tal forma que os textos, no final, apresentam versões diferentes e até contraditórias dos mesmos fatos e ditos da vida de Jesus de Nazaré. Prevalece para cada comunidade sua experiência do Cristo, do Messias, do Senhor; cada expressão representando uma faceta da experiência de fé e da vida religiosa de sua comunidade. O tempo qualitativo, significativo, oportuno (*kairós*) se sobrepõe ao tempo quantitativo (*chronos*).

Para Walter Bauer, “a oposição ortodoxia-heresia se configura muito tarde, no começo do século II”. A primeira teologia sistemática, segundo Eliade, “é consequência das crises, ao longo do século II, que abalaram perigosamente a Grande Igreja”. (ELIADE, 2011, p. 345)

São três os desafios que se impõem à intelectualidade cristã na época:

- a. defender-se de acusações externas aos cristãos – ameaça à **pax romana**, ateísmo, “superstição perniciosa” (Tácito), etc;

- b. expressar sua defesa e sua doutrina em linguagem filosófica, aceitável pela intelectualidade greco-romana;
- c. corrigir interpretações equivocadas, ou erradas: combate às heresias, nos séculos II e III, principalmente o gnosticismo e o montanismo.

Esse esforço de expressar o cristianismo perante o paganismo, o hebraísmo e a heresia tomou o nome de *Patrística*. Designa o pensamento cristão no período que se segue à época neotestamentária (30-120) até o começo da Escolástica, isto é, os séculos II a VIII.

Os primeiros padres da Igreja, que tiveram contato com um dos apóstolos de Jesus, são chamados Padres Apostólicos. São eles: Clemente, bispo de Roma, terceiro sucessor de Pedro; Inácio, terceiro bispo de Antioquia (70-107), Policarpo de Esmirna (69-155), discípulo de João e Pápias de Hierápolis. São também considerados escritos dos Padres Apostólicos a *Didaqué* e *Pastor de Hermas*.

“Nos primeiros 150 anos da história do cristianismo, só aparecem duas figuras sobre as quais temos informações suficientes para podermos reconstruir uma biografia tanto quanto satisfatória: Paulo e Pastor de Hermas, este, escravo cuja obra era lida em voz alta durante séculos em inúmeras comunidades cristãs.” (HOORNAERT, 2002, p. 56)

“Há dois tipos de escritores eclesiásticos dos primeiros séculos: os Pais, ou Padres da Igreja, assim designados oficialmente pela santidade de vida, pela excelência doutrinária e pela ortodoxia; autores beneméritos e ilustres que não foram reconhecidos oficialmente como Pais da Igreja: Orígenes, Tertuliano e Eusébio de Cesareia.” (RATZINGER/BENTO XVI, 2012)

A Igreja Católica, conferindo a Agostinho um reconhecimento especial, dividiu a Patrística em três períodos: pré-agostiniana, de Agostinho e pós-

agostiniana.

14.1 Tendências da Primeira Patrística / pré-agostiniana⁸⁵

A primeira Patrística abrange escritos e escritores cristãos do século II e III num momento histórico em que os cristãos vivem constantemente sob ameaça de violência e perseguição cruel intermitente.

São três as tendências observadas na Patrística:

14.2 Pastoral-catequético e tradicional-carismático

É o retrato da igreja cristã no fim do século I e início do século II; um período que, embora pioneiro e desbravador, é tradicional e carismático. Tenta-se registrar o essencial dos tempos apostólicos e vivenciar a fraternidade cristã, em clima profético e escatológico.

O principal documento desse período é a *Didaqué*, ou Pregação do Senhor aos povos através dos Doze Apóstolos⁸⁶ (descoberta em 1873, num mosteiro em Constantinopla, hoje Istambul), uma espécie de catequese de princípios básicos da doutrina cristã. Essa obra representa o período de “transição” entre o ambiente apostólico do Novo Testamento, ainda vinculado ao judaísmo (apesar da luta por emancipação) e o mundo pagão no qual a igreja missionária foi lançada, mundo da cultura, da filosofia, do império, da secularização romanizante. A primeira parte da *Didaqué* é denominada Os Dois Caminhos: as práticas das virtudes que configuram o caminho da vida e os vícios que levam ao caminho da morte. A segunda parte trata das Disposições Litúrgico-Eclesiais: batismo, jejum, oração. O texto deixa claro que a eucaristia ainda era celebrada dentro de uma refeição comum. A terceira parte fala de Prescrições Disciplinares da Comunidade.

Outros documentos considerados “apostólicos”: Epístola de Barnabé; O Pastor de Hermas; os escritos de Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna e Pápias de Hierápolis.

A Epístola de Barnabé remonta ao ano de 140 e tenta uma interpretação alegórica dos preceitos vetero-testamentários. O Pastor de Hermas, um verdadeiro Apocalipse apócrifo, é uma obra complexa, mas, como disse Pierini, “a seu modo, popularmente sugestiva, delinea-se em perspectiva o drama da segunda geração cristã numa cidade babilônica como Roma. A teologia de Hermas é a teologia da misericórdia, “do bom Pastor, através da Igreja”.

“O autor de Pastor de Hermas é um escravo liberto, dono de escravos, pequeno proprietário, “figura encantadora e franca” (Brown), pertence à terceira ou quarta geração após Jesus. Embora a emancipação não o retire, socialmente, da casta dos escravos, ele integra o seletto grupo de libertos independentes que tanta vitalidade deram à vida econômica dos séculos I e II d.C.” (HOORNAERT, 2002, p. 15-25)

Observa-se que na Ásia e na Síria prevalece uma visão do cristianismo como união com o Salvador, mediante a qual se alcança a imortalidade; em Roma há uma ênfase na questão ética e, portanto, na vivência cristã. Temos aí uma grande influência da ética do estoicismo em Alexandria e forte presença da filosofia neoplatônica na leitura alegórica do Antigo Testamento.

14.3 Apologético-testemunhal e teológico-institucional

A partir do século II a Igreja teologiza-se e institucionaliza-se. Os escritos apologéticos são dirigidos aos pagãos, mas são lidos majoritariamente pelos cristãos.

Autores da época: o escritor anônimo da Carta a Diogneto; Taciano, o Sírio; Atenágoras de Atenas; Teófilo de Antioquia; Hérmiás, o filósofo; Milcíades e Apolinário de Hierápolis e, sobretudo, Justino, o Mártir. Convertido no ano de 132, provavelmente em Éfeso, depois de empreender várias viagens pregando o Evangelho de Jesus Cristo e defendendo a fé cristã, Justino chegou a Roma no ano 150. Ali ensinou, brilhantemente, por quinze anos. Seu objetivo era mostrar que o que era buscado por todas as filosofias de seu tempo, o encontro do homem com Deus, realizava-se plenamente na doutrina cristã. Foi decapitado no ano de 165 e, com sua morte, o cristianismo adquiriu status de cidadania.

Outros destaques no período: Inácio de Antioquia e Irineu, bispo de Lyon. Nascido em Esmirna, na Ásia Menor, é, por muitos, considerado o maior teólogo do século II. É difícil encontrar informações mais precisas sobre os sistemas gnósticos quanto as que ele nos oferece.

14.4 Episcopal-eclesiológico e ortodoxo-exegético

Não se sabe se as igrejas da África foram criadas a partir de Roma. É certo e curioso que a contribuição africana à literatura e à teologia cristã da Antiguidade, sob muitos aspectos, é bem mais relevante que a de Roma. A partir do século III, a África é o centro da primeira literatura cristã em língua latina, produzindo uma teologia de primeira qualidade através de várias personalidades, além de forjar um vocabulário teológico que serviria a toda a igreja oriental. Mantendo vínculos bem estreitos com a Sé Romana, a Igreja da África ajudou inclusive na sedimentação dogmática do primado de Pedro em Roma, reforçando o papel do bispo no processo de institucionalização da Igreja. Paradoxalmente, afloram as novas possibilidades de leitura das Escrituras inaugurando uma nova ciência no seio do cristianismo: é a tendência ortodoxo-exegética.

Nesses dois séculos, II e III, existe uma pluralidade de opiniões entre os escritores frente à civilização pagã, as quais convergem quando a confrontação ocorre no campo estritamente religioso, onde se dá uma luta de religiões. Esse confronto se manifesta nas perseguições, primeiro do paganismo contra o cristianismo (século I a III), e depois do cristianismo triunfante, religião do Estado, contra o paganismo residual do século IV. De uma simbiose entre pensamento judaico, pagão e evangélico nasce a primeira teologia cristã.

A divisão da Patrística em oriental (grega) e ocidental (latina) – já iniciada no século III com os alexandrinos e demais africanos – torna-se definitiva no século IV, favorecida e acentuada com a divisão do império em oriental e ocidental.

As Igrejas Romana, Ortodoxa, Luterana, Presbiteriana e Anglicana acreditam que os Pais da Igreja proporcionaram a interpretação correta da Sagrada Escritura, registraram a Sagrada Tradição e souberam discerni-las das doutrinas heréticas.

15. Padres apostólicos

Alguns autores e obras, em ordem cronológica:

Clemente de Roma

Bispo de Roma nos anos 88 a 97, foi o terceiro sucessor de Pedro, depois de Lino e Anacleto, sobre os quais nada se sabe de historicamente confiável. A Epístola aos Coríntios de Clemente é a primeira carta cristã fora do Novo Testamento. Irineu, Bispo de Lyon, afirma que Clemente “viu os apóstolos”, “encontrou-se com eles”. Sua Carta aos Coríntios foi o primeiro exercício do primado romano após a morte de Pedro. Nesta carta, escrita em 96, aparece pela primeira vez na literatura cristã a palavra grega

laikós, isto é, “do povo de Deus”. Os testemunhos de que Clemente teria sido martirizado são tardios, dos séculos IV e VI.

Inácio de Antioquia (35-107)

Discípulo de João, conheceu o apóstolo Paulo e foi o terceiro bispo de Antioquia (70-107), depois de Pedro e Evódio. Foi o primeiro cristão a atribuir à Igreja o adjetivo de “católica”. Preocupado com a unidade e a estrutura eclesiástica da Igreja, assume e defende a figura do bispo monárquico. Deixou-nos sete cartas dirigidas às Igrejas de Éfeso, de Magnésia, de Tralli, de Roma, de Filadélfia e Esmirna e uma ao bispo Policarpo, de Esmirna. Foi lançado às feras, no Anfiteatro Flávio, em Roma, em 107.

Policarpo de Esmirna (69-155)

Policarpo dizia ser discípulo do Apóstolo João. Viajou a Roma para tentar convencer Aniceto, bispo de Roma, a celebrar a data da Páscoa em 14 de Nissan, o dia da *Pessach* judaica, e não no domingo. Puseram-se de acordo sobre vários assuntos, mas não sobre este, mantendo o Oriente e o Ocidente, cada um, sua tradição. O bispo Policarpo, aos 86 anos, foi queimado vivo em Esmirna.

Pápias de Hierápolis

Nasceu antes do ano 70 e morreu em Esmirna em 155. De suas obras sobreviveram apenas fragmentos, citados por seu conterrâneo Irineu, bispo de Lyon, e pelo historiador Eusébio de Cesareia, que o chama de bispo de Hierápolis (hoje Pamukkale, Turquia). Ele teria sido o primeiro a investigar as origens do cristianismo e a interpretar – em uma obra de cinco volumes – os “ditos” (*logia*) de Jesus, alguns dos quais se encontram nos Evangelhos de Mateus e Lucas.

Pastor de Hermas⁸⁷

O Pastor de Hermas é o primeiro texto cristão de envergadura que interpreta a mensagem cristã a partir da situação concreta de um homem casado, pai de família, com vários filhos. Judeu, nascido escravo, é vendido pelo seu senhor a uma mulher aristocrata de Roma (Rosa). Consegue emancipar-se da escravidão, seja por meio de esforços financeiros próprios ou provenientes da comunidade. Torna-se um pequeno comerciante, constitui família e escreve um *best-seller* lido – como capítulos de uma novela – durante mais de dois séculos nos amplos espaços onde o cristianismo se espalha, até ser qualificado como apócrifo e cair no esquecimento.

O Pastor de Hermas é uma coletânea de cinco Visões, doze Mandamentos e dez Comparações, ou Parábolas.

O universo de Hermas é o mundo operário, da escravidão romana, “inexorável e imutável”. Seu livro é o único texto que penetra na cotidianidade dos cristãos e mostra os pobres de Roma discutindo seus problemas, armando estratégias de dignificação, numa sociedade fechada em castas, na conquista de “um lugar ao sol”. Dele emerge um cristianismo das pequenas virtudes do lar, que ensina a escutar, a dominar a língua, a lutar para ganhar o pão de cada dia, a preparar os alimentos, a suportar o incômodo da convivência entre casados, a respeitar a liberdade do outro / da outra, a educar os filhos e a socorrer o irmão necessitado.

Hermas entende que o processo de conversão é lento, penoso e global, pois implica o abandono radical da lógica patronal que sustenta a sociedade romana e é necessário criar um novo ambiente de convivência entre as pessoas: a Igreja. Como Paulo, Hermas rejeita o patriarcalismo benevolente da sociedade envolvente e combate a ideologia patronal manifestada pelos presbíteros.

Hermas é testemunho de um cristianismo que prima em termos de educação. Ele é antes de tudo um educador pluricultural, herdeiro da memorável capacidade educacional do judaísmo, ele a transfere para as comunidades cristãs. Ele não se deixa contaminar pelo virulento antijudaísmo que se verifica nos escritos de apologetas como Justino, ou Melito.

15.1 Outros Padres da Igreja

Justino, filósofo e mártir (100-165)

Nasceu na antiga Siquém (Samaria), onde, na infância, estudou retórica, poesia e história. Jovem adulto começou a se interessar pela filosofia, dedicando-se especialmente ao estoicismo e ao platonismo. Justino continuou usando a capa que o identificava como filósofo e ensinou a estudantes em Éfeso e depois em Roma. Ao final de um longo caminho em busca da verdade, encontrou no projeto divino da criação e da salvação que se realiza em Jesus Cristo, o Logos, isto é, o Verbo eterno, a Razão eterna, a Razão criadora.

“Aprendemos que Cristo é o primogênito de Deus e que é o Logos, do qual participa todo o gênero humano. Consequentemente, aqueles que viveram antes de Cristo, mas não segundo o Logos, foram maus, inimigos de Cristo? [...] ao contrário, aqueles que viveram e vivem conforme o Logos são cristãos, e não estão sujeitos a medos e perturbações.” (JUSTINO, “Apologia”)

Justino fundou uma escola em Roma, onde ensinava gratuitamente a nova religião, que ele considerava a verdadeira filosofia. Seu aluno Taciano, sírio, redigiu, por volta de 165, dez anos depois de seu mestre, uma Apologia própria. Voltando para a Síria, a partir de um modelo de seu mestre, elaborou, em língua siríaca, uma harmonia evangélica, o chamado *Diatessaron*, obra só superada no século V pelo “cânion dos quatro Evangelhos”. Justino foi decapitado no ano de 165, por ordem do

imperador Marco Aurélio, a quem endereçara, em 155, sua obra “*Apologia*”. É o mais importante dos Padres apologetas do século II e teve muita influência na opção da igreja pela filosofia como campo do diálogo religioso.

Irineu de Lyon (135/140-203)

Nasceu em Esmirna (hoje Izmir/Turquia), onde frequentou a escola do bispo Policarpo, discípulo do apóstolo João. Esse itinerário de transmissão apostólica da fé em Jesus Cristo o marcou profundamente. Em 171, Irineu se encontrava em Roma, como portador de uma carta do Bispo Potino, de Lyon, ao Papa Eleutério. Esse fato livrou-o de ser martirizado como foi Potino, que faleceu na prisão, aos 90 anos, vítima de maus-tratos. Na obra “*Contra os Hereges*”, possibilitou o desmascaramento do gnosticismo e de seus adeptos no seio da Igreja.

“Irineu é considerado o primeiro grande teólogo da Igreja, criador da teologia sistemática; o maior teólogo do século II. O primeiro escritor a falar inequivocamente de um “Novo” Testamento, em paralelo com o Antigo. Para Quasten, Daniélou e outros, a medula, o centro da teologia de Irineu é a redenção. Para uma redenção verdadeira é mister um homem-Deus. Cristo se fez homem para divinizar a humanidade; eis a recapitulação, a restauração e consumação da humanidade e do universo em Cristo.” (CAVALCANTE, 2007, p. 151)

Clemente de Alexandria (150-215)

Nasceu em Atenas, viajou pela Itália, Síria e Palestina e fixou-se em Alexandria, a “cidade símbolo daquele fecundo cruzamento entre diferentes culturas, que caracterizou a época helenista”. Convertido por seu patrício Panteno – filósofo estoico, carismático, culto e virtuoso – sucedeu-o na direção da já famosa escola catequética de Alexandria. Foi

professor de Orígenes. Durante a perseguição de 202-203, teve que se exilar na Capadócia, onde faleceu. Para o historiador Eusébio de Cesareia, Clemente foi um incomparável mestre da filosofia e, para São Jerônimo, o mais erudito dos Padres da Igreja.

É de Clemente a distinção entre “cristãos simples” e “cristãos gnósticos”, reservada para os espíritos que se dedicam à busca intensa da verdade, uma dimensão que está relacionada ao Logos encarnado, ou seja, ao Jesus terreno, autor de ações concretas. Assim, Clemente estimula os cristãos não à ascese e à renúncia ao mundo, mas a transformar o espírito da cidade pelo exemplo de uma vida guiada pelo amor de Deus e do próximo, e pelo testemunho de um coração livre da escravidão dos bens. Clemente – como um farol de Alexandria – apresenta poeticamente e com entusiasmo a sublimidade da revelação do Logos e o maravilhoso dom da graça divina, que plenifica todos os desejos humanos.

Tertuliano (155-220)

Nasceu em Cartago e converteu-se ao catolicismo em 193, na cidade de Roma, onde exercia a profissão de advogado, desfrutando de uma sólida formação intelectual e jurídica. Convertido, voltou a Cartago e ali inaugurou o latinismo africano autóctone, possibilitando à África uma dianteira sobre Roma. Revelou-se um grande polemista, defendendo e afirmando o cristianismo diante da intelectualidade romana. É de Tertuliano o primeiro comentário do “Pai-nosso” de que se tem notícia. É considerado um mestre da prosa, em latim e grego, prosa de retórico e de polemista. É dele também a célebre expressão a “alma humana é naturalmente cristã”; propõe a não violência como regra de vida. Seu ideal de vida rígido e sem meias medidas teriam levado Tertuliano a aderir ao montanismo.

Hipólito de Roma (170-236)

Nasceu por volta do ano 170, provavelmente no Oriente, onde teria sido discípulo de Irineu de Esmirna, bispo de Lyon. Morreu mártir em 236, na Sardenha. Sua produção literária foi enorme com, inclusive, uma crônica da história do mundo até 234, da qual, infelizmente, pouca coisa foi conservada. Uma de suas obras, *Tradição Apostólica*, só foi encontrada no século XX. Nela encontram-se informações muito interessantes: “Seja ordenado bispo aquele que, irrepreensível, tiver sido eleito por todo o povo”. Sobre o catecumenato: “[...] devem ouvir a Palavra três anos antes de serem apresentados para o batismo; seja examinada sua vida, se viveram com dignidade enquanto catecúmenos, se honraram as viúvas, se visitaram os enfermos, se só praticaram boas obras”.

Orígenes de Alexandria (185-254)

Nasceu de pais cristãos em 185 e veio a falecer em decorrência de torturas cruéis na cidade de Tiro, provavelmente em 254. Quando tinha 17 anos, durante a perseguição de Sétimo Severo aos cristãos, seu pai foi preso e seu mestre Clemente de Alexandria abandonou a cidade. Orígenes escreveu ao pai encorajando-o a não desanimar do testemunho supremo da fé. Leônidas, seu pai, não renegou a fé e foi decapitado. 40 anos mais tarde, quando pregava em Cesareia, Orígenes disse: “Não me é útil ter tido um pai mártir, se não tenho um bom comportamento e não honro a nobreza de minha estirpe, isto é, o martírio de meu pai e o testemunho que o tornou ilustre em Cristo”.

Orígenes, para se sustentar, começou a ensinar filosofia, gramática e literatura e, a convite do bispo Demétrio, com apenas 18 anos, assumiu a instrução aos catecúmenos. O ambiente de formação de Orígenes é o “ambiente helenista de Antioquia, onde, durante séculos, foi se aperfeiçoando a pesquisa filosófica dos doutos pagãos sobre textos

literários e dos doutos hebreus sobre os textos bíblicos” (PIERINI, 1998, p. 11). Ainda como leigo, aceitou o convite de vários bispos da Palestina para pregar em suas Igrejas. Em 232, já como presbítero, fundou uma escola em Cesareia e a dirigiu por cerca de 20 anos.

Epifânio assinala que Orígenes escreveu 6.000 obras. Jerônimo, em uma carta, fornece-nos o título de 800 delas. De um total de 600 homilias, restam-nos 21 em grego e um número um pouco maior em latim. São trabalhos de crítica textual da Bíblia; obras exegéticas (homilias, comentários de caráter científico, com notas filológicas, históricas e etimológicas); escritos apologéticos, entre os quais se destaca a obra "Contra Celsum"; escritos dogmáticos. A obra ***Dos fundamentos, sobre Deus, mundo, liberdade, religião e revelação*** é considerada o primeiro sistema de teologia cristã e o primeiro manual de dogma.

Entre os escritos de caráter prático destaca-se o estudo científico mais antigo que possuímos sobre a oração cristã, o *Pai-nosso*. É dele a frase “sendo a alma de Jesus preexistente, pode estabelecer a união entre o Logos infinito com o corpo físico de Cristo”. Orígenes, no campo cristão, rivaliza com o filósofo Plotino (204-270) no campo pagão, e os dois pensadores marcarão os séculos seguintes.

Cipriano de Cartago (200/210-258)

É provável que tenha nascido em Cartago de família bem posicionada social, econômica e intelectualmente. Depois de uma vida de violência, corrupção e paixões, converte-se em 246 e distribui todas suas riquezas aos pobres. Em 249 é eleito bispo de Cartago por aclamação do povo. Cipriano escreveu inúmeras obras. “Além de se destacar como teólogo, brilhou como pastor, homem pragmático, fiel à tradição eclesiástica, lutador incontestado da unidade da Igreja e incansável defensor de um cristianismo equilibrado, evitando os excessos do laxismo e do rigorismo”.

Foi o primeiro bispo africano a sofrer martírio, tendo sido decapitado em 258. Suas ênfases teológicas dominam o Ocidente cristão até o aparecimento de Santo Agostinho.

“Na história do cristianismo antigo, é fundamental a distinção entre os primeiros três séculos e aqueles que se seguiram ao Concílio de Niceia, de 325, o primeiro ecumênico. Quase como um “ponto de ligação” entre os dois períodos, estão a “virada constantiniana” e a paz da Igreja, bem como a figura de Eusébio, bispo de Cesareia na Palestina.” (RATZINGER/BENTO XVI, 2012)

Eusébio de Cesareia (260-339)

É mais provável que tenha nascido em Cesareia por volta do ano 260 e que tenha se formado na excelente biblioteca local, formada por Orígenes. Por volta de 313, sucedeu a Agápio, como bispo de Cesareia Marítima. Eusébio é importante por suas obras apologéticas, exegéticas e doutrinárias. Mais ainda pela sua História Eclesiástica, em dez volumes, na qual se propõe a refletir e analisar três séculos de cristianismo, até 324, ano em que Constantino foi aclamado único imperador de Roma, recorrendo para isso a fontes pagãs e cristãs reunidas na biblioteca de Cesareia.

Em 325, participou do primeiro Concílio de Niceia, onde se destacou entre os mais de 300 participantes pela sua cultura, fama como escritor e por ter caído nas graças do imperador Constantino. Escreveu “O Credo”, texto que foi aprovado e é praticamente o mesmo que é recitado hoje em todas as missas. “Ele foi o representante mais qualificado da cultura cristã de seu tempo, em contextos bastante variados, da teologia à exegese, da história à erudição. Eusébio é conhecido, sobretudo, como o primeiro historiador do cristianismo, mas foi também o maior filólogo da Igreja antiga”. (RATZINGER/BENTO XVI, 2012)

“A impressão que se tem, ao ler os trabalhos da maioria dos Padres da Igreja, é que neles não se enxerga uma discussão a favor da promoção humana da mulher e, ainda pior, não dão sinal de reagir contra a marcha inexorável em direção à sacerdotização das estruturas eclesiais e das mentalidades, em pleno curso na época em que escrevem. Parece que eles não enxergam a passagem entre o modelo Mestre e o modelo Sacerdote do ponto de vista das comunidades.”
(HOORNAERT, 2016, p. 178)

V

O “CAMINHO” SE FEZ CAMINHANDO...

16. A expansão: plural, unida, universal

Primera cena: Jerusalém, ano 30 d.C., Atos dos Apóstolos, texto em grego:

“Eram perseverantes em ouvir os ensinamentos dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Todos os que abraçavam a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos frequentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo.” (At. 2, 43-46)

A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum. E todos gozavam de grande aceitação. Entre eles ninguém passava necessidade. “Uma espécie de comunismo ético-religioso, ditado por espírito de sacrifício, alheio a qualquer constrangimento” – comentário de Bihlmeyer, citado por Bento XVI.

Segunda cena: ano 197 d.C., Tertuliano, de Cartago / África, texto em latim:

“Somos de ontem e já enchemos a terra e tudo o que é vosso: as cidades, o comércio, os lugares fortificados, os municípios, os povoados, os campos, as tribos, as escuderias, os palácios, o senado, o fórum. Deixamos para vós só os templos”.

Pouco mais de 150 anos separam as duas cenas. A primeira, do ano 30, refere-se a uma comunidade pequena, de judeus nativos, que falavam aramaico, ou da diáspora, que falavam também o grego. A maioria, inclusive a liderança, era proveniente de ambiente rural da Galileia, de idioma aramaico. A segunda cena encontra-se em *Apologeticum*, obra escrita por Tertuliano, um advogado culto, que escrevia bem e muito, em latim e grego, nascido em Cartago, na África, filho de um Centurião romano.

O pano de fundo da primeira cena é o majestoso Templo de Jerusalém; da segunda cena, universal, ficam de fora “só os templos pagãos”.

O livro Atos dos Apóstolos foi composto pelo final do século I, ou início do século II, portanto, seu autor pertencia à terceira geração do cristianismo. Dificilmente ele foi testemunha dos eventos que descreve. Mais que a descrição de fatos históricos, a narrativa dos Atos dos Apóstolos é uma exortação a um ideal e uma apologia da comunidade cristã perseverante nos ensinamentos, na convivência fraterna, na comunhão de bens espirituais e materiais, na oração e na ação missionária.

“A obra de Lucas é a primeira peça de literatura cristã escrita na perspectiva apologética dirigida conscientemente ao leitor pagão. Ela assinala o início das tentativas de apresentar a essência da fé cristã aos que não pertencem à comunidade de fiéis.” (KOESTER, 2005, p. 52)

Escrito em grego, com recursos estilísticos e dramáticos característicos da epopeia greco-romana – emblemática em “Eneida”, de Virgílio – o autor de Atos descreve a criação da nova comunidade cristã. Uma história em que o herói, Jesus, nasce em Belém, cidade do Rei Davi e morre em Jerusalém; essa é a primeira parte, o Evangelho. A segunda parte apresenta a história da comunidade cristã – o termo *cristão* aparece aqui pela primeira vez entre todos os escritos cristãos primitivos – que começa

em Jerusalém e, movida pelo Espírito Santo, leva, por intermédio de Paulo, a mensagem do reino de Deus até Roma, capital do império. Daí o reino de Deus se estende “até os confins da terra”. O esquema narrativo do autor o impediu de discorrer sobre outras comunidades cristãs primitivas.

É pouco plausível que as primeiras comunidades de seguidores de Jesus não tenham surgido na Galileia, onde se concentrou sua atividade missionária e na Samaria, essa mencionada de passagem em Atos. Certamente elas foram anteriores ou concomitantes à de Jerusalém.

A principal fonte de informações sobre estas comunidades estaria em um documento que se perdeu. Parte deste documento, denominado “Evangelho Q (*Quelle* = fonte), ou “dos Ditos”, ou “tradição das palavras”, foi preservado nos Evangelhos de Mateus e Lucas. Ditos, sentenças, milagres, histórias, parábolas, teriam sido transmitidas oralmente e, em algum momento entre os anos 40 e 70, foram coletados, provavelmente por “helenistas”, judeus-cristãos, cuja primeira língua era o grego. Seriam “aproximadamente 225 a 250 versos, ou um texto grego de 3.519 palavras, com um vocabulário total de aproximadamente 760 palavras, conforme o International Q Project” (HURTADO, 2012, p. 293), o que comprova o interesse e o rigor com que o documento vem sendo estudado.

Além dessas fontes sobre as comunidades cristãs primitivas, teríamos o Evangelho de João como fonte de informação, uma vez que a comunidade que ele representa teria se originado na Galileia, com forte protagonismo das mulheres e de carismáticos.

É certo que Jesus viveu um radicalismo ético, itinerante, no sentido em que renunciou a um lar, família e bens. Seus discípulos mais próximos também. Se as palavras de Jesus não tivessem sido aceitas e praticadas de uma forma ininterrupta e fossem notoriamente ignoradas, dificilmente elas teriam podido preservar-se além de uma ou duas gerações. Por outro

lado, esse radicalismo ético, itinerante, não tem como subsistir por muito tempo: “só tem chance na margem da sociedade”, como observa o sociólogo Gert Theissen.

“O comportamento recomendado na tradição das palavras (ditos) era praticado em, pelo menos, um lugar do cristianismo primitivo: i.e., era praticado pelos carismáticos itinerantes, pelos apóstolos, profetas e missionários, que eram, não exclusivamente, os portadores da tradição da palavra.” (HURTADO, 2012, p. 327)

“Eles devem ter encontrado acolhimento, sobretudo entre aquelas pessoas que estavam, elas mesmas, situadas à margem da sociedade: entre os cansados e sobrecarregados, entre os pobres e famintos, aos quais eles endereçavam a bem-aventurança em suas palavras.” (THEISSEN, 1987, p.49)

Certamente esses itinerantes aparecem primeiramente na Galileia e são de estrato campesino: pequenos camponeses, diaristas, arrendatários, pastores e donos de pequenas vinhas. Eles saem a anunciar a Boa-Nova em vilarejos e dependem da boa vontade dos outros para subsistir. É evidente que não podiam constituir a maioria, formada por simpatizantes locais, ou chefes de família. Essa existência apátrida de itinerantes carismáticos, a-familiar, perdura até pelo menos o século II, como testemunham Pápias e a *Didaqué*, que vê neles “o modo de viver do Senhor”.

As fontes mencionadas, acrescidas das sete cartas autênticas de Paulo – todas escritas na década de 50, ou seja, 20 anos depois da morte de Jesus de Nazaré – sugerem que o cristianismo do primeiro século era composto por vários grupos, com complexidade variável de elementos e ênfases. Além disso, frequentemente (talvez caracteristicamente) havia dentro de cada grupo uma variedade ou um repertório de crenças, ênfases e modos de expressão cristológica. “Houve diferenças que dividiam, mas, talvez ainda de forma ainda muito mais característica, houve vários grupos de

diversos caracteres policromáticos interagindo em um vivo intercâmbio”.⁸⁸ Entre as primeiras comunidades dos seguidores de Jesus, a liderança que mais se destacava era a de Judas, o Justo, irmão de Jesus. Ele presidiu a comunidade de Jerusalém até sua morte, no ano 62. Segundo o historiador Eusébio de Cesareia, as autoridades de Jerusalém “não conseguindo mais suportar o testemunho daquele que, por causa do elevado nível que tinha atingido na virtude e na piedade, era considerado o mais justo dos homens, mataram-no, usando como ensejo a anarquia reinante”.

Como judeu, fiel observador da Lei, a maior preocupação de Judas, como se depreende da carta escrita em seu nome (Epístola de Tiago), por algum de seus discípulos, por volta dos anos 80 a 90, “é como manter o equilíbrio adequado entre a devoção à Torá e a fé em Jesus como messias”. (ASLAN, 2013, p.223)

As comunidades sob a liderança de Tiago eram bastante diferentes das comunidades de João e, ambas, diferentes das comunidades paulinas.

Segundo Justo González, são escassíssimas as informações acerca de missionários ao estilo de Paulo e Barnabé. Ao que parece, a enorme difusão geográfica do cristianismo não se deveu tanto ao labor de missionários, ou pregadores itinerantes, mas sim aos mercadores, escravos, e outros cristãos, que, por diversas razões, se viam obrigados a viajar e que iam levando sua fé de um lugar para outro (EBNER em KAUFMANN, 2012, p. 25). É evidente que esse modo de propagação da fé favorecia a unidade de sentimentos, valores e até certo ponto de comportamentos, mas também grande diversidade doutrinária.

- dez anos após a morte de Jesus de Nazaré – um “marginal”, de uma cidade marginal, crucificado como subversivo, numa

província marginal do império – seus discípulos já se faziam notar na capital do império;

“25 anos após a execução de Jesus na Palestina, pelo procurador romano Pôncio Pilatos, a lista de saudações da epístola aos Romanos (c 56 d.C.) atesta a existência de sete comunidades na capital do império mundial.” (HURTADO, 2012, p. 327)

- Até o fim do século I o cristianismo expandiu-se pela Palestina, Síria, Ásia Menor, Chipre, Grécia, Roma, e possivelmente pelo Egito e pela Ilíria, Dalmácia, Gália e Espanha.

Quando Atos dos Apóstolos foi publicado, em fins do século I ou início do século II, os autores registram como estando em Jerusalém, no dia de Pentecostes, representantes daqueles lugares em que a presença de cristãos já era, então, uma realidade: *“Entre nós há partos, medos e elamitas, gente da Mesopotâmia, da Judeia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e da região vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; há também cretenses e árabes”*. (At. 2, 9-11)

- No final do século I os judeus já não eram maioria entre os cristãos.

“Apenas na segunda metade do século II o termo “cristão” será aplicado de forma exclusiva aos seguidores de Jesus não judeus [...] e o cristianismo começou a se formar quando os seguidores de Jesus, não-judeus, se opuseram ao judaísmo por um lado e ao gnosticismo por outro.” (AUGIAS, 2011, 250)

- Até o fim do século II, o cristianismo já havia chegado à Mesopotâmia, Itália meridional, Gália, Espanha, Germânia e norte da África.

Entre os 22 maiores centros urbanos do império, 12 já contavam com comunidades cristãs no ano 100. O sociólogo Stark relaciona as cidades, com a estimativa de população à época: Cesareia Marítima (45 mil), Damasco (45 mil), Antioquia (150 mil), Alexandria (400 mil), Pérgamo (120 mil), Salamina (35 mil), Sardes (100 mil), Esmirna (75 mil), Atenas (30 mil), Corinto (100 mil), Éfeso (200 mil) e Roma (650 mil). Além destas, outras seis podiam ser relacionadas por volta do ano 180: Apameia (125 mil), Cartago (90 mil), Córdoba (45 mil), Edessa (80 mil), Mênfis (90 mil) e Siracusa (80 mil). O autor vê “correlação positiva destas estimativas com a tese fischeriana sobre urbanismo, que prevê: “quanto maior fosse a cidade, mais facilmente os cristãos teriam reunido a massa crítica necessária para formar uma Igreja em pouco tempo”.

Para o marxista Kautsky, “até o ano 98, havia comunidades cristãs em cerca de 48 localidades; até 180, em cerca de 74; e, até 325, em mais de 550 localidades. Até meados do século III, a nova fé contava com muito poucos adeptos entre as classes superiores” (KAUTSKY, 2010, p. 365). “O bispo Dionísio de Corinto dirigiu, por volta do ano 170, ‘cartas católicas’(CESAREIA, 1999, p. 23,1) a numerosas comunidades, muito além de seu próprio bispado, testemunhando destarte a universalidade da unidade da Igreja antiga” (LENZENWEGER, 2013, p. 17). No decurso do século II, o episcopado monárquico impôs-se em toda parte e, nos conflitos que iam surgindo, comprovou ser o eixo da autoafirmação eclesiástica.

“No século III, o cristianismo cresceu numa rapidez exorbitante [...]. É bem consistente a tese de que no final do século III, o cristianismo havia se tornado

quantitativamente a maior comunidade religiosa fechada do império.” (MARKSCHIES, citado por KAUFMANN, 2012, p. 52)

A composição demográfica e social do cristianismo do século III não se diferenciava muito do restante da sociedade. Bem cedo já havia atingido também as camadas mais altas da sociedade.

“Por volta do ano 200, nos territórios do império, deviam viver cerca de 200 mil cristãos, num total de 60 milhões de habitantes. Um século mais tarde, os cristãos representam um número compreendido entre 5% a 10% da população do império.” (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 35)

“Mais surpreendente é como o número absoluto (tanto quanto o percentual cristão) rapidamente dispara entre os anos 250 e 300, tal como os historiadores informam e as recentes descobertas arqueológicas de Dura Europos sustentam.”⁸⁹

O cristianismo poderia facilmente ter atingido metade da população, aproximadamente, do Império Romano em meados do século IV, sem milagres, nem conversões em massa. “É provável”, observa Stark, que “a taxa de crescimento do cristianismo deve ter declinado rapidamente em algum ponto ao longo do século IV”. (STARK, 2006, p. 18)

- Até o século IV, o cristianismo alcançou a Armênia – o primeiro Estado oficialmente cristão (MARTY, 2014, p. 53) – Pérsia, norte da Índia, Etiópia, baixa Áustria e Itália setentrional.

17. As estratégias

Depois de seus primórdios na Palestina – com itinerantes e comunidades locais, inclusive entre os marginalizados, como os cegos, os leprosos, as prostitutas (tão presentes na vida de Jesus de Nazaré) – o cristianismo torna-se um fenômeno predominantemente urbano.

Segundo Meeks:

“Há uma década da crucifixão de Jesus, a cultura das aldeias e vilarejos da Palestina havia sido deixada para trás e a cidade greco-romana se transformou no ambiente dominante do movimento cristão. Assim permaneceu ela, desde a dispersão dos “helenistas” de Jerusalém até bem depois da época de Constantino. O movimento havia superado a divisão mais fundamental na sociedade do império romano, a divisão entre o povo rural e os habitantes da cidade, e os resultados demonstrariam ser importantes.” (MEEKS, 2011, p. 35-36)

Esse processo de “urbanização e helenização” do cristianismo foi literalmente entusiástico – “movido pelo Espírito Santo”, como é dito em Atos – mas não simplesmente espontâneo.

O caminho percorrido de fato – cujo principal protagonista foi Paulo, pelo sucesso dos resultados, permite supor algumas decisões estratégicas, a seguir pontuadas:

- divisão de responsabilidades e funções entre as lideranças mencionadas em Atos (apóstolos, anciãos, algumas mulheres, entre as quais Maria, os irmãos de Jesus, o grupo de helenistas, Judas, Silas, Paulo, Barnabé...), definindo a área de trabalho e o público-alvo de cada um. A reunião realizada no ano de 49, em Jerusalém, provocada por Barnabé e Paulo (dois judeus da diáspora), parece ter envolvido mais decisões do que aquelas relatadas nos Atos. O fato é que os irmãos de Jesus, da família de Davi, ficaram em Jerusalém: Tiago, o Justo, dirigiu a comunidade local até sua morte em 62. Simeão, ou Simon bar Klopas (62-107), primo de Jesus e Tiago, sucedeu-lhe e liderou a transferência da maior parte dos cristãos de sua comunidade

para região a leste do Jordão, ambiente das cidades helenistas antes da primeira guerra judaico-romana em 66, conforme Hegésipo. (O imperador Domiciano (81-96) prendeu dois sobrinhos-netos de Jesus, netos de seu irmão Judas, porque eles eram da casa de Davi, e depois os libertou quando ficou constatado que, apesar de cristãos, eles não passavam de simples camponeses). (KOESTLER, 2005, p. 2018)

- Judas de Jerusalém, (-- -135), décimo quinto bispo local, que viu a cidade ser completamente destruída e passar a ser chamada de **Aelia Capitolina**, era bisneto de Judas “irmão de Jesus” e foi o último bispo de Jerusalém de origem judaica, conforme Epifânio de Salamina e Eusébio de Cesareia.

“As fontes permitiram distinguir três grandes grupos de matriz judeu-cristã: os nazoreus (ou nazarenos) propriamente ditos (na Judeia e na Palestina), ebionitas (= pobres, na Palestina) e elcasitas (na Mesopotâmia). Significativamente, os bispos do século II do Adiabene (região para além do Tigre) todos têm nomes hebraicos.” (POTESTÁ, 2013, p. 25)

- os helenistas, ou seja, os judeus-cristãos que tinham como língua corrente o grego, depois da morte de Estevão, em 42, portanto antes da reunião conciliar de Jerusalém, já haviam se dirigido a Damasco, à Fenícia, à ilha de Chipre, à Cirene e à cidade de Antioquia. Os círculos dos sete assumem uma missão urbana (Samaria, Cesareia e Antioquia), pregando nas sinagogas e nas casas.
- Pedro, João e Felipe dirigiram-se a Samaria. Felipe, auxiliado por suas quatro filhas profetisas, atuou na Samaria; fez de Cesareia sua base missionária e depois teria se dirigido a Hierápolis.

- Pedro teria se dirigido a Antioquia, capital da Província Romana da Síria, onde se tornou o primeiro bispo. Há indícios de que Pedro tenha estado por volta de 52-54 na Babilônia, onde a comunidade judaica era, segundo a Encyclopædia Judaica, de cerca de 800 mil.
- João – de quem se tem poucas notícias – é provável que tenha se dirigido à Galileia após deixar a Samaria. Depois, acompanhando sua comunidade, que fugia dos horrores da guerra, foi se refugiar em cidades da Decápole e, por fim, em Éfeso.
- Missionários da Fonte Q, em geral “casais trabalhando de casa em casa, constituem, no território compreendido entre a Galileia e a Síria, uma rede de casas isoladas e espalhadas de simpatizantes dentro das menores e maiores comunas”. (EBNER em KAUFMANN, 2012, p. 27)
- Tomé, segundo o historiador Eusébio, teria atuado na Síria, na Pérsia e na Índia.
- Bartolomeu/Natanael teria levado a Boa-Nova à Índia (onde o filósofo e teólogo Panteno, que dirigiu, no século II, a Escola de Catequese de Alexandria, em viagem pelo país, teria constatado vestígios da atuação de Bartolomeu).
- Barnabé buscou Paulo em Tarso e, juntos, estruturam a comunidade de Antioquia, deixando ali uma equipe bem eclética. Acompanhado de Paulo e João Marcos, Barnabé se concentrou nas regiões de Chipre, Síria e Cilícia.
- Paulo, depois de três anos na Arábia (35-38), onde provavelmente concentrou sua atividade em florescentes cidades helenistas como Pela, Gerasa, Filadélfia e Borsá, se junta a

Barnabé. Depois, discordando deste, toma como companheiro de missão Silas/Silvano – que já havia cumprido missão junto aos irmãos de Antioquia, Síria e Cilícia – e concentra seu trabalho na Ásia Menor (Pisídia, Lacónia e Galácia) e na Europa (Grécia e Macedônia – nas cidades de Filipos, Tessalônica e Bereia). Permanece mais tempo em Corinto e em Éfeso.

Paulo, estrategicamente, concentrou sua “missão” nas cidades capitais das províncias do império, pela sua importância como entroncamento comercial, administrativo e cultural.

- a. buscar as comunidades judias da diáspora, principalmente aquelas em que a percentagem de judeus era maior. Nas cidades das províncias ocidentais (locais cobertos pela atividade de Paulo e sua equipe) a percentagem de judeus chegava a um quarto da população total, contra uma porcentagem média de 10% no império. Estas comunidades dispunham de sinagogas – onde podiam falar, uma vez que o **Caminho** era reconhecido até então, como uma das muitas seitas judaicas – de escrituras sagradas, além da língua comum, solidariedade grupal, apoio mútuo e assistência nas necessidades.

O fluxo contínuo de dinheiro, mercadorias, informação e correspondências oficiais (da administração do Templo) e particulares entre estas comunidades e Jerusalém pesava na decisão. Num primeiro momento, os missionários e os convertidos estavam em seu ambiente cultural, podendo ser judeus-cristãos, sem confrontar com outros da comunidade.

b. fazer discípulos principalmente entre os “tementes a Deus”, gentios a meio-caminho da adesão total ao judaísmo, com resistência à adoção da circuncisão – considerada por eles, frequentadores de banhos público, obscena e antiestética – e das interdições alimentícias da Torá. Exigências essas dispensadas pela nova modalidade de fé judaica, o Caminho.

É provável que a maior parte dos tementes a Deus tivesse um nível de prestígio e riqueza superiores à média dos demais gentios, o que proporcionava aos seguidores de Jesus mais credibilidade junto aos gentios e aos judeus, bem como assistência econômica e proteção política.

Outras decisões estratégicas podem ter sido mais específicas de Paulo

c. recrutar colaboradores, homens e mulheres, entre artesãos capazes e dispostos a associar viagens missionárias e autossustentação.

Paulo, ele próprio, carregava seus instrumentos de trabalho e tinha orgulho de não depender financeiramente das comunidades. Para Paulo, sua identidade com o trabalhador manual tinha um significado evangelizador.

d. recrutar e formar auxiliares para trabalhar em equipe nas viagens missionárias e na consolidação das igrejas em cada cidade.

O casal colega de profissão – fabricantes de tendas ou toldos – Priscila e Áquila (o nome dela, estranhamente, vem à frente em várias citações) torna-se muito presente na vida de Paulo. Os dois, judeus, já teriam sido convertidos em Roma, quando Paulo os conheceu, no ano 50.

Apolo (Apolônio), fervoroso judeu de Alexandria, “homem eloquente e muito versado nas Escrituras, foi introduzido a um conhecimento mais completo do Caminho de Deus por Priscila e Áquila e passou a integrar a equipe de Paulo”.

Timóteo, nascido em Listra, a 200 km de Tarso, filho de mãe judia e pai pagão, a quem Paulo chamava “meu verdadeiro filho na fé comum”, deu continuidade ao trabalho de Paulo e teria sido o primeiro bispo de Éfeso, conforme testemunho do historiador Eusébio de Cesareia.

Tito, de nome latino e origem pagã, tornou-se um grande colaborador e teria se tornado o primeiro bispo de Creta.

Paulo contou com dezenas de colaboradores; alguns arriscaram a vida por ele, outros foram companheiros de viagens missionárias e de prisão. Na carta aos Romanos, Paulo cita, nominal e carinhosamente, 26 homens e mulheres.

- e. Delegar responsabilidades e funções aos companheiros(as): através da criação das igrejas domésticas, Paulo abre espaço para as mulheres exercerem funções de coordenação, expandindo o papel que lhes conferia a sociedade judaica e a greco-romana. (É verdade que houve uma reação posterior por parte da cultura dominante, cerceando-lhes o poder). Ele permitiu a formação, em Filipos, de uma comunidade (eklesia) só de mulheres, o que era um absurdo na cultura judaica; entregou a Tito a pacificação da difícil comunidade de Corinto e a missão de organizar uma coleta em favor dos irmãos de Jerusalém; fez de Timóteo coautor das cartas a Filémon e aos Filipenses; conferiu a Febe a função de diaconisa da comunidade de Cencreia e a Júnia o título de apóstola (“Andrônico e Júnia, meus parentes e

companheiros de prisão, apóstolos importantes, que se converteram a Cristo antes de mim” – Rm. 16, 7). Alguns autores de manuscritos mais antigos, incomodados com o título de apóstola, tentaram transformá-la em Júnio.

- f. Introdução da catequese à distância através das cartas, onde Paulo responde a dúvidas, traça orientações práticas e elabora uma teologia temática, de acordo com a necessidade de cada comunidade. Reforça assim a unidade na diversidade.
- g. Instalação de uma escola catequética, na casa de Tiranos, em Éfeso, onde ensinava diariamente, e um centro reprodutor e divulgador de suas cartas, em reforço à transmissão oral, boca a boca, da Mensagem e ao intercâmbio entre comunidades (talvez Paulo tenha morrido antes de ver este projeto funcionando).

Contudo, esta estratégia de Paulo não vai viger por muitos anos.

“No século II, os Mestres cristãos aparecem nos documentos sob diversos nomes: “presbíteros”, “anciãos”, “bispos”, “profetas”, “doutores”. São nomes provenientes da linguagem tradicional judaica. Eles indicam instrutores, conselheiros, exemplos de vida cristã. O cristianismo é, então, uma escola, um treinamento, uma catequese, após algum tempo de catequese, o cristão volta à vida profissional normal e se mistura com seus colegas de antes. O que é novo é que ele, doravante, segue uma nova orientação.” (HOORNAERT, 2016, p. 154)

- h. Assentar as bases conceituais teóricas para o Caminho transitar da cultura/linguagem rural, judaica, para a cultura/linguagem urbana, greco-romana; da tradição oral para a tradição escrita (o primeiro texto cristão preservado é de Paulo, do ano 50); do messianismo tribal, judaico, para um messianismo universal.

Alain Badiou (*1937) vê em Paulo – creio que com acerto – o fundador do universalismo. É Paulo que dá a esse universalismo sua consciência, embora, como é evidente, suas teses tenham precursores. (HINKELAMMERT, 2012, p. 8)

Paulo elaborou um marco referencial teórico da fé cristã tão próprio e sólido que muitos teólogos o consideram o maior entre eles na história do cristianismo. O amor ao próximo para Paulo não é apenas um critério moral; é um critério de racionalidade da ação humana, que se contrapõe à irracionalidade da lei e do mercado. A racionalidade destes é “sou se derroto você”, o critério apresentado por Paulo é “sou se você é”. [90](#)

Aproveitando a “logística” do império – estradas pavimentadas e rotas marítimas pacificadas, portos e frota mercante adequados, centros administrativos, como ilhas culturais, nas cidades capitais das províncias, uma língua de uso corrente (grego coiné) o cristianismo expandiu-se rapidamente e manteve-se diversificado e unido.

Constata-se alto grau de coesão e identidade de grupo, como também de intercâmbio com outras igrejas, onde o “crente” é sempre recebido como um “irmão”. Essa unidade na diversidade autorizava o bispo Inácio de Antioquia, por volta do ano 110, a falar em Igreja Católica, ou seja, Universal.

A primazia de uma determinada igreja local não abolia a consciência da comunhão universal na fé. O “novo povo” (1 Pd. 2, 9) dos cristãos considerava-se inicialmente como consumação de Israel, mas ultrapassou conscientemente todo limite de nacionalidade. Também o discurso sobre os cristãos como a “terceira espécie” (ao lado dos gregos e dos judeus), fundada pela natureza espiritual de seu culto, expressava a pretensão de universalidade. (STOCKMEIER;BAUER, citados por LENZENWEGER, 2013, p. 17)

As divergências doutrinárias e litúrgicas, como a data da Páscoa, forçaram as igrejas a buscar novos mecanismos de entendimento e decisão colegiados: surgem os encontros regionais. Em meados do século III, sínodos foram realizados no Norte da África, com cerca de 100 participantes, entre os quais 70 bispos. Estes sínodos regionais geraram mais tarde os Concílios Ecumênicos para tratar da unidade universal.

18. Modo de vida e o cotidiano das comunidades cristãs primitivas

Os primeiros seguidores de Jesus não eram cristãos, mas judeus. Não porque a expressão só tenha surgido, de fora para dentro, 15 ou 20 anos após a morte de Jesus. Paulo, que viveu durante algum tempo em Antioquia da Síria – onde pela primeira vez aparece o nome “cristão” – não conheceu o termo ou não o assumiu. O que se quer destacar é que a primeira geração de seguidores do Caminho, ou discípulos de Jesus, eram integralmente judeus: tinham o mesmo modo de vida, os mesmos hábitos sociais, civis e religiosos, as mesmas Escrituras Sagradas, as mesmas crenças, com algumas divergências, que vão se afirmando aos poucos.

A nova fé, que tem por centro Jesus, sua vida e mensagem, surge e se expressa em uma matriz de modelo social muito enraizada: o judaísmo. Este modelo, em termos de modo de vida, era muito rígido; os judeus viviam, na diáspora, em bairros apartados, uma vez que não recebiam estrangeiros em suas casas e não comiam com eles, por suas exigências religiosas com relação à pureza e à alimentação.

Com relação às interpretações doutrinárias – principal divergência em relação aos “nazareus” – os judeus eram bastante tolerantes, haja vista a longa convivência de fariseus e saduceus, para não falar dos essênios.

Aqueles que acreditavam na messianidade e na ressurreição de Jesus eram, para os demais judeus, os “nazareus”, uma entre muitas seitas então

existentes. Eles próprios não se consideravam membros de uma nova religião.

O primeiro conflito da comunidade cristã de Jerusalém com as autoridades judaicas, narrado em Atos, tem como causa a grave acusação de Estêvão contra os membros do Sinédrio (“traidores e assassinos”) e, como consequência, a morte de Estêvão e a expulsão exclusivamente dos helenistas. Os adeptos de Jesus que seguiam a Lei não foram prejudicados.

Os hábitos religiosos dos judeus, cristãos ou não, eram, basicamente, os mesmos: oração três vezes ao dia, voltados para Jerusalém – mesmo depois de sua destruição – leitura da Torá nas sinagogas, a observância do sábado e dos demais preceitos previstos na Lei de Moisés e a comemoração das festas do povo escolhido de Deus.

As maiores divergências começam a aparecer quando surgem as conversões de gentios; pessoas de contextos socioculturais os mais diversos, dentro de um ambiente greco-romano, e em alguns casos, bastante homogêneo, como era o da bacia do Mediterrâneo, onde as comunidades cristãs se expandiram rapidamente.

Vinte anos após a morte de Jesus, no ano 49, na reunião em Jerusalém – que passou a ser caracterizada como o Primeiro Concílio da nova “seita” – os não judeus convertidos foram dispensados de exigências fundamentais das Escrituras Sagradas do judaísmo. Ao favorecer, cultural e religiosamente, a conversão dos “tementes a Deus” e demais gentios, o Caminho se tornou mais aceitável para todos os cidadãos do Império Romano.

Ao desprender-se progressivamente do modo de vida dos judeus, os seguidores do Caminho se integram cada vez mais no ambiente greco-romano. É verdade, como diz Potestá, que “até a metade do século II as Igrejas permanecem intimamente imbuídas de tradições doutrinárias,

literárias e morais judaicas. Ao mesmo tempo dão prova de crenças e interpretações divergentes e conflitantes com relação a elas e começam a delinear estilos de vida e comportamentos característicos dos cristãos”. Por volta do ano 110, Inácio, bispo de Antioquia, em carta aos cristãos de Magnésia, lembra aos fiéis que a práxis do cristianismo não era a mesma do judaísmo. Donde se vê a busca da afirmação dos costumes cristãos e de sua origem judaica.

A *Didaqué*, ou Doutrina dos Doze Apóstolos – “o mais antigo compêndio subsistente de diretrizes da Igreja cristã, composto em algum momento ao longo do século II, mas incluindo materiais preciosos do século I, muito provavelmente das primeiras igrejas da Síria” (CAVALCANTE, 2007, p. 108; KOESTLER, 2005, p.174) – propõe para os cristãos uma catequese de princípios básicos da doutrina cristã. O “caminho da vida” recomenda: “Não faça a outro nada que você não quer que façam a você [...]. Busca a perfeição evangélica do amor de Deus e do próximo: esmolas, comunhão de bens, fraternidade, ausência de inveja, respeito para com os mestres da fé”.

O “caminho da morte” é um catálogo de vícios. “É mau e cheio de maldições: homicídios, adultérios, paixões, fornicações, roubos, idolatrias, práticas mágicas, rapinas, falsos testemunhos, hipocrisias, duplicidade de coração, fraude, orgulho, maldade, arrogância, avareza, conversa obscena, ciúme, insolência, altivez, ostentação e ausência de temor de Deus” (HINSON; SIEPIERSKI, 2010, p. 97) e “a falta de caridade para com os pobres” (LENZENWEGER, 2013, p. 27). Embora a *Didaqué* seja dirigida à formação de catecúmenos (iniciantes na fé cristã), lembra o tipo de instrução que era passada para os prosélitos nas sinagogas.

“O cristianismo entre 100 e 200 d.C. se articula em torno de Mestres livremente escolhidos. A história dos mais conhecidos Mestres do século II, como

Hermas (de Roma), Valentino (do Egito), Marcião (do norte da Capadócia), Taciano (da Mesopotânea), Justino (da Palestina) e Montano (da Frigia na Ásia Menor) revelam uma interação entre os colégios de Mestres cristãos e o universo dos imigrantes orientais nas grandes cidades do império romano.” (HOORNAERT, 2016, p. 155)

No meio do caminho cronológico que vai do surgimento das primeiras comunidades dos seguidores de Jesus à ascensão do cristianismo à condição de religião oficial do império, surgem fatos que irão balizar, por muito tempo, o modo de vida dos cristãos no Império Romano. Eles representam a consolidação de tendências anteriores que irão direcionar e permear o caminho da Igreja por muitos séculos.

Observam-se em meados do século II os seguintes fatos:

- os cristãos gentios passam a ser maioria. É de Justino (100-160), professor de filosofia em Éfeso e Roma, a afirmação: “Já há mais convertidos provenientes dos cultos pagãos do que convertidos judeus e samaritanos”.

Deslocado o centro de gravidade do cristianismo do mundo judaico para o mundo greco-romano, os cristãos se veem mergulhados num meio tolerante às religiões, mas carregado de preconceitos em relação a esse estranho grupo acusado de ateísmo, superstição irracional, mau comportamento ético e de oposição geral ao Estado e à sociedade.

No decorrer do século II a polêmica vulgar contra os cristãos passou para o domínio literário; surgiram panfletos em que os autores pagãos, do alto de sua consciência cultural helenista, apresentavam sua crítica. Luciano de Samósata, numa sátira, tenta ridicularizar os cristãos. O filósofo Celso escreve um livro contra os cristãos.

“A difamação social, moral e intelectual caracteriza o espectro da propaganda pagã [...] e desemboca na denúncia de ateísmo e irreligiosidade. Para os romanos tal acusação era muito pesada, porque na mentalidade do paganismo antigo o bem público dependia do culto aos deuses”. Neste ambiente hostil, os cristãos têm que “competir” em virtudes com os não cristãos e rebater, através de seus intelectuais, as acusações vulgares e eruditas;

- o declínio dos movimentos proféticos, que são tratados com desconfiança tanto na **Didaqué**, quanto em Pastor de Hermas – dois documentos da época fundamentais sobre comportamentos desejáveis dos cristãos.

“Em Roma, os cristãos seguem o modo de vida das colônias judaicas, mantêm uma grande coesão interna, baseiam-se sobretudo nos quadros familiares, praticam a esmola, o jejum, a oração, as ceias, as festas. São facilmente identificáveis pelos imigrantes orientais.” (HOORNAERT, 2002, p. 39)

- as expectativas escatológicas começam a se diferenciar, em função da demora da esperada parusia e na necessidade dos cristãos se posicionarem na história. Justino espera que Jesus volte um dia para instalar seu reino numa Jerusalém reconstruída. Hipólito “calcula” que a **parusia** irá demorar cerca de trezentos anos. Irineu mantém a expectativa do reino de Deus terreno, depois da vinda do Anticristo. (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 45)
- Irineu (130-202) nada disse quanto à vinda iminente de Cristo. Os cristãos haviam começado a convencer-se de que a

consumação final podia ser adiada indefinidamente, e sistematizaram a sua fé em termos de dois adventos de Cristo, considerando o presente como intervalo entre eles. (DAVIES, 1967, p. 140)

Entre os séculos II e III, o cristianismo estava ainda amplamente entranhado de expectativas do fim, às vezes espasmódicas, cujas características se percebem pelas críticas dos adversários (THEISSEN, 1987, p. 64). Tanto no âmbito dos lares cristãos como na relação destes com os bispos e presbíteros, a Igreja vive um período de “patriarcalismo amoroso”,⁹¹ suavizando as relações sociais autoritárias dominantes no lar e na sociedade. Desenvolveu-se igualmente “até mesmo um etos de uma acentuada lealdade ao Estado”. (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 46)

- a consolidação da estrutura episcopal monárquica, cuja tríade “bispo-presbítero-diácono” é defendida por Inácio de Antioquia, desde o ano 108.

Realizou-se nos últimos 30 anos do século II uma verticalização das comunidades. O estabelecimento do governo monárquico do bispo não pode ser, portanto, considerado resultado de um processo quase natural de superação do regime de assembleia. Ele se delineia como escolha lucidamente feita ao longo da diretriz Ásia Menor-Roma, provavelmente também para se opor à autoridade de profetas e teólogos (gnósticos) que pretendiam que somente os próprios carismas e as próprias visões abrissem aos discípulos percursos de salvação;

- a Igreja de Roma passa a representar uma das comunidades de maior importância, para onde convergem alguns dos cristãos

intelectualmente mais significativos da época, como Justino, Valentino e Marcião, filho de um bispo do Ponto.

No início do século III as igrejas mais importantes são: Roma, Alexandria, Antioquia, Cartago e Lyon. Em 251, segundo o historiador Eusébio de Cesareia, “a Igreja de Roma mantinha, com a oferta dos fiéis, 154 membros do clero (bispos, presbíteros, diáconos) e 1.500 viúvas, órfãos e pobres. O número de pobres era superior ao dos membros de qualquer outra associação cidadina”. (BONNEAU, 2003, p.X X)

- o surgimento do montanismo como reação carismática contra a acomodação e afrouxamento dos costumes, rigidez na hierarquização da Igreja, redução do espaço das mulheres. O montanismo cativou pessoas da envergadura de Tertuliano (166-220).

Para G. Friedrich, “o montanismo foi a última grande cristalização da profecia na Igreja. Quando ele foi enfrentado e vencido, a função institucional obteve uma vitória decisiva sobre o carisma”. (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 41)

- o início da preocupação com o estabelecimento de um cânon cristão das Escrituras, uma vez que circulavam, por essa época, vários evangelhos, hoje chamados de apócrifos, que, com o nome dos apóstolos, propagavam doutrinas duvidosas e narrativas fantasiosas da vida de Jesus.

Pondo a questão de um cânon bíblico próprio dos cristãos, Marcião abre uma fase nova na progressiva aquisição por parte do cristianismo de um perfil autônomo em relação ao judaísmo.⁹²

Consumada a ruptura entre as comunidades judaicas e cristãs – doravante duas religiões –, rapidamente os cristãos manifestam a pretensão de substituir, pura e simplesmente, os judeus na história da salvação.

Marcião, por volta de 140, propõe abandonar a Bíblia hebraica. Justino, por volta de 150, escreve: “A raça israelita verdadeira, espiritual, a de Judá, de Jacó, de Isaac e de Abraão [...] somos nós, nós que este Cristo crucificado conduziu a Deus [...]” (MEUNIER, 2005, p. 15).

- a superação no plano doutrinal das tendências gnósticas “graças à parcial e eficaz recuperação delas realizadas por dois mestres alexandrinos entre o fim do século II e a metade do século III. Polemizando com autores gnósticos, Clemente e Orígenes reinterpretaram boa parte daquele horizonte doutrinal no qual eles mesmos tinham se formado. (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 46)

É desta época a Carta a Diogneto, de autor desconhecido, provavelmente de Alexandria, que descreve o modo de vida dos cristãos:

“[...] eles não se diferenciam dos outros homens nem por território, nem por língua, nem por vestimentas [...]. Habitando nas cidades gregas e bárbaras, como cabe a cada um, e conforme os usos locais no que se refere ao vestuário, à alimentação e ao resto da vida cotidiana, mostram, na opinião de todos, o caráter admirável e extraordinário de seu sistema de vida [...]. Obedecem às leis estabelecidas e com sua vida superam as leis [...]. Os cristãos, estando no mundo são visíveis, mas o culto que dirigem a Deus permanece invisível [...]. Os cristãos se casam como todo mundo. Têm filhos, mas não abandonam seus recém-nascidos.” (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 32)

Uma das novidades do Evangelho era a de ensinar a igualdade do homem e da mulher, a grandeza da virgindade e a dignidade e

indissolubilidade do matrimônio. Indissolubilidade e fidelidade, restabelecidas, especialmente no tocante ao marido, pareciam exigências inauditas. (HAMMAN, 1997, p. 55)

Algumas consequências da doutrina e da prática cristã não demoraram a aparecer: “quase a metade (48%) das mulheres cristãs não se casava antes dos dezoito anos de idade, em comparação com pouco mais de um terço (37%) das pagãs”; com a postergação do casamento entre cristãos e a proibição de abortos e infanticídios, reduziu-se a taxa de mortalidade⁹³ e aumentaram a expectativa de vida⁹⁴ e de fertilidade entre as mulheres cristãs, contribuindo para o crescimento absoluto e relativo do cristianismo. “Quando se casava de novo, a viúva pagã perdia toda sua herança, que se tornava propriedade do segundo marido. Entre os cristãos não só as viúvas abastadas eram capazes de manter os bens de seus maridos, como também a Igreja se prontificava a amparar as viúvas pobres”. “A mulher cristã desfrutava de segurança e igualdade conjugal bem maiores que as de sua congênere pagã; conseqüentemente, de **status** e de poder consideravelmente maiores”. (STARK, 2006, p. 120; 122)

O aborto era frequente em todas as classes da sociedade, no Egito, como em Roma. A exposição das crianças não era flagelo menor. O abandono das crianças era prática não só corriqueira como também legalmente justificada e defendida pelos filósofos. Tanto Platão como Aristóteles recomendavam o infanticídio como política legítima de Estado (STARK, 2006, p. 134). No tempo de Marco Aurélio (161-180), a patrícia que desposasse um plebeu perdia seu título de claríssima (“ilustríssima”). Por isso viam-se moças aristocratas vivendo em concubinato com libertos e até com escravos para não perderem seu título.

Tertuliano exortava vivamente a jovem cristã a preferir a nobreza da fé à nobreza do sangue. O Papa Calisto (217-222) manifestou-se mais

compreensivo com essas situações, reconhecendo como legítimos, no foro interno, esses casamentos contraídos mais ou menos na clandestinidade.

Hipólito, o maior teólogo da época, em Roma, escandalizado, recrimina o papa, dizendo:

“Às mulheres sem marido e na força da idade, ardendo de amor por um homem indigno de seu nível (isto é, de nível inferior ao seu) e não querendo sacrificar o seu, ele (o papa) permitiu como coisa lícita unir-se ao homem, escravo ou livre, que elas escolheram como companheiro de leito, e, sem serem casadas diante da lei, considerá-lo como marido.” (HAMMAN, 1997, (97-197, p. 57)

Como se vê, eram novas e complexas as situações vividas pelo cristianismo numa sociedade sem o marco regulatório da Lei de Moisés, tendo que aplicar os princípios gerais da Boa-Nova – como a igualdade entre homem e mulher, entre senhor e escravo, o desapego do dinheiro e do poder, o amor a Deus e ao próximo sobre todas as coisas – às situações concretas de uma nova sociedade que também prezava e zelava pelos seus bons costumes.

“Entre os ex-escravos que se tornaram bispos de Roma temos Pio, o décimo bispo (139-154) e Calixto (217-222)” (HINSON; SIEPIERSKI, 2010, p. 99).

Pondera o sociólogo e doutor em teologia Gerd Theissen:

“Não obstante se tenham originado de um movimento dissidente de animados andarilhos carismáticos, com um etos radical, esses grupos (os cristãos), em tempo relativamente curto, tinham se tornado independentes de suas origens, desenvolvendo-se num etos muito mais moderado. Mas também nesse etos moderado, a radicalidade original continuava a produzir seus efeitos.” (THEISSEN, 1987, p. 163)

19. Rituais nas comunidades primitivas

“Grande e crescente número de cientistas sociais definem o ritual como sendo uma forma de comunicação. Ele não só inclui certos padrões de linguagem; ele próprio é uma espécie de discurso, de palavra [...] ritual é ação simbólica, representando o que a sociedade (ou um grupo social) considera ser de primordial importância, ou até a estrutura da sociedade (ou do grupo)”. (MEEKS, 2011, p. 295)

Há consenso entre os estudiosos de que os rituais mais antigos que nasceram e se enraizaram nas comunidades cristãs primitivas, ainda em ambiente judaico, foram a Eucaristia e o Batismo.⁹⁵ Outros rituais tentaram se impor e não vingaram. Como assinala Theissen, “em Corinto havia esforços no sentido de transformar a glossolalia (falar línguas estranhas) em ritual de iniciação decisivo. E, no Evangelho de João, é visível a tendência de aprofundar a Eucaristia por meio do lava-pés quando não até mesmo substituí-la” (THEISSEN, 2009, p. 173). Não vingaram porque não tinham as raízes profundas que costumam sustentar os ritos.

Batismo e Eucaristia ligavam-se entre si e ambos tinham fortes ligações com a vida, morte e ressurreição de Jesus. A Eucaristia surgiu do costume de Jesus de comer com todos que o seguiam. Na memória destes, a última refeição coletiva está relacionada com a morte de Jesus, a qual substitui, por outro lado, os sacrifícios antigos. O Batismo, desde sua origem em João Batista, traz consigo o sentido de iniciação, de acesso ao reino de Deus.

“Nenhum desses sacramentos remontava a uma pré-história antiquíssima (tão comum aos rituais religiosos), mas à uma recente história: o batismo remetia a João batista, a eucaristia a Jesus. Nenhum deles se legitimava como tradição, mas como inovação. Ambos assumiam um novo significado pela relação com a morte de Jesus.” (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 431)

Os homens e mulheres que acompanharam Jesus de Nazaré em sua missão peregrina de anunciar e tornar realidade, embrionariamente, o reino de Deus, certamente não se esqueciam das refeições compartilhadas em alegria e simplicidade. Naquele momento, mais que em qualquer outro, todos se sentiam irmãos. Cada um colocava tudo – às vezes tão pouco – que trouxera ou ganhara pelo caminho para compartilhar com todos. Era também o momento de alegre confraternização e de se verificar do que cada um precisava. Esta comensalidade de Jesus de Nazaré tornou-se mais forte com a recordação da última ceia, relacionando-a inevitavelmente com a morte de Jesus.

Após a ressurreição, convencidos de que ele estava vivo entre eles, os discípulos foram criando comunidades em diferentes lugares. Cada uma compartilhando suas lembranças, vivenciando novas formas de relacionamento e, provavelmente, revivendo e repetindo gestos de “repartir o pão”, em alegre fraternidade.

“Se, desde o início, o movimento cristão tem algo que o distingue da sinagoga é a centralidade da mesa. Enquanto a sinagoga permanece centrada na leitura, na palavra, o centro do cristianismo é a mesa, ou seja, o ágape, ceia fraternal e festa de amor precedida da eucaristia (ação de graça), as pessoas agradecem o dom da nova fraternidade cristã. Mas este tipo de ceia se torna impraticável com o acesso de muita gente.” (HOORNAERT, 2002, p. 77)

“Há dois momentos que qualificam a reunião cristã, na igreja primitiva: a refeição e a palavra. Note-se a sua sucessão, já que temos ter cuidado para não trocá-los... “refeição comum” e depois o momento da bebida, consistindo em beber vinho misturado com água, normalmente em uma proporção de 1/3.

A refeição propriamente dita, provavelmente aberta pela consumação do pão abençoado/consagrado”. (PENNA,2020, p. 245,247)

É mais provável que se tenha surgido simultaneamente e em vários lugares o costume de refeições coletivas, quando o “repartir do pão” e o compartilhar o vinho eram acompanhados de orações, cânticos, recordações, exortações e outras manifestações espontâneas.

“A tradição mais antiga sobre essa refeição em comum está citada na Primeira Carta aos Coríntios (1 Cor. 11, 23-26) – uma tradição que relaciona explicitamente essa prática com a história do sofrimento e morte de Jesus.” (KOESTLER, 2005, p.112)

Outros grupos de seguidores não se referiam à paixão e morte na partilha do pão. É o caso das comunidades da Galileia e das comunidades do Evangelho dos Ditos, ou Evangelho Q.

Uma tradição diferente, observa Koester, embora igualmente antiga e talvez refletindo mais diretamente a prática da refeição de Jesus e seus seguidores, sobreviveu nas orações eucarísticas da *Didaqué*.

As diferentes tradições contêm três elementos comuns:

1. o cálice – símbolo da aliança;
2. o pão – símbolo da unidade da comunidade, da igreja, corpo de Cristo;
3. a refeição – antecipação do banquete no reino de Deus.

Nas orações da refeição na *Didaqué* há dois agradecimentos que sobressaltam: *Nós te agradecemos, nosso Pai, pela vida [...] e pela imortalidade que revelastes por intermédio de Jesus, teu servo*. Elas terminam com a exclamação: “Venha tua graça e passe este mundo. *Maranata!* Vem, Nosso Senhor!”

“A religião cristã primitiva – observa o sociólogo Gerd Theissen – oferece uma oportunidade única para se estudar [...] uma vigorosa transformação da linguagem ritual tradicional: naquele tempo, os sacrifícios foram substituídos por uma nova linguagem ritual – no judaísmo, em algumas correntes filosóficas e no cristianismo. Por razões muito diferentes, nesses três campos, chegou-se à eliminação do culto sacrificial.” (THEISSEN, 2009, p.171)

À medida que as comunidades se expandem geográfica e culturalmente, incorporam irmãos que não vivenciaram a experiência original da “partilha do pão”. Começam, então, a surgir problemas, como se vê na Primeira Carta de Paulo aos Coríntios (anos 54-55): “o que vocês fazem não é comer a Ceia do Senhor, porque cada um se apressa em comer sua própria ceia. E enquanto um passa fome, o outro fica embriagado” (1 Cor. 11; 20-21).

“Bem depressa experiências desse gênero levaram a separar a Ceia do Senhor do banquete normal e, ao mesmo tempo, aceleraram a formação de uma estrutura litúrgica específica.” (RATZINGER/Bento XVI, 2012, p. 131)

A estruturação do dia do culto ganha força e forma própria na medida em que as comunidades cristãs se distanciam das sinagogas, tradicionalmente local de culto, oração e instrução. A assembleia cristã e depois as igrejas/edifícios substituem o papel sociorreligioso desempenhado pelas sinagogas.

“No Apocalipse aparece pela primeira vez a expressão “Dia do Senhor” para designar o domingo. No fim do século I, a tradição já está claramente fixada, quando, por exemplo, a Didaché (pelo ano 100), como se de uma coisa totalmente óbvia se tratasse, afirma: “No dia do Senhor reuni-vos, parti o pão e dai graças, depois de ter confessado os pecados”. Assim, no início do século II, a formação do culto cristão, nos seus componentes essenciais, estava concluída”. (RATZINGER/Bento XVI, 2012, p. 134)

A evolução posterior do ritual relativo à Eucaristia se conforma à observação geral de Burkhard Gladigow sobre rituais:

“[...] a crescente complexidade dos ritos está intimamente ligada à profissionalização da religião: eles são realizados por profissionais da religião – e, em contrapartida, eles legitimam tais especialistas porque somente eles sabem como um rito é realizado “convenientemente”. Contudo, a isso se liga também como motivo autônomo para o aperfeiçoamento do culto uma alegria estética.” (GLADIGOW em THEISSEN, 2009, p.178)

O que não impediu – dado o grande prestígio de certas comunidades fundadas por um dos apóstolos – evoluções diferentes na celebração da Eucaristia.

No século II, em Roma, existiam para a população móvel e dispersa vários lugares de culto presididos por sacerdotes.

- No Novo testamento, o termo “sacerdote” (Hb. 5, 6;7, 24) era reservado a Jesus Cristo e aos fiéis no sentido de um sacerdócio coletivo. Essa posição foi abandonada e o título de “sacerdote” foi aplicado não no sentido metafórico, mas literal, ao bispo ou ao presbítero, como presidente da celebração eucarística. Por causa de sua função no culto, ele se atribuiu qualidade sacerdotal, marcando um afastamento entre ele e o povo na Igreja. (TERTULIANO citado por LENZENWEGER, 2013, p. 21)
- Com o conceito de *koinomia-comunio* (comunhão), que originariamente expressava a união com Cristo daqueles que nele creem, designava-se a união dos fiéis, cujo centro era a Eucaristia. Em contrapartida, excluir da Eucaristia, ou seja, a excomunhão, marcava o rompimento com um pecador ou um herege. (LENZENWEGER, 2013, p. 17)

O batismo de João, narrado nos Evangelhos, não era usual entre os judeus. Era um gesto novo, um chamado à conversão e um anúncio escatológico, do tempo em que Deus enviará alguém que “batizará vocês com o Espírito Santo”. (Mc. 1,8) Jesus se fez batizar por João, mas não assumiu a prática do batismo.

Não sabemos quando as comunidades dos seguidores de Jesus retomam o batismo. Ao que parece, a prática é retomada simultaneamente entre os discípulos de João e de Jesus. O primeiro registro do batismo encontra-se, igualmente, na Primeira Carta de Paulo aos Coríntios, onde o verbo *batizar* e o substantivo *batismo* são empregados várias vezes. Também na Carta aos Romanos, escrita no ano 56.

O significado do batismo nas palavras de Paulo é quase uma descrição do rito: o batizado em sua relação com Cristo é mergulhado na morte: “somos sepultados com ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim nós vivamos vida nova”. O cristão e toda a comunidade, pelo batismo, estão ressuscitados em Cristo. Este é o fundamento da ética paulina, tornar-se o que já é: um novo homem.

O batismo para Paulo “corresponde sempre à fase da morte no itinerário cristão, sendo a ressurreição do crente, pela fé, (a vida) pós-batismal”. A unção, que desempenharia papel importante nas liturgias batismais posteriores, só é mencionada uma vez nas cartas paulinas. O dom do Espírito Santo nelas mencionado não indica como esse dom era simbolizado.

“O centro da vida das comunidades era a reunião cultual, em que cada fiel se sentia unido com os demais. A ela tinha-se acesso [...] pelo batismo (imersão) em água corrente, ou em caso de necessidade por uma tríplice aspersão. Com

orações e jejum, a comunidade acompanhava essa iniciação e a comunhão com o neófito era selada pela celebração eucarística.” (QUESNEL, 2004, p. 106)

“O nível ético do batizado, conforme a Didaqué o descreve segundo o exemplo judaico, tinha de corresponder à pretensão de ser “santo”, pois cumpria “guardar o batismo puro e imaculado”. A reforçada eticização da mensagem cristã, sob influência também de critérios estoicos, aparece assim como a sequela do renascimento operado pelo batismo.” (LENZENWEGER, 2013, p. 16)

“No século II, o catecumenato comporta três etapas: aquela durante a qual os audientes são instruídos na vida cristã e exercitam praticando-a. A preparação imediata dos eleitos; por fim, o batismo por tripla imersão, precedido por exorcismos, por uma longa vigília e seguido pela imposição de mãos, verdadeiro sacramento (confirmação)”. (PIERRARD, 2012, p. 30)

Há numerosos indícios para afirmar que a melodia e o canto normalmente eram partes das reuniões cristãs. A primeira descrição completa do rito cristão do batismo encontra-se na obra de Hipólito, escrita por volta do ano 220: a Tradição Apostólica. Deste culto e eloquente escritor romano – o último a escrever em grego, em Roma –, temos a mais antiga constituição eclesiástica preservada, onde se lê:

“Os catecúmenos devem escutar a Palavra por três anos. Se algum deles for dedicado e atencioso, não lhe será considerado o tempo; somente o seu caráter, e nada mais será julgado.

Os batizandos: escolhidos aqueles que receberão o batismo, examinar-se-á suas vidas: se viveram com dignidade durante o catecumenato, se honraram as viúvas, se visitaram os doentes, se praticaram apenas boas obras.

O batismo; ao cantar do galo, rezar-se-á primeiro sobre as águas. Deve ser água corrente, na fonte ou caindo do alto, exceto em caso de necessidade: se a dificuldade persistir ou se tratar de caso de urgência, deve-se usar a água que encontrar. Os batizandos se despirão e serão batizados, primeiro as crianças,

depois os homens e por último as mulheres, que deverão estar de cabelos soltos e sem os enfeites de ouro e prata que levaram (o diácono, colocando as mãos sobre a cabeça do batizando, mergulha-o na água por três vezes). Depois de subir da água, (o batizado) será unguído com o óleo santificado pelo presbítero, que dirá: Unjo-te com o óleo santo em nome de Jesus Cristo. Após isso, cada um se enxugará e se vestirá, entrando, a seguir, na igreja.”

“O desenvolvimento da prática do batismo infantil, acelerada por pais ansiosos por ver seus filhos se tornarem cristãos, produziu uma mudança marcante na educação cristã”. (HINSON; SIEPERSKI, 2010, p. 33)

“O papel que a circuncisão representa no judaísmo – sinal de identidade e pertença – o batismo o representa, doravante, no interior deste grupo que assumiu sua autonomia em relação ao judaísmo que o fez surgir, e que merece o nome de cristianismo.” (QUESNEL, 2004, p.107)

“A mais antiga igreja conservada é a de Dura Europos, na atual Síria. Funcionou como casa de oração cristã entre os anos 233 e 256. É uma casa como as outras, situada na esquina. A Igreja tem uma sala grande de reuniões, uma sala para ágape e um batistério. É de se notar que o lugar do culto é voltado para o levante (lá de onde Abraão saíra). Em um dos lados havia uma pequena plataforma e nela a cátedra do bispo, o que corresponde às diretrizes da Didascália.” (HAMANN, 1997 (97-197), p.180)

20. O século III na história do cristianismo

O século III revelou-se um momento decisivo na história da Igreja, pois consumou a separação, agora definitiva, entre cristianismo e judaísmo. De agora em diante ela estará totalmente exposta à cultura helenística e ao mundo romano; buscará formas de aculturação, acomodando-se ao novo locus. (CAVALCANTE, 2007, 174)

Eusébio de Cesareia (265 a 339), pesquisador erudito e rigoroso, legou-nos em sua História Eclesiástica as informações mais relevantes sobre “a história da Igreja desde os apóstolos” até Constantino, em 324.

Ocorrem neste período cinco grandes acontecimentos:

- no mundo grego assiste-se a um renascimento filosófico que terá como representantes Plotino, entre os pagãos; e Orígenes, entre os cristãos; os dois pensadores marcarão os séculos seguintes;
- no mundo latino, o cristianismo conhece extraordinária expansão territorial e cultural e diferencia-se do cristianismo oriental;
- entre as modificações culturais destacam-se, pelas consequências organizacional, social e teológica, a sacerdotização da função do bispo e a seguir a do presbítero;
- surgimento de movimentos ascéticos: eremitismo e monaquismo;
- início das perseguições sistemáticas do império à religião cristã.

20.1 Renascimento filosófico

Orígenes nasceu em 185, em Alexandria, em uma família cristã egípcia. Teve como mestre Clemente de Alexandria. Foi aluno de Amônio Sacas, fundador do neoplatonismo e mestre de Plotino. Dirigiu a escola catequética de Alexandria e fundou e dirigiu a Escola de Cesareia, cuja biblioteca, enriquecida por Pânfilo, tinha mais de 30.000 manuscritos. Seu grande tesouro era a monumental obra de Orígenes, a *Hexapla*, edição crítica de todo o Antigo Testamento em seis colunas (texto hebraico em caracteres hebraicos, texto hebraico em caracteres gregos, tradução grega de Áquila, tradução grega de Símaco, tradução grega dos Setenta, tradução

grega de Teodocião), escrita de 212 a 245. Uma obra de 6.500 páginas, cujo único exemplar perdeu-se no ano de 638, à época da conquista árabe. Segundo Jerônimo (347-420 – tradutor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim, a *Vulgata*, editada em 400), Orígenes teria escrito 2.000 obras. Ele enumera 800 e Epifânio (310-403) fala de 6.000. Das suas homilias, centenas chegaram até nós.

Orígenes distingue três níveis de leituras das Escrituras: 1) o literal; 2) o moral; 3) o espiritual, sendo este o mais importante e mais difícil. Cada um desses níveis indica um estado de consciência e amadurecimento espiritual e psicológico.

“Para Orígenes, a questão fundamental do homem é assemelhar-se o mais possível a Deus. E, para conseguir esse objetivo, faz-se necessário que a graça de Deus se some aos esforços humanos nesse caminho ascensional em direção a Deus. O caminho ideal para a perfeição é a imitação de Cristo.” (CAVALCANTE, 2007, 189)

Além de seus trabalhos teológicos, Orígenes dedicou-se ao estudo e à discussão da filosofia, em especial de Platão e dos filósofos estoicos. Ele morreu em Tiro, Líbano, em 254. Quasten o considera “o maior erudito da Igreja antiga”.

Plotino nasceu em Nicópolis, Alto Egito, em 205. Aos 22 anos, em Alexandria, como discípulo de Amônio Sacas, converteu-se à filosofia neoplatônica que, à semelhança dos estoicos, era uma escola de vida espiritual. “Sua obra possui uma tônica de misticismo, que é novo; sente-se aí, como até então não se sentia ainda, o desejo e o esforço de uma alma que quer se encontrar e ao mesmo tempo se perder no Uno universal e inefável”.

Plotino não escreveu tanto quanto Orígenes, mas exerceu, por sua espiritualidade, grande influência sobre pagãos e cristãos.

20.2 Expansão

O cristianismo do século III, segundo Marksches, “cresceu numa rapidez exorbitante”, o que é incompatível com o imaginário popular de um cristianismo retraído se escondendo em catacumbas, mesmo porque as perseguições sistemáticas só ocorrem a partir do ano 250.

“A proporção cristã da população era substancialmente mais elevada nas cidades do que nas áreas rurais naquela época – razão pela qual o termo paganus, ou camponês, veio a fazer referência aos não cristãos (pagãos)”. (STARK, 2006, p. 20)

Tanto no Oriente quanto no Ocidente, a Igreja expande-se visivelmente nos últimos anos do século III, a partir de um sistema hierárquico bem desenvolvido, com grande influência dos episcopados de Roma, Alexandria, Antioquia e Cartago.

Com a divisão, no século III, do Império Romano em províncias, o bispo da capital da província passou a ter papel de destaque; os bispos de comunidades menores se subordinavam a ele. Registram-se nessa época os primeiros sínodos (reuniões) e concílios regionais em Cartago (218/222), em Alexandria (232), na Itália (250-251) e em Antioquia (268). “Possuímos inclusive as atas de um Sínodo de Cartago, realizado no outono de 256 d.C., que remontam a anotações estenográficas e demonstram que naquele encontro, quanto às questões em discussão, seguiam-se os padrões gerais de reuniões das demais organizações da província e do império”. (STARK, 2006, p. 24)

O bispo de Alexandria ordenava os bispos do Egito e reivindicava para si o direito de destituí-los; reunia e presidia os sínodos da região.

Ao longo dos últimos anos do século III, a sede episcopal de Antioquia – sem dúvida alguma uma fundação apostólica – atingiu seu pleno

reconhecimento. Como se vê, a Igreja do século III encontra-se estruturada e articulada, bem diferente do “cristianismo primitivo com aparência de uma enorme disseminação de congregações locais, cada uma com sua vida à parte, sua própria estrutura constitucional e seus próprios oficiais, recebendo cada uma a designação de ‘igreja’” (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 69). Essa organização ajuda a entender a expansão da Igreja.

“O Papa Cornélio (251-153), em carta ao bispo de Antioquia, informa que a Igreja romana compreende 46 presbíteros, 7 diáconos, 7 subdiáconos, 42 acólitos, 52 exorcistas (chama atenção o número de exorcistas, maior que o de presbíteros), leitores e hostiários, mais de 1.500 viúvas e indigentes oficialmente assistidos” (KELLY, 1994, p. 142). Os estudiosos calculam que Roma tinha então mais de 30.000 cristãos, os quais sustentavam seus ministros religiosos.

“Em 280, Tirídates III, rei da Armênia, converteu-se ao cristianismo, iniciando-se assim a cristianização de um amplo reinado, já fora do âmbito do império Romano” (PIERINI, 1998, p. 99).

“No século III começa a manifestar-se uma acentuada divergência entre o pensamento oriental e ocidental acerca da questão do homem e da revelação” (PIERINI, 1998, p. 99). Sobre o relato do pecado original, registrado no Gênesis, Orígenes lhe atribui um sentido de mito cósmico, enquanto os teólogos ocidentais, Irineu, Tertuliano e Clemente, consideram-no um relato histórico.

Graças sobretudo aos teólogos Tertuliano de Cartago (160-220) e Hipólito de Roma (170-236) – o maior teólogo do século III –, o Ocidente foi mais rápido no desenvolvimento de uma cristologia mais amadurecida.

A questão central na cristologia era como entender que Jesus é uma pessoa, ao mesmo tempo Deus e homem. “Lado a lado nessa pessoa indivisível, podem-se ver divindade e humanidade, espírito divino e carne

humana, imortalidade e mortalidade, força e fraqueza”. Opondo-se às tendências alegóricas e especulativo-filosóficas da escola de Alexandria, surge no século III a escola de Antioquia, intensamente dedicada à exegese bíblica.

20.3 Sacerdotização da função do bispo e do presbítero

O regimento eclesiástico de Hipólito, por volta do ano 215, confiou ao bispo todas as funções decisivas na comunidade. A liturgia e a pregação, o poder sobre os penitentes e a direção da comunidade, tudo dependia do bispo, cuja função, daí para frente, vai caracterizar toda a organização da Igreja.

Cipriano de Cartago, por volta de 250, convencido de que a unidade da Igreja era garantida pelo bispo, escreveu: “A Igreja tem sua base nos bispos, e toda ação da Igreja é dirigida por estes seus superiores” (KELLY, 1994, p. 142). Nesse período, o bispo foi sobrecarregando-se cada vez mais de funções pastorais, administrativas, econômicas e magisteriais e cada vez tinha menos tempo e energia para funções culturais. Passou-se de uma eclesiologia de comunhão a uma outra que pôs o acento nos poderes dos ministros, preparando assim a passagem do culto comunitário para o culto ministerial, com assistência mais passiva por parte da comunidade.

Juntamente com o desenvolvimento da função cultural, deu-se também uma sacerdotização do ministro e do ministério cultural, fruto da enculturação crescente no Império Romano. O sacerdócio batismal dos cristãos foi perdendo força em favor das tarefas culturais dos presbíteros.

A teologia da ordenação, por sua vez, foi-se constituindo ao longo do século III, até cristalizar-se no século IV com o Concílio de Niceia (325), que estabelece os critérios de demarcação do ministério episcopal e presbiteral.

“Não resta dúvida, que essa evolução teológica deve ser vista no contexto da implantação do cristianismo no império, como uma religião com ritos, liturgia e ministros específicos. A enculturação desvirtuou o significado do sacerdócio cristão e amorteceu sua ruptura com o sacerdócio judaico como cargo consagrado e posto à parte, com funções de mediador.

É evidente que ocorreu uma rejeição da concepção cristã do sacerdócio, mais tarde reforçada na Idade Média por uma compreensão sacrificial da vida de Jesus, que havia pago com seu sangue o resgate dos pecados humanos.

O estreito vínculo entre bispo, presbítero e comunidade foi mantido durante os séculos III e IV na forma de escolha do bispo por todos, bem como no protagonismo crescente do clero, tanto na escolha, quanto na ausência do bispo.” (ESTRADA, 2005, p. 375; 379; 383; 387. CAVALCANTI, 2007, p. 223)

No início do século IV, “o Papa Marcelo (308-309) organizou a Igreja de Roma em 25 paróquias, nas quais presidia o presbítero por causa da ausência do bispo”. (LENZENWEGER, 2013, p. 20)

“O exercício normativo de um episcopado com abrangência “católica” somente será exercido pelo bispo de Roma Vitor I (189-197). (PENNA, 2020, p. 255)

20.4 Movimentos ascéticos

“O fenômeno do monaquismo surge na segunda metade do século III, tendo como seus primeiros representantes indivíduos solitários ou anacoretas”. Vive-se um momento político conturbado, de sincretismo religioso incentivado pelo império, de discriminações e perseguições intermitentes aos judeus e aos cristãos, o que gera intranquilidade, insegurança e medo quanto ao futuro.

A perseguição sistemática e cruel do imperador Décio (250) pode ter sido o motivo principal do surgimento do movimento, ao qual se soma o desejo de vida solitária, isolada (anacoretismo) e, pouco mais tarde, o eremitismo como opção de vida pobre e despojada de bens materiais.

Dentre os anacoretas, destacaram-se Antão (251-356) e Macário (300-391). Antão nasceu em Tebaida, Alto Egito, filho de pais abastados. Aos 20 anos (271), com a morte dos pais, distribuiu todos os bens herdados e foi viver no deserto. Sua fama de exímio pastor, grande conhecedor do deserto, homem austero, bondoso e sensato atraiu muita gente e em torno dele foram se formando colônias de ascetas. Aos 65 anos, aceitou que outros viessem morar perto dele, cada um em sua caverna, reunindo-se periodicamente, como uma comunidade, para rezarem juntos.

Impressiona até hoje o fato de Antão ter vivido em ambiente extremamente hostil, morando em cavernas (passou 20 anos sem se deixar ver por ninguém), se alimentando tão pouco, em quantidade e variedade, fazendo sacrifícios e jejuns e ter vivido 105 anos! Esse isolamento não o impediu de, por duas vezes, dirigir-se a Alexandria para atender interesses da comunidade local.

20.5 Perseguições sistemáticas

A instabilidade política, que surge após a dinastia dos Severos (193-235 d.C.), leva as constituições romanas a perderem poder e a Igreja, como principal instituição espiritual do império, a ganhar poder relativo. Com isso, ela passa a ser vista como uma ameaça à unidade do império. Nesse período, intensificam-se as incriminações contra os cristãos em diferentes localidades e a Igreja passa a ser cruelmente perseguida pelo império; como se verá no próximo capítulo.

VI

O IMPÉRIO ROMANO, OS CRISTÃOS E A IGREJA

21. Discriminações, incriminações, discriminações e perseguições não sistemáticas

A primeira geração dos seguidores de Jesus, no período designado época apostólica, dos anos 30 a 60, era composta exclusivamente de judeus da Palestina ou da diáspora. As mortes de Estêvão, judeu nascido na diáspora, no ano 36, de Tiago, filho de Zebedeu, em 43/44 e ainda de Tiago, chefe da Igreja de Jerusalém, em 62, mostram os conflitos internos, entre irmãos e a intolerância em relação à ortodoxia judaica.

Os seguidores de Jesus eram considerados e se consideravam judeus – um dos vários grupos existentes na época. Ele vai se tornando um grupo especial à medida que, coletivamente, incorpora comportamentos novos e interpretações discrepantes da Torá. E, progressivamente, vai se distanciando do judaísmo ortodoxo.

As relações do império com a religião hebraica e, por consequência, com as comunidades judaicas e cristãs, estavam bem definidas pelo reconhecimento de “*religio licita*” (religião permitida), conquistada pelo apoio dos judeus a César na campanha histórica do Egito (48-47 a.C.).

Trebilco enumera cinco privilégios para os judeus da diáspora na Ásia Menor: 1) direito à reunião na sinagoga; 2) direito de edificar prédios sinagogais; 3) direito de coletar o imposto do templo e proteção estatal para seu transporte; 4) dispensa dos serviços militares dos cidadãos

romanos entre os judeus; 5) direito de observar os sábados, as prescrições alimentares e de viver de acordo com as leis dos antepassados.

Estes direitos constituíam um fato extraordinário porque as comunidades judaicas estavam isentas da “comunhão do culto romano” e permaneciam judeus – reconhecidos como cidadãos leais. Só eram questionados quando havia conflito da comunidade judaica com a comunidade local.

Do ponto de vista dos pagãos, com os quais ainda tinham pouco contato, os cristãos eram aqueles estranhos judeus, “*peregrini*”, “*paroquoi*” (estrangeiros), que viviam separados. Tanto podiam ser discriminados, algumas vezes incriminados, por serem diferentes, como também admirados pela união, pelo apoio mútuo, pelo estilo de vida e pela fé monoteísta. Em torno das comunidades judaicas da diáspora, sempre existiram não judeus, prosélitos, ou “*tementes a Deus*”. Não há registro de ódio popular contra os judeus, a não ser a partir da guerra judaica.

Das três décadas (60 a 90) após a época apostólica, sabe-se muito pouco. Koester chama a atenção para o fato de que não sabemos um nome sequer de cristão desta época.

Entre os séculos I e II, a atitude do Império Romano em relação aos cristãos foi mais amena que se poderia fazer pensar a lenda neroniana. “No império estava presente uma imensurável variedade de cultos, permitidos desde que não perturbassem a ordem estabelecida e a autoridade imperial”. (POTESTÁ; VIAN, 2012, p. 52)

Sabemos pela Segunda Carta de Paulo aos Coríntios que ele, por três vezes, sofreu o castigo de flagelação, além de “pancadas” e prisões, consequências de tumultos públicos surgidos à sua volta ou vinculados a ele. Outras tribulações de Paulo, como a prisão por um prazo mais longo em Éfeso, devem ter ocorrido sob o pretexto de perturbação da ordem

pública devido à sua atividade propagandística. Os judeus estavam proibidos pelo império de fazer proselitismo, o que, evidentemente, se estendia aos cristãos.

É possível que os conflitos da comunidade paulina com os judeus, em Tessalônica, estivessem ligados às atividades propagandísticas da referida comunidade. A pregação dos cristãos gerava intranquilidade tanto para os judeus quanto para os pagãos, por ameaçar o pacto dos judeus com o império.

Para Lenzenweger, o “Evangelho não se defrontou de forma alguma com um vácuo religioso, antes entrou em concorrência com um sistema politeísta, cuja aceitação, por meio de sacrifícios, garantia, segundo a convicção dos romanos, o bem-estar do império (*salus publica*)”. (LENZENWEGER, 2013, p. 12)

Segundo o historiador Suetônio (69-141), o imperador Claudio, em 49, expulsou os judeus de Roma, motivado por uma agitação provocada por judeus crentes em Cristo. Para Kaufmann, “as medidas tomadas confundiram o fato de os cristãos venerarem Jesus como o ‘Cristo’, com o nome do escravo Cresto, denominando o grupo simplesmente de ‘crestianos’, ou seja, bando de escravos”. (KAUFMANN, 2012, p. 45)

No ano 64, o imperador Nero atribuiu a responsabilidade do incêndio da cidade de Roma aos cristãos “que o povo conhecia mal, tendo-os como misantropos, ateus, homens dados a ritos orgíacos. E na noite de 15 de agosto de 64, o circo de Nero, situado no local onde atualmente se ergue a Basílica de São Pedro, assiste a uma das cenas mais atroz de um reinado fértil em ignomínias: cristãos transformados em tochas vivas, iluminando os jogos e as orgias” (PIERRARD, 2012, p. 27). Supõe-se que Pedro tenha sido morto neste contexto de perseguição aos cristãos.

Tertuliano (160-220) afirma que Nero deu um instrumento jurídico à sua ação contra os cristãos, o *Institutum Neronianum*, cuja interdição essencial era: “*Non licet esse Christianos*” (Não é lícito ser cristão). Há dúvidas sobre a historicidade desse fato.

Koester afirma:

“*Não conhecemos nenhuma decisão oficial das autoridades romanas do século I em relação ao cristianismo, e não podemos supor que durante esse período membros das igrejas ou seus líderes fossem sempre perseguidos ou punidos apenas por causa de sua fé cristã. Ao que tudo indica, as prisões eram feitas com base em acusações como perturbação da ordem pública, formação de associações ilegais e secretas e recusa a oferecer sacrifícios ao imperador.*” (KOESTER, 2005, p. 356)

Por volta do ano 90, o nome dos “nazarenos” foi inserido na fórmula de maldição dos hereges, constante das orações dos judeus, o que selou a total e definitiva separação entre a religião hebraica e o cristianismo, deixando este fora dos privilégios concedidos pelo império à religião hebraica. Mas apesar disso, os cristãos viveram um período de cerca de 30 anos, de 65 a 94, sem perseguições.

Domiciano, nos fins do século I, perseguiu os judeus e cristãos, obrigando-os a encaminharem às arcas imperiais a oferta anual que antes mandavam para o Templo de Jerusalém, uma vez que esse já não existia. Estendeu esta obrigação a todas as pessoas que seguiam o modo de vida judaico, independentemente de idade. O modo de vida judaico passa a ser designado pelo conceito de *asebeia* (impiedoso) e a caracterizar um crime capital (*crimem laesae maiestatis*).

Acusados de ateísmo e de adesão ao modo de vida judaico, o imperador mandou executar seu primo Flávio Clemente e desterrar sua esposa Flávia Domicila; os dois únicos mártires romanos que conhecemos pelo nome

neste período. Para o historiador Eusébio de Cesareia (263-340), Domiciano foi o segundo imperador a perseguir os cristãos. Ele “parece ter sido o primeiro imperador a perceber que a nova fé representava uma ameaça às velhas tradições romanas”. (GONZÁLEZ, 2009, p. 59)

A situação jurídica dos cristãos junto ao império ficou indefinida até o *Rescrito de Trajano* (98-117). Respondendo a Plínio, o Jovem, Procônsul na Bitínia, que desejava saber como proceder diante da expansão numérica e geográfica dos cristãos, o imperador Trajano, no ano 112, fixou as normas de conduta dos representantes do império: os cristãos são de fato ateus. Se convictos, deve-se puni-los, mas não se deve procurá-los e devem-se deixar de lado as denúncias anônimas. Todo aquele que se arrepender deve ser libertado. Tertuliano (160-220) mostrou a iniquidade do Rescrito: “O cristão é punível não por ser culpado, mas por ser descoberto” (HAMMAN, 1997 (97-197), p. 90). Funcionários honestos, como Licínio Graciano, ficavam perplexos para justificar procedimento que lhes parecia iníquo e autorizava os magistrados a enviar jovens cristãs para o lupanar.

Como se vê, no início do século II a ênfase das acusações se deslocou no sentido de que a própria fé em Cristo passou a ser entendida como religião estrangeira corruptora dos costumes. Contudo, tenta-se evitar as perseguições em massa.

“Este Rescrito de Trajano iria fazer jurisprudência, ainda que a atitude do poder em relação aos cristãos, ao longo dos séculos II e III, careça de clareza. Os grandes Antoninos, Adriano (117- 138), Antonino Pio (138-161) e Marco Aurélio (161-180), nada fariam para agravar a legislação anticristã. Mas aqui e acolá eclodiam chamadas de antagonismo e tombariam mártires, devido às pressões do povo sobre o poder local.” (PIERRARD, 2012, p. 28)

É o que parece ter acontecido com a comunidade cristã de Scili. Doze cristãos, cinco aldeãs e sete aldeãos, de uma insignificante aldeia do Norte

da África são denunciados, presos e executados em Cartago, no ano 180. O relato desses fatos, escrito em latim, é o primeiro documento conservado da Igreja da África.

O livro Atos dos Apóstolos narra amiúde o comportamento hostil da população contra os cristãos. Em At. 19, 23, encontra-se descrito: “um grave tumulto a respeito do Caminho, envolvendo ourives, artesãos e o lucro destes, além da fé na grande deusa Ártemis”.

“A situação política do império até meados do século II, tanto em seus assuntos internos como externos, e também com a prosperidade econômica sem precedentes, não justificavam a perseguição a um grupo religioso que observava as normas da paz e da ordem pública e que estava ansioso para provar que seguia os preceitos morais do bom cidadão.

Depois da metade do século II, quando o período de paz e prosperidade chegou ao fim, as autoridades romanas foram sendo progressivamente obrigadas a tomar medidas contra os cristãos, porque a opinião pública os acusava de vários infortúnios e calamidades. (KOESTER, 2005, p. 359)

*O título “mártir” (= confessor) e o termo *martyrium* aparecem pela primeira vez no relato do martírio do bispo Policarpo de Esmirna, no final do século II. Nesse texto também se atesta pela primeira vez o costume de recolher os ossos do executado e enterrá-los em lugar digno.” (MARKSCHIES citado por KAUFMANN, 2012, p. 62)*

Em princípios do século III, o imperador Sétimo Severo conseguiu consolidar seu poder pondo fim a um período de lutas internas que havia debilitado o império. Impôs uma série de reformas políticas, econômicas, militares e sociais. Propôs “unir todos os súditos sob o culto do ‘Sol invicto’, no qual se fundiriam todas as religiões da época, assim como o ensino de diversos filósofos”.

Dois grupos se negavam a dobrar-se diante do sincretismo: os judeus e os cristãos. Para deter o avanço dessas duas religiões, o imperador, no Edito de 202, proibiu, sob pena de morte, toda conversão ao judaísmo e ao cristianismo. A perseguição concentrou-se sobre os novos convertidos e seus mestres. Foi nesse ano que Irineu, bispo de Lyon, sofreu o martírio. Leônidas, pai de Orígenes, estava entre os mártires alexandrinos da época. Clemente, que havia 20 anos ensinava em Alexandria, optou por se refugiar na Capadócia, onde era menos conhecido.

O mais famoso dos martírios dessa época, por volta de 203, é o de seis cristãos: duas mulheres (Perpétua e sua escrava Felicidade) e quatro homens, dentre os quais o irmão de Perpétua, um escravo e dois outros jovens livres. Essa história está narrada na "Paixão de Perpétua e Felicidade", obra de vários autores. A parte central da obra é o diário de Perpétua, escrito na prisão até as vésperas de seu martírio, em 7 de março de 203, aos 22 anos: o único de uma mulher que da Antiguidade chegou até nós. Todos os seis, a começar pelos escravos, se negaram a abandonar a fé cristã e foram mortos com requintes de crueldade. É impressionante a coragem da jovem mãe, Perpétua, o amor ao filho recém-nascido, a consideração à família, o bom humor e a fé cristã acima de tudo. Às vésperas de seu martírio, ela escreveu no diário: "Agora meus sofrimentos são só meus. Mas quando tiver que enfrentar as bestas, haverá outro que viverá em mim, e sofrerá por mim, posto que eu estarei sofrendo por ele".

O imperador Caracala, que sucedeu a Sétimo Severo no ano 211, pretendendo se fazer popular, estendeu a cidadania romana a todos os seus súditos livres e reviveu as perseguições, interrompidas em 203, principalmente no norte da África. Seus sucessores Eliogábalo (218-222) e Alexandre Severo (222-235) – este considerado amigo dos cristãos – deram

continuidade à política sincretista de Sétimo Severo, mas não obrigaram os cristãos e os judeus a seguirem esse sincretismo.

Maximino, o Trácio (235-238), perseguiu principalmente os dirigentes da Igreja em Roma, tendo exilado o maior teólogo da época, Hipólito, e o bispo de Roma, Ponciano, para as famigeradas minas da Sardenha. Para permitir a eleição de novo papa, Ponciano, pela primeira vez, renunciou ao cargo em 28 de setembro de 235 (Hipólito havia se oposto ao papa por considerar que ele afrouxara as regras de penitência para acomodarem um grande número de novos convertidos da religião pagã).

De 238 a 244 o império teve cinco imperadores e os cristãos viveram um tempo de certa tranquilidade. Filipe, o Árabe (244- 249), proveniente da Província da Síria, teria sido o primeiro imperador cristão batizado pelo Papa Fabiano – escolhido por aclamação pelo povo de Roma no ano de celebração do milênio da cidade (247). Não há confirmação destes fatos pelas fontes oficiais pagãs.

“Diversamente do que se pode ver nas imagens populares, o verdadeiro problema dos cristãos dos séculos II e III não consistia na permanente pressão persecutória das autoridades, mas na insegurança de possíveis perseguição e execução realmente poderem vir a acontecer. Até meados do século III dependia da decisão de cada governador perseguir ou não os cristãos por causa de sua profissão de fé.” KAUFMANN, 2012, p. 57)

“Durante todo o século segundo e boa parte do terceiro, não houve uma perseguição sistemática contra os cristãos” (GONZÁLEZ, 2009, p. 79). Nesse período, as perseguições foram esporádicas e limitadas a certos lugares, começando não raramente sobre pressão da plebe pagã.

“Embora o martírio não fosse uma experiência nem constante nem universal dos cristãos nos dois primeiros séculos, era uma possibilidade com a qual todos tinham que contar.” (HURTADO, 2012, p. 791)

A situação mudou radicalmente – ao menos juridicamente – durante o período de governo dos imperadores Décio (249-251) e Valeriano (253-260). Orígenes escreveu à época: “as perseguições não são mais isoladas como até agora, mas explodiram generalizadas por toda parte”.

22. Perseguições sistemáticas: o pano de fundo

“Desde São Jerônimo (347-420) comprova-se a existência de um esquema de dez grandes perseguições. Este estaria destinado a lembrar as dez pragas do Egito. A partir daí o conceito “perseguição” entrou também na pesquisa histórica. Mas, por mais popular que seja, ele é pouco preciso, uma vez que designa medidas coercitivas fundamentadas juridicamente com base na iniciativa das autoridades romanas contra os cristãos, ele não é apropriado para circunscrever as experiências dos crentes em Cristo com instâncias estatais pagãs na época.” (STEGEMANN, 2004, p. 356)

Ainda que seja difícil definir o número das perseguições aos cristãos, dada sua dispersão pelo extenso território do império, é fato indiscutível que, na segunda metade do século III, os cristãos e a Igreja passaram a ser perseguidos sistemática e universalmente pelas autoridades. Por quê? Para nos aproximarmos à compreensão desse fenômeno, cuja crueldade nos espanta, convém ter em mente alguns fatos:

22.1 O papel da religião

No mundo greco-romano e, de modo especial, no Império Romano, política, economia, cultura e religião estavam totalmente integradas. Uma das virtudes fundamentais do cidadão romano era a *pietas*, “uma mistura de amor e medo que reinava como ideal na família romana, com as crianças demonstrando *pietas* pelos pais que, por sua vez, a demonstravam pelo Estado, enquanto este a manifestava pelos deuses”.

Uma virtude que interligava o indivíduo, a família, o império e os deuses em uma relação de reciprocidade: “*do ut des*” (dou para que dê). As relações com os deuses eram regidas por rituais a serem rigorosamente cumpridos, cabendo ao Estado fazer cumpri-los.

“O culto desempenhava um papel ativo na construção do império. Era parte integral de uma rede de poder e criava um espaço para a influência das elites locais sobre a população, de cidades sobre outras cidades e de gregos sobre culturas nativas. Nas palavras de Crossan e Reed, esse culto era a ‘cola’ que mantinha a civilização mundial unida; e mesmo que não fosse o único elemento unificador, era o mais crucial.” (RIEGER, 2009, p. 6). As cidades eram agraciadas com estátuas dos deuses e deusas, templos, procissões e festas sempre cívico-religiosas, em que todos naturalmente participavam;

22.2 O papel do imperador

Para os cidadãos romanos o imperador era a personificação do império, da sociedade e da *pax romana* – prosperidade e segurança – tão duramente conquistada. Reverência, gratidão, admiração, amor, adoração, eram sentimentos naturais em relação aos imperadores que, evidentemente, cultivavam estes sentimentos e comportamentos correlatos. O Senado romano, depois da morte de um grande imperador, declara-o divino.⁹⁶ Outros imperadores, por iniciativa própria, se declararam deuses e exigiram adoração, mas mesmo estes continuavam crendo e afirmando a supremacia dos deuses. Era a paz dos deuses, a *pax deorum*, que garantia a estabilidade e a prosperidade do Estado romano.

Inscrição em pedra feita em Priene (Ásia Menor) quando da visita, em 9. C., do imperador Otaviano, devidamente denominado de Augusto:

“A Divina Providência que ordenou todas as coisas, interessando-se por nossas vidas, dispôs a ordem mais perfeita, outorgando-nos Augusto, a quem dotou de virtude divina para que fosse benfeitor da humanidade. E o enviou como nosso salvador e para os nossos descendentes, de modo que acabasse com a guerra e colocasse em ordem todas as coisas, ultrapassando em bondade a todos os benfeitores anteriores. Visto que o nascimento do deus Augusto foi o começo de uma Boa-nova (evangelio) para o mundo, acontecida por sua causa.” (SCARDELAI, 2021, p. 104)

O conceito moderno de ideologia ajuda a compreender a função da religião e do imperador na manutenção do império e na conformação do espírito do paganismo. Oferecer sacrifícios aos deuses para o bem-estar do Estado personificado no imperador era para o cidadão romano um ato cívico, natural, de exercício da *pietas*, aprendido desde criança. Como se reverenciava os antepassados no altar doméstico, reverenciava-se o imperador. Negar-se a reverenciar os deuses e o imperador era, aos olhos dos romanos, um ato de impiedade, uma profissão de ateísmo, uma ofensa ao imperador e omissão da contrapartida do povo à complacência dos deuses (*do ut des*). A prosperidade do império dependia da boa vontade dos deuses e esta do reconhecimento e culto dos cidadãos romanos. O culto do imperador era considerado mutuamente benéfico para governantes e governados. Festivais em honra do imperador eram pontos altos na vida da comunidade e o povo participava massiva e alegremente;

22.3 Natureza da fé cristã

O centro da nova fé, surgida em meio a muitas outras existentes e aceitas no Império Romano, era uma pessoa, Jesus, a quem os crentes denominavam e consideravam, acima de tudo e de todos, o Senhor (em grego **Christos**). O paganismo não conhecia “ato de fé”. O cidadão romano

nascia em uma família que acreditava nos deuses como acreditava no imperador. Tudo era perfeitamente natural, como falar grego, ou latim. O cristianismo começava com a profissão de fé: o reconhecimento e aceitação de uma pessoa / Deus, Senhor de tudo e de todos.

Não há como se negar que a religião cristã, no Império Romano, era uma força de contracultura, em desacordo com os princípios e os sentimentos reinantes.

“A própria linguagem que os cristãos costumavam usar para falar sobre Jesus refletia a linguagem que os romanos empregavam para o Imperador. A chegada do Imperador à cidade era conhecida como a “parousia”, como os cristãos descreveram a Segunda Vinda de Cristo.” (ASLAN, 2018, p. 204, 208)

Por natureza, potencialmente, a religião cristã era subversiva da *pax romana*. Por outro lado, as comunidades cristãs desempenhavam papel de apoio social aos mais fracos em uma sociedade em que “uma crise econômica, ou revés de fortuna, precipitava as classes médias ao nível dos pobres” (POTESTÁ; VIAN, 2012, p. 52). A solidariedade grupal supria carências de integração social e confortava os indivíduos quando discriminados, incriminados ou perseguidos.

22.4 O modo de vida pagão versus modo de vida cristão

As comunidades cristãs, espalhadas pelo vasto e diversificado território do império, estavam naturalmente conformadas ou procuravam se inculturar ao modo e estilo de vida local. Contudo, os cristãos eram retraídos em relação ao modo de vida dos pagãos frequentadores dos banhos públicos, dos teatros, das festas cívico-religiosas, etc. Os romanos apreciavam os espaços públicos. Há que se lembrar que o povo passava maior parte do tempo fora de seu reduzido espaço doméstico. Os cristãos não frequentavam nada que estivesse associado ao culto aos deuses e

quase tudo nas cidades era associado aos deuses. Procuravam não se casarem com pagãos(ãs) para mais facilmente manterem seu estilo de vida.

Na escola dos págens imperiais, um dos alunos, Alexâmenos é cristão. Seus companheiros zombam dele e desenham nas paredes um asno crucificado, com a inscrição: Alexâmenos adorando seu deus! O jovem cristão, corajoso, responde, escrevendo: “Alexâmenos fiel!”. O grafito descoberto no Palatino foi conservado e pode ser visto em Roma, no museu Kirchner. (HAMMAN, 1997(97-197), p. 94)

Havia uma tensão crescente entre o *ethos* cristão e o *ethos* pagão;

22.5 Crescimento do cristianismo e fortalecimento da Igreja

“Publicamente”, comentam Stockmeier e Bauer, era inevitável a impressão de que a comunidade dos fiéis constituía um corpo estranho dentro da sociedade, aparecendo até como contrafacção do Estado. Enquanto era visto apenas como um grupo marginal, dava-se-lhe apenas a atenção local, mas com o crescimento das comunidades, oportunamente explorado para fins propagandísticos, o nervosismo das autoridades romanas aumentou. A Igreja abrangente, com suas formas de organização, provocava, inevitavelmente, o conflito com o Estado baseado numa religião. (STOCKMEIER; BAUER citados por KAUFMANN, 2012, p. 31)

A minoria étnica dos judeus, embora compusesse o maior grupo religioso não pagão no império, respeitava a proibição de proselitismo. “O cristianismo, pelo contrário, não se deixava delimitar; seu crescimento incessante ameaçava o império romano e exigia, quase que compulsoriamente, tomar medidas de contenção.

Depois das violentas perseguições no começo do século III, houve um período de relativa paz, durante o qual o número de convertidos cresceu surpreendentemente. Este fato parecia dar razão à interpretação de

Tertuliano sobre as perseguições sangrentas: “O sangue dos cristãos é semente”. As mortes exemplares dos cristãos comoviam os que as presenciavam e favoreciam a expansão do cristianismo. O historiador Peter Brown observa que já no terceiro e início do quarto séculos “a Grande Perseguição mostrou que a Igreja cristã tinha mudado tanto quanto o império. A Igreja tinha conseguido poder e unidade. (RIEGER, 2009, p. 43)

22.6 Decadência do império

Os três elementos fundamentais da instituição imperial romana – isto é, o principado apoiando-se no exército, a aristocracia baseada na propriedade da terra (senadores) ou no comércio (cavaleiros), o povo como fonte de soberania e como reservatório de militares e trabalhadores – foram aos poucos degenerando, formando-se forças sociais cada vez mais rígidas, mais fechadas, mais parasitárias [...] A escravidão, raiz das civilizações antigas, tinha contribuído para desqualificar o trabalho manual, o produto artesanal, empobrecendo progressivamente a indústria e o comércio. Havia, enfim, desqualificado e empobrecido a estratificação social, contribuindo de maneira decisiva para eliminar gradativamente a pequena e média burguesia, tanto do campo, quanto da cidade, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

“A progressiva desagregação interna, a partir do imperador Marco Aurélio somou-se a desagregação externa, pela pressão dos bárbaros, pela necessidade de grandes despesas para financiar os exércitos, as fortificações, as contínuas campanhas de guerra: sinal evidente dessa outra situação foi a progressiva acentuação do militarismo na vida do império, com todas as despesas improdutivas ligadas a esse fenômeno.” (PIERINI, 1998, p. 125)

Por volta do ano 250, os bárbaros além das fronteiras estão cada vez mais atrevidos em suas incursões dentro do domínio do império, a

economia encontra-se em crise e as velhas tradições estão cada vez mais em desuso.

22.7 Tentativas de restauração das tradições religiosas

Embora os historiadores cristãos tenham caracterizado como personagem cruel, o imperador Décio era simplesmente um romano de feitio antigo e um homem disposto a restaurar a velha glória de Roma. Para isso, era necessário restaurar os velhos cultos. Se todos os súditos do império voltassem a adorar os deuses, possivelmente os deuses voltariam a favorecer o império. O que estava em jogo era a sobrevivência da velha Roma dos Césares. O propósito do imperador não era criar mártires, mas apóstatas. A perseguição promovida por Décio durou pouco menos de dois anos, mas foi sistemática, universal, inflexível e cruel.

As perseguições posteriores, como objetivo, ou como consequência de tentativas de restaurar as velhas tradições religiosas – sob Valeriano (253-260), Aureliano (270-275) e Dioclesiano (284-305) – não surtiram o efeito esperado. As últimas perseguições sistemáticas do terceiro e quarto séculos resultaram ineficazes como aquelas esporádicas do primeiro e segundo séculos. A limpeza étnica invocada e apoiada pelos intelectuais greco-romanos não fora realizada.

Nem o império rejuvenesceu, nem a Igreja foi destruída. As perseguições desgastaram as autoridades diante do povo: muitos mártires, muita crueldade, muitos apóstatas, mas a Igreja continuava firme e os cristãos mais unidos, com novos heróis, os mártires, e com os *lapsi* (caídos, apóstatas), arrependidos e penitenciados, de volta à Igreja.

“É provável que o total de martirizados pelos romanos – por mais terrível que tenha sido – não tenha chegado a mil. Sua firmeza, contudo,

fortaleceu grandemente a fé dos outros cristãos e impressionou muitos pagãos.” (STARK, 2006, p.182; 214)

Comentando o "Edito de Tolerância" de Galeno, F. Ruggiero escreve:

“Os cristãos foram um inimigo extremamente anômalo. Por mais de dois séculos Roma tinha procurado assimilá-los ao próprio tecido social [...], estavam fisicamente no interior da civitas Romana, mas por motivos diversos eram-lhe estranhos; tinham finalmente determinado uma radical transformação da própria civitas em sentido cristão.”

23. Perseguições sistemáticas: fatos, reações e consequências

O imperador Caio Trajano Décio (249-251), general muito tradicional, iniciou seu governo com certa desconfiança religiosa em relação aos cristãos e preocupação política em relação ao crescimento da Igreja. Resolveu reprimi-los, ao mesmo tempo em que construía novos templos pagãos e reforçava seus cultos e sacrifícios, convencido de que a prosperidade do império, com grandes dificuldades internas e ameaças externas, dependia da unidade, ainda que coagida, de todos os cidadãos romanos em torno dos deuses de seus antepassados.

Naquele momento, a Igreja cristã de Roma vinha sendo dirigida havia treze anos por Fabiano, escolhido papa por aclamação do povo e do clero quando ainda era um cidadão comum, leigo. No mesmo dia, 10 de janeiro de 236, ele fora ordenado diácono, presbítero e bispo. Como papa, ele exercia grande influência, inclusive por seu tino administrativo. Ele havia feito o censo dos cristãos presentes na cidade de Roma e dividira a cidade em sete distritos eclesiásticos; delegou para cada um os seus paroquianos, seu clero e suas catacumbas, como eram chamados os cemitérios. Havia enviado sete diáconos e sete subdiáconos para recolherem atas dos martírios, em todo o império. Segundo Cipriano de Cartago, o imperador

Décio teria dito que preferia um rival no império a um bispo como Fabiano em Roma.

Ainda no primeiro ano de seu governo, Décio determinou através de um Edito que todos os cidadãos do império (a que tinham sido elevados todos os habitantes do império em 212 d.C.) oferecessem uma *supplicatio*, um sacrifício de súplica aos deuses do Estado. “A complacência dos deuses deveria ser conquistada e a antiga religião, renovada: assim ficaria garantido o bem-estar do Estado, personificado no imperador.” (LENZENWEGER, 2013, p. 33)

“Em dias estabelecidos, explica Donini, os chefes de família dos diversos centros urbanos e rurais, em todo o território do império, deviam apresentar-se perante comissões especiais para obsequiar o culto oficial, oferecendo um sacrifício aos simulacros dos deuses e à estátua do imperador.”

Tinham no mínimo que queimar incenso diante da estátua do imperador (*turificati*). Por que não aceitar este ritual vazio? Perguntavam alguns mais tolerantes.

“Em caso de recusa, procedia-se à prisão, à tortura e, em última análise, à execução capital do renitente; aos outros era concedido um certificado (o libelus), que comprovava o ato de culto e a lealdade do súdito.” (CAVALCANTE, 2007, p. 207)

“Uma vez que os judeus estavam excluídos do Edito, as consequências jurídicas atingiam quase exclusivamente àqueles cristãos que não fizessem o sacrifício: se, após admoestações, não mudassem de ideia, eram deportados para os trabalhos nas minas ou executados.” (KAUFMANN, 2012, p. 59)

Durante o governo do imperador Valeriano (253-260), o cristianismo viveu alguns anos de paz. No quarto ano de seu governo (257), o imperador inicia uma improvisada, dura e cruenta perseguição dos cristãos. Diante da precária situação financeira do império, o conselheiro

imperial (depois usurpador), Macriano, induziu Valeriano a tentar tapar o rombo das finanças públicas sequestrando os bens dos cristãos ricos. Em agosto de 257 um novo Edito persecutório objetiva eliminar a organização cristã: exílio para os chefes cristãos renitentes, proibição de reuniões e de entrada nos cemitérios, sob pena de morte. Um ano depois, a perseguição se torna mais cruel, levando à morte o clero e os leigos de maior prestígio. Os cristãos das classes mais altas eram ameaçados com o confisco de seus bens.

Galiano (260-268), filho de Valeriano e associado a este desde 253, consegue restaurar a ordem no império, salvando as fronteiras ameaçadas pelos bárbaros. No seu primeiro ano de governo, Galiano promulga um Edito de tolerância, que mudaria a sorte dos cristãos. Devolve às Igrejas os cemitérios e outras propriedades confiscadas.

De 260 ao início de 303 o cristianismo vive um novo e longo período da paz religiosa, interrompido, por breve tempo, por uma nova tentativa persecutória, por parte do imperador Aureliano, no início de 275, ao tentar introduzir um culto comum no império: ao “*Sol invictus*”. Ele se atribuiu o título de *Dominus et deus*, naturalmente rejeitado pelos cristãos. Os 40 anos de paz favoreceram o desenvolvimento interno e externo da Igreja. Muitos cristãos ascenderam a altos cargos do Estado e demonstraram-se homens capazes e honestos.

As imposições do Edito de Décio (249) e das perseguições posteriores, de Treboniano Galo (253) e Valeriano (257- 258), “*provocaram reações e diferentes comportamentos, da resistência extrema a formas de compromisso ou de concessão. O dilema era: resistir ou fugir (solução à primeira vista menos nobre, mas para a qual se podia remeter a precisas indicações evangélicas: ‘os que estão na Judeia, fujam para os montes’ Mt.24,16)*. Por sua vez, as autoridades visavam não eliminar todos os cristãos, mas a enfraquecer as

igrejas, dividindo-as, tirando dos chefes autoridade moral, ou atingindo exemplarmente alguns deles.” (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 54)

“Alguns correram a obedecer o edito imperial tão logo se informaram dele. Outros permaneceram firmes por algum tempo, mas quando foram levados diante dos tribunais ofereceram sacrifícios aos deuses. Outros talvez mais astutos, se valeram de artimanhas e do poder do ouro para obter certificados falsos sem ter sacrificado nada. Outros, enfim, permaneceram firmes e se dispuseram a enfrentar as torturas mais cruéis que seus verdugos pudessem impor.” (GONZÁLES, 2009, p. 140)

As consequências das perseguições em Roma foram especialmente duras. Muitos cristãos se refugiaram nas comunidades religiosas do deserto africano, muitos foram martirizados e muitos renegaram a fé. Não sabemos o número nem de uns, nem de outros.

Os papas Fabiano e Sisto foram executados respectivamente em 250 e em 258. Por proibição de Décio, Roma ficou sem bispo por mais de um ano. Estando o imperador ausente, combatendo os Godos, dezesseis bispos, o povo e o clero reunidos elegeram papa o presbítero Cornélio, em março de 251. Exilado por Décio, o Papa Cornélio morreu no exílio em 253, com 53 anos. O historiador Eusébio de Cesareia, que viveu nesse período, legou-nos descrições detalhadas das torturas sofridas por cristãos, aos milhares em muitas regiões, nas casas imperiais de Nicomédia, da Fenícia, do Egito, de Tebaida e Frígia.

Os cristãos, quando não condenados a morrer pela espada, pela fogueira ou aos jogos sangrentos nos anfiteatros, podiam, homens e mulheres, serem enviados às minas. A duração dos trabalhos forçados era de dez anos. Os condenados eram marcados em ferro e brasa no braço ou na mão. “Do ponto de vista histórico”, observa Cavalcante, “pode-se dividir os muitos relatos sobre os mártires cristãos em três grupos básicos: (a)

processos oficiais em tribunal, (b) relato de testemunhas oculares, (c) lendas compostas muito tempo depois dos fatos.” (CESAREIA, 1999, p. 197)

A gesta dos mártires é uma epopeia de coragem e delicadeza, com a jovem e graciosa Blandina sustentando o testemunho de Pôntico, de 15 anos, em Lyon, no ano 197; de delicadeza e pudor das jovens mães Felicidade e Perpétua em Cartago e da corajosa Potamena que, como escreveu o conterrâneo Eusébio de Cesareia, “suportou com nobreza o fim, com diferentes partes do corpo sendo cobertas aos poucos com piche fervente, dos pés até a coroa da cabeça. Isto depois de o Juiz Áquila mandar aplicar as mais severas das torturas a ela em todas as partes do corpo.” Sobre Potamena, escreveu o sisudo historiador: “Pois além das perfeições da mente, também florescia na maturidade dos atrativos pessoais”. (CESAREIA, 1999, p. 207)

“Na cultura dos primeiros cristãos, a figura dos mártires tomou o lugar da figura do herói da cultura pagã, e as vidas e lendas dos mártires substituíram os mitos heroicos e lendas que eram os elementos mais populares e persistentes da antiga cultura”. (DAWSON, 2014, p. 186)

Terminadas as ondas de perseguições, a Igreja teve que enfrentar novos problemas com três novos grupos de cristãos, vítimas das perseguições:

- a. os numerosos *lapsi* (caídos) ou *sacrificati*, que haviam sacrificado e renegado a fé, mas queriam voltar a conviver na Igreja. O que fazer? Não aceitar nunca? Aceitar com condições; quais? Rebatizar? As controvérsias a este respeito chegaram a um conflito que levou o rigorista Novaciano de Roma a se fazer antipapa contra o “laxismo” do Papa Cornélio. Novaciano, como

antipapa, era contra a reconciliação dos caídos, para o bem da santidade da Igreja. Ele deu origem à *Igreja dos justos*;

b. os *libellatici*, ou seja, aqueles que haviam arranjado um comprovante falso de terem sacrificado;

c. os *mártires* ou *confessores*: o prestígio dos perseverantes, que, torturados, não cederam, passaram a ser considerados cheios do Espírito Santo e, portanto, com o direito de reconciliar os fracos. A distribuição de *cartas de paz* por parte destes aos *lapsi* e *libellatici* começou a fugir do controle da Igreja.

O Sínodo de Cartago (de 251) confirmou: os que haviam sacrificado, os *sacrificati*, deveriam receber a paz só no leito de morte; os *libellatici* deveriam receber um tratamento mais brando. Outro concílio, no ano seguinte, decidiu pela reconciliação de todos com uma penitência adequada, já que somente na força do Espírito Santo alguém poderia resistir ao perigo que a todos ameaçava, como disse, então, Cipriano. Ele próprio havia se escondido e depois veio a ser o primeiro bispo africano a ser martirizado, em 258.

No início do século IV, nos anos 303 a 311, o imperador Aurélio Diocleciano impôs a última grande e sistemática perseguição dos cristãos, como parte de grandes reformas do império: administrativa, financeira e social. Com a reforma social, ele não pretendia a integração dos cristãos, mas a eliminação da instituição Igreja. Foi uma perseguição focada e cruel contra os dirigentes, seguida de destruição das igrejas, queima dos livros e confisco dos bens. Os plebeus cristãos eram transformados em escravos. Sua própria esposa Prisca e sua filha Valéria, ambas cristãs, cumpriram a Lei e ofereceram sacrifícios aos deuses, mas seu mordomo Doroteu e vários

outros da corte sofreram o martírio. A perseguição atingiu a sua máxima intensidade no Oriente, especialmente na Síria, Egito e Ásia Menor, com muitos cristãos, homens e mulheres, sendo condenados a dez anos de trabalhos forçados. A Diocleciano, que abdicou em 305, sucederam-se, como “Augusto”, Galério e como “César”, Maximino Daia. Este demonstrou-se mais fanático do que Diocleciano.

Em 30 de abril do ano 311, no leito de morte, o imperador Galério promulgou o Edito de Tolerância: “movidos por nossa misericórdia a ser benévolos com todos, cremos justo estender também a eles o nosso perdão, e permitir-lhes que voltem a ser cristãos, e que voltem a se reunir em suas assembleias, sempre que não atentem contra a ordem pública. Em troca dessa tolerância nossa, os cristãos terão a obrigação de rogar a seu deus pelo nosso bem-estar, pelo bem público e por eles mesmos, a fim de que a república goze de prosperidade e eles possam viver tranquilos.”

“Logo foram abertos os cárceres e as pedreiras, e delas brotou uma torrente humana de pessoas aleijadas e maltratadas, mas em gozo pelo que para elas era uma intervenção direta do alto”. (GONZÁLES, 2009, p. 140)

O imperador Constantino, com o *Edito de Milão*, do ano 313, ficou com a glória do fim das perseguições. Tornando-se o único imperador, em 324, Constantino assumiu o sonho de Diocleciano e Maximino Daia de uma extensa restauração do velho império. A principal diferença era que, enquanto estes dois tinham tentado restaurar o velho império reafirmando a antiga religião pagã, Constantino acreditava ser possível fazer esta restauração não sobre a base da religião pagã, mas com base no cristianismo (GONZÁLES, 2009, p. 25). “Em 318 Constantino reconheceu a jurisdição dos bispos e, em 324, os bispos foram colocados em pé de igualdade com os magistrados.” (DAVIES, 1967, p. 256). Em 27 de fevereiro do ano 380, o imperador Teodósio I promulgou, em Tessalônica,

um Edito de fé, através do qual o cristianismo é elevado à categoria de religião estatal e se impõe a fé cristã – expressa pelo credo aprovado no Concílio de Niceia (325) – como lei, e toda infração contra o credo deveria ser castigada como sacrilégio.

VII

O CRISTIANISMO NO SÉCULO IV

24. O fim das perseguições e o favorecimento estatal da religião cristã

Para muitos historiadores, o século IV foi o mais importante para a história do cristianismo e de sua doutrina. Cavalcante aponta quatro conjuntos de acontecimentos relevantes (CAVALCANTE, 2007, p. 253):

- o fim das perseguições do Império Romano contra o cristianismo;
- o favorecimento estatal da religião cristã a partir de Constantino e reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano;
- o surgimento e desenvolvimento do fenômeno do monaquismo;
- o aparecimento das grandes mentes teológicas tanto no Oriente como no Ocidente cristãos.

Sobre os dois primeiros itens, completamos aqui os fatos sintetizados no capítulo anterior.

O fim das perseguições: no início do século IV, o cristianismo era um organismo complexo.⁹⁷ Segundo Paul Veyne, arqueólogo e historiador, especialista em Roma antiga: ela era “uma religião, com uma crença, com uma espiritualidade, uma moral, uma metafísica, tudo sob uma autoridade eclesial. Uma igreja, uma máquina de conquista e enquadramento [...] que o mundo não conheceu nada semelhante.” (VEYNE, 2011, p. 64)

O cristianismo chegou até aí, graças a um esforço coletivo, especial, que é descrito por Lerry Hurtado, professor da Universidade de Edimburgo, Escócia:

“O cristianismo, desde o início tematizou o martírio fortemente, apresentando as mortes brutais de crentes como atos inspiradores de devoção religiosa. Os cristãos se desempenhavam para que os esforços coercitivos dos magistrados romanos passassem a promover a própria fé que eles buscavam destruir! Cristãos escreviam e vigorosamente disseminavam relatos sobre seus mártires, que formavam um importante gênero da antiga literatura cristã que circulava para promover uma fé corajosa através do exemplo daqueles que eram tratados como personagens célebres.” (HURTADO, 2012, p. 791)

O imperador Galério morreu cinco dias depois de seu Edito de Tolerância (311), deixando o império nas mãos de quatro governantes: Constantino, Licínio, Majêncio e Maximino Dazú. No ano seguinte, Constantino elimina Majêncio. Em 313, Constantino alia-se a Licínio e os dois estreitam a aliança com o Edito de Milão. No mesmo ano, Licínio elimina Maximiano Dazú, que continuava a perseguir os cristãos. De acordo com Shirley Case, “por volta do ano 300 o cristianismo tornou-se tão amplamente aceito na sociedade romana que impossibilitou uma perseguição bem-sucedida por parte do governo [...]. A conversão de Constantino poderia ser mais bem encarada como uma resposta à maciça onda exponencial em avanço, e não como sua causa. (CASE, citado por STARK, 2006, p. 20)

A liberdade de culto, a partir do Edito de Milão (313) passa a ser a norma oficial do Império Romano: “está de acordo com a estrutura estatal e com a paz vigente, que asseguraremos a cada cidadão a liberdade de culto segundo sua consciência e eleição”.

Durante as perseguições, a união e a solidariedade entre cristãos e entre as igrejas, que já chamavam a atenção pela coragem e heroísmo, aumentaram e despertaram a admiração dos não cristãos. Com o fim das perseguições e tendo o cristianismo se tornado religião lícita, ele se expandiu, conquistando adeptos em todas as classes sociais, sem exclusão de intelectuais, entre os quais o paganismo estava em crise.

“A época encoraja a ser cristão por oportunismo: se alguém quer fazer carreira de alto funcionário, por exemplo, vale mais sê-lo [...]. Por este fato, a Igreja registra um grande número de novos pretendentes! Muitos são sinceros, outros não. As instituições catequéticas estão completamente cheias, o procedimento menos exigente [...]. Caminhamos mesmo para uma religião de massa, em uma situação de cristandade.” (MEUNIER, 2005, p. 29)

A política constantiniana de favorecimento do cristianismo, comenta Cavalcante, *“continuará por todo o século IV, não obstante a tentativa efêmera de reimplantação do paganismo por Juliano Apóstata (361-363). Todos os outros imperadores seguintes adotaram o cristianismo. O ponto culminante dessa história é, sem dúvida, o governo de Teodósio (379-395), que realmente oficializa o cristianismo ortodoxo como religião do Estado.”* (CAVALCANTE, 2007, 313)

O segundo concílio ecumênico, reunido em Constantinopla, em 381, convocado e dirigido por Teodósio, fez triunfar a fé nicena.

“Em 391 foi desautorizada qualquer atividade cultural pagã, mesmo em casa particular. A destruição de templos e santuários pagãos por parte da população, que até então ocorria impunemente, recebia agora aprovação legal, o que levou à destruição do grande Templo de Serapes em Alexandria.” (KÖTING citado por KAUFMANN et al. 2012, p. 118)

Nos séculos seguintes, V e VI, foram muitas e duras as perseguições contra os pagãos. A prolongada e implacável pilhagem do que outrora fora

um glorioso *establishment* não cristão – com todos os direitos de templos sobre os tributos locais, os bens dos templos, os investimentos feitos pelos devotos e por orgulhosos doadores para pagar os sacerdotes e cobrir os custos do culto – toda essa fortuna acumulada de séculos de piedade foi essencialmente arrancada à força. Não deve ter sobrado muita coisa por volta do ano 400 d.C. (MACMULLEN, citado por STARK, 2006, p. 219)

“O Bispo de Alexandria, em 415, liderou sua comunidade cristã contra os judeus daquela metrópole. As sinagogas foram arrasadas, não ficando literalmente pedra sobre pedra, e lares judaicos foram pilhados, deixando para trás muitos mortos, feridos e centena de milhares de judeus alexandrinos expulsos (FRANGIOTTI, 2017, p. 105). Bandos de monges ambulantes atacavam sinagogas, templos pagãos, locais de reunião dos heréticos e também casas de gnósticos ricos na Mesopotâmia, na Síria, no Egito, na Palestina e na África do Norte.”⁹⁸

O costume de empreender peregrinações à Terra Santa, em agradecimento pelo fim das perseguições e súplicas pela paz, estendia-se por todo o ano.

Conta-se que Egéria, ou Etheria, uma peregrina, passou mais de três anos (381-384) viajando da França a Constantinopla e de lá para Jerusalém, Jericó, Nazareth, Cafarnaum, Alexandria, Tebas, o mar Vermelho e o Sinai. A seguir viajou para Antioquia, Edessa, Mesopotâmia, ao rio Eufrates, à Síria, regressando a Constantinopla. Ela escreveu um livro sobre a viagem – o que lhe confere o título de primeira escritora hispânica em língua latina – com valiosíssimas informações sobre a liturgia nos lugares visitados, com pormenores sobre as cerimônias na Igreja de Jerusalém, e sobre as sociedades por onde passava.

24.1 O favorecimento estatal da religião cristã

Durante o período em que Constantino dividiu o governo do império com Licínio, ele se limitou a garantir a paz da igreja e a lhe devolver as propriedades que tinham sido confiscadas durante as perseguições. Procurou manter boas relações com os devotos dos cultos antigos e particularmente com o Senado, já que o império oficialmente era pagão e, como cabeça do império, ele era o Sumo Sacerdote.

Manteve a Academia de Atenas e o Museu de Alexandria, os dois grandes centros de estudo da época, dedicados ao ensino da velha sabedoria pagã. Aos poucos, o apoio de Constantino à Igreja foi aumentando: doou o palácio de Latrão, propriedade da família de sua esposa e proporcionou meios de transportes imperiais para os bispos participarem do Sínodo de Arles, em 314, sem ônus para a Igreja. De 313 até 322, o império fica dividido entre Constantino no Ocidente e Licínio no Oriente. Com a morte misteriosa de seu cunhado Licínio, em 322, Constantino – estadista e estrategista habilidoso – torna-se o único governante.

Por razões geopolíticas (proximidade do inimigo Império Persa, ligação entre Oriente e Ocidente, território em que a igreja era numericamente mais forte e distanciamento do Senado romano e das velhas famílias pagãs da aristocracia de Roma, etc.), Constantino resolve, em 324, transformar Byzantium em nova capital do Império Romano.

Em 325, Constantino convoca e preside, como “bispo dos bispos”, ou bispo para os de fora como ele se autodenominava, o Concílio de Niceia (atualmente Iznik, na região de Marmara, Turquia), no qual a Igreja definiu, de forma sintética, o objeto da fé dos cristãos. “Na carta que enviou aos bispos que não poderiam comparecer em pessoa ao Concílio de Niceia, Constantino expôs sua posição com clareza brutal”:

“[...] abstenhamo-nos de ter qualquer coisa em comum com os judeus, que são nossos inimigos, evitemos atentamento todo contato com seus costumes iníquos [...] pois como podem eles nutrir ideias corretas sobre qualquer ponto depois de terem maquinado a morte do Senhor [...] não permitais que vossos espíritos puros partilhem os costumes de um povo insensato e tão depravado.” (SHAMA, 2015, p. 241-243)

Deste Concílio ecumênico (universal) participaram cerca de 300 bispos. “Quase todos eram do Oriente, 3 eram do Ocidente (Itália, Espanha e Gália), 2 da Armênia e 1 da Pérsia.” (MONDONI em LIMA, 2015, p. 175)

Para o historiador e teólogo Eduardo Hoornaert:

“É aparentemente por motivos teológicos e pastorais que os bispos são convocados pelo imperador Constantino a se reunir em Niceia no ano 325. Na realidade, essa reunião faz parte de um plano criado pelos Think Tanks do império e resulta numa importante vitória política imperial, preocupada em unificar as forças vivas da sociedade em torno de uma religião capaz de remir o projeto imperial que sofre com divisões, contendas, corrupção e principalmente falta de ética. Ora, pensam os conselheiros do imperador, é nisso que o movimento cristão pode dar uma boa contribuição.” (HOORNAERT, 2016, p. 136)

Contudo, “a primeira formulação dogmática da Igreja, a Profissão de Fé, segundo Niceia, não restabeleceu a unidade de culto, desejada pelo imperador Constantino, nem pôs fim à calorosa discussão teológica”. (LENSENWEGER, 2013, p. 64)

Deslumbrados com o favor que Constantino evidenciava em relação a eles, não faltaram cristãos que se empenharam em provar que Constantino era o eleito de Deus e que sua obra era a consumação da história da Igreja. Um caso típico dessa atitude, segundo González, foi de Eusébio de Cesareia

– o cristão mais erudito do século IV –, que participou do Concílio e foi muito prestigiado pelo Imperador. (GONZÁLEZ, 2009, p. 35)

Em 330, a nova capital do império, reformada e suntuosamente decorada com monumentos provenientes de templos pagãos, é inaugurada com o nome de Constantinopla. Na ocasião, Constantino nomeou vários cristãos para os mais elevados cargos da máquina administrativa, parecendo favorecer os cristãos em detrimento dos pagãos.

Constantino mandou construir em Constantinopla a igreja de Santa Irene, em honra da paz. Helena, sua mãe, construiu na Terra Santa as igrejas da Natividade e a do Monte das Oliveiras. Por ordem do imperador, ou seguindo seu exemplo, foram construídas igrejas nas principais cidades do império (quase todos os sucessores de Constantino construíram igrejas pomposas para perpetuar sua memória).

Constantino recebeu o batismo somente em 336, no leito de morte, pelas mãos de seu assessor, o bispo ariano Eusébio de Nicomédia. Ele poderia ter seguido o exemplo de muitos outros cristãos que postergavam ao máximo o batismo à espera do perdão de todos os pecados. Certamente pesou para Constantino as razões de Estado e seu papel de imperador: 1) ele era cristão (desde 312?), mas imperador de uma maioria pagã e de uma minoria cristã, e de outras crenças, inclusive o judaísmo; 2) como autoridade máxima no império, ele não admitiria ser comandado por nenhuma autoridade religiosa.

É certo igualmente que o governo de Constantino significou para a Igreja uma guinada política, a chamada “virada constantiniana”, cujos resultados foram: a) construção de inúmeras igrejas; b) a dispensa de impostos e da prestação de serviços públicos para os clérigos; c) a equiparação dos bispos com os altos funcionários do Estado; d) a autorização de a Igreja receber, por testamento, doações de terras e outros

imóveis; e) e reconhecimento pelo Estado das sentenças dos tribunais eclesiásticos; f) a instituição, desde 321, do domingo cristão como dia de descanso.

“Já com Teodósio, nos anos 389-390, o cristianismo se torna perseguidor não apenas das religiões tradicionais, mas também do judaísmo. Surge um aspecto intolerante que a partir de então continuará a se manifestar ao longo dos séculos.” (AUGIAS, 2011, p. 234-235)

“O judaísmo continuou a ser preservado como religio licita. O paganismo não. Seus templos foram destruídos, seus cultos reprimidos, tornou-se crime praticar cultos pagãos, mesmo na privacidade do lar. O código de Justiniano, de 529, pela primeira vez omite o judaísmo como religio licita. Três anos depois um novo edito determina que todas as sinagogas do império deveriam ser transformadas em igrejas.” (SHAMA, 2015, p. 248; 251)

O teólogo espanhol José M. Castillo, em seu precioso livro "**Jesus: a humanização de Deus**", analisando a "teologia estritamente política subjacente às definições dos Concílios de Niceia e Constantinopla", registra:

“Teodósio o Grande (379-395), espanhol, mediante o edito Cunctus populus, impôs “a proibição geral, irrevogável, de todos os cultos e rituais de sacrifícios pagãos” e colocou a todos quantos agiram contrariamente sob a ameaça do castigo de laesae majestatis. Em virtude deste decreto imperial, o cristianismo deixou de ser movimento de Jesus (G. Theissen) e foi constituído em religião do estado. E, assim, a Igreja Católica obteve a posição mundana de igreja estatal e a heresia foi enquadrada como crime de Estado. A postura teológica da Igreja Antiga ficou consumada. Uma teologia que alcançou a formulação cristológicas no Concílio de Calcedônia, no ano de 451, e que até hoje os teólogos continuam analisando.” (CASTILLO, 2015, p. 249-250)

“Como resultado dos eventos do século IV, nos próximos mil anos e mais, se alguém quisesse ser um rei temporal, era necessário aceitar Cristo como Rei eterno.” BROWN, citado por RIEGER, 2009, p. 44)

“Quando, a partir do século III e IV d.C., se impõe a ortoxia – o termidor do cristianismo –, marginalizam-se a interpretação paulina da crucifusão e seus responsáveis; os chefes deste mundo, segundo a sabedoria deste mundo, em nome da lei. Quando se cristianiza o império, o império imperializa o cristianismo (grifo nosso). Era preciso buscar outros crucifusadores... o antijudaísmo agressivo surgiu a partir da ortodoxia cristã.” (HINKELAMMERT, 2012, p. 37; 38)

25. Surgimento e desenvolvimento do monaquismo

No século IV, o cristianismo é essencialmente uma religião de cidades e povoados (lembrando que a população urbana não passava de 15% da população total). Em torno do bispo, movimenta-se um numeroso clero; e, em torno dos padres e diáconos, formigam os clérigos menores, os quais canalizam as marés de fiéis para as basílicas. As pequenas comunidades primitivas se haviam ampliado em favor da massa. Essa massa, escreve Duchesne, “era cristã como podia sê-lo uma massa superficial e formal; a água do batismo a tinha tocado, mas o espírito do Evangelho não havia penetrado nela.” (PIERRARD, 2012, p. 46) Não mais se exigia os três anos de catecumenato. As homilias dominicais nas grandes basílicas, recém-construídas, teriam que suprir a falta de conhecimento das Escrituras e da doutrina.

A resposta a esses problemas virá de grandes oradores populares, de formação clássica e forte embasamento teológico; as grandes mentes do Oriente e do Ocidente.

A questão do “ethos cristão”, ou seja, de um comportamento exemplar, era mais complicada. Do exemplo de cima não se poderia esperar muito.

“Em torno do imperador – que frequentemente era um cristão medíocre – fervilhava um bando de funcionários, cortesãos e cortesãs, cuja religião acomodava-se aos costumes decadentes. Ademais, certos meios letrados e aristocráticos – notadamente as famílias senatoriais – permaneceram por muito tempo hostis ao cristianismo, que era considerado uma religião bárbara, igualitária, sem poesia. Filósofos, retores, gramáticos e sofistas, ainda por muito tempo tornariam dura a vida do cristianismo: a escola filosófica de Atenas – centro pensante do paganismo – só fecharia suas portas em 529.” (PIERRARD, 2012, p. 46)

A resposta ao comportamento relaxado, pouco evangélico, veio do povo, dos leigos, dos anacoretas e do monaquismo.

O monaquismo surgiu na metade do século III e desenvolveu-se ainda mais no século IV. O primeiro participante de vida monástica, de que se tem notícia, é Hieracas de Leontópolis (+ 340) – primeiro exegeta copta e tradutor para o grego – que deu início a uma comunidade monástica em sua própria cidade. Os anacoretas, radicados inicialmente na área do Baixo Nilo, levaram o ideal ascético para a vida solitária. O mais célebre eremita foi Antônio (251-356); o testemunho mais próximo dele é dado por sete cartas suas (335-345) cuja autenticidade é hoje quase unanimemente aceita. Sua fama se espalhou graças à biografia “Vida de Antônio” – conhecido como Santo Antão –, escrita por Atanásio, patriarca de Alexandria, na qual ele fala, em 357, que “o deserto se tornou uma cidade”. Ao narrar uma história edificante, este e outros livros similares pretendiam propor figuras a serem imitadas.

No momento em que Antônio começava a vida solitária, Pacônio (242-348) dava início aos primeiros estabelecimentos cenobíticos

(comunitários) no Alto Nilo. Ele fundou sete mosteiros masculinos, cada um com centenas de monges, e dois femininos. Sua irmã Maria fundou vários outros.

O monaquismo desenvolveu-se ainda mais no século IV, depois do período de perseguições, e configura-se como “uma voz de protesto contra a difusão da mundanidade, promovida pelo Estado em união com a Igreja”. Basta lembrar os bispos da corte, tão facilmente deslumbrados pelo favor do imperador e as ondas de conversões, muitas vezes superficiais e interesseiras, tanto nas massas como nas elites.

A vida cristã solitária e em comunidade isolada teria origem também entre cristãos refugiados em muitos lugares, ao fugirem de perseguições; o que explicaria a difusão do fenômeno. Após a época constantina, os exemplos do eremita Paulo de Tebas (228-330) e do anacoreta e monge santo Antônio Abade passaram a ser seguidos por milhares como forma de protesto contra uma Igreja hierárquica que perdia cada vez mais a simplicidade do Evangelho. “Retirar-se para o deserto é uma radicalização do ideal de ruptura e de despojamento: todos os laços são cortados para unificar a própria vida. A palavra *monge* vem do grego monachos, derivado de monos, sozinho.” (MEUNIER, 2005, p. 31)

Quando Pacônio morreu, em 346, “já havia em torno de 5 mil monges que, em diversos mosteiros viviam segundo a sua regra.” (SHINDLER, citado KAUFMANN, 2012, p. 170). “Paládio (368-431), que, na *História Lausíaca*, apresenta o primeiro florescimento da vida monástica, ao contar histórias maravilhosas sobre monges no deserto, afirma que, por volta de 430, “o mosteiro feminino criado por Pacômio tinha quatrocentos membros, muitas tinham históricos de famílias abastadas. Pelo menos no início, eles tiveram bastante autonomia em relação aos bispos.” (MARTY, 2014, p. 87)

Um deles, Atanásio, já havia procurado limitar o andar a esmo dos monges, na tentativa de conter a proliferação das experiências incontroladas. (POTESTÁ; VIAN, 2013, p. 65)

“O grande modelo de lutador pela ortodoxia é o metropolitano Atanásio de Alexandria que, no decênio entre 346 e 356, consegue impor o modelo ortodoxo em toda a região por ele controlada, em meio a perseguições, exílios, ameaças contra sua vida, dificuldades de toda espécie. Ele é o grande campeão da ortodoxia no século IV.” (HOORNAERT, 2016, p. 137)

Basílio Magno, natural de Cesareis da Capadócia, desfez-se de suas riquezas, dando-as aos pobres e instalou-se em um lugar isolado e inóspito, onde, com seu amigo Gregório Nazianzeno, produziu “as duas regras monásticas, que teriam influência decisiva para a vida cenobítica em todo o Oriente e lhe dariam o título de legislador do monaquismo grego”. (CAVALCANTE, 2007, p. 247)

“Cerca do final do século IV, desde a Mesopotâmia até o norte da África, assiste-se a uma onda de violências perpetradas pelos monges: em 388, incendiam uma sinagoga em Calinico, perto do Eufrates, e aterrorizam as aldeias sírias onde havia templos pagãos; em 391, os patriarcas de Alexandria, Teófilo, convoca-os para “purificar” a cidade de Serapeum (Serapeu), o grande templo de Serápis. Na mesma época, penetram à força nas casas dos pagãos para nelas procurar ídolos. E, em 415, um grupo de monges fanáticos comete um dos mais odiosos crimes registrados na história: lincham Hipátia, a nobre filósofa de Alexandria, a quem seu discípulo, o bispo Sinésio, evoca como “mãe, irmã, professora e benfeitora.” (ELIADE, 2011, p. 357)

“Ininterrupta até nossos dias, a corrente monástica – que o mundo ignora ou finge ignorar porque ela é silenciosa – não cessou de alimentar a fonte secreta de uma Igreja constantemente ameaçada pela seca, a corrupção, o juridicionismo, o farisaísmo.” (PIERRARD, 2012, p. 50)

26. As grandes mentes teológicas: o humanismo

Da elite intelectual pagã e cristã surgiram os intelectuais cristãos que, de forma brilhante, procuraram responder aos problemas da época. Em relação a essa elite cristã, escreve Pierrard, “é notável a semelhança de sua formação e de sua trajetória dentro da Igreja: estudos literários que fazem deles escritores de classe, promissora carreira profana interrompida pela ‘conversão’, período passado em fortificadora solidão, intensa atividade pessoal acompanhada de forte influência doutrinal” (PIERRARD, 2012, p. 50). Homens com muita consciência de estarem vivendo o fim de uma história e o início de outra. Dois grupos, entre eles se destacam pela contribuição ao:

O debate teológico que dividia a Igreja e, até certo ponto, o império, entre arianos e nicenos. O Concílio de Niceia tomou o partido de Alexandre, patriarca de Alexandria, na disputa teológica com o presbítero de sua diocese, Ário (256-336), sem, contudo, apaziguar as duas correntes opostas e outra que defendia uma posição intermediária. De tal forma que, no século IV, o cristianismo se encontrava dividido em escala mundial, em dois partidos (nicenos x arianos), em torno de um problema teológico: Quem é Jesus? Quais as relações entre Jesus, o Espírito Santo e o Pai?

Da discussão dessas questões teológicas, surge a doutrina trinitária dos três grandes capadóciolos - Basílio Magno, bispo de Cesareia da Capadócia, seu irmão caçula Gregório, bispo de Nissa e o amigo deles Gregório, bispo de Nazianzeno. Nissa e Nazianzeno eram pequenas cidades da Capadócia (hoje importante região da Turquia). Eles explicaram com mais clareza a diferenciação das três pessoas divinas e desenvolveram um sistema conceitual diferenciado para descrever o mistério da Trindade. Conseguiram assim fazer prevalecer, de fato, o **Credo Niceniano**, que é repetido até hoje em todas as missas.

Basílio Magno (330-379) e Gregório e Macrina eram de família profundamente religiosa, cujas raízes se estendiam pelo menos até duas gerações. Seus avós maternos, Basílio e Macrina, tinham passado sete anos escondidos nos bosques durante a perseguição do imperador Décio. Basílio estudou em Cesareia, Antioquia, Constantinopla e depois em Atenas. Lá, conheceu Gregório Nazianzeno.

Com 26 anos tornou-se professor de retórica. Convertido sob influência de sua irmã Macrina, encetou longa viagem à Síria, ao Egito, à Mesopotâmia e à Palestina para conhecer eminentes eremitas. Ao voltar, com 28 anos, doou seus bens aos pobres e instalou-se em Íbora, onde ele e seu amigo Gregório de Nazianzeno fundaram uma comunidade para homens, semelhante à que sua irmã, Macrina, tinha fundado para mulheres, em Anessi. Nos seis anos que passaram em Íbora Basílio e Gregório escreveram uma antologia das obras de Orígenes e a *Regra*, sobre a vida conventual. Junto ao trabalho manual tem lugar o trabalho intelectual e a oração, o maior dever do monge. Aos 32 ou 34 anos ele é ordenado padre e aos 40 é escolhido bispo.

Talvez o que mais chame a atenção na espiritualidade de Basílio seja o caráter engajado e comprometido socialmente de seu ministério episcopal. Dedicou-se a erradicar a miséria de sua cidade, construindo diversas obras no setor mais carente: instituições de socorro aos marginalizados e estrangeiros; albergue e abrigo para pessoas idosas; hospital, com uma ala reservada às doenças contagiosas; igreja; e, mais tarde, alojamentos para empregados e operários. A obra transformou-se em uma verdadeira cidade operária. (HAMANN, citado or CAVALCANTE, 2007, p. 249)

Esta obra passará a se chamar *Basiliade*.

É de uma homilia de Basílio o texto a seguir:

“E tu que vais ocultando todos os seus bens nas obras de uma avareza insaciável, julgas não prejudicar ninguém, deixando na privação tantos infelizes? Quem é o avaro? Uma pessoa que não se contenta com o que é necessário. Quem é o ladrão? Uma pessoa que tira de alguém aquilo que lhe pertence. E, porventura não és um avaro? Não és um ladrão? Monopolizastes os bens cuja gestão te foi confiada. Aquele que despoja um homem de suas vestes receberá o nome de saqueador. E aquele que, podendo fazê-lo, não veste a nudez do mendigo merecerá acaso outro nome? Ao faminto pertence o pão que guardas. Ao homem nu, o manto que guardas até nos seus cofres. Ao que anda descalço, o calçado que apodrece em tua casa. Ao miserável, o dinheiro que guardas escondido. É assim que vives oprimindo tanta gente que poderias ajudar [...].”

Basílio sabia ser altivo: um alto funcionário encarregado pelo imperador de dobrar-lhe com promessas e ameaças, ao dizer-lhe: “Ninguém se atreveu a me falar nestes termos”, Basílio respondeu: “Talvez isto seja porque nunca tropeçastes num verdadeiro bispo”. Gregório de Nissa (335?-395), irmão caçula de Basílio e de Macrina – (Santa Macrina, a Jovem, neta da Santa Macrina Maior e de Basílio, o Velho, conhecido advogado de Cesareia da Capadócia). Casou-se com Teosebéia, “uma jovem muito bela, com quem parece ter sido muito feliz” [...]. Quando ela morreu, ele se tornou eremita e foi ordenado padre.

Indicado por seu irmão, Basílio, bispo de Cesareia, para ser bispo de Nissa, ele não mostrou aptidões para funções administrativas. Distinguiu-se como teólogo especulativo, por sua vida mística e por suas obras místicas, que, até hoje, estão entre as obras clássicas da literatura contemplativa.

No Concílio de Constantinopla, em 381, ele, juntamente com Basílio e Gregório ajudaram a esclarecer a doutrina nicena e fazê-la prevalecer de fato. Após o Concílio, “o imperador Teodósio o fez um de seus principais

conselheiros em assuntos teológicos e Gregório se viu obrigado a viajar para diversas partes do império, até mesmo Arábia e Babilônia.” (GONZÁLEZ, 2009, p. 135)

Gregório de Nazianzeno (330-390): era filho do Bispo de Nazianzeno, que também se chamava Gregório, e de sua esposa Nona – pois naquela época não era proibido que os bispos fossem casados. Estudou retórica e filosofia em Cesareia, Alexandria e Atenas, onde tornou-se amigo de Basílio. Quando voltou, aos 30 anos, foi viver como monge na comunidade de Basílio. Ordenado padre, ele abriu mão de suas funções para voltar à vida de monge. Basílio fez dele Bispo, a contragosto, de um lugarejo sem importância.

Após a morte de Basílio, ele resolveu entrar na contenda entre arianos e nicenos, a que seu amigo tinha dedicado tantas energias.

No ano de 379 ele cria uma comunidade ortodoxa (de fé nicena) em Constantinopla, cidade onde, naqueles dias, só havia igrejas arianas. Nesta ocasião ele pronunciou seus cinco discursos teológicos sobre a Trindade, que até hoje ainda são tidos por uma das melhores exposições da doutrina trinitária. Quando ele assistia a uma celebração na catedral de Santa Sofia, em companhia do novo imperador Teodósio, *“um raio de sol abriu passagem entre as nuvens e foi cair sobre Gregório. Imediatamente os presentes viram nisto um sinal do céu e começaram a gritar: Gregório bispo! Gregório bispo! E assim o desconhecido monge de Nazianzo tornou-se Patriarca de Constantinopla. Nesta função, ele presidiu, em 381, as primeiras sessões do Concílio de Constantinopla e logo a seguir renunciou ao cargo que nunca desejara. Voltou para sua terra natal e dedicou-se às tarefas pastorais e a compor hinos”*.

Sob esses aspectos, é extraordinária a contribuição de cada um dos quatro gigantes: Ambrósio, João Crisóstomo, Jerônimo e Agostinho.

“Os nomes de João Crisóstomo, Jerônimo, Ambrósio e Agostinho, mesmo que não houvesse outros, teriam sido suficientes para honrar qualquer época. Mas eles não eram mais do que quatro dos muitos excepcionais estudiosos e homens de original gênio, que, então, devotaram as suas penas à causa cristã.”
(DAVIES, 1967, p. 295)

Além destes, destacam-se no século IV: Ário e Atanásio de Alexandria, Cassiano, Dâmaso de Roma, Hilário de Poitiers e o grande historiador Eusébio de Cesareia, considerado “pai das enciclopédias e dicionários”.

Ambrósio (339-397): filho de um alto funcionário do império, governador da província de Emília e Ligúria, com sede em Milão, preocupado com a ordem pública, foi a uma reunião na igreja, durante a qual seria escolhido o novo bispo da cidade. Dois grupos se digladiavam: arianos e nicenos. De repente um menino grita: “Ambrósio bispo!” Inesperadamente o povo (nicenos e arianos) também começou a gritar: “Ambrósio bispo! Ambrósio!”

Rendendo-se à insistência do povo e à ordem imperial, Ambrósio concordou em ser bispo de Milão. Foi então batizado e, em uma semana, foi feito, sucessivamente, leitor, exorcista, acólito, subdiácono, diácono e presbítero. Oito dias depois, em 1 de dezembro de 373, foi sagrado bispo. Distribuiu sua grande fortuna aos pobres e passou a levar vida ascética, exemplar. Sendo um homem culto, em pouco tempo, tornou-se um dos melhores teólogos da Igreja ocidental. Ativo e popular, Ambrósio soube defender as causas que lhe pareceram justas, inclusive enfrentando o imperador. Em suas homilias e em seus tratados sobre temas bíblicos e eclesiásticos buscava argumentos tanto em Fílon, quanto em Orígenes. Ele mesmo preparava os catecúmenos para o batismo. Foi ele quem preparou e batizou Agostinho, o qual sobre Ambrósio escreveu: “Comecei a estimá-lo, a princípio, não como mestre da verdade [...], mas como homem bondoso

para comigo. Acompanhava assiduamente suas conversas com o povo, não com a intenção que deveria ter, mas para averiguar se sua eloquência merecia a fama de que gozava”.

Trecho de um dos sermões de Ambrósio:

“Deus ordenou que todas as coisas fossem produzidas, de modo que houvesse comida em comum para todos, e que a terra fosse herança comum de todos. Por isso a natureza produziu um direito comum a todos; mas a avareza fez disso um direito de alguns poucos [...]”.

Por outro lado, é de Ambrósio também a infeliz investida contra os judeus: ‘não oreis por esse povo, nem mostreis misericórdia alguma por eles.’” (SCHAMA, 2015, p. 250)

João Crisóstomo (347-407): nasceu em Antioquia, Síria, onde estudou com o famoso orador pagão Libânio. Aos 20 anos, já advogado, começou o catecumenato que, então, durava três anos. Resolveu ser monge, mas para agradar sua mãe, montou, com três amigos, um pequeno convento em sua própria cidade. Quando sua mãe morreu, ele foi viver entre os monges nas montanhas da Síria, onde permaneceu por quatro anos aprendendo a disciplina monástica e mais dois em completa solidão. Voltando a Antioquia foi ordenado presbítero e começou a pregar. Sua fama se espalhou por toda a igreja de fala grega. Em suas pregações, voltava-se cada vez mais para os problemas da época, procurando iluminá-los com a Palavra de Deus. Contudo, nem sempre a leitura desta Palavra conseguia desanuviar e desfazer os preconceitos e rixas religiosas:

“Muitos, eu sei, respeitam os judeus e julgam seu modo de vida venerável. Eis por que me apresso a erradicar e destruir essa lamentável opinião [...] que ninguém venere a sinagoga por causa dos livros sagrados, que cada um deteste e a evite [...]. Precisais saudá-los, trocar uma única palavra com eles? Não deveis virar-lhes inteiramente as costas, porquanto eles são a vergonha comum e a

infecção de todo o mundo? (CRISÓSTOMO. *Adversus Iudeos*, IV, 1.6. vii, em SCHAMA, 2015, p. 244-245)

Para Gilvan Ventura da Silva, *“a virulência dos ataques de João Crisóstomo contra os judeus de seu tempo parece constituir uma evidência praticamente irrefutável de que, do ponto de vista das interações sincréticas entre os grupos sociais, a separação entre o Judaísmo e o Cristianismo ainda não havia se consumado no século IV... não obstante a campanha movida de longa data pelo episcopado contra os judeus e judaizantes”*.

Sérgio Alberto Feldman acrescenta:

“O ódio e o desprezo aos judeus são incitados no intuito de separar as duas comunidades e objetivam uma definição de identidade cristã diferenciada da sinagoga. Esse corte do cordão umbilical é feito de maneira violenta. Nem o judeu comum escapa, sendo descrito como libidinoso, glutão e beberrão. As características hedonistas são acentuadas: “bandidos libidinosos, vorazes, avaros e pérfidos [...] os mais desprezíveis dos seres humanos.” (NASCIMENTO; JEHA, 2017, p. 154)

Nomeado, em 397, bispo de Constantinopla – ou patriarca, pois o bispo desta cidade ostentava este título – ele começou uma profunda e radical mudança, iniciando pelo clero. Alguns sacerdotes que se diziam celibatários tinham em sua casa mulheres que chamavam de irmãs espirituais. Outros clérigos tinham se tornado ricos e viviam em tanto luxo quanto os poderosos civis da grande cidade. As finanças da Igreja estavam completamente desorganizadas e a tarefa pastoral, negligenciada. João coibiu todos os exageros e, dando o próprio exemplo, vendeu os objetos de luxo que havia no palácio do bispo para dar de comer aos pobres. Por sua pregação firme e eloquente, angariou simpatia e também ódio. Este orador, que ganhou o sobrenome “Crisóstomo” (boca de ouro), trovejava no púlpito da Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla:

“Esse freio na boca do teu cavalo, este aro de ouro no braço do teu escravo, esses adornos dourados em teus sapatos, são sinal de que estás roubando o órfão e matando de fome a viúva. Depois de morreres, quem passar pela rua dirá: “Com quantas lágrimas ele construiu esse palácio? Quantos órfãos se viram nus, quantas viúvas injuriadas, quantos operários receberam salários injustos!” Assim nem mesmo a morte te livrará dos teus acusadores.”

A imperatriz Élia Eudóxia fez donativos especiais à igreja. O bispo lhe agradeceu. E continuou pregando como antes.

Em 404, João foi desterrado para a Armênia, morrendo em 407, a caminho de um exílio mais distante (em 430 seus restos mortais foram levados para Constantinopla e o imperador Teodósio II, filho de Élia Eudóxia, pediu, publicamente, perdão em nome de seus pais).

Jerônimo (347-420): segundo Gonzáles (2009, p. 155), dos gigantes do quarto século nenhum é tão interessante quanto Jerônimo. Por sua luta gigantesca e interminável com o mundo e consigo mesmo. Era orgulhoso, grosseiro e amargo. Os que se atreviam a criticá-lo eram simplesmente chamados “asnos de duas patas”. Foi o mais erudito dos padres latinos. Nasceu de família abastada da Dalmácia (Iugoslávia). Foi educado em Roma, estudando gramática, retórica e filosofia, dedicando-se especialmente ao estudo de Cícero e Virgílio. No final de seus estudos foi batizado. Em Antioquia estudou lógica de Aristóteles e aprofundou seu conhecimento do grego. Em seguida, viveu três anos no deserto de Cálisis (Palestina) como eremita (375-378), aprendendo o hebraico com um monge de origem judia. Em 379, com 32 anos, foi ordenado presbítero, em Antioquia. Dois anos depois, participou do Concílio de Constantinopla, onde conheceu os trabalhos que vinham sendo realizados pelos dois Gregórios, de Nissa e de Nazianzeno. No ano seguinte, em Roma, tornou-se assessor do papa Dâmaso por sua qualidade de escrita, seu

conhecimento das obras de Orígenes e por sua experiência na espiritualidade monástica.

Dois anos depois, com a morte de Dâmaso, Jerônimo se dirigiu a Belém, onde às expensas de Paula – amiga e colega de estudos em Roma –, construiu três mosteiros de mulheres e outro de homens.

Do interior de sua imensa produção literária, emerge um estilo peculiar de espiritualidade, sempre vinculada aos compromissos radicais do Evangelho. (CAVALCANTE, 2007, p. 272)

Tendo como fonte a *Septuaginta* no original hebraico e grego, assim como a versão grega clássica do Antigo Testamento, que remonta ao tempo pré-cristão, e as precedentes versões latinas, Jerônimo, com a ajuda de outros colaboradores, pôde oferecer uma tradução melhor: ela constituiu a chamada *Vulgata*, o texto oficial da Igreja latina, que foi reconhecido como tal pelo Concílio de Trento. Depois de recente revisão, permanece até hoje o texto oficial da Igreja de língua latina.

Aurélio Agostinho (354-430), bispo de Hipona: nasceu na cidade de Tagaste, hoje região da Argélia, filho de um oficial romano do escalão inferior, pagão. Sua mãe, Mônica, era cristã fervorosa. Estudou em uma cidade próxima, Madaura, e aos 17 anos transferiu-se para Cartago. Conheceu ali uma mulher com a qual passou a conviver e de quem teve seu único filho, Adeodato. Estudou retórica, disciplina que preparava advogados e servidores públicos. Não satisfeito com apenas falar bem e convincentemente, encaminhou-se para a filosofia, aderindo ao maniqueísmo, que se espalhou pela costa do Mediterrâneo, com a aura de doutrina eminentemente racional. Agostinho ensinou gramática em Tagaste (374), retórica em Cartago (375-383), Roma (384) e em Milão (384-386), onde trabalhou oficialmente como professor. Ali, interessado em retórica e pela fama de bom orador do bispo Ambrósio, começou a

ouvir suas pregações. Resistia à conversão, mas rezava, como ele disse posteriormente: “Dá-me castidade e continência. Mas não logo.”

Aos 32 anos converteu-se ao cristianismo e juntamente com seu filho Adeodato e um amigo, Alípio, foram batizados por Ambrósio, bispo de Milão. Agostinho registra: “Fomos batizados e desapareceu qualquer preocupação quanto à vida passada”. Os três, juntamente com Mônica, resolveram voltar para a África e, no caminho, em Óstia, a mãe de Agostinho morreu.

Chegando a Tagaste, ele escreveu suas primeiras obras cristãs, onde se vê a formação neoplatônica. Tornou-se conhecido como cristão dedicado, professor hábil e líder espiritual de seus companheiros.

Quando, em 391, ele foi a Hipona, a comunidade que participava da celebração eucarística, respondendo ao apelo do bispo Valério, o indicou para presbítero. Foi ordenado padre e quatro anos mais tarde, contra sua vontade, feito bispo de Hipona, junto com Valério, que, idoso, temia que a cidade perdesse a sede episcopal (naquele tempo o bispo não podia ser transferido, nem haver dois em uma mesma sede).

Desde 396 brilha em Hipona Agostinho, cujo pensamento e atividade literária pertencem ao patrimônio universal: ao lado do tomismo, o agostinismo é uma das formas originais da filosofia cristã. Esse, convertido do prazer e do neoplatonismo, durante seus 34 anos de episcopado, desenvolve uma atividade que ultrapassa em muito os limites de sua pequena diocese. Suas centenas de sermões tinham por objetivo instruir o povo, mas suas cartas – foram conservadas 276 – endereçavam-se a tudo aquilo que o mundo romano tinha em termos de cabeças pensantes. Os tratados de Agostinho giram em torno daquilo que ele considerava como os três flagelos da época: o maniqueísmo, cujo universo espiritual parecia-lhe caótico; o donatismo, cisma africano provocado pelo bispo Donato, que

pretendia excluir os pecadores da Igreja; e o pelagianismo, doutrina de um monge bretão, Pelágio, que proclamava a força da vontade do homem em detrimento da graça. Duas grandes obras de Agostinho merecem atenção especial: *Confissões Cidade de Deus*, em que ele se esforça para mostrar aos pagãos que o cristianismo podia vivificar o mundo novo.

“Escritor fino a ponto de atingir a mais elevada poesia – suas Confissões só encontram comparação nos Pensamentos de Pascal – Agostinho se ergue, numa África invadida pelos vândalos e num mundo submerso em trevas, como a consciência viva do Ocidente.” (PIERRARD, 212, p. 48)

Quando Agostinho morreu (430) – o último sobrevivente da “era dos gigantes” –, os vândalos estavam sitiando Hipona. 20 anos antes (410) a capital do império, Roma, a cidade eterna, tinha sido tomada e saqueada por Alarico e suas tropas godas.

“O mundo está caindo em ruínas, sim! Mas apesar disso, e para vergonha nossa, nossos pecados continuam existindo e até prosperam. A grande cidade, a capital do Império Romano, foi consumida por um grande incêndio, e em toda terra os romanos vão para o exílio. As igrejas que antigamente foram veneradas agora são montões de pó e cinzas. (Jerônimo)”

O humanismo, antes de ser teorizado, foi vivenciado pelas comunidades cristãs. Como disse Eliade, historiador romeno, “é muito provável que nenhuma outra sociedade histórica tenha conhecido – nem antes, nem depois – o equivalente da igualdade, da caridade e do amor fraterno vividos nas comunidades cristãs dos quatro primeiros séculos.” (ELIADE, 2011, p. 357)

Para Eduardo Hoornaert é a ação social e política – luta a favor do bem-estar, da saúde e da dignidade – que explica a vitória do cristianismo contra o chamado paganismo, e não as mudanças de símbolos, ou seja, de imagens, gestos ou ritos.

ADENDO:

Quem fundou o cristianismo?

A QUESTÃO

Justin Taylor em *As origens do cristianismo* coloca a questão: “Ao iniciarmos o terceiro milênio cristão, uma pergunta óbvia a fazer é: de onde veio o cristianismo? A resposta óbvia a essa pergunta é, naturalmente, que o cristianismo veio de Jesus”. A seguir, o autor acrescenta: “Isso é verdade, mas com algumas restrições [...]”. (TAYLOR, 2010, p. 17)

Martin Ebner, no início do livro "História Ecumênica da Igreja", pergunta: “fundou Jesus uma Igreja?” Antes de discorrer substancialmente sobre a questão colocada, responde: “Jesus não realizou um ato de fundação (pois a iniciativa remonta a Deus), nem aprovou determinada constituição”.

Vejamos a resposta a essa questão em outros autores, que serviram de base aos capítulos aqui publicados:

- o fundador do cristianismo é Jesus de Nazaré (PIERRARD, 2012, p.7);
- Jesus não foi fundador de uma religião, ou de uma Igreja e, sim, um profeta apaixonado pelo reino de Deus, causa última que o fez viver e morrer (VIGIL, 2006, p. 153);
- a história da Igreja remonta a Jesus de Nazaré [...] e todos (os evangelistas) supõem Jesus como base de sua fé e, assim, como fundador da Igreja (STOCKMEIER; BAUER, citados por LENZENWEGER, 2013, p. 7);

- Jesus fundou o radicalismo itinerante primitivo cristão (THEISSEN, 1987, p 127);
- Jesus do ministério não parece ter organizado mais do que um círculo de discípulos, e os apóstolos fugiram quando ele foi preso (TAYLOR, 2010, p. 17);
- embora seja improvável que Jesus se visse como organizador de uma nova comunidade – e, certamente, não fundador da Igreja – também é improvável que tivesse interesse em formar indivíduos morais (KOESTER, 2005, 2005, p. 94);
- o próprio de Jesus é preparar, anunciar, e atualizar o reino de Deus. Não se pode afirmar, a partir dos dados que nos são oferecidos pelos evangelhos, que a intenção de Jesus fosse fundar uma comunidade religiosa desligada do judaísmo. Não houve nenhuma tentativa deliberada de construir um embrião da Igreja futura, com estrutura de cargos, instituições e orientações distintas do judaísmo. Nos evangelhos não há nenhum momento fundacional da Igreja (ESTRADA, 2005, p. 116-117);
- a mais antiga referência não bíblica a Jesus, em uma obra de Josefo, prova que no ano 94 d.C., quando a obra foi escrita, Jesus de Nazaré já era conhecido como o fundador de um movimento importante e duradouro (ASLAN, 2013, p. 217);
- o judaísmo-cristianismo palestino não era uma nova religião;
- nas primeiras comunidades não há indícios de que os apóstolos, seguindo diretrizes de Jesus, antes de morrer, estivessem fundando uma nova igreja hierarquizada. Nem sequer existia um mecanismo para a sucessão dos 12 apóstolos. A verdadeira

hierarquia era a dos diferentes dons da profecia (ARIAS, 2001, p. 127);

- os primeiros cristãos não acreditavam que pertenciam a uma nova religião. Eles eram judeus e a principal diferença que os separava do resto do judaísmo era que criam que o Messias tinha vindo, enquanto os demais judeus ainda aguardavam o seu advento. Do ponto de vista dos judeus não cristãos, a situação era a mesma. O cristianismo não era uma nova religião, mas sim uma seita herética do judaísmo (GONZÁLEZ, 2009, p. 49-50);
- o cristianismo começou sua existência como uma entre várias seitas e movimentos judeus que competiam entre si. O judaísmo não era uma só coisa, seja na Judeia, na Galileia ou na diáspora [...],⁹⁹
- o movimento emergente dos seguidores de Jesus, através de um processo longo e complexo, descobre sua identidade, que os transforma em “cristãos” (MEEKS, 2007, p. 49;63);
- o elemento mais importante do cristianismo, que o distingue, e na verdade, separa-o do judaísmo, é a admissão dos gentios, considerada cumprimento das Escrituras [...], mas este acontecimento foi totalmente inesperado e imprevisto (TAYLOR, 2010, p. 15-16);
- Jesus não foi um “cristão”, mas um judeu (embora heterodoxo). Indiretamente pôs as bases daquilo que mais tarde viria a ser a Igreja, depois da experiência da Páscoa [...]. Sua história, tal como nos foi contada pelos seus seguidores, transformou-se em fonte de inspiração e de legitimação de muitas decisões eclesiais,

mas não podem ser atribuídas diretamente a Jesus (ESTRADA, 2005, p. 117);

- a convicção na presença espiritual do Jesus vivo explica o surgimento do movimento de Jesus após a crucificação. Entretanto, foi a capacidade doutrinal e organizacional suprema de São Paulo que possibilitou o cristianismo nascente desdobrar-se numa religião mundial viável e poderosa centrada na ressurreição. (VERMES, 2013, p. 175);
- Falar de Jesus como o fundador do cristianismo, ou da Igreja, é completamente impróprio...e não há um único ato fundador da Igreja”. (PENNA, 2020, p. 43)
- Jesus não quis fundar nova religião: Paulo, ao contrário, estava consciente de fundar intencionalmente a nova **Ecclesia**. Sem Jesus não se compreende Paulo; a recíproca é verdadeira, mas, em compensação, sem Paulo não se compreende o mundo cristão. (SCHLESINGER/PORRO, 1979, p. 272);
- Jesus anunciava o reino, e foi a Igreja que veio (LOSISY, em BATTEAU, p. 82);
- Designamos como movimento de Jesus os primórdios do Cristianismo primitivo: um movimento intra-judaico de renovação desencadeado por Jesus – um carismático – no âmbito sírio-palestino (THEISSEN, 2008, p. 14).

Recolocando a questão

- Nenhuma religião surgiu de um só cérebro como resultado de um processo puramente lógico: cada religião é produto de múltiplas influências sociais que, com frequência, se estendem por séculos

e que refletem as mais variadas situações históricas (KAUTSKY, 2010, p. 404).

- A religião é acima de tudo um fenômeno social [...] ou, como diria um economista, uma **commodity** coletivamente produzida [...] e a própria fé é um produto social, coletivamente produzido e sustentado (STARK, 2006, p. 192);
- Por que espantar-se se as religiões são necessariamente construções culturais e, por isso, históricas, relativas e provisórias? O que nos paralisa frequentemente é que, com intenção de exaltar o Evangelho, o degradamos. É bastante comum, em ambientes religiosos, identificar a Boa-Nova de Jesus com a construção cultural que é a religião cristã (HOORNAERT, 2012, p. 99);
- A história da religião cristã primitiva é a história da origem de um sistema simbólico religioso autônomo. Ela começou com a separação da linguagem simbólica ritual do Judaísmo (mediante o abandono da circuncisão e das prescrições alimentares). Foi completada pela criação de uma linguagem simbólica própria [...], nova, internacional, exclusiva [...] (THEISSEN, 2009, p. 283-284);
- A aproximação demasiada da realidade da Igreja ou até a identificação com o reino faz emergir uma imagem eclesial abstrata, idealista, espiritualizante e indiferente à trama da história. A igreja concreta não é só dom do alto, mas também construção histórica dos homens de fé, em diálogo com o mundo circundante (BOFF, 2012, p. 16);

- As instituições são sempre consequência da própria **conditio** humana e não se explicam por ato de fundação específico seja este humano ou divino. Quanto mais atribuímos uma dignidade especial às instituições, tanto menos somos capazes de levar a sério a dignidade humana. O ser humano é que tem uma dignidade intrínseca, não a instituição (HINKELAMMERT, 2012, p. 236-237);
- Distanciando-se do Vaticano I, o Vaticano II propunha a questão da origem da Igreja em termos matizados, mais respeitosos aos dados bíblicos e da realidade histórica. O Senhor Jesus deu início à sua Igreja pregando a Boa-Nova, isto é, o advento do reino de Deus há séculos prometido na Escritura (ALMEIDA, 2001, p. 69).

Sintetizando a questão

No atual ambiente católico delineiam-se duas correntes fundamentais: uma afirma, numa visão mais dogmática, a presença da Igreja já no anúncio do Reino e na atuação de Jesus; outra afirma que a Igreja como instituição não estava nas cogitações de Jesus histórico, mas que surgiu como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desescatologização. (BOFF, 1982, 123)

Boff enumera vários exegetas e teólogos como Ratzinger e ele, que se inscrevem dentro desta orientação. Nesta última perspectiva, fica claro que a Igreja, como realidade histórica, é sinônimo de catolicismo. (BOFF, 1982, 124)

O que importa?

A questão decisiva não é se Jesus quis a Igreja, mas até que ponto as tentativas eclesiais de realização aparecem em consonância com a visão de Jesus. (EBNER em KAUFMANN, 2012, p. 8)

Quando nos lembramos com que frequência nossos esforços para converter o mundo estiveram misturados com diversos tipos de imperialismo, podemos ter certeza de que Deus realmente quer que todo o mundo seja cristão? (MEEKS, 2007, p. 25)

Deduz-se das fontes aqui mencionadas que Jesus de Nazaré não colocou a questão sobre o modo de levar adiante o Reino de Deus, que ele anunciava e fazia presente, nem tampouco de como se organizar para isso. Tudo indica que, para ele, esse não era um problema seu, mas do Pai, Dono do reino. O Espírito diria a seus seguidores o que fazer.

O projeto “O melhor de nós” [100](#) começou com uma busca: quem foi Jesus de Nazaré? E assim:

- retratou-o como figura humana o mais fielmente possível, de acordo com o que de melhor se vem publicando;
- buscou apresentar diversas e diferentes interpretações do fato – a ressurreição – sem o qual ele hoje seria um desconhecido;
- acompanhou os passos da comunidade cristã primitiva em sua expansão territorial e cultural, em seu embate doutrinário contra divergências tanto externas quanto internas e com as perseguições do império;
- terminou sua rápida jornada vendo a Igreja, com quadros intelectuais sólidos, organizada, hierarquizada, com centros regionais e central de poder, ser levada à condição de religião oficial do império. [101](#)

O único mérito do projeto foi o esforço de compilação de informações e a apresentação de uma longa, complexa e admirável história em 70 curtos

capítulos. 18 sobre Jesus de Nazaré, 20 sobre A ressurreição e 32 sobre A comunidade cristã primitiva. (NUNES, 2016, 516 p.)

E agora?

O projeto deixa aqui um desafio: estando O melhor de nós vivo, presente na história que está sendo escrita hoje, como falar dele e de sua mensagem em linguagem adequada ao mundo moderno?

Um grande desafio para todas as religiões, que, diante dos problemas que alienam o homem moderno, pretendam ser parte da solução e não parte do problema.

A helenização do cristianismo, que permitiu à Igreja primitiva deixar o contexto bastante estreito de uma única nação e entrar no contexto cultural muito mais vasto do mundo de então, conduziu, paradoxalmente, a uma nova “judaização” do cristianismo e à fixação, novamente, numa “única língua”:

“Nossa linguagem é a estrutura mais importante e mais intrínseca do mundo humano; é um prisma através do qual vemos o mundo. A linguagem do passado é mítica, mitológica, não deixando também de ser poética. Nos últimos séculos, nossa linguagem vem se tornando predominantemente científica. O homem moderno, sem perder a poesia, quer sempre mais explicações racionais claras, comprovadamente empíricas.” (HALÍK, 2013, p. 91)

“Em virtude da dinâmica interna de uma evolução que também é obra criadora de Deus, o bloco granítico da modernidade desprende-se por si mesmo do maciço montanhoso da história humana, golpeando com força os pés de argila da fé medieval da Igreja.

A Igreja precisa de uma reforma radical, que afete todos os seus domínios. Tanto em sua mensagem como na forma de apresentar, deve se adequar à realidade moderna.” (LENARES, 2017, p. 13)

Em seu ensaio “Felicidade e Salvação”, o teólogo alemão Gisbert Greshake formulou da seguinte maneira a alternativa diante da qual se encontra o ser humano. “Ou a felicidade plena é pura ilusão e o ser humano, empenhado em ser plenamente feliz, é algo absurdo e sem sentido, ou então a felicidade é dom, plenitude de vida a que só se pode chegar com graça a partir daquele que é fonte da vida.”

A esperança, inspirada por O melhor de nós, consiste precisamente em buscar e esperar a plenitude total desta terra. Crer no céu é procurar ser fiel a esta terra até o fim, sem defraudar nem desesperar de nenhum anseio ou aspiração verdadeiramente humanos. Quem não faz nada para mudar este mundo não crê em outro melhor. Quem não trabalha para desterrar a violência não crê numa sociedade fraterna. Quem não luta contra a injustiça não crê num mundo mais justo. Quem não trabalha para libertar o ser humano de suas escravidões não crê num mundo novo e feliz. Quem não faz nada para mudar a terra não crê no céu. Relembrando Crossan: “O imitar sua vida, mais do que lembrar seus ditos, é o modo principal de continuidade de Jesus histórico.” (CROSSAN, 2004, p. 441)

“Para o crente moderno a verdadeira boa-nova de Jesus de Nazaré é que dele, mesmo após sua morte, brota uma força vital que supera os limites do tempo e do espaço, tal como antes da morte. Esta força produz um melhoramento na qualidade de vida de todos aqueles que se voltam para ele e o seguem e, por isso, é fonte de salvação para eles.” (Roger Lenaers em NUNES e outros. O melhor de nós: por uma cristologia contemporânea, p. 176)

[...] o propósito da fé é servir – ela jamais é um fim em si. (KEERNER, 2017, p. 265)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Antonio José de. **O ministério dos presbíteros-episcopos na Igreja do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2001.

ARENS, Eduardo. **Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João**: aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2008.

ARIAS, Juan. **Jesus, esse desconhecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém**: uma cidade, três religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

ASLAN, Reza. **Zelota**: a vida e época de Jesus de Nazaré. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ASLAN, Reza. **Deus**: uma história humana. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

AUGIAS, Corrado; PESCE, Mauro. **Diálogo sobre Jesus**: quem foi o homem que mudou o mundo? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BAILEY, Kenneth E. **Jesus pela ótica do Oriente Médio**: estudos sobre os Evangelhos. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BARBAGLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica. São Paulo: Paulinas, 2011.

BARROS, Marcelo. **Evangelho e Instituição**. São Paulo: Paulus, 2014)

BERNHEIM, Pierre-Antoine. **Tiago**: irmão de Jesus. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BESSIERE, Gerard. **Jesus, o Deus surpreendente** – Gallimard: Objetiva,1993.

BEUTLER, Johannes. **O Evangelho segundo João**. Tradução de Johan Konings. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BLANCHARD, Yves-Marie. **São João**. São Paulo: Paulus, 2004.

BOCK, Darrel L. **O Jesus histórico: critérios e contextos no estudo das origens cristãs**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. São Paulo: Ed. Fundamento Educacional, 2012.

BONNEAU, Guy. **Profetismo e Instituição no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BORTOLINI, José. **Como ler o Evangelho de João: o caminho da vida**. São Paulo: Paulus, 2003.

BROWN, Raymond Edward. **A comunidade do discípulo amado**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BRUCE. F. F. **Paulo: apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia**. São Paulo: Shedd Publicações, 2013.

BRUCKBERGER, R. L. **A história de Jesus Cristo**. São Paulo: Herder, 1969.

BRUTEAU, Beatrice. **Jesus segundo o judaísmo: rabinos e estudiosos dialogam em nova perspectiva a respeito de um antigo irmão**. São Paulo: Paulus, 2003.

CARREZ, M. **et al.** As cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas. São Paulo: Paulus, 1987.

CARVALHO, Heloisa Silva; NAKANOSE, Shigeyuki. **Entendendo a Primeira Carta aos Coríntios.** São Paulo: Paulus, 2008.

CASTILLO, José M. **Jesus:** a humanização de Deus: ensaio de cristologia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015).

CAVALCANTE, **Ronaldo. Espiritualidade cristã na história** – Das origens até santo Agostinho. São Paulo: Paulus, 2007.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele (Org.). **A descoberta do Jesus histórico.** São Paulo: Paulinas, 2009.

COHN, Haim Hermann. **O julgamento de Jesus, o Nazareno.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

CRB. **Viver e anunciar a Palavra:** as primeiras comunidades. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan. **Em busca de Paulo:** como a apóstolo de Jesus opôs o reino de Deus ao império romano. São Paulo: Paulus, 2007.

CROSSAN, John Dominic. **O nascimento do cristianismo:** o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus. São Paulo: Paulinas, 2004.

D'ANCONA, Mattheus e THIEDE, Carsten Peter. **Testemunha ocular de Jesus:** novas provas em manuscrito sobre a origem dos Evangelhos. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

DANIEL-ROPS, Henri. **A vida diária nos tempos de Jesus.** São Paulo: Vida Nova, 2008.

DAVIES, J. G. **As origens do cristianismo.** Lisboa: Editora Arcádia, 1967.

DAWSON, Chistopher. **A formação da Cristandade**. Das origens da tradição judaico-cristã à ascensão e queda da unidade medieval. São Paulo: É Realizações Ed., 2014.

DE CESAREIA, Eusébio. **História Eclesiástica** – Os primeiros quatro séculos da Igreja Cristã. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1999.

DE CESAREIA, Eusébio. **História Eclesiástica**. São Paulo: Editora Novo Século, 1999;

DREYER, Carl Theodor. **Jesus de Nazaré**: a última grande obra de um grande cineasta. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DUNN, James D. G. **Unidade e diversidade no Novo Testamento**: um estudo das características dos primórdios do cristianismo. Santo André: Editora Academia Cristã, 2009.

EAGLETON, Terry. **Jesus Cristo**: apresentado por Terry Eagleton. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

EHRMAN, Bart D. **O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2008.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELLIOTT, John. **Um lar para quem não tem casa**: interpretação sociológica da primeira carta de Pedro. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

ESTRADA, Juan Antonio. **Para compreender como surgiu a Igreja**. São Paulo: Paulus, 2005.

FARIA, Jacir de Freitas. **As origens apócrifas do cristianismo**: comentário aos evangelhos de Maria Madalena e Tomé. São Paulo:

Paulinas, 2003.

FERREIRA, Joel Antônio. **Flávio Josefo**: Uma testemunha do tempo dos Apóstolos. São Paulo: Paulus, 1986.

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **Jesus e a política de interpretação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FRANGIOTTI, Roque. **Cristãos, judeus e pagãos**. São Paulo: Ideias e Letra, 2017.

GALLAZZI, Sandro. **Israel na história**: seu povo, sua fé, seu livro. São Leopoldo: CEBI, 2012.

GASS, Ildo Bohn. **Uma introdução à Bíblia**: As comunidades cristãs da segunda geração – São Paulo: CEBI/Paulus, 2011.

GASS, Ildo Bohn. **Uma introdução à Bíblia**: As comunidades cristãs da primeira geração – São Paulo: CEBI/Paulus, 2012.

GIBERT, Pierre. **Como a Bíblia foi escrita**: introdução ao Antigo e ao Novo Testamento. São Paulo: Paulinas, 1999.

GNILKA, Joachim. **Jesus de Nazaré**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

GOMES, João Batista. **O judaísmo de Jesus**: o conflito Igreja-Sinagoga no Evangelho de Mateus e a construção da identidade cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GONZÁLEZ, Justo L. **A era dos mártires** – Uma história ilustrada do Cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 2009.

GONZÁLEZ, Justo L. **A era dos gigantes** – Uma história ilustrada do Cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 2009.

HALÍK, Tomás. **Paciência com Deus**: oportunidade para um encontro. Prior Velho: Paulinas, 2013.

HAMMAN, A. G. **A vida cotidiana dos primeiros cristãos (97-197)**. São Paulo: Paulus, 1997.

HEYER, C. J. **Paulo, um homem de dois mundos**. São Paulo: Paulus, 2008.

HINKELAMMERT, Franz J. **A maldição que pesa sobre a lei** – As raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso. São Paulo: Paulus, 2012.

HINSON, E. Glenn; SIEPIERSKI, Paulo. **Vozes do Cristianismo Primitivo**: o cristianismo como movimento que celebra sua unidade na diversidade, feito por indivíduos comuns, rumo à institucionalização. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. **Cristãos da terceira geração (100-130)**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebila, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. **Hermas no topo do mundo**. São Paulo: Paulus, 2002.

HOORNAERT, Eduardo. **Novos desafios para o Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2012.

HOORNAERT, Eduardo. **Origens do Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2016.

HOORNAERT, Eduardo. **Em busca de Jesus de Nazaré**. São Paulo: Paulus, 2016.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império**: o reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004.

HURTADO, Larry W. **Senhor Jesus Cristo**. Devoção a Jesus Cristo no Cristianismo Primitivo. Santo André: Academia Cristã/Paulus, 2012.

JEHA, Júlio; NASCIMENTO, Lyslei. **Estudos judaicos**: crimes, pecados, monstruosidades. São Paulo: Humanitas, 2017.

KAUFMANN, Thomas **et al.** **História Ecumênica da Igreja - 1**: dos primórdios até a Idade Média. São Paulo: Editoras Sinodal; Loyola; Paulus, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A origem do Cristianismo**: tradução, introdução, apêndice e notas de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KEERNER, Graig S. **Comentário histórico-cultural da Bíblia**: Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2017.

KELLY, J. N. D. **Patrística** – Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 1994.

KOESTER, Helmut. **História e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005.

KONINGS, Johan; KRULL, Waltraud. **Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

KONINGS, Johan. **Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da “Fonte Q”**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

KONINGS, Johan. **A Bíblia, sua origem e sua leitura** – Introdução ao estudo da Bíblia. Petrópolis: Vozes, 2011.

KONINGS, Johan. **O Evangelho do discípulo amado**: um olhar inicial. São Paulo: Ed. Loyola, 2016.

LAHAYE, Tim. **Jesus**: descubra os mistérios do homem que fascinou o mundo e mudou a história da humanidade. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

LELOUP, Jean-Ives. **Amar... apesar de tudo**. Encontro com Marie de Solemme. Campinas: Verus, 2002.

LENAERS, Roger. **Jesus de Nazaré**: um ser humano como nós? – São Paulo: Scortecci, 2017;

LENAERS, Roger. **Outro cristianismo é possível**: a fé em linguagem moderna. São Paulo: Paulus, 2010.

LENZENWEGER, Josef **et. al. História da Igreja Católica**. Tradução de Fredericus Stein. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

LIMA, Venício A. de. **Quem foram os primeiros cristãos e outros ensaios**. Brasília: Edição do autor, 2015.

MAGGI, Alberto. **A loucura de Deus**: o Cristo de João. São Paulo: Paulus, 2013.

MARCONCINI, Benito. **Os Evangelhos Sinóticos**: formação, redação, teologia. São Paulo: Paulus, 2012.

MARGUERAT, Daniel. **A Primeira História do Cristianismo, os Atos dos Apóstolos**. São Paulo: Ed. Paulus; Ed. Loyola, 2003.

MARGUERAT, Daniel. **Novo Testamento**: história, escritura e teologia. São Paulo: Paulus, 2015.

MARTY, Martin. **O mundo cristão**: uma história global. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MAZZAROLO, Isidoro. **A Bíblia em suas mãos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2005.

MEEKS, Wayne. **Cristo é a questão**. São Paulo: Paulus, 2007.

MEEKS, Wayne. **Os primeiros cristãos urbanos**: o mundo social do Apóstolo Paulo. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2011.

MEIER, John P. **Um judeu marginal**: repensando o Jesus histórico, livros I, II, III. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2003.

MENDONÇA, José Tolentino. **A construção de Jesus**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

MENDONÇA, José Tolentino. **A leitura infinita**: a Bíblia e sua interpretação. São Paulo: Paulinas; Pernambuco: VICAP, 2015;

MESTERS, Carlos. Paulo **Apóstolo**: um trabalhador que anuncia o Evangelho. São Paulo: Paulus, 2008.

MEUNIER, Bernard. **O nascimento dos dogmas cristãos**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MILANI, André Luiz **et al.** **Introdução ao Segundo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2007.

MORIN, Émile. **Jesus e as estruturas de seu tempo**. São Paulo: Paulus, 1988.

MOXNES, Halvor. **A economia do reino**: conflito social e relações econômicas no Evangelho de Lucas. São Paulo: Paulus, 1995.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Paulo**: biografia crítica. São Paulo: Loyola, 2004.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Paulo de Tarso**: história de um apóstolo. São Paulo: Loyola/Paulus, 2007.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Jesus e Paulo**: vidas paralelas. São Paulo: Paulinas, 2008.

NAKANOSE, Shigeyuki; MARQUES, Maria Antonia. **Entendendo a Primeira Carta aos Tessalonicenses**. São Paulo: Paulus, 2017.

NASCIMENTO, Lyslei; JEHA, Julio (Org.) **Estudos judaicos**: crimes, pecados, monstruosidades. São Paulo: Humanitas/USP, 2017.

NUNES. José Afonso Moura e outros. **O melhor de nós**: por uma cristologia contemporânea. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

NUNES, Jose Afonso Moura e outros. **Jesus de Nazaré**: o melhor de nós. Belo Horizonte: Ramalhete, 2019.

OPORTO, Santiago Guijarro. **Ditos primitivos de Jesus**: uma introdução ao “Proto-evangelho de ditos Q”. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

OVERMAN, J. Andrew. **O Evangelho de Mateus e o Judaísmo formativo**: o mundo social da comunidade de Mateus. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

OZ, Amós. **Judas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PAGOLA, Jose Antonio. **Jesus**: aproximação histórica. Petrópolis: Vozes, 2011.

PENNA, Romano. **As primeiras comunidades cristãs**: pessoas, tempos, lugares, formas e crenças. Petrópolis/RJ: Vozes, 2020.

PIERINI, Franco. **Curso de história da Igreja** – Idade antiga. São Paulo: Paulus, 1998.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2012.

POTESTÁ, Gian Luca e VIAN, Giovanni. **História do Cristianismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

QUESNEL, Michel. **Paulo e as origens do Cristianismo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

RATZINGER, Joseph. Bento XVI. **Jesus de Nazaré: primeira parte: do batismo no Jordão à transfiguração**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

RATZINGER, Joseph. Bento XVI. **Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a ressurreição**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

RATZINGER, Joseph; Bento XVI. **Os Padres da Igreja: de Clemente romano a Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2012.

RAUSCH, Thomas P. **Quem é Jesus?** Uma introdução à cristologia. Aparecida/SP: Editora Santuário, 2006.

REIMER, Ivoni Richter. **Maria, Jesus e Paulo com as mulheres: textos, interpretações e história**. São Paulo: Paulus, 2013.

RICHARD, Pablo. **O movimento de Jesus depois da ressurreição: uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos**. São Paulo: Paulinas, 1999.

RIEGER, Joerg. **Cristo e império, de Paulo aos tempos pós-coloniais**. São Paulo: Paulus, 2009.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **1 Tessalonicenses: fé, esperança, amor e resistência**. São Paulo: Paulinas, 2017.

SCARTDELAI, Donizete. **Jesus: o messias dos pobres; por uma teologia do messianismo libertador e integral**. São Paulo: Paulus, 2021.

SCHAMA, Simon. **A história dos judeus**: à procura das palavras: 1.000 a.C. – 1492 d.C. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Jesus**: a história de um vivente. São Paulo: Paulus, 2008.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Jesus era judeu**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

SCROGGS, Robin. **O Jesus do povo**: trajetórias do cristianismo primitivo. São Paulo: Paulus, 2012.

SEGALLA, Giuseppe. **A Pesquisa do Jesus Histórico**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SHANKS, Hershel. **Para compreender os manuscritos do Mar Morto**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

STAMBAUGH, John E.; BALCH, David L. **O Novo Testamento em seu ambiente social**. São Paulo: Paulus, 1996.s

STARK, Rodney. **O crescimento do cristianismo**: um sociólogo reconsidera a história. São Paulo: Paulinas, 2006.

STEGEMANN, Ekkehard Wolfgang. **História social do protocristianismo** – os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. São Paulo: Ed. Sinidal / Paulus, 2004.

SUSIN, Luiz Carlos. **Teologia para outro mundo possível**. São Paulo: Paulus, 2006.

TAYLOR, Justin. **As origens do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2010.

THEISSEN, Gerd. **Sociologia da Cristandade Primitiva**. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal, 1987.

THEISSEN, Gerd. **O movimento de Jesus**: história social de uma revolução de valores. São Paulo: Loyola, 2008.

THEISSEN, Gerd. **A religião dos primeiros cristãos**: uma teoria do cristianismo primitivo. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2009.

THEISSEN, Gert; MERZ, Annette. **O Jesus histórico**: um manual. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

VERHOEVEN, Paul. **Jesus de Nazaré**. Lisboa: Guerra e Paz. Editores S.A., 2011.

VERMES, Geza. **Jesus e o mundo do judaísmo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VERMES, Geza. **A Paixão**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VERMES, Geza. **O autêntico Evangelho de Jesus**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VERMES, Geza. **Ressurreição**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso**: para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

WILSON, A. N. **Jesus, uma biografia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992;

WILSON, A. N. **Jesus, o maior homem do mundo**. São Paulo: Prestígio, 2006.

WINTER, Paul. **Sobre o processo de Jesus**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

WITHERINGTON, Ben III. **Por trás da Palavra:** o caráter sociorretórico do Novo Testamento em nova Perspectiva. Aparecida/SP: Editora Santuário, 2015.

ZILLES, Urbano. **Jesus Cristo** - quem é este? Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

EDITORA RAMALHETE

Rua Domingos Vieira, 319/1008 – Santa Efigênia

Belo Horizonte – MG – 30150-240

(31) 2535-1901

www.editoraramalhete.com.br

www.lojaeditoraramalhete.com.br

“Não é sem motivo que não existam nas universidades públicas brasileiras cátedras e centros de pesquisa sobre o Cristianismo primitivo ou Jesus de Nazaré.” (CHEVITARESE, 2009, p. 70)

“É no Paleolítico Superior, entre 40 e 10 mil anos atrás, que começam a ver o florescimento da expressão religiosa plena, incluindo evidências de complexos comportamentos rituais”. (ASLAN, 2013, p. 30)

[...] de janeiro de 2010 a fevereiro de 2017, 67.951 entidades se registraram na Receita Federal sob a rubrica de “organizações religiosas ou filosóficas, uma média de 25 por dia. Ao levar em conta apenas os grupos novos, que não são filiais daqueles existentes, o número é de 20 por dia”. (GRILLO, Marco. *O Globo*, 23 mar. 2017)

Plínio escreve ao Imperador que “aplicou torturas a duas diaconisas, mas nada encontrou no cristianismo senão superstição baixa e extravagante”. Trajano – uma das figuras mais nobres do trono imperial – recomenda prudência e moderação. É dele a célebre fórmula: “É preferível absolver um criminoso a condenar um inocente”. (FRANGIOTTI, 2017, p. 34)

A referência do historiador romano Suetônio (69-141 d.C.), para alguns críticos, é duvidosa. Embora as fontes não cristãs sejam muito pobres em seus elementos e difíceis de avaliar, por seu caráter indireto confirmam a existência do personagem histórico Jesus Cristo. (ZILLES, 1999, p. 23)

O neologismo “cristão” é do fim do século I. SCROGGS, 2012, p. 57.

“Os Evangelhos são fontes primeiras, na medida em que refletem a situação em que se encontravam seus autores – membros de determinadas comunidades cristãs primitivas – na medida em que expressam as crenças correntes nessas comunidades. Não [...] fornecem evidências concretas acerca dos eventos que narram [...] evidenciam apenas os significados que, na época de sua redação, eram atribuídos às ações, aos pronunciamentos e à morte de Jesus [...] [assim constituem] “um amálgama de camadas primárias e secundárias”. (WINTER, 1998, p. 30; 35)

“As condições históricas sobre as quais viveram as comunidades cristãs entre os séculos I e IV formaram o cenário do desenvolvimento do retrato

de Pilatos [...] quanto mais o Estado romano persegue os cristãos, mais generosa se torna a descrição de Pôncio Pilatos como testemunha da inocência de Jesus [...] quanto mais se distancia da história, mais simpático ele se torna [...]. Sordidez, avareza, crueldade, soberba e desdém pelos sentimentos alheios são as acusações levantadas contra Pilatos por autores seculares.” (WINTER, 1998, p. 122; 133; 137;138).

“Alguns hinos, ou formas hínicas, foram mais ou menos óbvias desde o começo; outras foram reconhecidas somente no séc. XX – hinos em louvor de Cristo, particularmente na literatura paulina.” (DUNN, 2009, p. 229)

“A imagem dos fariseus em Q enquadra-se melhor no cristianismo judeu da Palestina anterior a 58/62, do que no período posterior.” (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 122).

Os êxitos iniciais do cristianismo foram obtidos, principalmente, entre os pobres e os proscritos, parecendo a muitos tratar-se, essencialmente, de um movimento revolucionário de classes trabalhadoras. (DAVIES, 1967, p. 57).

Informações extraídas dos livros de Gérard Bessiere: **Jesus, o Deus surpreendente**; e de Johan Konings: **A Bíblia, sua origem e sua leitura**.

“As cartas eram, geralmente, ditadas a um amanuense, que redigia com um buril, em tabletes de cera, possivelmente, utilizando um sistema de abreviaturas, para depois transcrever o texto por extenso em uma folha ou rolo de papiro.” (BRUCE, 2013, p. 12)

O papiro do Magdalen – três fragmentos de papiro do tamanho de um selo, pertencentes ao Magdalen College, em Oxford, datado de meados do século I – é a mais antiga prova material em código do Novo Testamento. Existem hoje em dia cerca de mil papiros do Novo Testamento em museus e bibliotecas espalhados pelo mundo todo... muitos ainda esperam o dia em que algum estudioso encontre tempo para publicá-los. Muitos diriam que se trata do mais valioso tesouro literário da cristandade e, como tal, de uma parte inestimável da herança da humanidade. (D’ANCONA, 1996, p. 144; 191; 207)

Este texto é baseado principalmente no livro do biblista Ildo Bohn Gass: **Uma introdução à Bíblia – As comunidades cristãs da primeira geração**, de 2005.

“As cartas mais importantes de Paulo (especialmente as “epístolas maiúsculas” – Gálatas (48-?), Coríntios (55-56) e Romanos (57) – foram escritas entre dezoito e trinta anos após a morte de Jesus. O conhecimento da literatura e do pensamento grego que suas cartas evidenciam, fazem de Paulo “uma das grandes figuras da literatura grega” (Gilbert Murray), “um clássico do helenismo” (Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf): “ele não apenas escreve, mas pensa em grego”. (BRUCE, 2013, p. 11)

“Atos é uma obra de historiografia antiga... Marcos escreve de acordo com o modo mais técnico (e, portanto, mais preciso) da historiografia, e não segundo o modo mais retórico... Devemos, portanto, tratar a obra histórica de Lucas com grande confiança.” Graig S Keener in BOCK, 2020, p. 372,373,390)

Maria Madalena tinha uma importância extraordinária no cristianismo primitivo, era mesmo mais importante do que os apóstolos, pois ela era a testemunha de exceção da crucifixão e do sepultamento de Jesus. (GNILKA, 1999, p. 296)

“O melhor indicativo em favor de uma participação de Tiago na missão de Jesus é seu papel maior na Igreja primitiva... A maior parte dos pesquisadores, convencidos da incredulidade de Tiago, enquanto Jesus era vivo, acham que sua conversão se teria dado em seguida a uma aparição do Senhor, mencionada em Paulo na Primeira Epístola aos Coríntios (1 Cr. 15, 3-8). (BERNHEIM, 2003, p. 109)

“Quando a santidade do templo era profanada, por palavra ou ação, as autoridades judaicas tinham poder para aplicar sua própria lei. A pena para blasfêmia era morte por apedrejamento, e essa pena foi aplicada a Estêvão.” BRUCE. (2013, p. 62)

“Paulo parece ter adquirido tanto a instrução farisaica quanto a educação escriba, incluindo o estudo em retórica, enquanto viveu e cresceu em Jerusalém. (WITHERINGTON, 2015, p. 75)

“Arábia significava a parte oriental do reino da Jordânia atual. Foi povoada pelos nabateus, cuja capital era Petra. A escolha de Paulo por esta área resultará da garantia de não se encontrarem aí quaisquer judeus”. (MURPHY-O’CONNOR, 2004, p. 104)

“Provavelmente jamais conheceremos a natureza real das relações entre Tiago e seu irmão Jesus. Mas sabemos com certeza que Tiago se tornou, pouco depois da morte de Jesus, uma das personagens mais importantes do jovem movimento cristão.” (BERNHEIM, 2003, p. 113)

“Tarso já existia há mais de 6 mil anos, o que faz dela uma das mais antigas do mundo ao lado de Jericó”(FERNANDES, 2008, p. 38)

Tarso – cidade situada 16 quilômetros acima do Rio Cidnos, capital da Província da Cilícia, onde “no outono do ano 4 a.C. Cleópatra e Marco Antônio se encontraram pela primeira vez. Shakespeare oferece uma visão muito mais poética, em Antônio e Cleópatra (ato 2, cena 2) dos fatos registrados por Plutarco”. (MURPHY-O’CONNOR. 2008, p. 47)

“Paulo nascera em Tarso, uma cidade cujos habitantes tinham recebido a cidadania romana de Marco Antônio, um século antes.” (ASLAN, 2013, p. 21)

“Paulo, judeu, foi enviado ou trazido a Jerusalém em sua juventude por seus pais, com o propósito de ser imunizado contra a infecção no mundo helenista, o ‘lugar das águas ruins’, que trazia morte para aqueles que delas bebiam e faziam com que o nome de Deus fosse profanado.” (Pirgê Abôt 1.11 em BRUCE, 2013, p. 121)

“O Concílio provavelmente pareceu mais com a reunião privada descrita por Paulo do que com a assembleia solene e protocolar imaginada por Lucas.” (BERNHEIM, 2003, p. 199)

É impróprio falar de Cristianismo antes de meados do séc. II. Se Paulo conheceu a expressão cristão, ele não a usou; ele se considerava “seguidor do Caminho”, que seus contemporâneos consideravam uma “seita judaica”. (At. 24, 14)

É consenso, quase unânime dos estudiosos contemporâneos, que “Tiago, irmão de Jesus, era ‘chefe da primitiva comunidade cristã, acima de Pedro e do resto dos Doze [...]’ Clemente de Roma (30-97 d.C.), que iria suceder a Pedro na cidade imperial, endereça uma carta a Tiago como o Bispo dos Bispos, que governa Jerusalém, a Santa Assembleia dos Hebreus e todas as Assembleias, em toda parte”. (ASLAN, 2003, p. 218-219)

“Tiago foi o representante mais iminente de uma igreja primitiva – certamente ficaria surpreso se lhe dissessem que aderiria a uma nova religião – profundamente enraizada na tradição judia. Esperava a volta de seu irmão Jesus, exaltado à direita de Deus, depois de sua ressurreição. Opunha-se a Paulo e sua mensagem, que objetivava uma comunidade unificada de judeus e gentios que transcendesse as fronteiras tradicionais e a especificidade do judaísmo. Tiago não aceitava essa concepção.” BERNHEIM, 2003, p. 273.

A descrição das viagens missionárias de Paulo foi garimpada nos livros citados de MURPHY-O’CONNOR, MAZZAROLO e MARGUERAT, com algumas citações *ipsis litteris* e no precioso “mapa ilustrado *Trajetória do Apóstolo Paulo*”, publicado pela Paulinas.

“Em pouco mais de dez anos, Paulo plantou a igreja em quatro províncias do Império: Galácia, Macedônia, Acaia e Ásia. (ROLAND ALLEN em BRUCE. 2013, p. 43)

“Graças a seu trabalho durante todos esses anos, a igreja de Antioquia da Síria era agora uma igreja-mãe com diversas igrejas-filha florescentes, majoritariamente gentias como ela mesma.” (BRUCE, 2013, p. 165.

“Filipos, com 5 a 10 mil habitantes, onde veteranos das Legiões haviam sido instalados e eram a classe dominante, tinha o latim como língua oficial. Ali Paulo implantou a primeira igreja na Europa, onde permaneceu por mais de um ano, desde o fim do verão de 48 d.C. até mais ou menos o fim do verão seguinte.” MURPHY-O’CONNOR, 2007, p. 86.

“Este é o único lugar em que Paulo menciona de fato o Jesus histórico”. (WILSON,1992, p.42)

“No tempo de Paulo, Trôade era ‘uma das cidades mais notáveis do mundo’, uma colônia romana fundada por Augusto e rodeada por uma muralha maciça de 8 km de comprimento. Lembrava Corinto em localização estratégica e como rota comercial entre a Ásia e a Europa. e era muito próspera. Sua população foi calculada entre 30.000 a 40.000 pessoas.” (MURPHY-O’CONNOR, 2004, p. 305)

“Augusto afirma que, quando ele se tornou cônsul pela décima segunda vez, no ano 5 a.C., ele deu sessenta denários a cada um dos 320.000 cidadãos de Roma. Contando as mulheres, as crianças e o grande número de escravos, isto nos leva a concluir que Roma tinha mais de um milhão de habitantes, sendo este exatamente o mesmo número aceito para Alexandria.” (DANIEL-ROPS, 2008, p. 104)

Notemos que os escritos paulinos canônicos já apresentavam 52 nomes de mulheres entre os 160 colaboradores do Apóstolo. (CARREZ, 1987, p. 12)

“Atos finda sua narrativa por volta de 60-62 d.C. (estando Paulo em Roma), e é a única monografia histórica que possuímos acerca da Igreja do primeiro século [...] As cartas e sermões oferecem um panorama deste importante período no qual os apóstolos estavam morrendo e, a tocha da fé cristã, sendo passada a uma nova geração”. (WITHERINGTON, 2015, p. 85)

“A conservação de uma fórmula aramaica – *maraná tá* – em textos gregos indica a longa idade desse clamor. Ele remete aos primórdios do cristianismo primitivo palestino e exprime sua expectativa de um fim iminente: ele anseia e chama a tomada da soberania pelo Senhor.” (THEISSEN; MERZ, 2005, p. 585)

“As Cartas da Paulo abordam um tema que não se encontra em nenhum escrito da literatura antiga: o trabalho e a vida de trabalhadores”. (HOORNAERT, 206, p. 36)

“Os inícios e a inspiração do movimento cristão, o derramamento do Espírito, sucederam não no templo segundo Atos (2,1-42), mas em um *oikos* (At. 2,2). O *oikos* (lar), e não o *naos* (templo), é doravante o lugar da presença e bênção de Deus”. (ELLIOTT, 1995, p. 183)

Os **paroikoi** são estrangeiros, estranhos, pessoas que não se acham em sua própria casa, ou que não possuem raízes nacionais... socialmente, situam-se abaixo dos cidadãos plenos (os *politai*) e acima dos estrangeiros em trânsito, sejam eles livres ou escravos (os *xenoi*).” (ELLIOTT, 1985, p. 28-29)

“[...] os rabinos distinguem os estranhos, religiosa e socialmente relacionados com Israel, em três classes: O prosélito pleno, o meio-prosélito, ou temente a Deus, e o estrangeiro residente, que se estabeleceu em Israel, mas continua não-judeu”. (ELLIOTT, 1985, p. 36)

“Era possível se tornar escravo de várias maneiras: após a exposição de crianças, por uma prisão de guerra, por sentença judicial, por uma venda de si mesmo por dívidas e , acima de tudo , por se nascer de outros escravos. As cidades de Tiro, Éfeso, Atenas, Corinto e Roma e as ilhas do Mar Egeu, como Quios e Delos, eram lugares famosos onde ocorria um próspero mercado de escravos. Como disse Aristóteles, no século IV a.C.: “Alguns são livres por natureza e outros escravos...O escravo é assim por natureza”(PENNA, 2020, p. 159)

“Uma convicção deste tipo subverte todas, mas realmente todas as instituições, inclusive a Igreja. Todas têm de avaliar-se por meio desse critério.” (HINKELAMMERT, 2012, p. 227)

“Pelos anos 60, trinta anos após a morte de Jesus de Nazaré, o número total de cristãos provavelmente não passava de 3 mil, dispersos num raio de cerca de 1.500 milhas a partir de Jerusalém”. (STARK, 2006, p. 154)

“Estima-se que no princípio do primeiro século d.C., havia entre 40.000 a 60.000 judeus em Roma – provavelmente tantos quantos na própria Jerusalém [...] e onze sinagogas”. (BRUCE, 2013, p. 25)

“São duas as tradições sobre a morte de Paulo: na primeira, Paulo morreu sozinho em 64, executado à espada, por sentença do tribunal; na outra, Paulo e Pedro morreram na mesma ocasião, vítimas da perseguição desencadeada por Nero em 67.” (CARREZ, 1987, p. 30)

“Alexandria, a segunda cidade mais importante, celeiro do trigo que alimentava o Império, onde 40% da população eram judeus, na época [...]” (HOORNAERT, 2016, p. 19)

Mais de meia tonelada de ouro/prata, o equivalente à remuneração de 100 mil diaristas. O povo reagiu fazendo uma coleta para o “pobrezinho”.

“Sob Tibério Alexandre – judeu alexandrino que se tornou segundo comandante de Tiro, no cerco de Jerusalém – vinte mil zelotes foram crucificados na Judeia.” (DANIEL-ROPS, 2008, p. 93)

“O poder e a autoridade da direção do templo manifestavam-se também no controle dos recursos do povo. Por meio de um sistema de taxas, dízimos e sacrifícios, ela exercia o controle sobre a nação judaica. Outro aspecto desse controle, aliás não mencionado por Lucas, é o papel do templo como grande proprietário de terras.” (MOXNES, 1995, p. 74)

“Não há nenhuma evidência, para sugerir que o núcleo da assembleia-mãe tenha abandonado Jerusalém. Eles mantiveram sua presença na cidade da morte e ressurreição de Jesus, aguardando ansiosamente seu retorno, até o momento em que o exército de Tito chegou e varreu a Cidade Santa e seus habitantes, cristãos e judeus, da face da terra”. (ASLAN, 2013, p. 229)

De todos os partidos e seitas que existiam antes da destruição (e conforme antiga fonte havia vinte e quatro), o único que sobreviveu ao cataclismo nacional foi o dos fariseus. Isidoro Epstein em (BRUCKBERGER, 1969, p. 205)

“Muitos dos desenvolvimentos sociais da comunidade de Mateus podem ser mais bem compreendidos como respostas à ameaça mais imediata que a comunidade enfrentava, ou seja, o judaísmo formativo, que estava se desenvolvendo e ganhando influência no ambiente de Mateus.” (OVERMAN, 1997, p. 80)

“A animosidade com que a comunidade de Mateus vê a liderança judaica confirma a competição e o conflito efetivos, que existiam entre os dois grupos [...] [os quais] ajudaram involuntariamente a definir um e outros.

Esses dois movimentos são gêmeos fraternos.” (OVERMAN, 1997, p. 146; 151)

“Interpretações cristãs de Mateus 27,25 propagaram um antijudaísmo virulento, afirmando que a declaração contida nesse versículo atesta a rejeição de Israel do ‘ungido’ de Deus e, por consequência, a rejeição permanente de Deus a Israel”. (GOMES, 2009, p. 182)

Este texto é baseado principalmente no livro de Ildo Bon Gass **Uma introdução à Bíblia – As comunidades cristãs a partir da segunda geração**, de 2011.

“O preço de um rolo normal de papiro era estimado ao equivalente a duas semanas de salário de um trabalhador comum.” (WITHERINGTON, 2015, p. 62).

O Evangelho de Marcos, até 1850, tinha sido considerado erradamente uma versão abreviada do Evangelho de Mateus. (VERHOEVEN, 2011, p. 29).

“Escrita não antes de duas ou três décadas depois da atividade paulina na área, a carta – uma circular – teve como destinatário o conjunto das comunidades cristãs de judeus e principalmente de não-judeus, predominantemente rurais, que se achavam em toda a Ásia Menor romana ao norte e oeste do Tauro”. (ELLIOTT, 198 p. 59-65).

As rixas e desavenças, de que o segundo evangelista (Mateus) tomou conhecimento em seu próprio ambiente, foram descritas como se tivessem acontecido no tempo de Jesus. (WINTER, 1998, p. 229).

A obra lucana mostra bem quanto Lucas está imerso na cultura literária de seu tempo; é um grande escritor e rentabiliza os meios que estão a seu alcance. (MENDONÇA, 2015, p. 186).

“Podemos encontrar 95% de material de Marcos em Mateus, sendo 52% verbatim”. (WITHERINGTON, 2015, p. 189).

Texto extraído do capítulo “Memória coletiva e a confiabilidade das tradições evangélicas”, de Robert Mclever **in** BOCK, 2020, p.155-158.

Este texto está baseado principalmente nos livros de Ildo Bohn Gass, **“Uma introdução à Bíblia – As comunidades cristãs a partir da segunda geração”**, 2011; de A. G. Hamman, **“A vida cotidiana dos primeiros cristãos” (95-197)**, 1997, e de Rodney Stark, **“O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história”**, 2006.

Com uma população de 150 mil habitantes confinados em uma área com cerca de duas milhas de comprimento e uma milha de largura, a densidade demográfica de Antioquia era de 117 habitantes por acre. Para se comparar: a densidade de Chicago é de 21, a de São Francisco 23 e da Ilha de Manhattan, com todos os seus arranha-céus, é de 100 habitantes por acre. (STARK, 2006, p. 167)

Esta descrição das condições de vida em Antioquia não difere muito das de outras grandes cidades do império romano.

“Embora os novos deuses se propagassem pelo império e conquistassem adeptos, parece-me que, por volta do século I, o império desenvolvera um excessivo pluralismo – o massivo influxo de vários novos deuses de outras regiões do império criara, então, o que E. R. Dodds chama de desconcertante massa de alternativas. Havia muitos cultos, muitos mistérios, muitas filosofias de vida para escolher. (STARK, 2006, p. 219).

“Reconstruindo a vida da comunidade joanina, pressuponho quatro fases: primeira fase, a era pré-evangélica (dos anos 50 aos anos 80) inclusive as origens da comunidade – na Palestina, com a presença de discípulos de João Batista – da metade do século primeiro. A segunda fase, no período da primeira e principal redação do evangelho, aproximadamente anos 90 d.C. A expulsão das sinagogas já passou, mas a perseguição continua. A terceira fase envolvia a situação de vida nas comunidades joaninas, agora divididas, no tempo em que foram escritas as epístolas, por volta do ano 100 d.C. A quarta fase viu a dissolução dos dois grupos joaninos, depois que as epístolas foram escritas. Os separatistas tenderam, no século segundo, para o docetismo, o gnosticismo, o cerintianismo e o montanismo. (BROWN, 1983, p. 20-23).

“Na exegese contemporânea, o debate central sobre o enraizamento histórico-religioso do quarto evangelho incide na relação de João com a *gnose*. Tanto o dualismo que impregna a narração joanina como sua concepção cristológica centrada na figura do enviado celeste favoreceram essa hipótese”. (MARGUERAT, 2015, p. 455).

“[...] é razoável situar a redação de 1 João entre 100 e 110.” (MARGUERAT, 2015, p. 483).

“A identificação, frequentemente proposta, do Ancião com o presbítero João permanece pura conjectura.” (MARGUERAT, 2015, p. 489).

Este texto está baseado principalmente no excelente livro de A. G. Hamman, **A vida cotidiana dos primeiros cristãos (95-197)**, de 1997, e de Rodney Stark, **O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história**, de 2006.

Parece ter sido Tertuliano, em 197, o primeiro a denominar o cristianismo com o termo latino *religio*. Anteriormente, no *Apologético*, fala do cristianismo como seita, depois recupera o termo *religio* para falar de fé cristã como da verdadeira religião (*vera religio*). (FRANGIOTTI, 2017, p. 58).

Em 1995, fragmentos de jarros gravados foram encontrados em Massada, palácio e fortaleza de Herodes; eram cântaros de vinho. Herodes, o Grande, teria encomendado seu vinho favorito da Itália, talvez dos famosos vinhedos de Falermo, na Campânia. Este tipo de importação reflete o privilégio das classes superiores, mas também fornece dados sobre as formas de comunicação utilizadas. Mesmo ali, no alto de uma fortaleza sobre uma colina no deserto, de onde se descortinava o estéril Mar Morto, um comprador poderia receber um vinho de qualidade, vindo direto de seu produtor favorito na Itália, em questão de semanas. (D’ANCONA, 1996, p. 155).

Para uma leitura mais acurada do mapa, que pode ser baixado, confira: <<https://sashat.me/2017/06/03/roman-roads/>>.

“Paulo percorreu praticamente 10 mil milhas em suas jornadas missionárias”. (STARK, 2006, p. 152).

Segundo estimativas de McNeill, entre um terço a um quarto da população do império teria perecido durante a epidemia, inclusive o imperador Marco Aurélio, em Viena, no ano 180. Hans Zinsser observa que “morria tanta gente que as cidades e vilas da Itália e as províncias eram abandonadas e se transformavam em ruínas.” Uma nova e igualmente devastadora epidemia, provavelmente de sarampo, no ano 251, alastrou-se pelo império, castigando as áreas rurais tão duramente quanto as cidades. Cálculos baseados no relato de Dionísio, bispo de Alexandria, sugerem que dois terços da população de Alexandria podem ter perecido. (BLAINEY, 2012, p. 63)

“O cristianismo começou como uma seita apocalíptica entusiástica, sendo que o catolicismo primitivo possui todas as marcas de uma reação subsequente diante dos desapontamentos e dos excessos de tal entusiasmo. O catolicismo primitivo é a típica segunda geração solidificando a padronização de formas e esquemas que foram muito mais espontaneamente diversas na primeira geração.” (DUNN, 2009, p. 522).

“Surpreende-nos ver até que ponto na comunidade joanina – retratada no Evangelho e nas Epístolas, pelos anos 90 a 110 d.C. – as mulheres e os homens já estavam em pé de igualdade no rebanho do Bom Pastor. Parece que foi uma comunidade em que, nas coisas que contam no seguimento de Cristo, não havia diferença entre homem e mulher – sonho paulino (Gl.3,28), que não foi completamente realizado nas comunidades paulinas.” (BROWN, 1983, p. 209).

Celso não era só um anticristão, mas também um antissemita [...]. Muitas objeções contra o cristianismo, Celso tira da polêmica judaica de seu tempo, colocando-as na boca de um judeu radicalmente anticristão. (FRANGIOTTI, 2017, p. 135).

A seguir, uma síntese do capítulo 3 do livro **Espiritualidade cristã na história – das origens até Santo Agostinho**, do professor/doutor Ronaldo Cavalcante, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil.

“A ideia de doze apóstolos era muito difundida no último quartel do século I.” (BROWN, 1983, p. 85).

Este texto é uma compilação do fascinante livro de Eduardo Hoornaert: **“Herms no topo do mundo: leitura de um texto cristão do século II”**.

“Os habitantes do Império Romano viajaram mais extensamente e com maior facilidade do que qualquer pessoa antes deles fez ou faria novamente até o século XIX.” MEEKS citado por STARK (2006, p. 152).

O sociólogo Rodney Stark, “explorando a aritmética do possível para apreender a magnitude do fenômeno da expansão do cristianismo”, apresenta no livro citado interessante tabela de crescimento do cristianismo projetado à taxa de 40% por década. De acordo com esta projeção, o número de cristãos, por ano, seria (em números aqui arredondados): ano 40 – 1.000; ano 50 – 1.400; ano 100 – 7.500; ano 150 – 40 mil; ano 200 – 217 mil; ano 250 – 1 milhão; ano 300 – 6 milhões, ou seja, 10% da população do império romano. Stark observa que a taxa de crescimento utilizada é compatível com o crescimento dos mórmons durante o século XIX. (STARK, 2006, p. 18; 20).

O pensamento paulino pode ser hoje a prefiguração do pensamento crítico como surge a partir do século XIX, apoiado agora numa base muito mais ampla. (HINKELAMMERT, 2012, p. 14, n. 17).

Hoornaert discorda dessa expressão de Theissen e considera que tanto Paulo quanto Herms rejeitam o “patriarcalismo benevolente da sociedade envolvente”. (HOORNAERT, 2002, p. 74).

Marcião (85-160) era um rico armador de Sinope (Província romana do Ponto, atualmente na Turquia) e filho do Bispo desta cidade. Entre os anos 138 e 140 esteve em Roma contribuindo com uma importante soma de dinheiro [200.000 sestércios, ou 50.000 denários, valor equivalente ao salário anual de cerca de 150 trabalhadores] para os fundos da Igreja. Em 144 ele rompeu com a igreja e fundou nova seita que, após sua morte, se disseminou com muita rapidez. (DAVIES, 1967, p. 107).

“O recurso ao aborto era frequente e levava à morte grande número de mulheres, antes que pudessem dar sua contribuição à fertilidade. O resultado dessa prática era uma incidência significativa de casos de infertilidade nas mulheres que sobreviviam aos abortos”. (STARK, 2006, p. 135).

“Apenas 4% dos homens alcançava a idade de 50 anos, sendo menor ainda a percentagem de mulheres, por causa sobretudo dos perigos do parto. (BROWN em HOORNAERT, 2002, p. 38).

“Ao contrário de Mt.28,19 e Lc. 22,19, João não traz nenhuma palavra de Jesus ordenando ou instituindo o batismo e a eucaristia antes de deixar a terra.” (BROWN, 1983, p. 91).

“Tanto quanto sabemos, no período de 14 d.C. até 337 d.C., dos sessenta imperadores que governaram o Império Romano, 36 foram deificados, juntamente com 27 membros de suas famílias [...]. Constantino foi um dos deificados pelo Senado, após sua morte (337 d.C.).” (ASLAN, 2018, p. 204, 208).

“No terceiro e quarto séculos, o siríaco era a língua internacional da igreja na diocese romana do ‘Oriente’, que incluía a Síria, a Palestina e a Mesopotâmia.” (BAILEY, 2016, p. 13).

A comunidade Judaica de Alexandria era grande e tradicional; o historiador Edward Gibbon cita 40.000. O saque e a demolição das sinagogas podem ter sido uma reação desproporcional à morte, talvez acidental, de cristãos por judeus.

“No começo de tudo existe a diversidade: não apenas um cristianismo, mas muitos cristianismos”. (Mauro Pesce em AUGIAS, 2001, p. 287).

www.omelhordenos.com.br, precedido pelo projeto
www.tetrapharmakon.com

Ver a Introdução do presente livro.